

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

Ana Carolina Lydia

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia.

Niterói - Rio de Janeiro

RESUMO: Este texto visa mostrar como a experiência docente no pré-vestibular social suscitou pesquisas para diferentes formas de ensinar Geografia, culminando na produção de um jogo na tentativa de despertar o interesse dos alunos. Cooperação, memória, participação, mediação foram os conceitos norteadores desta produção. É necessário pensar a qual contexto social esses alunos pertencem e de que maneiras precisamos – e devemos – considerar isto na produção de material didático e planos de aula. Conhecer a ciência geográfica e fazer uso de suas potencialidades e aproximações com estes alunos é imprescindível na construção de aulas mais interessantes e que cumpram seu papel efetivo na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia, juventude, jogos.

ABSTRACT: This text objective to show how the teaching experience in social pre-college gave rise to research for different ways of teaching Geography, culminating in the production of a game in an attempt to arouse students' interest. Cooperation, memory, participation, mediation

were the guiding concepts of this production. It is necessary to think about what social context these students belong to and in what ways we need - and should - consider this in the production of didactic material and lesson plans. Knowing geographic science and making use of its potentialities and approximations with these students is essential in constructing more interesting classes and fulfilling their effective role in education.

KEYWORDS: Geography Teaching, boyhood, games.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho traz alguns questionamentos que surgiram durante a pesquisa de conclusão de curso em torno da prática docente em Geografia, mais especificamente a prática no pré-vestibular social. Eles foram fruto da percepção de insuficiência das nossas didáticas frente às diversas dificuldades que os alunos demonstravam em relação ao entendimento do conteúdo. Foram eles que nos impeliram a criar uma “proposta” para nosso problema, que facilmente pode ser adaptada para outras temáticas.

A situação da Educação no Brasil, principalmente no Ensino Público, nos expõe a diversos desafios no caminho da docência.

Essas dificuldades estão presentes em diferentes esferas, desde a desvalorização profissional, escolas com infraestrutura precarizada, até mesmo alunos em situação de vulnerabilidade social - o que dificulta o aprendizado.

Para conseguirem a atenção dos alunos, os professores precisam se reinventar todo tempo. Mas como modificar uma estrutura estudada e programada durante toda a vida estudantil, primeiramente como alunos e depois como professores? Seria possível ter êxito com exercícios lúdicos para turmas com alunos tão diferentes em um momento do ensino tão específico?

Nesta experiência, o que encontrei foram alunos pouco interessados e com realidades diversas. Este desinteresse, inicialmente visto como falta de importância da disciplina, foi se revelando em falta de conhecimento anterior dos conceitos básicos da Geografia. O pressuposto do pré-vestibular como sendo a retomada de assuntos do ensino básico, foi substituído pela informação de desconhecimento daquele conteúdo.

O maior desafio foi encontrar um método que englobassem todos os alunos, nas suas diferentes dificuldades e níveis de acesso anterior aos conteúdos de Geografia. Além disso, superar a ideia de que a Geografia não precisa ser estudada, vem de uma formação que não entende as ciências humanas como ciência.

Sabendo o nível de exigência do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, cada vez mais os cursos pré-vestibulares se multiplicam, e para aqueles que não tem recurso, os pré-vestibulares sociais são a possibilidade na tentativa de conseguir competir no acesso ao ensino superior. Em uma realidade que poucos têm possibilidade de acessar a universidade e aqueles que cursaram ensinos particulares têm vantagem, os pré-vestibulares sociais tentam diminuir a distância na competição.

O título deste texto é uma provocação: como aprendemos a ensinar Geografia? Talvez muitos saibam a resposta e não existe receita pronta para isto, mas a prática aliada a pesquisa nos dá fundamentos para construir didáticas que nos ajudem nessa missão.

É preciso, dentro desta perspectiva ter certeza do que é a Geografia e da importância de estudá-la. Saber o que é necessário para o aluno saber dentro da formação básica e que é imprescindível para o ingresso no ensino público, mas mais que isso, saber da importância da Geografia na sua formação enquanto ser crítico da sociedade.

2 | A GEOGRAFIA

Foi na convivência que ficaram claros diversos problemas que estavam ligados ao ensino de Geografia, mas também a base da educação científica como um todo. Considerando que os pré-vestibulares são capacitadores para ingresso nas universidades e que todos os alunos já cumpriram sua formação educacional básica, seria esperado que fossem sabidos conteúdos básicos de todas as disciplinas,

inclusive Geografia.

Callai (REGO et al., 2000) nos dá três motivos para se ensinar geografia: o primeiro trata-se em conhecer o mundo e obter informações a seu respeito; o segundo é conhecer o espaço produzido pelo homem; o terceiro é fornecer informações que possibilitem ao aluno condições para construir sua cidadania.

Assim, sabemos da importância de ensinar, mas como Pontuschka et al. (2009) afirma “conhecer a ciência geográfica e sua trajetória é imprescindível, mas não suficiente; é preciso saber ensiná-la” (p. 29)

Para o IBGE, a Geografia é apresentada da seguinte maneira:

Geografia é a ciência que estuda a superfície da Terra, descreve e analisa como os fenômenos físicos, biológicos e humanos variam no espaço. Para dar conta de tudo isso, é necessário percorrer, medir e estudar o território - como faz o IBGE no Brasil.

O resultado desse trabalho é a produção de mapas e a realização de estudos e pesquisas sobre relevo, solo, clima, geologia, recursos hídricos, fauna, flora e as condições do meio ambiente (IBGE, 2016).

Envolver o aluno fazendo com que ele entenda que a geografia está em toda sua vida, desde o lugar da residência até a escola, no país e mundo. Nas relações que ele estabelece com a cidade, com sociedade, com o meio ambiente. Que a Geografia não é o homem ou a natureza, é a interseção dos dois e tudo que é produzido a partir dela. O aluno pode entender que faz parte do quê e de como aquilo é estudado.

Saber-se enquanto ciência é um dos primeiros passos para que o aluno entenda de que maneira a Geografia está na sua vida. É nítido como a maioria sabe que física, matemática ou biologia são ciências. Todos sabem naturalmente História, Geografia, Sociologia, Filosofia etc. Existe a necessidade de estarmos o tempo todo nos afirmando enquanto cientistas, pesquisadores, especialistas. Reafirmando a importância em sim estudar essas disciplinas.

Esse processo em muito se deve ao modo como a Geografia - e em certo momento a História também - foram ensinadas ao longo do tempo. O estudo consistia, basicamente, em decorar nomes, eventos, acidentes geográficos, contornos territoriais de todas as coisas na Terra.

A Geografia pensada enquanto cadeira acadêmica desde La Blache e Ratzel apontava para um exercício muito mais amplo que a simples memorização de elementos. O ensino mnemônico foi sendo criticado, mas ainda é visto em diversos livros didáticos e em algumas práticas pedagógicas voltadas para a Geografia.

No nosso atual contexto educacional – a Reforma do Ensino Médio – é cada vez mais importante que a Geografia se identifique como ciência e disciplina escolar imprescindível ao conhecimento. Sendo o elo para o entendimento das dinâmicas da Terra e das dinâmicas humanas e, de que maneira, elas convergem em um estudo que só a Geografia é capaz de fazer, devido considerar as espacialidades nas leituras das relações sociais.

Se os conteúdos de interseção dessas dinâmicas não são estruturados de forma

firme, alicerçada nas bases do ensino, fica cada vez mais difícil a atuação desse professor, tanto pela ausência de identificação dos alunos com o conteúdo, quanto pela falta de interesse que aquilo desperta.

É fundamental termos presente que a aprendizagem envolve compreensão, pois o que se aprende sem compreender não é verdadeiro. Estudar os nomes dos rios do Brasil ou da Rússia, e os eixos vários que dão acesso às principais metrópoles do país somente será válido se for para a construção de significados, ou seja, se esses estudos tiverem significado na vida das pessoas e dos nossos alunos.

[...]

Ouvir o aluno permite conhecer as representações sociais construídas sobre o mundo, mas precisamos ensiná-lo a questionar e buscar soluções, ajudando-o a elevar-se a outros patamares de abstração a fim de superar o senso comum. (PONTUSCHKA et al., 2009, p. 30)

Para Reclus (2010), a Geografia deveria servir para a libertação do homem do próprio homem, uma geografia militante, de caráter social, politicamente discordante, colocado como uma experiência e prática espacial subversiva capaz de enfrentar as hegemonias.

A “luta de classes”, a procura do equilíbrio e a decisão soberana do indivíduo, tais são as três ordens de fato que nos revela o estudo da geografia social e que, no caos das coisas, se mostram bastante constantes para que se possa dar-lhes o nome de “leis”. Já é muito conhecê-las e poder dirigir, segundo elas, sua própria conduta e sua parte de ação na gerência comum da sociedade, em harmonia com as influências do meio, conhecidas e analisadas a seguir. É a observação da Terra que nos explica os acontecimentos da História, e essa nos leva, por sua vez, a um estudo mais aprofundado do planeta, a uma solidariedade mais consciente de nosso indivíduo, ao mesmo tempo tão pequeno e tão grande, como o imenso universo. (RECLUS, 2010, p. 49 - 50)

Pensar e desenvolver novas formas de ensino que acompanhem a realidade dos alunos, a conjuntura da sociedade de maneira geral e possam ser atrativas e prazerosas para os alunos e para o professor, fortalecendo sua curiosidade científica – em alguns casos criando esta – para buscar novos conhecimentos, constituem desafios para a Geografia Escolar.

3 | A JUVENTUDE

É essencial que além de ter todo conhecimento geográfico-pedagógico, o professor tenha sensibilidade em perceber a realidade da sala de aula e daqueles a quem irá mediar conteúdos afim de propor maneiras e conteúdos condizentes com seu público. O capital cultural¹ deve ser considerado na elaboração das aulas, na

1. O termo capital cultural foi desenvolvido por Bourdieu (1930-2002) referindo-se ao nível cultural global da família incorporado pelo indivíduo, parecendo algo natural, mas sendo parte de sua construção social. Local de moradia, escolaridade dos pais, tipo de escola frequentada na infância, tudo que tem participação na decisão de entrada no mercado de trabalho e/ou permanência na escola, constitui capital cultural, contrapondo a visão liberal da educação meritocrática.

metodologia de mediação e avaliação dos resultados.

Ressalto três passagens nas quais Bourdieu (1966) explicita a importância do capital cultural no percurso formativo do sujeito.

Se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que, nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas, em sua forma e conteúdo, pelas condições objetivas, que excluem a possibilidade de desejar o impossível (p. 52).

[...]

Mais profundamente, porém, é porque o desejo razoável de ascensão através da escola não pode existir enquanto as chances objetivas de êxito forem ínfimas, que os operários – embora ignorando completamente a estatística objetiva que estabelece que um filho de operário tem duas chances em cem de chegar ao ensino superior – regulam seu comportamento objetivamente pela estimativa empírica dessas esperanças objetivas, comuns a todos os indivíduos de sua categoria (p. 53).

[...]

A seleção que eles sofrem é desigualmente severa, a que as vantagens e desvantagens sociais são convertidas em vantagens e desvantagens escolares pelo jogo das orientações precoces, que diretamente ligadas à origem social, substituem e redobram a influência desta última (p. 57).

No Brasil, um total de 51,6 milhões de brasileiros têm entre 14 e 29 anos. Dele, aproximadamente 20% não trabalham, nem estudam, em nenhum tipo de formação. Os dados, que se referem ao ano de 2016 são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Deles, 16,4% não tem instrução ou tem menos de quatro anos de estudo; 44% estudaram 11 anos ou mais; apenas 26,6% tem ensino médio completo; e, 10,4% fundamental completo. Para agravar o quadro de permanência na escola, 190 mil crianças de até 13 anos trabalham, entre 14 e 17 anos, são 808 mil.

Os percentuais em cada um desses perfis variam de acordo com a faixa etária analisada, o gênero e a cor. No que se refere a idade, a maior defasagem está na população de 18 a 24 anos, em que 26,3% das pessoas não estudam e nem trabalham ou frequentam algum tipo de curso. Em seguida, está a população de 25 a 29 anos, com 24,8% nessa situação.

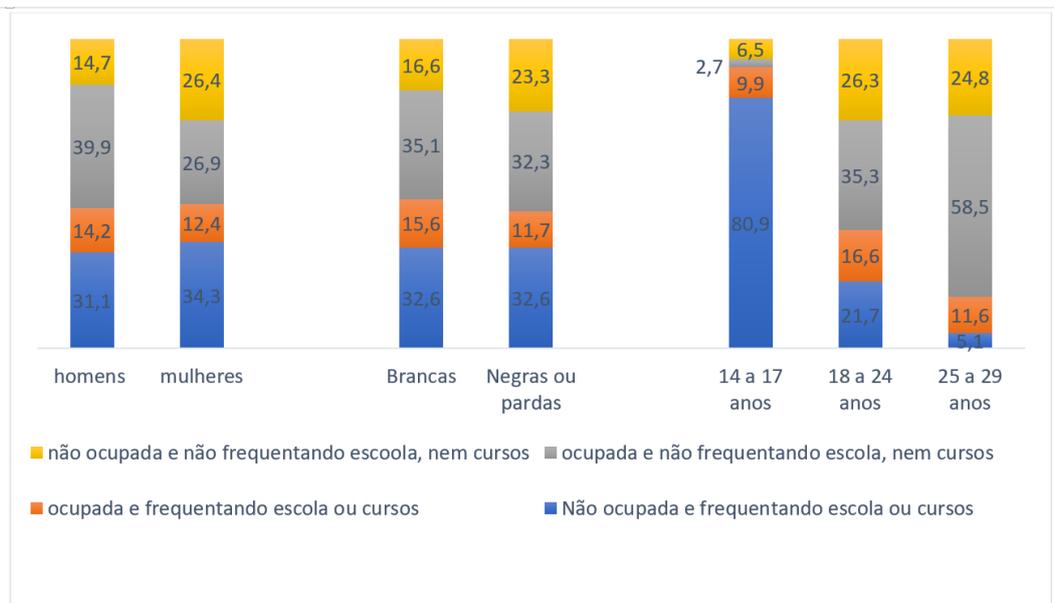


Figura 2. Distribuição das pessoas de 14 a 29 anos de idade.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-tem-quase-25-milhoes-de-jovens-de-14-29-anos-f>

Esse indicador também aponta as desigualdades de gênero tão discutidas atualmente. O índice de mulheres que não estudam e nem trabalham é quase o dobro do dos homens. Cerca de 26,4% delas entre 14 a 29 anos está nessa condição, enquanto somente 14,7 dos homens dessa idade não têm ocupação e não frequentam a escola. No quadro abaixo estão apontados diversos motivos pelos quais os jovens se afastam ou se afastaram da escola e, para nossa análise, será importante destacar o percentual do item “não tem interesse”.

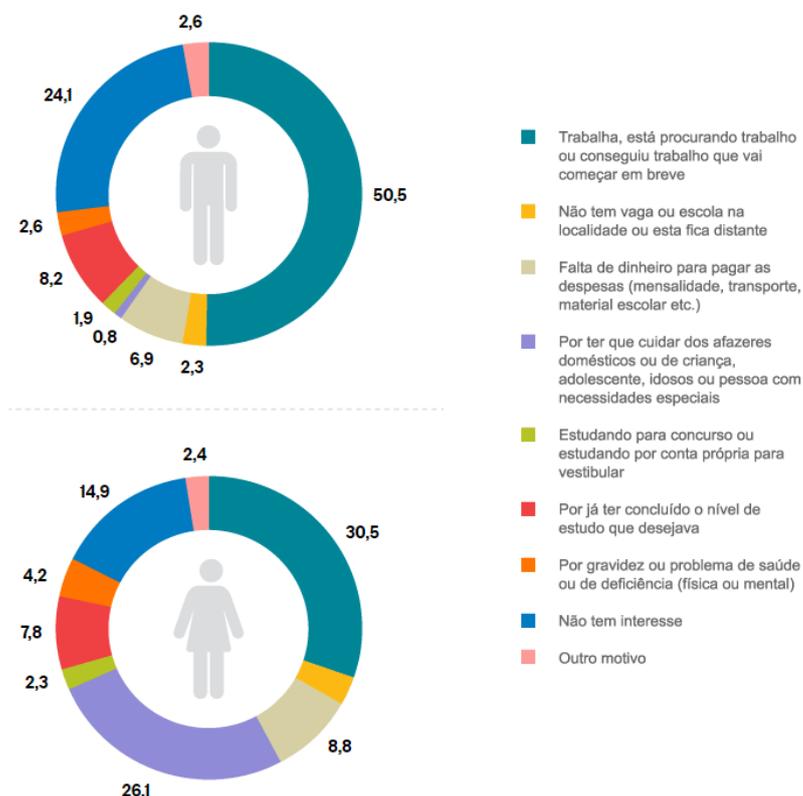


Figura 3. Motivos pelos quais as pessoas entre 14 e 29 anos estão fora da escola.

Esses dados do IBGE nos trazem o panorama da educação brasileira. Em sala, tais dados nos mostram turmas com alunos com idades escolares diferentes que apresentam inúmeras deficiências no aprendizado. Arroyo (Arroyo, 2014) aponta que

Há ainda um dado que limita a criatividade docente: as condições precárias de viver de tantos adolescentes - jovens, até adultos - que chegam aos cursos de educação média. Porém, esse precário viver-sobreviver dos educandos tem instigado coletivos docentes a serem mais criativos, renovarem currículos, conhecimentos, didáticas, processos, material didático. Há um avançar tenso de reinvenção da docência e dos currículos como resposta ao precário e injusto viver dos novos educandos e educandas que acendem à educação média (p.58)

Neste caso, é importante que ao invés de olhar a necessidade dos alunos como falta, que vejamos a realidade a partir da presença e do que pertence a estes jovens e que pode ser usado na construção objetiva do conhecimento em sala de aula.

Um exemplo claro é o sentido que os jovens pobres atribuem ao lugar onde vivem. Para eles, a periferia não se reduz a um espaço de carência de equipamentos públicos básicos ou mesmo como cenário para a violência, ambos reais. (...) surge como um *lugar* de interações afetivas e simbólicas, carregado de sentidos.

[...]

Podemos dizer que a condição juvenil, além de ser socialmente construída, tem também uma CONFIGURAÇÃO ESPACIAL?. (CARRANO & DAYRELL, 2014, p. 119)

Além da realidade espacial dos alunos, têm-se que levar em conta, como apontam os dados acima, a realidade material deles: alunos trabalhadores. Faço este destaque pois grande parte dos alunos que acessam o pré-vestibular social são alunos trabalhadores e que se afastaram da escola por motivos de necessidade.

Arroyo sublinha como a sociedade vai repudiar esses alunos e coloca-los em igualdade meritocrática com os demais alunos de mesma idade. “Trata-se de um imaginário incrustado em nossa cultura política, no Estado e nas políticas socioeducativas” (p.176), afirma

Sairão da escola aprendendo que não conseguem fazer o percurso exitoso de passagem porque são membros de coletivos sociais, raciais, étnicos, regionais que ficaram à margem do progresso, da modernidade, do trabalho, da riqueza, da terra, e até à margem da escola porque preguiçosos, sem valores de êxito e de trabalho. (p. 177).

Esses jovens têm contato e acesso às tecnologias de informação sempre muito sedutoras que buscam e necessitam bem menos energia e esforço para se fazer entender. Ou seja, temos uma grande disputa dentro desse campo: de um lado fatores que impedem ou dificultam o acesso dessa juventude à escola; do outro, falta de atratividade tendo que competir com as novas tecnologias.

Além da atratividade, as novas tecnologias imprimiram nas vidas das pessoas velocidade. As informações são dadas da maneira mais sucinta, direta e minimalista

2. Grifos do autor

possível. Isso de longe não significa uma informação de qualidade, apenas informação.

Os jovens do mundo contemporâneo se caracterizam também, conforme se pode deduzir das análises de profissionais como psicólogos, psicanalistas, sociólogos, educadores, pelos seguintes aspectos: forte relação com os meios de comunicação e informação; fascínio por imagens e movimentos; adesão acentuada à sociedade do consumo³; valorização do prazer individual e imediato; individualismo; valorização da liberdade em todos os aspectos; insegurança quanto ao futuro. (CAVALCANTI, 2012, p. 115)

O que podemos notar é a exigência que professor se reinvente o tempo todo e transforme todo conteúdo em algo encantador. Mas os professores encontram dificuldades em associar o conhecimento que têm sobre o que é a sua ciência, o que precisa e como precisa ser ensinada através das suas práticas docentes.

A juventude está em constante mudança, não só as biológicas e sociais conhecidas por todos, mas também uma mudança, pode se dizer histórica. É uma juventude que vivencia momentos inéditos de liberdade, acessibilidade, contato, tecnologia e informação.

Identificar as condições que mais favorecem a formação de bons aprendizes, em seu sentido fundamental, talvez seja a prioridade das sociedades contemporâneas. Pensar como o aluno aprende é incluí-lo numa cultura que gera suas formas de aprendizagem. Ao aprender, ele interfere em sua realidade, constrói e reconstrói o conhecimento, pois “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1996, p. 26).

4 | A CONSTRUÇÃO DE NOVAS AULAS

Segundo Freire (1996, p.21), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Durante a vida toda, as pessoas são aprendizes. Aprendemos desde o nascimento e permanecemos aprendendo até a morte.

Com o surgimento da psicologia cognitiva, as concepções de aprendizagem foram mudando, “as tarefas de aprendizagem, destinadas a fazer memorizar, consolidar, dotar de saberes ou dos saberes fazer, passaram para as tarefas de compreensão, destinadas a fazer refletir, levantar problemas, incitar a criar novos procedimentos” (PERRAUDEAU, 2009, p. 13)

Assim, a aprendizagem, numa percepção da psicologia cognitiva, ocorre quando o indivíduo organiza as informações recebidas e consegue fazer a transposição dos

3. Acrescento aqui à sociedade do espetáculo, também, mesmo que seja um conceito antigo, cada vez mais imperativo nas redes sociais. “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade, e como instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo o olhar e toda a consciência. Pelo próprio fato de este setor ser separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; e a unificação que realiza não é outra coisa senão uma linguagem oficial da separação generalizada. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1967, p. 22)

conhecimentos adquiridos (POZO, 2002).

Os fundamentos sociointeracionistas de Vygotsky também alertam sobre a importância da relação do indivíduo com o mundo, pois é nesse espaço exterior que as funções superiores se originam. Vygotsky (VYGOTSKY, 2004) é o autor que escolho, pois entende o homem na relação inseparável com a natureza, e o desenvolvimento com aprendizagem. Entendia que a aprendizagem não era uma mera aquisição de informações, não acontecia a partir de uma simples associação de ideias armazenadas na memória, mas era um processo interno, ativo e interpessoal.

Para ele, a mediação do professor é fundamental na construção do aprendizado pelo aluno, pois a educação se faz através da própria experiência. A construção do conhecimento é processo de elaboração pessoal. É o aluno construtor do conhecimento. O professor media esta construção, orientando-o numa direção, estimula o encontro de novos caminhos.

O ambiente escolar, assim, terá que dar conta de desafios como: olhar para o adolescente como indivíduo em processo de desenvolvimento e consolidação da identidade e da capacidade de relação interpessoal; estimular seu processo de descoberta de si próprio como único; possibilitar o contato bem como o confronto com valores, atitudes e ideais que poderão significar sua vida.

É no início da adolescência que o cérebro apresenta algumas mudanças típicas no comportamento dos adolescentes como: o tédio, a impulsividade e a busca de novos desafios. As áreas do cérebro vão amadurecendo aos poucos, através do fortalecimento dos neurônios. É só no final da adolescência que ocorre o amadurecimento do raciocínio referente aos atos, da memória, a ampliação da linguagem como também do raciocínio abstrato (CAVALCANTI, 2002).

Vivemos numa sociedade com ritmos de mudança muito acelerados, que exige continuamente novas aprendizagens e que, ao dispor de múltiplos saberes, requer dos alunos e professores uma integração e relativização de conhecimentos que vai além da mais simples e tradicional reprodução dos mesmos (POZO, 2002, p. 89).

Através dessas duas concepções - socialização e construção do conhecimento por si mesmo - chegamos a ideia de permitir que os alunos pudessem ensinar uns aos outros, com mediação do professor e a partir daquilo que viram em algum momento em suas vidas, seja na escola ou não. O processo de ensinar ajuda a reconhecer os problemas do nosso entendimento e a organizar melhor a informação, o que produz um rearranjo dos nossos saberes e uma maior fixação do conteúdo.

Essa escolha de método foi feita porque já havíamos usado diversos outros em sala que não tiveram resultados tão expressivos, principalmente por se tratar de um curso pré-vestibular no qual diversos alunos tinham outros afazeres que limitavam sua possibilidade de engajamento, e pelos motivos expostos anteriormente sobre atratividade.

Moreira (MOREIRA, 2104) destaca

Conforme consideram Lopes da Silva e Sá (1993), as estratégias de aprendizagem,

compreendidas em sua complexidade, são o meio que os estudantes utilizam para alcançar determinados objetivos. Cabe ao professor orientar os alunos quanto à importância das estratégias, utilizando ações mentais mediadas por estratégias eficazes que possibilitem ao indivíduo aprender (p.27)

Aqui falo sobre a ludicidade, jogos e penso sua aplicação ao ensino de climatologia. “Entendo que o jogo cria nos participantes a expectativa de um acontecimento, de algo novo, traçando, em relação às aulas de Geografia, uma proposta de instigar nos estudantes uma postura de curiosidade construtiva da aprendizagem” (CHALITA, 2015, p. 147).

Por isso, todas as atividades eram explicadas aos alunos como tentativas de expor a eles a maior quantidade de possibilidades de melhorar seu aprendizado, e que cada um pudesse escolher a sua.

Tendo isto, minha proposta para sala de aula era um jogo colaborativo, de forma que os alunos pudessem relembrar conceitos da sua formação, ensinassem uns aos outros com mediação minha e sentissem prazer ao aprender. Aliando todos os conceitos anteriores e tendo em vista o conteúdo com o qual trabalhávamos, o recurso proposto foi um jogo – sobre climatologia, no caso – e mediar junto aos alunos como forma de aula.

As aulas de climatologia devem ser capazes de preparar os alunos nas temáticas de climas do mundo, climas do Brasil, circulação geral atmosférica, elementos e fatores climáticos, eventos climáticos, mudanças ambientais etc. Nesta aula, em específico, abordo a primeira temática. A aula que antecede esta, trata de elementos e fatores climáticos, expondo as influências de cada um sobre a Terra.

A atividade tem a intenção de instigar os alunos a dividirem conhecimento com os colegas e estimular visualmente, despertando a memória. É importante lembrar que o conteúdo provoca o tipo de mediação da aula, assim nem todos se encaixam perfeitamente nessa metodologia. Os materiais ficam a cargo do professor, de acordo com as turmas, temática e tempo de aula.

As salas aonde ocorriam as aulas não tinham infraestrutura suficiente para uso de novas tecnologias como projetores, aparelhagem de som ou multimídia. Sendo assim, precisei recorrer a outra tecnologia que usasse os recursos visuais que tanto atraem os jovens.

Os alunos devem se reunir em grupo (podendo ser mais de um, dependendo do tamanho da turma) e cada grupo recebe um “kit” do jogo, que contém os macroclimas do mundo e suas características. Utilizo a classificação baseada na proposta por Strahler⁴ (1969) por ser, sem dúvida uma das mais utilizadas tanto no ambiente científico como no cotidiano – e por isso mesmo é muito divulgada em livros didáticos.

4. Dentre os sistemas de classificação temos como exemplo aquelas elaboradas por Koppen-Geiger (1961), Miller (1965) e Thornthwaite e Matter (1955), e ainda Flohn (1950) e de Strahler (1969), em outra linha de pesquisa.

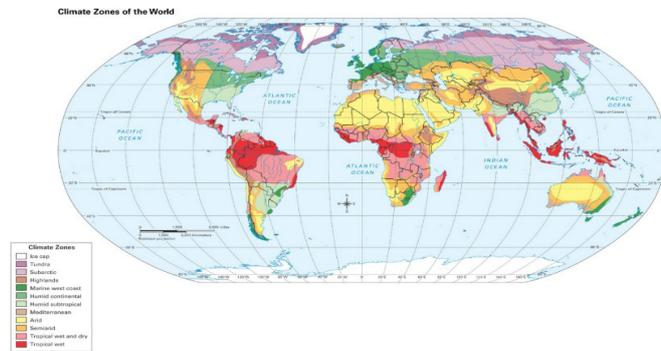


Figura 4. Classificação climática proposta por Strahler (1969).

Fonte: <https://tabbara.wikispaces.com/file/view/Climate.jpg/162755973/Climate.jpg>

Apenas nove das 13 zonas são utilizadas no jogo, por uma questão de escolha e visibilidade de cada clima. O “kit” traz também uma imagem que ilustra a paisagem de cada, sendo as características separadas por “cartões”, como mostra a **figura 5**.

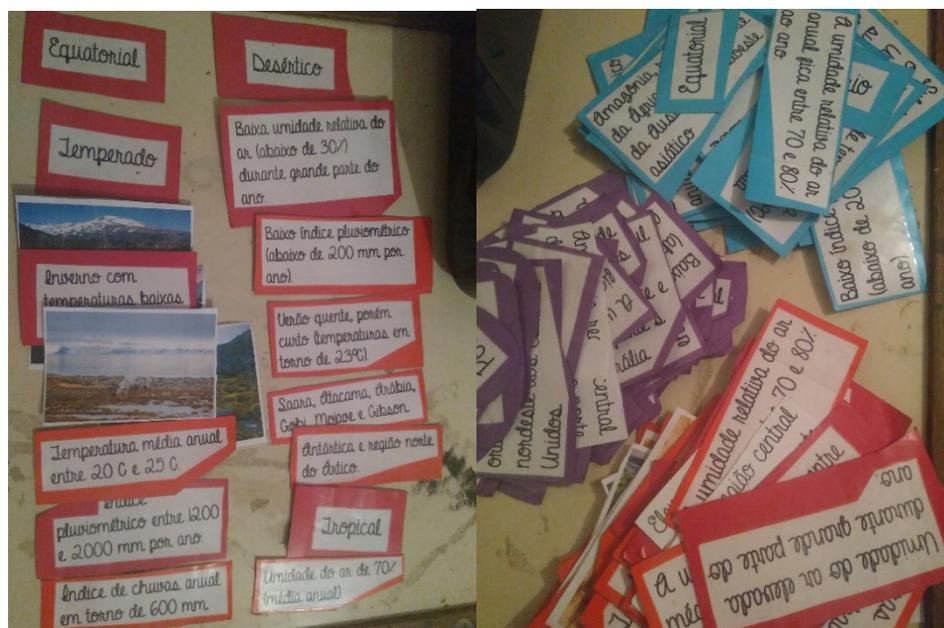


Figura 5. Cartões do jogo de climatologia

O jogo foi impresso em letras grandes para facilitar a visualização de grupos grandes – como era o caso – e em número de cópias suficiente para a quantidade de grupos que queria que fosse formado em sala. Divide-se a turma e cada grupo recebe o “kit” e recebe as instruções básicas. A princípio somente o *mapa mundi* das zonas climáticas é apresentado como conteúdo extra aos alunos, de forma que eles busquem na memória conhecimento sobre o assunto que tiveram anteriormente.

Os alunos discutiam o assunto baseado no que sabiam, retomando velhas lembranças e contribuindo de alguma maneira para a construção da resposta. Cada grupo deveria relacionar as características com os nomes dos climas, e suas imagens. Cada “kit” contém uma informação de precipitação, uma de umidade, uma de localização, uma de temperatura, obrigatoriamente, podendo ser dividida a mensagem e podendo incluir curiosidades.

Aprendiam o conteúdo de forma diferente, abandonando a crença de que todas as aulas, inclusive do ensino médio ou do pré-vestibular precisam ser somente exposições orais vinda dos professores. Se davam conta que aprender pode ser divertido e colaborativo. Ao explicar aos colegas seus pontos de vista, os alunos construíam novas possibilidades informacionais que permitiam um desenvolvimento efetivo do ensino-aprendizado.

Ao final da aula, as informações corretas referentes a cada clima eram passadas, como um gabarito, e recebidas com agitação pelos grupos. Por mais que não houvesse prêmio, a demonstração de aproveitamento e diversão ficava evidente a cada enunciado, transformando o fim da aula em uma grande brincadeira. A apropriação do conhecimento de forma lúdica propiciou também a colaboração entre os alunos.

5 | CONCLUSÃO

A situação dos alunos que chegam ao pré-vestibular social, com intenção de entrar para as universidades públicas, é reflexo da educação brasileira, que não fornece as condições básicas para que os conteúdos necessários das diversas disciplinas sejam dados de forma plena. Isso é visto no perfil dos alunos, na aplicação das aulas e na avaliação dos mesmos.

Por mais que existam inúmeros exemplos de sucesso, a precarização do ensino público tem se mostrado um projeto dos governos de todas as esferas, com luta e persistência de toda comunidade educacional. Os pré-vestibulares populares, surgidos a partir dos anos 1980, tem sido símbolo de resistência e militância na tentativa inserir a população negra, periférica nas universidades.

Como aponta VASCONCELOS (2015)

Eles constituem um importante ator na busca por acesso à educação pelas classes de baixa renda e também na luta contra o racismo e outras desigualdades estruturantes da sociedade brasileira.

[...]

Fantin (2002) destaca que há várias diferenças nas práticas desses cursos espalhados pelo país e que se reuniram nesse encontro, no entanto aponta algumas características em comum: O caráter de denúncia que esses cursos trazem ao sistema econômico, social, educacional e político que gera exclusão de pobres, negros etc., boa parte dos cursos são experiências auto gestadas muitas vezes coordenadas por ex-alunos dos próprios cursos; como projeto de educação popular eles têm a preocupação com o debate e reflexão crítica de temas como conhecimento e cultura, valorizam experiências de aprendizagem coletiva e são projetos de resistência ao conformismo com o status quo. (p. 19)

Sabendo da importância do papel do pré-vestibular para os alunos e tendo consciência do meu papel enquanto professora, e da potencialidade da Geografia neste quadro, as aulas eram pensadas de maneira que tivessem grande impacto na realidade dos alunos, desenvolvendo sua criticidade, fazendo reconhecer no mundo

os conceitos vistos em sala.

A falta de interesse científico, que não foi despertado ainda na infância, e as novas tecnologias, que tornam as coisas obsoletas em instantes, transformam o trabalho em sala de aula numa batalha contra o tempo e contra as distrações. O que se pede do professor é capacidade de criatividade, inovação, além do conhecimento das práticas pedagógicas, do conteúdo em si e de diversos conteúdos atuais que os façam ser “modernos”, empatia e que ele dê conta das burocracias escolares impostas pelas escolas.

Toda essa carga só é sabida do professor estando professor. Ela é impossível de ser prevista na academia. Mesmo que exista diversas disciplinas que deem conta de ensinar como se ensina, é somente na prática que aprendemos a ensinar. É nela que é sensível as dificuldades nas relações simbólicas do espaço da sala de aula. É somente ali que todos os fatores se juntam para construir o ambiente ensino-aprendizagem.

O que percebemos no fim é que ambas partes aprendem com as adversidades e com as aulas diferenciadas. Nós aprendemos a ensinar e eles aprendem a importância da ciência que escolhemos como orientadora dos nossos olhares sobre o mundo. Desenvolvendo assim, a Geografia no seu maior potencial, de fazer com que essa juventude se sinta pertencente a esse mundo e que saiba como modificá-lo de forma consciente.

Com o exposto, expresse preocupação sobre como podemos usar o ensino lúdico para transformar a Geografia científica e escolar mais próxima do aluno e do próprio professor. “Uma Geografia dotada de sensível geograficidade, reveladora da importância do espaço vivido em seu âmbito objetivo, subjetivo, interpretativo e criativo” (CAVALCANTE, 2010, p. 98).

Um jogo que fez todos, alunos e professores, lembrarem que é possível ensinar-aprender com prazer, de forma divertida. Que aqueles mecanismos que nos censuram durante a vida estão interessados em tirar nossa criatividade, nossa capacidade de ver além do que está posto, além do que nos é obrigado.

O que percebi, no fim, é que ambas partes aprendem com as adversidades e com as aulas diferenciadas. Nós aprendemos a ensinar e eles aprendem a importância da ciência que escolhi para mediar meu olhar sobre o mundo. Desenvolvendo assim, a Geografia no seu maior potencial, de fazer com que essa juventude se sinta pertencente a esse mundo e que saiba como modificá-lo de forma consciente.

Às dificuldades do ensino, somam-se as diversas interferências aos quais a juventude está exposta diariamente, tornando mais complexo o trabalho dos professores. Ou seja, é necessário mostrar para esses jovens que a Geografia não é externa as suas vidas, ele faz Geografia e ela permeia toda sua existência.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Repensar o Ensino Médio: Por quê?. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. **Juventude e Ensino Médio: diálogo, sujeitos e currículos**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. cap. 1, p. 53-75.

_____. Os Jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla L. **Juventude e Ensino Médio: diálogo, sujeitos e currículos**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. cap. 1, p. 157-205.

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

BRASIL. **Matriz de referência ENEM**. INEP. 2012.

PIERRE, Bourdieu. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. cap. 2, p. 45-88.

CALLAI, Helena C. **Geografia em sala de aula prática e reflexões**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1998.

CARRANO, Paulo; Dayrell, Juarez. Juventude e Ensino Médio: quem é esse aluno que chega à escola? In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. **Juventude e Ensino Médio: diálogo, sujeitos e currículos**. UFMG, 2014.

CAVALCANTE, Thiago V. **Por uma arte geográfica no ensino**. Revista RA' e GA, Curitiba, n. 19, p. 97-105, 2010. Editora UFPR.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino: Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva sócio construtivista**. Goiânia, Ed. Alternativa, 2002. p.71-100.

_____. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas. Papirus, 2012.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. In: **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas. Papirus, 1998.

CHALITA, Ana Lucia. Ensinando Geografia através do lúdico: uma proposta de aprendizagem significativa. In: RAMOS SACRAMENTO, Ana Claudia (Org.). **Ensino de Geografia Produção do Espaço e Processos Formativos**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. cap. 8, p. 143-169.

CIQUEIRA, José Vandério. **Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista**. Terra Brasilis (Nova Série) [online], 7 | 2016. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/1787>>, Acesso em fevereiro 2017.

DEBORD, Gui. **A Sociedade Do Espetáculo E Outros Textos**. Livros da Revolta. 1967. Disponível em <http://movaut.net/livro/286168669-A-Sociedade-Do-Espetaculo-Guy-Debord.pdf>. Acesso em fevereiro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996

IBGE. **PNAD Contínua**. PNAD Contínua, 2016.

MOREIRA, Ana Elisa da Costa. **Relações entre as estratégias de ensino do professor, com as estratégias de aprendizagem e a motivação para aprender de alunos do ensino fundamental 1**.

2014. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Londrina.

PERRAUDEAU, Michel. **Estratégias de Aprendizagem – como acompanhar os alunos na aquisição dos saberes**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo. Cortez Editora. 2009.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RECLUS, Élisée. **Da ação humana na geografia física; Geografia comparada no espaço e no tempo**. Tradução e organização Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Expressão & Arte, 2010

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio; KAERCHER, Nestor. **Geografia, Práticas pedagógicas para Ensino Médio**. Volume 2. Porto Alegre. Editora Penso. 2011.

VASCONCELOS, André Tinoco de. **Pré-vestibulares populares: desafios políticos ao currículo e ensino de Geografia**. (Dissertação de Mestrado). UERJ. 2015.

VYGOTSKY, L. **Psicologia pedagógica**. São Paulo. Martins Fontes. 2004.

GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN

Iapony Rodrigues Galvão
(UFRN)

E-mail: iapony5@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho analisou como se dá o ensino da geografia nas séries iniciais da cidade de Caicó-RN, especificamente no 5º ano do Ensino Fundamental, entendendo as adversidades encontradas nessa disciplina, apresentando aspectos teóricos de como esse ensino vem sendo trabalhado nos últimos anos, associada as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores nessa série. Fundamentada em pesquisas bibliográficas e de campo, percebemos os obstáculos que envolvem o perfil da geografia nas suas séries iniciais do ensino básico, afetando os alunos no seu desenvolvimento intelectual. Diante disso, possibilitamos sugerir novas metodologias, de modo que a Geografia não seja vista como uma matéria secundária, mas sim tão importante quanto à língua portuguesa e a matemática.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Ensino Fundamental; Relação Professor-Aluno.

INTRODUÇÃO

A escolarização, em suas fases iniciais, é um processo de suma importância para a

formação intelectual do aluno. Logo, o mesmo deve ter o contato com as diversas áreas do conhecimento, e dentre elas a geografia tem o seu papel fundamental, pois através desta o discente passa a ter noções sobre o espaço geográfico, bem como suas características.

Nessa perspectiva, o trabalho buscou analisar o ensino da geografia nas séries iniciais, visando entender sua relevância enquanto disciplina do ensino básico; compreender as dificuldades encontradas no ensino da geografia sobre a perspectiva tanto do professor como do aluno; entender a formação acadêmica dos professores para lecionar a matéria, como também sua adequação.

Esse trabalho teve bastante relevância para se compreender como se organiza o ensino da geografia nas séries iniciais, especificamente no 5º ano do ensino fundamental de escolas públicas na cidade de Caicó – RN, onde se pôde avaliar o grau de conhecimento dos alunos e identificar a qualificação profissional dos professores.

A produção do trabalho se deu a princípio com a busca bibliográfica, a procura de embasamento teórico sobre o ensino da geografia nas series iniciais, tomando-se por base trabalhos e obras que já foram publicadas sobre o tema citado, como Cavalcante (1998),

Bento e Oliveira (2012), e os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia).

Como a pesquisa teve seu enfoque em analisar o ensino da geografia nas séries iniciais, utilizou-se da pesquisa de campo como ferramenta para obter os dados, e através de questionários qualitativos como técnica eficiente para a obtenção sistematizada dos dados, onde foram analisados o ensino e suas dificuldades sobre duas perspectivas, uma sobre a dos alunos, com perguntas voltadas aos conteúdos encontrados nos livros didáticos dos mesmos.

E sobre a perspectiva dos professores, onde se procurou também saber suas qualificações para o ensino da geografia, e as dificuldades encontradas para lecionar a matéria. O questionário foi aplicado em escolas públicas da cidade de Caicó/RN, entre os dias 14 e 17 de Novembro de 2017.

Como a análise se deu sobre duas perspectivas foram utilizados dois questionários com perguntas abertas, um para os alunos das séries do 5º ano e seus conteúdos, onde a entrevistada realizou-se em três escolas com um total de trinta e oito alunos; e outro questionário com perguntas abertas e fechadas para os professores, onde foi entrevistado um total de nove professores que lecionam ou lecionaram nas respectivas series.

A tabulação dos dados foi feita de duas formas: as perguntas fechadas foram coletadas e distribuídas estatisticamente para poder analisar os dados numericamente e saber a proporção das respostas. E as perguntas abertas foram analisadas e refletidas para que se pudesse compreender as dificuldades encontradas e suas impressões sobre a disciplina.

Logo, os resultados obtidos serviram para entender como se estrutura o ensino da geografia, assim como definir os aspectos apresentados nos objetivos.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Inicialmente, procuramos entender como a criança aprende os conteúdos da geografia na fase inicial da sua escolarização, como esses conteúdos estão sendo transmitidos para os mesmos e, principalmente, se os conteúdos estão relacionados diretamente com a realidade do aluno, pois, mais do que descritiva, é importante que a geografia trabalhe com o concreto, com o mundo vivido do aluno, como aponta Cavalcanti (1998, p.148):

Entre as ações docentes centradas a construção de conceitos pelos alunos, encontra-se a de se considerar a vivência como parâmetro do processo de conhecimento (...) Levar em conta o mundo vivido dos alunos implica apreender seus conhecimentos prévios e sua experiência em relação ao assunto estudado, o que pode vir junto com outras ações (...) o que implica, também, ter como fonte de conhecimento geográfico o espaço vivido, ou a Geografia vivenciada cotidianamente na prática social dos alunos.

Buscando compreender o processo de aprendizagem dos alunos da 5º série do

ensino fundamental, acabamos por encontrar problemáticas na difusão dos conteúdos da disciplina de geografia nas escolas. Um desses problemas e, diga-se de passagem, a porta de entrada para todos os outros impasses no que diz respeito ao ensino da geografia nessa série é o fato de que os professores, por serem pedagogos, não dispõem de uma especialização voltada à geografia, nem mesmo a qualquer outra área das ciências humanas.

Por sua vez, os docentes demonstram possuir apenas um conhecimento prévio sobre os assuntos geográficos, não demonstrando um domínio intelectual sobre os mesmos. Essa é uma das questões que vem sendo colocada por muitos pesquisadores que estudam o campo do ensino da geografia nas séries iniciais, segundo esses estudiosos são necessários, antes de tudo, que o professor encontre meios de executar mudanças em suas práticas educativas, e aí entra outro desafio encontrado no ensino.

As práticas educativas consistem no conjunto de métodos adotados pelos professores no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Sendo a geografia uma disciplina que busca fazer com o que o aluno consiga realizar uma leitura do mundo, é importante que os professores busquem meios de despertar a curiosidade dos mesmos para os assuntos estudados.

Se limitar apenas ao uso do livro didático em sala de aula faz com que, muitas vezes, o conteúdo não seja assimilado pelos discentes, e a Geografia passa a ser trabalhada de modo tradicional e não reflexivo (CAVALCANTI, 1998).

Para que o aluno consiga compreender o que está sendo estudado, é necessário que ele esteja inserido ao seu objeto de estudo, pois, segundo Piaget: o desenvolvimento cognitivo da criança se dá a partir da relação entre ela e o objeto a ser conhecido.

Nesse sentido, as aulas de campo é uma das diversas práticas educativas que o professor pode adotar nas suas aulas. Com o auxílio do livro didático, essas podem ser uma forma de os alunos entenderem determinados assuntos na prática, pois a teoria em determinado momento pode ser pouco atrativa para eles, mas, se relacionadas com outras linguagens educativas à compreensão por parte dos alunos pode fazer com que eles consigam executar uma maior leitura do mundo, uma vez que esse é o papel da geografia desde as séries iniciais.

Na atualidade, evidencia-se um déficit de compreensão dos conteúdos trabalhados na disciplina de geografia no decorrer das séries iniciais que os impedem de assimilar questões básicas de geografia que de acordo aos conteúdos abordados nos livros eles deveriam ter conhecimentos.

Apesar de haver uma valorização da Geografia como ciência, na sala de aula ela não é tão reconhecida como deveria ser. Em muitos casos os alunos, e também os professores, principalmente aqueles das séries iniciais, veem a geografia como uma disciplina secundária. Segundo Cavalcanti (1998, p.117):

Por não entenderem a importância dos conteúdos de Geografia para suas vidas, os alunos se comportam na sala de aula 'formalmente', ou seja, cumprem deveres de alunos para que possam conseguir aprovação da escola, sem se envolverem com os conteúdos estudados.

Mesmo havendo uma preocupação e responsabilidade dos professores em seu papel de preparar o aluno para que esses se tornem capazes de executar uma leitura a respeito do mundo, o que se vê no ensino da geografia são aulas pouco atrativas, que muitas vezes acaba não despertando o interesse do aluno por essa ciência, onde, conforme o discente vai evoluindo de série a disciplina vai se mostrando cada vez menos interessante.

A justificativa para esse embate não é tão simples. Como já foi citado acima, o ensino da geografia vem sofrendo alguns equívocos, um deles é a forma mecânica que os conteúdos estão sendo absorvidos, onde é transmitido para o aluno um conhecimento sistematizado do livro didático. Não basta o aluno saber a definição de bairro, cidade, estado, região, país e etc. sem que esses conceitos estejam diretamente ligados a sua realidade.

E deve ser levado em consideração o ensino da Geografia nas séries iniciais que, já no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, os alunos devem se inserir na leitura de mapas, atlas e o globo terrestre. De acordo aos PCN's da Geografia (op. cit., p. 104):

[...] a compreensão do espaço geográfico será trabalhada sempre que se estudar a paisagem, o território e o lugar; por outro, a questão da representação espacial, no contexto dos estudos, é um caminho importante para compreender a espacialidade dos fenômenos (ampliando a noção de espaço), para entender a função social da linguagem cartográfica, bem como os processos histórico-sociais de sua construção.

Diferentemente das séries posteriores, seus objetivos em sala não é tão díspares, abordando uma linguagem mais simples dos conteúdos de modo que os alunos, desde suas séries iniciais, consigam ter em mente alguns aspectos da geografia, como o país em que vive, as características da sua região, a localização do seu bairro, ter conhecimento dos pontos de orientação (esquerda, direita, frente, atrás, norte, sul, leste, oeste e etc.), saber questões básicas sobre o meio ambiente, como água, lixo, preservação, enfim...

É necessário que desde as séries iniciais os alunos consigam compreender aspectos que envolvem o mundo em que ele está inserido, de modo que essas crianças possam fazer uma análise mesmo que simplista daquilo que os cercam, pois, de acordo com CALLAI (2005) “A leitura do mundo é fundamental para que todos nós, que vivemos em sociedade, possamos exercer nossa cidadania”.

Assim, a experiência formada pelo professor durante sua graduação irá moldar seus conhecimentos, e através desse acúmulo, o profissional, quando for às salas de aulas, poderão exercer seu papel de transmissor de ensinamento de forma mais qualificada. E no caso das séries iniciais esse profissional ocupa uma posição importante, pois são eles a inserir os alunos em uma nova realidade, com rotinas de estudos e tarefas.

Na pesquisa realizada com professores dos anos iniciais, buscou-se conhecer qual a formação desses profissionais, e pode-se notar que eles geralmente são formados no curso de pedagogia, portanto são eles a cumprirem esse papel na fase

do 1º ao 5º, e de certa forma necessitam dominar vários campos de estudos, como português, história, geografia, entre outras.

Porém, se identifica que falta qualificação específica para cada área, pois na pesquisa realizada os dados apurados indicaram que 67% não tiveram capacitação para ensinar a matéria. O que se torna uma incógnita, já que nos cursos de pedagogia deve-se ter uma disciplina voltada exatamente aos conceitos e metodologias de ensino específicas a área de geografia.

Após ser levantada a questão fez-se uma breve busca em cursos de graduação de pedagogia para analisar a estrutura curricular, e entender como se encontra a geografia na sua distribuição, depois da análise da estrutura de quatro faculdades que fornecem a graduação de pedagogia, observou-se que em todas as estruturas existe ao menos um componente curricular obrigatório voltado aos conhecimentos geográficos e suas metodologias.

Entretanto, deve-se observar que os professores em questão provavelmente não possuíam na estrutura de seu curso nenhuma disciplina voltada a essa área, ou não possuíam um preparo teórico para ensiná-la.

Assim, demonstrando que os conhecimentos usados na hora de lecioná-la são frutos de seu conhecimento básico, ou provavelmente se prendendo apenas aos conceitos disponíveis nos livros didáticos, que por vezes pode se tornar limitados, uma vez que alguns desses professores com longa experiência e que sempre utilizam só o livro didático com seus alunos, também não compreendem determinados conteúdos tratados nos manuais (BENTO, 2012).

Portanto se os professores não estão entendendo os conteúdos e apenas os transmitindo de uma forma mecânica, ele não conseguirá desenvolver as abordagens e possibilitar aos alunos um ensino mais eficaz, pois ele não irá contextualizar esses conteúdos com o espaço real.

O uso do livro didático e de outros meios, como atlas e mapas, são bastante importantes no processo de construção dos conhecimentos da matéria, mas se os professores não tiverem domínio destes conteúdos, eles não conseguirão utilizá-los de forma adequada, o que impossibilitará ele de transmitir o conteúdo para seus alunos. E isso pode ser consequência da limitação imposta a eles nas suas formações, como será aprofundado a seguir.

ANÁLISES DA PESQUISA APLICADA

No questionário direcionado aos professores, buscou-se compreender a visão deles sobre a realidade do ensino de geografia, tais como suas possíveis dificuldades e também avaliar o rendimento dos alunos sobre sua visão. Dentro das três escolas, foram entrevistados um total de nove professores, se restringindo a percepção dos professores da terceira, quarta e quinta séries, buscando que eles fornecessem

informações sobre a visão dos docentes dos conteúdos de geografia das séries iniciais.

Inicialmente, procuramos entender qual a formação que eles possuem. Dessa forma, pode-se definir que todos os nove são formados em pedagogia, e dentre eles quatro possuem especializações ou pós-graduação, mas nenhuma delas voltadas ao ensino da geografia. Podendo destacar que apesar de terem que lidar cotidianamente com o ensino dessa disciplina eles não tem um direcionamento didático sobre os seus conceitos.

Em outro questionamento eles teriam que expressar se possuíam dificuldades em lecionar a matéria ou não, onde dentre os nove, sete responderam que não encontravam dificuldades em lecionar a matéria, e apenas dois afirmaram possuir dificuldades, indicando que os professores, apesar de não terem formações especificadas ao ensino da geografia, buscam formas de transmitir os conteúdos, e em suas concepções a maioria não encontram dificuldades no ensinamento da geografia nas séries iniciais.

Em outra pergunta, buscou-se compreender o espaço direcionado aos professores que responderiam sentir dificuldades no ensino da matéria, então dos dois professores que responderam possuir, apenas um especificou sua dificuldade com: “muitas vezes os assuntos não são adequados”, assim entende-se que ela avalia que os conteúdos indicados para serem lecionados possivelmente não condizem com a capacidade intelectual dos alunos, sem mencionar se eles estão atrasados ou adiantados ao conteúdo.

Buscando compreender os alunos através da visão dos professores, a quinta pergunta questionou como é o desempenho deles na disciplina, onde iriam responder entre bom, ruim ou regular. Oito responderam que o desempenho é bom, um respondeu que era regular.

No questionamento sobre sua formação, onde justificariam se durante sua graduação tiveram alguma capacitação específica para ensinar geografia, onde seis disseram não ter tido nenhuma voltada exatamente à área de geografia e apenas três indicaram que tiveram alguma especialização. Isso mostra que há notável desvalorização da matéria durante o processo de formação dos mesmos, uma vez 67% dos docentes afirmaram que não tiveram capacitação para o ensino da geográfica durante sua formação.

E sobre a avaliação dos professores sobre o livro didático e o conhecimento dos alunos, onde eles iriam apontar se dentro dos assuntos propostos pelos livros os conceitos geográficos são compreendidos pelos discentes. A maioria respondeu que sim, e dois dos nove professores responderam que não.

Ao final do questionário foi possível analisar que o professor precisa fornecer novos meios metodológicos que possa ir além do livro didático para que o aluno tenha uma melhor compreensão dos assuntos abordados, entretanto, muitas vezes eles não dispõem dos recursos necessários para tal.

No que se refere ao questionário discente, o mesmo foi relacionado ao interesse

deles pela matéria de geografia. Dos trinta e oito alunos entrevistados, trinta e um afirmaram gostar da matéria, apenas quatro disseram que não, outros dois deram respostas indecisas como “às vezes” e “mais ou menos”. Desses alunos, um não respondeu o questionário com a justificativa de não saber ler, demonstrando que os discentes demonstram interesse pela disciplina.

Seguindo a linha de avaliar a percepção deles a respeito da matéria, o segundo questionamento buscou saber o que eles viram no decorrer da disciplina em seus anos iniciais, e assim entender se eles tinham noções dos conteúdos geográficos. Dentro das respostas, vinte e três citaram assuntos relacionados à disciplina, e treze disseram ter aprendido algo, mas não souberam especificar.

Sendo assim, nota-se que uma parte dos alunos não soube apontar diretamente o que aprenderam, demonstrando uma possível dificuldade em compreender os assuntos, mas ainda assim uma porcentagem maior demonstrou ter noções do conteúdo estudado.

Posteriormente, procuramos entender a concepção deles sobre temas voltados ao conteúdo que eles estão estudando na série em questão (5^o série). Buscamos através dos livros didáticos utilizados por eles formular perguntas a partir dos conteúdos ensinados no decorrer do ano. Foram destacados apenas alguns temas abordados pelo livro, tais como a divisão regional do Brasil e outras voltadas ao meio ambiente.

E dos discentes entrevistados, apenas onze souberam responder corretamente as cinco regiões do país, dezessete alunos responderam parcialmente correto, quatro não acertaram nenhuma região, e seis não responderam ou colocaram apenas “sim” indicando que sabiam, mas não especificaram quais eram. Nessa perspectiva, pode-se notar que os alunos tem um conhecimento limitado ou não possui um domínio sobre a questão colocada.

Num questionamento relacionado ao conhecimento sobre as regiões, questionaram-se os alunos em qual região eles vivem, e pedimos para que eles descrevessem como ela é. Vinte e quatro responderam corretamente, e quatorze não acertaram ou não souberam responder. Apesar da maioria dos alunos saberem qual a região onde vivem uma quantidade expressiva não sabem o nome da sua região, e dentre os trinta e oito, vinte e seis não souberam destacar as características dela, como o clima, vegetação e cultura.

Sobre o conhecimento dos mesmos relativos às questões ambientais, pode-se observar que apenas doze souberam especificar o meio ambiente, desde formação de conceitos ou características que direcionavam suas concepções.

Porém, a maioria, nesse aspecto não colocou resposta condizente a pergunta, pois vinte e seis dos alunos colocaram que sabiam o que é o meio ambiente com respostas como “sim” ou “sei”, e não souberam definir com características, outros quatro deixaram em branco ou deram respostas errôneas.

Em complementação a este questionamento, os discentes deveriam indicar ideias de preservação ao meio ambiente, e nessa questão notou-se que, em contradição

ao resultado dos dados anterior pode-se observar uma concepção de preservação ambiental, pois trinta e cinco dos alunos apresentaram ideias preventivas, e apenas três não responderam. Dessa forma, a impressão que fica é que eles conhecem meios de preservação ambiental e conseqüentemente têm uma noção lógica do que é o meio ambiente, porém não sabem defini-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos expostos, a pesquisa demonstrou que o ensino da geografia nas séries iniciais é de suma importância para o aprendizado do aluno, onde através dessa disciplina o mesmo passa a ter uma compreensão do espaço em que está inserido a partir da leitura de mundo que o envolve.

Entretanto, verificou-se que existem falhas no que diz respeito à aplicação desse ensino, falhas essas que prejudicam a formação do discente e que podem persistir durante toda a sua vida escolar.

Como visto nos resultados obtidos nos questionários, é notável que a capacitação dos professores para lecionar a disciplina de geografia nessa fase não é tão adequada, pois a maioria dos entrevistados demonstrou ter apenas um conhecimento restrito aos conteúdos que compõe o livro didático devido à falta de um preparo específico para a área durante sua formação.

Em consequência disso, identificou-se uma deficiência de conhecimentos vindo dos alunos sobre questões básicas que a geografia abarca, dentre eles, conteúdos voltados ao território brasileiro, abrangendo perguntas a respeito das regiões do Brasil, bem como questões voltadas ao meio ambiente, onde alguns dos discentes não conseguiram dar respostas condizentes as perguntas.

Outro fato relevante a se destacar, é com relação aos alunos não indentificarem a materia, pois quando foram questionados sobre o que aprenderam na disciplina da geografia, uma parte da turma não soube especificar conteúdos que demonstrasse o que eles aprenderam nesses primeiros anos.

E outra questão indentificada durante o processo de ensino é que os professores em muitos casos tentam ir além do ensino tradicional e dos seus conhecimento restritos para melhorar esse processo, mas não possuem um apoio ou condições na sua realidade para implementar novos métodos.

Dessa forma, pudemos observar que durante a primeira fase do ensino fundamental, apesar dos esforços para lecionar essa matéria, há lacunas relacionadas ao preparo dos profissionais, por consequência da sua formação e no processo educacional, refletindo diretamente no desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **O caminho da aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: Da ação à operação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3 ed. Brasília: MEC/SEF/MS, 1999 Geografia, (2º ciclo, p. 104)

BRASIL, **Referência: História, Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. P.81.

BENTO, Izabella Peracini; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de. **Formação de professores: pesquisa e prática pedagógica em geografia** Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2012.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino Fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, 2005.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998

PROJETO BURITI: **Geografia: ensino fundamental: obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna: editora responsável Juliana Maestu**. - 3 - ed. São Paulo: Moderna. 2014.

O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

Ismael Donizete Cardoso de Moraes

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG e professor formador no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do estado de Mato grosso
Barra do Garças – MT

Vanilton Camilo de Souza

Professor no Instituto de Estudos Socioambientais da UFG
Goiânia – GO

RESUMO: Este artigo discute aspectos relacionados ao conceito de lugar na formação continuada e no ensino dos conteúdos de Geografia por professores pedagogos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. A abordagem histórico-cultural de Vygotsky e a teoria do ensino desenvolvimental de Davydov norteiam esse trabalho e o mesmo é resultado de um curso de formação continuada para os docentes nos referidos anos. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa qualitativa e o levantamento de informações teve como base a observação. Ao analisarmos os resultados obtidos com a pesquisa, pouco se evidenciou na prática pedagógica das professoras uma mudança em relação à proposta metodológica que levasse, por um lado, à superação do ensino tradicional e, por outro lado, na

utilização do lugar como ponto de partida para o ensino dos conteúdos de geografia. Isso não quer dizer que o ensino desenvolvimental não possa contribuir na formação continuada e na atuação dos professores em sala de aula. Entretanto, mesmo que a formação seja de curta duração, é necessário que se estabeleça etapas de planejamento e execução da teoria em sala de aula, com o acompanhamento do professor formador, haja vista que a pesquisa evidencia fragilidade didático-metodológica das professoras envolvidas. Entendemos que foi pertinente a experiência e os resultados mostram que o ensino desenvolvimental é uma proposta viável na formação continuada de professores, principalmente quando se almeja a superação da organização do ensino que promove apenas o desenvolvimento do pensamento empírico dos conteúdos geográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar, Formação continuada, Ensino desenvolvimental.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo discute a problemática que envolve a formação continuada de professores pedagogos e o ensino dos conteúdos de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Nossa preocupação com o tema surgiu a partir de uma série de atividades

que realizamos enquanto professor formador no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação do Estado de Mato Grosso (CEFAPRO). Nessas atividades de acompanhamento da formação continuada e nas discussões com colegas percebemos que o ensino ainda se baseia essencialmente na transmissão de informações e fatos sem relação com o conhecimento geográfico. Isso fez com que buscássemos outras perspectivas de organizar o ensino, na qual professores e alunos pudessem se apropriar do conceito, não como definição, mas de tal forma que desenvolvessem o pensamento teórico.

Assim, nossa hipótese é a de que existem fragilidades teóricas em relação aos conceitos das disciplinas, acentuando-se entre os pedagogos, responsáveis pela formação das crianças de zero a dez anos em todas as disciplinas. Isso faz com que os conteúdos sejam ensinados de forma tradicional e, muitas vezes como uma reprodução do livro didático.

Diante da condição de superficialidade do ensino e da aprendizagem da Geografia pouco referenciado pelos conceitos, por parte dos alunos, surgiu a ideia de organizar um curso formação continuada para professores pedagogos, destacando alguns conceitos que vinham sendo pouco enfatizados na formação inicial e, quando ocorriam, era de forma empírica.

Desse modo, a formação continuada dos professores pedagogos das escolas públicas de Barra do Garças e Pontal do Araguaia foi planejada e desenvolvida por dois professores formadores de Geografia e uma pedagoga que atuava na alfabetização. Todas as etapas do curso de 40 horas – planejamento e desenvolvimento – foram definidas a partir dos fundamentos da abordagem histórico-cultural e, fundamentalmente da didática desenvolvimental de Davydov. Os conteúdos do curso foi desenvolvido a partir dos conceitos de lugar, paisagem e cartografia. Nesse artigo, no entanto, enfatizamos somente o conceito de lugar que tem se destacado como referencial teórico-metodológico para o ensino dos conteúdos de geografia, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o desenvolvimento desse estudo, estabelecemos como objetivo principal analisar as contribuições do curso de formação continuada – o ensino de geografia na perspectiva da teoria desenvolvimental de Davydov – na prática pedagógica dos professores pedagogos da rede pública estadual de Barra do Garças-MT e Pontal do Araguaia-MT.

Para nos aproximarmos desse objetivo buscamos conhecer a concepção de lugar dos professores que participaram do curso de formação continuada; analisar se a organização didática do curso de formação continuada contribuiu para a apropriação do conceito de lugar pelos professores pedagogos em uma perspectiva teórica e; identificar se os professores utilizam o lugar como referencial para o ensino dos conteúdos de geografia.

Para analisar se a formação continuada, pensada a partir dos pressupostos do ensino desenvolvimental, contribui com a formação dos professores pedagogos,

nos pautamos no método dialético que, segundo Sánchez Gamboa (2012), quando empregado em pesquisa qualitativa, possibilita que os fatos não sejam considerados fora de um contexto social. Além disso, Ludke e André (1986) dizem que a pesquisa qualitativa possibilita um contato direto e prolongado do pesquisador com o objeto que está sendo pesquisado e, ainda, permite uma descrição minuciosa dos acontecimentos, das situações e dos materiais obtidos, elementos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Para a produção de informações utilizamos o questionário, a observação e a entrevista, porém nesse artigo discutimos apenas o resultado da observação.

No total foram observadas 16 aulas de duas professoras e os conteúdos dessas aulas foram alfabetização cartográfica em uma sala de segundo ano da professora P5 e regionalização do Brasil, relevo e vegetação do Brasil e regionalização do continente americano em uma sala de quinto ano da professora P4.

2 | A PRÁTICA DOCENTE DAS PROFESSORAS QUE PARTICIPARAM DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.

Embora 25 professores tenham concluído o curso de formação continuada, observamos somente a prática de ensino de duas professoras, doravante denominadas P4 e P5. A escolha dessas professoras foi direcionada pelas turmas nas quais desenvolvem a docência, ou seja, optamos por duas professoras que, em 2014, estavam lecionando no 2º e no 5ª ano, assim poderíamos analisar o lugar como referência para o ensino de geografia no início e no final dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.1 A atuação da professora “P5”

A professora “P5” exerce a atividade docente há quinze anos. Concluiu a graduação, na modalidade à distância, em uma instituição particular. Possui a especialização na modalidade presencial e, em 2014, assumiu uma sala do 2º ano. Durante as observações das aulas, percebemos que a professora tinha uma proposta metodológica que inclui diversas atividades de ensino e aprendizagem. Dentre elas destacam-se as aulas expositivas dialogadas, trabalhos em grupos, leitura individual e coletiva e debates.

O conteúdo do período de observação esteve basicamente vinculado à alfabetização cartográfica, na qual foi possível perceber o início do desenvolvimento de alguns conceitos como localização, orientação, representação cartográfica, pontos de referência e relações espaciais, tendo como referência o lugar, o espaço próximo e conhecido pelas crianças. A exceção esteve por conta de dois dias letivos em que foram desenvolvidas atividades relacionadas aos países participantes da Copa do Mundo.

Para trabalhar localização e orientação, por meio de pontos de referência, a professora iniciou a aula fixando no quadro um cartaz com uma cena da história de

Chapeuzinho Vermelho e contou a história enquanto os alunos acompanhavam a leitura no livro paradidático. Em seguida, pediu que eles observassem o cartaz para que pudessem descrever o que haviam entendido. Um aluno perguntou: “[...] o que são esses números no desenho?”, e a professora respondeu que eram pontos de referência. Ela poderia ter perguntado para o aluno o que ele achava que eram aqueles números, como forma de estimulá-lo a pensar, pois respostas pontuais, segundo Vygotsky (2001), matam o desejo de apreender.

O objetivo dessas atividades era promover noções de localização e orientação por meio dos pontos de referência contidos no cartaz, principalmente o rio (maior distância) e a floresta (menor distância), que tinha o lobo como desafio. Percebemos que nesses dois momentos a intenção era desenvolver noções gerais de conceitos como pontos de referência, espaço e tempo.

O procedimento utilizado pela professora foi importante para que os alunos pudessem fazer uso dos conceitos para resolver problemas da vida prática. Isso se efetivou quando a professora solicitou que os alunos desenhasssem o trajeto de sua casa para a escola, apontando alguns pontos de referência. Nessa aula, alguns alunos perguntaram o que era ponto de referência e a professora respondeu de imediato, perdendo a oportunidade de fazer com que os alunos pensassem sobre o conteúdo.

Após a explicação da professora, os alunos começaram a falar de pontos de referência para localizar a escola e sua casa e, posteriormente, desenhar o trajeto. Todos os alunos fizeram a tarefa, mas alguns desenhos apresentaram o trajeto e os pontos de referência pouco compreensíveis. Nesse caso, entendemos que a professora deveria retomar o conteúdo na aula seguinte para um aprofundamento dos conceitos relacionados ao tema.

Na aula seguinte, a professora perguntou sobre o que haviam estudado na aula passada e um dos alunos disse: “[...] estudamos sobre ponto de referência, tem quatro pontos de referência para chegar à minha casa” (Aluno “A”). A professora perguntou sobre os pontos de referência da história de Chapeuzinho Vermelho para introduzir o conteúdo daquele dia - “Cuidados com a nossa moradia”.

Com a introdução do novo conteúdo, percebemos a desarticulação entre os conteúdos muito presente em nossas escolas e que no caso específico desse trabalho tem como responsável a dependência do livro didático, nos quais os conteúdos se apresentam consideravelmente fragmentados.

Nas duas últimas semanas do mês de junho, aproveitando a euforia e a motivação dos alunos, a professora ensinou os conteúdos relacionados aos países que estavam participando da Copa do Mundo e as cidades sedes, no Brasil. Os alunos ficaram muito empolgados e participaram ativamente das tarefas propostas, geralmente os meninos eram mais participativos do que as meninas, pois eram mais ligados ao futebol. Na primeira operação, a professora colocou o mapa mundi no quadro e disse que estavam participando da copa países de todos os continentes, e perguntou se eles sabiam quantos países estavam participando da copa. Vários alunos responderam, mas

nenhum disse trinta e dois, então a professora respondeu: “São trinta e dois países”. Um aluno perguntou: “[...] por que só poucos países que participam?”. A professora respondeu que existem mais de duzentos países e não daria para todos participarem, pois precisaria de muito tempo para os jogos – mais uma vez perdeu a oportunidade dos alunos pesquisarem sobre o tema. Na sequência, entregou uma folha com uma lista das cidades sedes da copa e o nome dos estádios, além de um mapa do Brasil com as cidades destacadas. Levou os alunos até um pequeno mapa do Brasil que fica pendurado na lateral da sala e dialogou sobre os estados em que estavam ocorrendo os jogos da copa. Entregou um mapa do Brasil dividido em estados e, como segunda tarefa, pediu que eles pintassem os estados em que estavam ocorrendo os jogos da copa. Alguns alunos fizeram comentários interessantes sobre o tamanho dos estados: “O estado de Amazonas é grande e o Rio de Janeiro pequeno”. (Aluno B). - “Não, disse outro aluno. O Rio de Janeiro não é pequeno, é menor que o Amazonas, mas foi reduzido para caber no mapa”. (Aluno A). Essa fala foi importante para introduzir uma tarefa envolvendo o conceito de escala, mas para isso era necessário que o professor estivesse preparado para situações como essa, pois isso acarretaria conhecimentos que não havia sido planejado.

Merece destaque, nessa tarefa, que, embora com algumas limitações conceituais e materiais, a professora procurou superar a fragmentação típica dos currículos tradicionais. Nesses currículos os estudos iniciam, no primeiro ano, pelo espaço ocupado pelo corpo, pela casa e pela rua e, de forma linear, se ampliam, nos anos seguintes, para os estudos do bairro, da cidade, do estado, até chegar ao mundo. Para Cavalcanti,

O questionamento a essa abordagem já é feito desde o final do século XX, por se entender que desde o primeiro ano, deve se trabalhar a ideia de que os espaços de vivência, a configuração desses espaços, o “jeito” que eles vão tomando, tem a ver também com a produção de espaços maiores, da cidade, do estado ou do país ou mesmo de outro país, porque é resultado de um processo histórico e social mais amplo, do qual esses espaços fazem parte. (CAVALCANTI, 2012, p. 166-167)

Outro aspecto importante no desenvolvimento metodológico se deu em relação ao tratamento do conceito de lugar, pois nas aulas em que foram ensinados os conteúdos sobre os países que participaram da Copa e os estados brasileiros que sediaram os jogos não houve referência a esse conceito. Isso seria possível se a professora, a partir do conceito de futebol, envolvesse, por exemplo, os lugares nos quais os alunos praticam esse esporte no cotidiano. Entretanto, nas aulas anteriores em que foram trabalhados conteúdos relacionados à organização espacial, localização, orientação, representação cartográfica, pontos de referência e relações espaciais, o quarto, a rua, a casa e o bairro foram o ponto de partida para as primeiras noções sobre esse sistema de conceitos. Isso é fundamental para a aprendizagem, pois, segundo Relph (2012) o lugar é onde conflui a experiência do cotidiano, e também como essa experiência se abre para o mundo. O ser é sempre articulado por meio de lugares específicos, ainda que tenha que se estender para além deles para entender o que significa o mundo.

2.2 Atuação da professora “P4”

A professora “P4” exerce a atividade docente há dezesseis anos. Concluiu as graduações¹ e a especialização na modalidade presencial em uma instituição particular e, em 2014, exerceu a docência em uma sala do 5º ano formada por dezesseis alunos. Quanto ao desenvolvimento do conteúdo, observamos que a professora trabalhou a divisão político-administrativa brasileira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a divisão do continente americano e relevo e vegetação no Brasil. Nas aulas referentes aos dois primeiros temas a professora utilizou a mesma metodologia: fez uso de dois mapas, um do Brasil e outro do continente americano com o contorno dos estados no primeiro e dos países no segundo. As duas tarefas estavam acompanhadas por uma lista de perguntas e informações para que os alunos respondessem ou, a partir delas, colorissem o mapa enquanto consultavam o livro didático. A instrução da professora era: “Pinte de verde o estado em que você mora. Quais estados que compõem a nossa região? Quais estados compõem a região Sul? Quantos estados formam a República Federativa do Brasil?”.

Chamou nossa atenção a forma como os conceitos passaram despercebidos nos exemplos anteriores. É possível destacar, no conteúdo abordado, a presença de três conceitos relacionados à organização socioespacial – conceitos de região, república e federação. Assim, a palavra região, muito comum no cotidiano, passou despercebida, isso porque de tanto ouvir e repetir se tem a impressão de domínio do conhecimento que, na verdade, não passa de um produto. Nessa perspectiva, sabemos que existe região por ser um termo muito utilizado empiricamente no cotidiano. Este conhecimento, segundo Vygotsky (2001), ocorre do particular para o geral e do concreto para o abstrato, com a generalização das coisas, e não do pensamento. O mesmo aconteceu com o termo “República”, mas a palavra “Federativa”, embora componha o nome do nosso país, não é muito comum na linguagem cotidiana e houve alguns questionamentos. Entretanto, o livro didático trazia apenas que o nome oficial do Brasil é República Federativa do Brasil. Isso fez com que passasse despercebido e os alunos apenas copiaram o que estava no livro e a aula prosseguiu. Nesse caso, segundo Libâneo (2010), o professor precisou apenas das condições empíricas para passar o conteúdo pré-elaborado. Vale ressaltar que, nessa proposta pedagógica, o máximo que os alunos conseguem é a classificação e a memorização mecânica.

Em relação ao conteúdo sobre o continente americano, os procedimentos foram os mesmos, ou seja, inicialmente a professora apresentou o mapa e as perguntas para explorá-lo: “[...] o continente americano está dividido em três partes. Quais são elas? Que países compõem a América do Norte? Quais são os países antilhanos? Quais países fazem parte da América Central? Que países da América do Sul fazem divisa com o Brasil e quais não fazem?”. Aos alunos caberia pesquisar no livro didático, pintar o mapa e responder as questões.

1. Além da formação em Pedagogia, a professora possui graduação em História.

Quatro aspectos merecem destaque nessa aula: o primeiro diz respeito a uma pergunta feita por um aluno: “O que é América Anglo-Saxônica?”. Como a professora carecia de conhecimentos deu a entender que era sinônimo de América do Norte; o segundo refere-se à outra pergunta: “Por que não pode pintar os países de azul?” Boa pergunta! Mas a aluna ficou com a resposta de um colega que disse: “azul é a cor do oceano”. Nesse aspecto, passou despercebido o conceito de convenção cartográfica e, mais uma vez, prevaleceu o ouvir e o reproduzir empiricamente uma informação; o terceiro ponto diz respeito ao conhecimento cotidiano em relação aos termos em cima e embaixo como sinônimos de norte e sul. Essas relações topológicas elementares são importantes para o desenvolvimento do conhecimento científico (conceito), mas a educação escolar deve ter como meta sua superação. Para isso, é necessária a organização do ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos produzidos historicamente. Por último e não menos importante, chamou nossa atenção à inexistência de referência ao lugar. Barra do Garças (MT) tem uma localização geográfica privilegiada para tomá-la como ponto de partida para os estudos sobre divisão territorial em escalas geográficas maiores. A cidade faz divisa a leste com a cidade de Pontal do Araguaia (MT) e Aragarças (GO). Temos aqui elementos simbólicos importantes para o desenvolvimento do conceito de divisão territorial, em uma perspectiva teórica, para possibilitar que os alunos façam generalizações para outras escalas e regiões do planeta.

Nesse sentido, “[...] esse é o exercício a ser feito na geografia, essa é sua contribuição no desenvolvimento intelectual dos alunos, proporcionando instrumentos simbólicos que permitem uma visão particular da realidade” (CAVALCANTI, 2013, p. 55). Assim, segundo a autora, é possível “enxergar” para além do empírico.

No estudo do relevo e da vegetação do Brasil a professora iniciou entregando aos alunos duas folhas, nas quais pediu que escrevessem “relevo” em uma e “vegetação” em outra. Entregou também edições desatualizadas de livros didáticos para que os alunos pudessem recortar. A tarefa consistiu em recortar figuras sobre relevo e vegetação e colar nas folhas. Para desenvolver essa tarefa, a sala de aula foi dividida em quatro grupos, mas essa divisão não foi explorada pela professora, pois os alunos trabalharam individualmente, não havendo justificativa para tal organização.

A metodologia de aula empregada pela professora pouco contribuiu para a apropriação dos conceitos por parte dos alunos, uma vez que, ao escolherem as figuras do livro didático para serem coladas nas folhas, estabelecem uma relação mecânica com o conteúdo.

Nesse sentido, o ensino de Geografia está dissociado do lugar de vivência dos alunos e, muitos deles, provavelmente, nem sabem que a escola está localizada em uma área de fundo de vale e que um córrego deu lugar a uma rua próxima à escola, sendo canalizado para possibilitar o avanço da mancha urbana. Esses elementos são de grande relevância para a compreensão da organização socioespacial do lugar onde vivem e poderia ser tomado como ponto de partida para a compreensão do relevo e da

vegetação, enquanto conteúdos curriculares.

Um aspecto interessante aconteceu com uma aluna que recortou do livro figuras de relevo com formatos variados, quando perguntamos: O que tinha causado aqueles formatos nas rochas? Ela disse que não sabia, mas achava que tinha sido o homem. Na sequência perguntamos para dois alunos o que entendiam por relevo. Um disse que era um tipo de vegetação e o outro retrucou: “Não! Relevo são montanhas, planaltos, serras, etc.”. Na resposta do segundo aluno, evidencia-se o resultado de uma forma de organizar o ensino que privilegia o dado empírico por meio do qual, segundo Davydov (1988), as crianças não ultrapassam a enumeração e a classificação.

Esse fato não é específico da prática da professora “P4”, visto que, segundo Cavalcanti, as pesquisas na área de ensino de geografia têm demonstrado que essa tem sido uma prática muito comum nas escolas brasileiras.

As aulas ainda seguem, em muitos casos, o estilo tradicional de transmissão verbal, com a preocupação principal de “passar” o conteúdo que está sistematizado e disponível nos currículos e no livro didático. A aprendizagem é buscada pela repetição do conteúdo nas atividades em classe ou em casa. (CAVALCANTI, 2010, p. 6)

Vale ressaltar que o lugar, como proposta metodológica, não apareceu na organização da aula. É nesse sentido que Young (2011) chama a atenção para o papel da escola (professores) de trazer para a realidade dos alunos o conhecimento que se produz em esferas ou instâncias superiores e que, de outra forma, estaria fora de seu alcance. Isso porque para as crianças, muitas vezes, isso é “coisa de livro” ou dos meios de comunicação como a televisão e a internet. Uma alternativa para essa maneira de organização seria estimular no aluno o gosto pela pesquisa.

Essa não é uma realidade específica da atuação da professora, pois a pesquisa ainda é pouco explorada na educação escolar brasileira. Para Demo é preciso mudar essa imagem e, para isso, aponta que “[...] é essencial desfazer a noção de aluno como sendo alguém subalterno, tendente a ignorante, que comparece para escutar, tomar nota, engolir ensinamentos, fazer provas e passar de ano”. (DEMO, 2007, p. 15). Essa é uma discussão que também esteve presente na elaboração dos PCNs ao estabelecer que um dos objetivos da Geografia é “[...] conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições” (BRASIL, 1997, p. 81). Nas Orientações Curriculares para o Estado de Mato Grosso essa ideia também aparece ao estabelecer o estudo do meio como uma das estratégias didáticas “O estudo do meio é um procedimento de pesquisa muito rico e importante para o processo de aprendizagem, porque permite ampliar o conhecimento da realidade física, social e cultural [...]”. (MATO GROSSO, 2010, p. 72) Com isso reiteramos que cabe aos professores o conhecimento teórico dos conceitos disciplinares e a organização do ensino a partir dos conhecimentos cotidianos dos alunos, da pesquisa e da realização tarefas. Esse pode ser um caminho

promissor para a apropriação dos conteúdos de forma teórica pelos alunos. Foi com essa preocupação que organizamos o curso de formação continuada na perspectiva do ensino para o desenvolvimento com ênfase ao conceito de lugar como categoria fundamental para o ensino de geografia.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os resultados obtidos com a pesquisa, percebemos a necessidade da continuidade destes estudos nos grupos de estudo e pesquisa e no Cefapro.

Segundo Davydov, a renovação do ensino com vistas à superação do modelo tradicional de transmissão de conhecimento meramente empírico é um processo de longo prazo e que dificilmente se resolve com apenas um curso de formação continuada. Além disso, temos consciência de que o tempo destinado aos estudos no curso de formação continuada comprometeu a conjugação dos elementos fundamentais para a organização do ensino e para a mediação da aprendizagem, ou seja, os conhecimentos psicopedagógicos, didáticos e disciplinares. Soma-se a isso o fato de que a cultura escolar está envolta pela lógica da transmissão do conhecimento e pela passividade dos alunos no processo de aprendizagem.

Embora esses aspectos tenham interferido nos resultados do curso de formação continuada, podemos afirmar que ocorreram indícios de apropriação teórica do conceito de lugar; porém, pouco se evidenciou, nas práticas pedagógicas das professoras, uma mudança em relação à proposta metodológica que levasse à superação do ensino tradicional e à utilização do lugar com referência para o ensino dos conteúdos geográficos.

Os resultados podem estar relacionados ao fato de que, embora as professoras estejam em processo de apropriação dos conceitos, apresentam dificuldade em organizar o ensino nessa perspectiva. Soma-se a essa ideia o fato de o curso estar direcionado à apropriação teórica do conceito de lugar, com pouco ou nenhum controle sobre outros conhecimentos didático-pedagógicos imprescindíveis para se organizar o ensino de forma que se promova nos alunos o desenvolvimento do pensamento teórico.

Esse tem sido um dos problemas relacionados às diferentes formações, tanto inicial como continuada, pois tem sido mais cômodo seguir o livro didático, com o qual não se faz necessário gastar um tempo razoável para planejar as aulas, basta seguir o que está proposto no livro.

Diante disso, entendemos que a viabilização da proposta do ensino desenvolvimental na formação continuada deve ir além do ensino dos conceitos, e isso implica que os professores formadores participem do planejamento e da execução das propostas no decorrer do ano letivo. De outra forma, incorreremos no mesmo problema dos cursos de formação continuada de natureza pontual, em que o conhecimento

produzido tem apresentado pouca alteração na prática pedagógica dos professores.

Com isso queremos dizer que os professores não podem ser considerados como meros executores e cumpridores de decisões técnicas e burocráticas desenvolvidas em condições diferentes da realidade escolar. Essa condição reforça a nossa proposição de participação mais efetiva das instituições formadoras no desenvolvimento de uma proposta de superação do ensino meramente empírico. Além disso, o que se tem visto em seu processo formativo é a prática considerada em si mesma, dissociada da análise crítica.

Como nosso objetivo principal era analisar as contribuições do curso de formação continuada na prática pedagógica das professoras, ou seja, na superação do ensino empírico dos conteúdos geográficos e no uso do lugar como referencial teórico para o ensino de Geografia, na observação das aulas percebemos diferentes níveis de apropriação conceitual por parte das duas professoras. Algo plenamente previsível se considerarmos que a apropriação dos conceitos pode variar de acordo com as necessidades e os motivos.

Assim, principalmente em relação à dialética local/global, a maioria das aulas da professora “P5” teve o lugar do aluno como ponto de partida para o ensino. Por outro lado, na atuação da professora “P4”, não foi possível perceber o lugar do aluno e os conhecimentos cotidianos em sua organização do ensino.

No entanto, de nossa experiência com esta pesquisa podem ser capturados alguns elementos para uma crítica mais ampla acerca de suas contribuições e limites e seu verdadeiro valor, para pensar a formação continuada a partir dos fundamentos da teoria histórico-cultural. Isso se deve principalmente por ter nos proporcionado vivenciar empiricamente a prática pedagógica das professoras e desse modo, tendo como referencial os resultados alcançados, apontamos algumas possibilidades pelas quais é possível ampliar as contribuições do ensino desenvolvimental na formação continuada de professores. a) mesmo que a formação se realize em cursos com períodos de curta duração – quarenta horas, por exemplo – é necessário que se estabeleça etapas de planejamento e execução da teoria em sala de aula, com o acompanhamento do professor formador; b) ir além do ensino dos conteúdos disciplinares, haja vista que a pesquisa demonstra fragilidade didático-metodológica de uma parcela significativa das professoras envolvidas.

Enfim, o estudo nos proporcionou a convicção de que o ensino desenvolvimental se apresenta como alternativa a ser considerada caso se queira buscar perspectivas para a melhoria da formação continuada de professores, no contexto da educação brasileira, em que são inúmeras as dificuldades, principalmente por parte dos pedagogos, para avançar no processo de ensino e aprendizagem dos conceitos geográficos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAVALCANTI, L de S.. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas Atuais. Belo Horizonte. **Anais do Seminário**, 2010, p. 1-16.

_____. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papyrus, 2012.

_____. Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. In: SILVA, E. I. da; PIRES, L. M. **Desafios da didática em geografia** (Org.). Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. p. 45-65.

DAVYDOV, V. V. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**. Havana: Editorial Progreso, 1988.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

LIBÂNEO J. C. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 229, p. 562-583, set./dez. 2010.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas – Educação Básica**. Cuiabá-MT: Gráfica Print, 2010.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

YOUNG, M. F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 48, set-dez. 2011. p. 609-623.

POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA

Cássia Hack

Universidade Federal do Amapá – UNIFAP,
Departamento de Educação
Macapá – Amapá

Celi Nelza Zülke Taffarel

Universidade Federal da Bahia – UFBA,
Faculdade de Educação
Salvador – Bahia

Sicleide Gonçalves Queiroz

Universidade Federal da Bahia – UFBA,
Faculdade de Educação
Salvador – Bahia

RESUMO: O texto apresenta elementos acerca de uma Política Pública em sua Ação “Escola da Terra” do Programa Nacional de Educação do Campo, bem como sua experiência concreta desenvolvida na Universidade Federal da Bahia pelo coletivo do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer e a partir de sua criação em 2015 o coletivo do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo. Trata da realização de um Curso de Aperfeiçoamento com complementação de carga horária caracterizando Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo aos professores que atuam em classes multisseriadas no campo no Estado da Bahia. Curso desenvolvido em três edições durante os anos de 2014 a 2017. A experiência demonstra

i) a elevação da formação e a correspondente qualidade na atuação dos professores cursistas, ii) a necessidade da continuação deste trabalho, em novas versões, aperfeiçoadas, a partir da crítica, ao que já foi realizado, iii) a necessidade da ampliação de recursos e vagas para esta Ação do Programa Nacional de Educação do Campo. A defesa da permanência desta Política Pública, ainda que com ajustes necessários, implica em disputa de recursos públicos para dar continuidade nos rumos na formação humana e, em última instância, o projeto histórico para além do capital, o projeto histórico socialista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Educação no Campo; Formação de Professores, Escola da Terra, Pedagogia Histórico-Crítica.

ABSTRACT: The text presents elements about a Public Policy in its Action named “School of Earth”, of the National Program of Countryside Education, as well as its concrete experience developed at the Federal University of Bahia by the collective of the Group of Study and Research in Physical Education, Sport and Leisure, and from its creation in 2015, the collective of the Group of Study and Research in Countryside Education. It concerns the execution of a Further Training Course with complementation of workload, characterizing Specialization in Historical-Critical Pedagogy for the Countryside Schools to teachers who

work in multiseried classes in the countryside in the State of Bahia. Course developed in three editions during the years 2014 to 2017. The experience demonstrates i) the increase of the training levels and the corresponding quality in the performance of the teachers who took the course, ii) the need for continuation of this work, in new, improved versions, considering the criticism about what has already been done, iii) the need to increase resources and vacancies for this Action of the National Program of Countryside Education. The defense of the permanence of this Public Policy, although with necessary adjustments, implies in a dispute of public resources to give continuity towards the human education and, ultimately, the historical project beyond capital, the socialist historical project.

KEYWORDS: Education; Countryside Education; Teacher Training, School of Earth, Historical-Critical Pedagogy.

1 | INTRODUÇÃO

Em tempos de estado de exceção, instituído por meio do golpe à Presidenta da República no Brasil destituída do cargo em 12 de maio de 2016, o governo golpista aprofunda uma condição de miséria com ataques ininterruptos à Classe Trabalhadora, com o desmonte da regulamentação do trabalho através da reforma trabalhista, o ataque ao sistema previdenciário, o ataque à Educação com a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, a aprovação da proposta de emenda constitucional - PEC do teto - que congela por longos vinte anos os investimentos públicos nos direitos sociais, portanto, na Educação, na Saúde e outros, com ataques derivados do cerceamento dos direitos democráticos com a supressão da composição autônoma do Fórum Nacional da Educação – FNE, com o impedimento da Reforma Agrária e o aumento da violência no campo com mortes, torturas, massacres, ataques aos indígenas e quilombolas, grilagem de terra, fechamento de escolas, e outras fenestrações, por exemplo, aos capitais estrangeiros quanto à venda da exploração do petróleo, do pré-sal, dos aquíferos, dos minérios e outras riquezas nacionais, neste tempo, urge tratar de pequenas possibilidades de minimizar as graves consequências desta política e qualificar a formação de professores no campo da Bahia enquanto uma ação de resistência.

A análise das condições materiais a partir das quais está imbricada a educação da Classe Trabalhadora em geral, e, em especial, a educação dos trabalhadores no campo, parte de três teses fundamentais: a) a educação é uma conquista histórica no processo de humanização, condição indispensável à existência humana; b) no modo de produção capitalista, a educação escolar é mecanismo de hegemonização da classe burguesa; c) a educação escolar não revoluciona a sociedade sozinha, mas sem ela a revolução tardará rumo ao projeto histórico de emancipação de humana, ou seja, da superação da sociedade de classes.

Aos trabalhadores do campo é colocada a necessidade histórica de luta pela

garantia de sua existência no campo, diante do avanço do latifúndio e do agronegócio, a estagnação da reforma agrária, a insuficiência das políticas públicas para os trabalhadores e o aumento da violência e dos conflitos no campo, aspectos que indicam que a luta de classes se acirra e impõe desafios aos movimentos de luta social no campo no plano teórico e programático (TAFFAREL, 2013, p.46). E nessa luta destacamos o direito a uma Educação Pública e de qualidade, voltada aos interesses dos trabalhadores.

Partindo da necessidade em contribuir com a educação no campo no plano teórico e programático, instrumentalizando os professores que atuam nas escolas no campo, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Educação (FACED), por meio da Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física e Esporte e Lazer (LEPEL) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC), participam da Ação “Escola da Terra” do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) desenvolvendo o Curso de Aperfeiçoamento de 200 horas com complementação de 160 horas caracterizando Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação do Estado da Bahia e as Secretarias de Educação dos Municípios envolvidos em cada edição do curso. A primeira versão foi desenvolvida em 2014-2015, a segunda em 2015-2016, a terceira em 2016-2017, a quarta está em curso 2017-2018.

Observa-se que a “Escola da Terra” PRONACAMPO prevê formação em nível de aperfeiçoamento aos professores. O coletivo que desenvolve esta ação na Bahia, a partir do trabalho socialmente útil da Universidade Pública, avança no sentido de propor a partir da UFBA uma complementação de carga horária para aprofundar os estudos dos professores envolvidos e certificando os professores de nível superior, em especialização *lato sensu*.

O objetivo deste texto é explicitar elementos da Política Pública para Educação do Campo através da Ação “Escola da Terra” do PRONACAMPO bem como a sua experiência concreta no trabalho desenvolvido pela UFBA apontando elementos teóricos que fundamentam a proposta e em seguida o desenvolvimento da ação.

2 | SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA TRADUZIDA NA “ESCOLA DA TERRA”

A “Escola da Terra” é uma das ações do PRONACAMPO, lançado pelo Governo Federal em 20 de março de 2012, com a publicação da Portaria nº 86 de 02 de fevereiro de 2013, que define ações específicas de apoio quanto à efetivação do direito à educação dos povos do campo e quilombola, considerando as reivindicações históricas oriundas dessas populações (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.1).

O PRONACAMPO constitui-se em uma política de educação específica para o campo e, nesta perspectiva, o Ministério da Educação

assume o desafio de, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, proceder a efetivação de suas ações, na medida em que compreende a educação como um direito público subjetivo e reconhece a enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.1)

No sentido de dar consequências a efetivação do direito quanto à educação no campo para quem está no campo, estabelecem-se os marcos legais da “Escola da Terra” atendendo às prerrogativas expressas nos dispositivos legais conforme expresso no Manual Escola da Terra (BRASIL/MEC/SECAD, 2014, p. 2 e 3).

A “Escola da Terra” busca promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades organizados em classes multisseriadas, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural a partir de quatro componentes: formação continuada de professores, materiais didáticos e pedagógicos, monitoramento e avaliação e, gestão, controle e mobilização social (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p. 3 e 4).

São objetivos da “Escola da Terra”:-

I - promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas;

II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. (BRASIL/MEC/SECADI, 2014, p.4).

Estados e municípios aderem à ação e cada um tem explicitado no Manual da Escola da Terra (BRASIL/MEC/SECADI, 2014) as suas responsabilidades bem como o Governo Federal por meio da SECADI/MEC e FNDE e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) cadastradas na Ação.

Quanto às Instituições Públicas de Ensino Superior, foram sete as escolhidas para desenvolver a “Escola da Terra”: a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No quadro 01 apontamos alguns dos dados quantitativos levantados pela SECADI quanto aos estados das IPES participantes, destacando os dados referentes à Bahia.

Estado	Municípios	Adesões	Escolas públicas	Escolas públicas no campo	Adesão Escola da Terra	Professores identificados	Professores solicitados	Escolas prioritárias*
AM	62	49	5.300	3.988	2.608	2.903	4.121	752
BA	417	325	17.967	11.917	6.143	11.517	12.631	1.833
MA	217	182	12.547	9.472	4.706	7.870	10.430	789
MG	853	381	13.048	4.728	2.291	6.097	7.425	417
PA	143	125	10.980	8.303	5.170	11.073	9.820	318
PE	185	153	7.638	4.839	3.000	4.200	5.777	344
RS	496	335	7.615	2.570	1.206	2.932	3.260	249

QUADRO 01 – Dados levantados pela SECADI/MEC

* Escolas que não participaram da Escola Ativa

Fonte: SECADI/MEC 2014.

Estes dados demonstram a desproporcionalidade do alcance das políticas públicas, ao constatar que na Bahia, por exemplo, são aproximadamente treze mil professores interessados na “Escola da Terra”, e, que até a quarta edição do curso a UFBA pôde formar em torno de dois mil professores.

É preciso, portanto que recursos sejam liberados conforme a capacidade e necessidade das IPES em atender a demanda nos estados bem como a abertura para financiar elementos que até então não estão previstos no contrato da Ação.

3 | EXPERIÊNCIA “ESCOLA DA TERRA” UFBA

A “Escola da Terra” na UFBA foi/é desenvolvida fundamentada no Materialismo Histórico Dialético enquanto teoria do conhecimento, por identificar nesta teoria a possibilidade de compreender o real concreto superando a pseudoconcreticidade (KOSIK, 1963), passando do real aparente em busca da realidade em sua essência, a partir de um processo histórico em suas múltiplas condições e relações.

Partimos do entendimento de que a “educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (SAVIANI, 2008, p.11). Deste modo, a base de nossa análise é o reconhecimento da existência de características especificamente humanas, que não estão inscritas na genética, e que por isso, não são naturais, mas, sim, produtos da construção histórica, ou seja, necessitam ser aprendidas.

A condição de desnaturalização humana desenvolveu-se pela necessidade de garantia da existência humana. Diferentemente dos outros animais que se adaptam à natureza para garantir a existência, o homem necessita adaptá-la às suas necessidades para garantir a própria existência, ato que explica a essência do trabalho. Nesse sentido, trabalho e atividade educativa são indissociáveis, pois o trabalho é uma ação intencional, adequada a garantia da existência, e, a atividade educativa é “ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (SAVIANI, 2008, p. 12).

Nessa relação entre trabalho e atividade educativa vale reiterar que no capitalismo, a dimensão produtiva do trabalho se sobrepõe a dimensão ontológica, uma vez que na

organização produtiva do capitalismo, o trabalho não é tido como princípio educativo, e sim como mecanismo de exploração do homem pelo homem. Na perspectiva de superação das determinações deste modo de produção na educação, Saviani afirma que, “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008, p. 13.)

De acordo com Saviani (2008, p. 12), a educação é uma categoria de produção do trabalho não-material, pois trata da “produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana”. O autor esclarece que a educação enquanto trabalho não-material diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção, dando como exemplo a relação entre a educação e o ensino, próprios do fenômeno educativo. Ainda de acordo com Saviani, o objeto da educação diz respeito a duas faces: “de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo” (SAVIANI, 2008, p.13). Quanto à primeira face, o conteúdo, trata-se de identificar o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório, ou seja, trabalhar com o “clássico”, que, diferentemente do tradicional, é aquilo que se firmou como fundamental para a garantia da humanidade produzida historicamente; e, quanto à segunda face, a forma, trata-se de descobrir os mecanismos mais adequados ao desenvolvimento do trabalho pedagógico para a garantia da elevação teórica da classe trabalhadora.

Os conteúdos são de extrema relevância para a aprendizagem, visto serem instrumentos de participação política da classe trabalhadora. Saviani adverte que sem o domínio dos conteúdos culturais, os membros das camadas populares “[...] não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação” (SAVIANI, 2012, p.55). O autor afirma ser uma condição de libertação “dominar o que os dominantes dominam”.

A escola, enquanto instrumento de manutenção da classe dominante, é palco de um sistema educacional que expulsa a classe trabalhadora da escola, e ou rebaixa a qualidade desta escola, expropriando-lhe o saber e condicionando-a a exploração de sua força de trabalho e manipulação da sua consciência ante a realidade. Saviani alerta que a Pedagogia Histórico-Crítica “foi pensada para ser implementada nas condições da sociedade brasileira atual, na qual predomina a divisão do saber” (SAVIANI, 2012, p.80), ou seja, neste período de transição.

Assim, “é a exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que se torna necessária à existência da escola (SAVIANI, 2008, p.15). Os estudos da Psicologia Histórico-Cultural, articulados à proposta da Pedagogia Histórico-Crítica, abordam a necessidade do reconhecimento do papel da educação escolar no desenvolvimento dos indivíduos quanto aos conteúdos e a

forma veiculados por ela, ao tratar do seu objeto de estudo, o psiquismo humano como sistema interfuncional complexo na formação da imagem subjetiva da realidade objetiva.

A formação da imagem subjetiva da realidade objetiva é responsável pela orientação do homem, subjetiva e objetivamente, na realidade concreta. Por isso, Martins (2013) ressalta que não é todo conteúdo ou conhecimento que possibilita o desenvolvimento do psiquismo humano, destacando a relevância da educação escolar “cuja função precípua deve ser a promoção do desenvolvimento dos indivíduos na direção da conquista e da consolidação dos comportamentos complexos culturalmente formados” (MARTINS, 2013, p. 02). Neste sentido, é importante destacar que no trabalho educativo escolar não é qualquer conteúdo e nem qualquer forma de desenvolvê-lo que possibilitará o alcance do objetivo de produzir a humanidade nos indivíduos; é preciso que a escola desenvolva a qualidade da imagem subjetiva da realidade a ser construída, aliada a um projeto de humanização.

No capitalismo, a formação do professor passa pelo desenvolvimento das políticas públicas emanadas das políticas neoliberais com as suas pedagogias do “aprender a aprender” que são, segundo Duarte (2004) apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana, baseadas no construtivismo e no escolanovismo, com o objetivo de produção e reprodução do modo de produção da vida a partir de um trabalho pedagógico esvaziado de sentido para a formação humana e desprovido de proposição histórica de superação.

Nesse sentido, o professor precisa reconhecer o quão essencial é o seu papel dentro da escola, rumo ao projeto histórico de uma sociedade sem classes, mas isso não acontecerá sem o domínio de uma consistente base teórica, ou seja, sem uma teoria revolucionária. Lombardi afirma que “o educador precisa romper com as pedagogias escolares articuladoras dos interesses da burguesia e vincular sua concepção e sua prática a uma perspectiva revolucionária de homem e de mundo” (LOMBARDI, 2013, p.14).

A exploração capitalista em terras *brasilis* surge da extração das riquezas naturais brasileiras pelos portugueses para fins comerciais no mercado da Europa do século XVI. Esse processo intensificou-se ao longo de mais de 500 anos de história do Brasil, acrescentando exploradores de outras nacionalidades, e também com a implementação da Lei nº 601, de 1850, que “regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2011, p.23).

A luta da população do campo pela terra, a partir da Reforma Agrária, está relacionada à garantia de mecanismos de produção e reprodução da vida no campo, para que se evite a continuidade da expulsão em massa da população do campo para a cidade. Taffarel (2013, p. 48) evidencia a “inexistência e/ou insuficiência de políticas públicas, econômicas e sociais no campo que beneficiem o contingente de trabalhadores rurais, os camponeses, que vivem efetivamente do trabalho do campo”.

De acordo com Saviani (2013, p. 08), a subordinação do campo à cidade e da agricultura à indústria é uma tendência do desenvolvimento histórico e que se expressa na crescente urbanização do campo e industrialização da agricultura.

Considerando o desenvolvimento da humanidade a partir da relação cidade-campo, constatamos que na Antiguidade os homens viviam na cidade, mas a subsistência provinha do campo; na Idade Média, os homens passaram a viver no campo e do campo; e na Época Moderna, passaram a viver na cidade e da cidade, explorando e exaurindo os recursos do campo sem a devida responsabilidade pelo mesmo. Na sociedade contemporânea, a relação cidade-campo é marcada pelo processo crescente de urbanização do campo e industrialização da agricultura e é nesse contexto que a escola se constitui na forma principal e dominante de educação (SAVIANI, 2013, p. 06).

É justamente esse movimento histórico de dominação da cidade em relação ao campo, direcionado pelo modo de produção capitalista, que a “Escola da Terra” UFBA foi elaborada a partir de uma base científica capaz de habilitar os professores a construir um projeto superador de educação no campo, visto que “tem-se observado que os elementos metodológicos presentes em documentos oficiais para a Educação do Campo são de base neoliberal, escolanovista e construtivista, o que requer uma profunda reorganização para a Educação do Campo de qualidade” [...] (MARSIGLIA e MARTINS, 2014, p. 177).

A “Escola da Terra” UFBA, trata a formação a partir dos elementos da teoria Pedagógica Histórico-Crítica buscando enfrentar um dos problemas centrais da Educação do Campo no Brasil – e intensificado nas regiões Norte e Nordeste -, que é a baixa escolaridade dos professores, fortalecendo a construção de um projeto de educação no campo de acordo com os interesses dos trabalhadores do campo.

O Curso foi estruturado considerando parâmetros teórico-metodológicos do Materialismo-Histórico-Dialético, da teoria Psicológica Histórico-Cultural, e da Pedagogia Histórico-Crítica. É uma alternativa que desponta da crítica à realidade das escolas no campo, às tendências idealistas da Educação e, à atual organização do trabalho pedagógico da escola no campo, buscando avanços na base teórica de formulação e intervenção dos professores na sua implementação em escolas e na formação de formadores para a Educação no Campo.

Em 2014 foi implementada a “Escola da Terra” na Bahia atendendo 642 professores de 6 municípios, organizados em 6 polos de formação: Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Xique-Xique. Na 2ª edição (2015-2016), foram atendidos cerca de 755 professores de 17 municípios, distribuídos em 4 polos de formação: Serrinha, Paulo Afonso, Monte Santo e Senhor do Bonfim. A 3ª edição, (2016-2017), atendeu 320 professores de 19 municípios em 3 polos de formação: Amargosa, Cachoeira e Gandu. A 4ª edição, (2017-2018), atende 346 professores de 21 municípios, organizados em 2 polos de formação: Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus. Estes dados totalizam 63

municípios organizados em 15 polos e 2.063 professores formados/em formação.

Observa-se que na chamada acerca da adesão à Ação Escola da Terra na Bahia, foram aproximadamente 13 mil professores interessados, contudo, pelos constantes contingenciamentos do financiamento, a UFBA pôde atender em escala decrescente em torno de 2.063 professores em 4 edições da ação.

O Curso foi organizado na modalidade de alternância (semipresencial), com Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Quatro módulos sequenciados com 16 horas presenciais, o denominado Tempo Universidade, e 34 horas semipresenciais, denominado de Tempo Comunidade. No Tempo Universidade as aulas foram ministradas por um Professor Formador e no Tempo Comunidade, os professores cursistas foram assistidos por um Professor denominado de Assessor Pedagógico. Em cada polo formador, foram organizadas diferentes turmas de professores cursistas para cada formador no Tempo Universidade. Cada turma desta, organizada em grupos a partir dos municípios, sob responsabilidade de um professor na condição de assessor pedagógico para o Tempo Comunidade.

Ressalta-se que a formação de Professores Formadores e Assessores Pedagógicos foi desenvolvida na sede da UFBA, em 4 etapas que antecedem os Tempo Universidade nos polos de formação, sendo que desde a primeira versão, a formação contou/conta com os professores Ana Carolina Marsiglia Galvão, Dermeval Saviani, Ligia Marcia Martins, e, Newton Duarte, na condição de convidado ou professor conteudista.

A cada Tempo Universidade corresponde um Tempo Comunidade formando um módulo. Assim, em cada módulo buscou-se articular o conhecimento necessário a partir da problematização, da análise dos fundamentos, das possibilidades epistemológicas, e das proposições superadoras. Os módulos foram desenvolvidos através de momentos expositivos e conseqüente aprofundamento dos estudos em grupos a partir de questões comuns com posterior apresentação e discussão das sínteses no Tempo Universidade coordenado pelo professor formador, e no Tempo Comunidade, desenvolveu-se estudos recapitulando o conteúdo do Tempo Universidade anterior e estudando o conteúdo do Tempo Universidade posterior coordenado pelo assessor pedagógico discutindo a alteração da prática pedagógica de cada envolvido a partir dos novos conhecimentos propiciados a partir da abordagem teórica promovida pela formação da “Escola da Terra”.

Os módulos foram articulados em torno de 4 sistemas de complexos: i) O Modo de produção da vida e o trabalho como princípio educativo; ii) A ontologia do ser social, o desenvolvimento humano, a teoria do conhecimento e as aprendizagens sob responsabilidade da escola; iii) A organização do trabalho pedagógico, o currículo, projetos, programas segundo um programa de vida; iv) As políticas públicas educacionais que organizam a rede de ensino, as escolas e a sala de aula na perspectiva da emancipação humana.

No primeiro módulo estudou-se os fundamentos sobre Modo de Produção, do

trabalho em geral ao trabalho pedagógico como princípio educativo. Os professores trataram quatro eixos fundamentais: a Concepção de Educação do Campo; Projeto Político Pedagógico da escola no campo, Organização do Trabalho Pedagógico e Currículo para as Escolas no Campo e o Financiamento das escolas no campo.

O segundo módulo tratou do desenvolvimento do psiquismo e sua relação com a Educação Escolar. As dimensões a serem desenvolvidas da personalidade das crianças. A ontologia do ser social, a teoria do conhecimento e do processo ensino-aprendizagem foram tratadas juntamente com a função social da escola, como meio de acesso aos produtos culturais das diferentes áreas do conhecimento.

No terceiro módulo desenvolveram-se os fundamentos e bases do processo de alfabetização e letramento das crianças na multisseriação, tendo como eixo as concepções de desenvolvimento e aprendizagem advindos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica.

No Quarto módulo foi recuperado o percurso de todo estudo no curso até então bem como aprofundou-se no estudo acerca do desenvolvimento do pensamento.

As orientações no Tempo Universidade subsidiaram a elaboração de relatórios técnico-científicos versando sobre a Pedagogia Histórico-Crítica e o projeto de intervenção na escola com esta base teórica, a serem entregues, segundo normas técnicas, como requisito para conclusão do curso em nível de especialização.

Em síntese, buscou-se a elevação teórica na formação continuada dos professores do Estado da Bahia, que atuam nas classes multisseriadas, nas Escolas do Campo, tratando de conteúdos sobre modo de produção, função social da escola, teorias que explicam o processo de ensino-aprendizagem e organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas.

4 | CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Da experiência concreta da “Escola da Terra” na UFBA com o Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em “Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo”, destacamos avanços relevantes à formação de professores das classes multisseriadas no campo. Esses avanços são explicitados nos depoimentos e intervenções feitas pelos professores cursistas no Tempo Universidade, expressos nos relatórios dos professores formadores e do apoio técnico-pedagógico do curso.

Um dos depoimentos recorrentes é de que a consistente base teórica, assegurada nas exposições teóricas do Tempo Universidade, nas indicações das leituras dos referenciais bibliográficos utilizados e nas orientações para o Tempo Comunidade permitiram avanços na compreensão, explicação e capacidade de proposição na escola, para o trabalho pedagógico, dos participantes das edições do Curso.

Outro depoimento recorrente é que a unidade teórico-metodológica assegurada no trato com os conteúdos abordados no curso, com base em bibliografia disponibilizada, asseguraram que fosse possível avançar na capacidade explicativa sobre teoria

educacional e pedagógica para as escolas no campo.

Reconhece-se que nesse trabalho de formação muitos são os limites e desafios, que materializam a luta de classes, dentre os quais destacamos a falta de recursos materiais necessários ao desenvolvimento do projeto em condições propostas inicialmente, limite de tempo para apropriação do conhecimento teórico pelos formadores, assessores pedagógicos e professores cursistas, reduzindo a possibilidade de um estudo mais aprofundado, e resistência por parte de alguns professores cursistas, principalmente gestores municipais à base teórica a qual embasa o projeto do curso de formação.

A elevação da capacidade teórica dos cursistas está, de fato, acontecendo a partir do que é mais avançado enquanto produção de conhecimento em Educação, (Pedagogia Histórico-Crítica), Psicologia (Psicologia Histórico-Cultural) e processo histórico (Concepção Materialista e Dialética da História), teorias que comungam com o entendimento de que o homem é resultado de seus atos e que seu desenvolvimento é um processo histórico.

Portanto, a “Escola da Terra” embora imbricado nos limites da execução de uma proposta pedagógica revolucionária frente às determinações do modo de produção capitalista, coloca a história em movimento rumo a um novo projeto de educação, de sociedade e de vida no campo, que não se restringe só ao campo, mas sim, à humanidade como um todo a partir da execução de uma política pública.

Defendemos, por fim, que a “Escola da Terra” na UFBA a partir do Curso de Aperfeiçoamento/Especialização em Pedagogia Histórico-Crítica tenha continuidade, em novas edições, aperfeiçoadas, a partir da crítica, ao que já foi realizado. Isto porque em sua execução disputam-se recursos públicos, rumos na formação humana e, em última instância, o projeto histórico para além do capital, o projeto histórico socialista.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC/SECADI. **Manual da Escola da Terra**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo. Brasil: DF, 2014.

DUARTE, Newton. **Fundamentos da Pedagogia histórico-crítica: a formação do ser humano na sociedade comunista com referência para a educação contemporânea**. In.: MARSÍGLIA. Ana Carolina Galvão (Org.). Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender” Crítica as aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria vigostkiana**. 3ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

LOMBARDI, José Claudinei. **Notas sobre a educação da infância numa perspectiva marxista**. In.: MARSÍGLIA. Ana Carolina Galvão (Org.). Infância e pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARSIGLIA, A. C. G. e MARTINS, L. M. **Contribuições gerais para o trabalho pedagógico em salas multisseriadas.** *In:* Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 176-192, jan./abr. 2014.

MARTINS, Lígia Marcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar:** Contribuições à luz da psicologia cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo.** *In.:* III Seminário Nacional de Pesquisas sobre Educação do Campo. UFSCar, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional – 1500/ 1960, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TAFFAREL, Celi *et al.* **Círculos de estudos, esporte, lazer e artes com a juventude em áreas de reforma agrária.** Revista Pedagógica. V. 15, n. 3, jul/dez. 2013.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Reinaldo Pacheco dos Santos

Graduandos do 3º Período do Curso de Licenciatura em Geografia; Universidade de Pernambuco – Petrolina.

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo abordar sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sua forma de organização e exigências, visando fortalecer o debate sobre os aspectos positivos e negativos da implementação da mesma nas escolas brasileiras. Resultou das discussões travadas na disciplina Prática III do Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade de Pernambuco, visando impulsionar nos licenciandos o espírito crítico e reflexivo sobre as teorias e práticas do ensino de Geografia. O público alvo foram alunos do 3º período da licenciatura, tendo a participação de docentes convidados para arguição. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, onde utilizou-se como embasamento teórico-metodológico a leitura e análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e os resultados foram discutidos a partir da análise do discurso e conteúdo (BARDIN, 2009). Os

resultados indicaram que todo o processo de construção/implementação do documento deu-se em tempo muito curto, sem ter a devida análise e debate pelas correntes educacionais do país. Contudo, compreendeu-se que a BNCC exige um esforço coletivo para de fato ser vivenciada em todas as esferas da educação, requerendo esforço conjunto, investimento por parte do governo, e modificações de hábitos e estruturas por parte das escolas do país.

PALAVRAS CHAVE: Prática de ensino; Geografia; BNCC.

ABSTRACT: The purpose of this article was to discuss the National Curricular National Base (BNCC), its organizational form and requirements, in order to strengthen the debate about the positive and negative aspects of its implementation in Brazilian schools. It resulted from the discussions held in the discipline Practical III of the Degree in Geography of the University of Pernambuco, aiming to boost us by licensing the critical and reflective spirit about the theories and practices of Geography teaching. The target audience were students of the 3rd period of the degree, with the participation of teachers invited for argument. It is a qualitative, bibliographical and documentary research, where the theoretical and methodological basis was used to read and analyze the National Common Curricular

Base (BNCC, 2017) and the results were discussed from the discourse analysis and content (BARDIN, 2009). The results indicated that the whole process of construction / implementation of the document occurred in a very short time, without having the proper analysis and debate by the educational currents of the country. However, it was understood that BNCC requires a collective effort to actually be experienced in all spheres of education, requiring joint effort, investment by the government, and changes in habits and structures by the country's schools.

KEY WORDS: Teaching practice; Geography; BNCC.

1 | INTRODUÇÃO

A Resolução n. 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação (CNE), instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devendo esta ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

A partir da aprovação da BNCC pelo CNE os currículos da Educação Básica terão como referência à BNCC, devendo ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino de acordo com suas peculiaridades e, obrigando-se a ser, planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado (BRASIL, 2017).

Partindo desses pressupostos, o presente artigo objetiva discorrer acerca da Base Nacional Comum Curricular, com vistas a apresentar seus objetivos e pontuar suas diretrizes, buscando discutir o que diz o documento oficial e o que dizem alguns pesquisadores com *expertise* no assunto e que têm *know-how* na temática currículo.

Desse modo, inicialmente será feita uma revisão de literatura, buscando fundamentar-se nas principais discussões acerca da temática em curso, e em seguida, se destacará algumas críticas traçadas à implementação da BNCC 2017. Por fim, se fará algumas considerações embasados no que tem sido discutido sobre os pontos positivos e/ou negativos da nova BNCC.

2 | BREVE REVISÃO DE LITERATURA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento definidor das aprendizagens indispensáveis que os estudantes precisam desenvolver de forma gradativa durante toda a educação básica. É tida como referência nacional, sendo obrigatória para a organização dos currículos e das propostas pedagógicas da educação brasileira.

A intenção é que a partir da BNCC seja proporcionado aos estudantes uma formação humana integral, visando a construção de uma sociedade onde tenha justiça, democracia e inclusão. Corroborando, Payre e Pollet (2010) entendem que a BNCC é uma política pública de Estado e, nestes moldes, é uma ação pública que se configura nas interações entre atores locais e nacionais, centrais e periféricos,

públicos e privados.

A BNCC é um documento que está fundamentado em muitos outros, tais como: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação. Portanto, é afirmativo de que se trata de um documento de grande relevância à educação nacional.

De acordo com o documento oficial recentemente aprovado, desde 2015 que a BNCC vem sendo debatida objetivando a construção coletiva, onde seu processo de elaboração se deu por etapas, sendo que, na primeira etapa (em 2016) ocorreu um estudo dos currículos existentes, e para tal, foi disponibilizada para consulta pública tendo cerca de 12 (doze) milhões de contribuições. Para a segunda etapa, ainda no ano de 2016, ocorreram os seminários em diversos estados organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), totalizando cerca de 27 seminários estaduais e mais de 9 (nove) milhões de sugestões (SAE DIGITAL, 2018).

Já em 2017, a BNCC foi colocada à disposição para emissão de análise, sugestões, críticas e contribuições de professores, especialistas em educação e associações científicas. Por fim, ainda no mesmo ano o documento foi disponibilizado para Aprovação no Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

É pertinente que se diga que a BNCC não é uma referência obrigatória embasadora na construção do ensino, mas não é um currículo. O seu papel principal é fundamentar uma reformulação nos currículos da educação básica, traçando os objetivos e metas que se quer atingir a partir do ensinado-aprendido, contudo, não traça caminhos, já que isso quem o faz são os currículos. Contudo, tanto a BNCC quanto os currículos têm papéis complementares (BNCC, 2017).

O quem tem sido propagado é que com a nova BNCC apenas tem buscado estabelecer o que é crucial que os estudantes aprendam mediante a realidade imposta no século XXI, onde o MEC se propõe a garantir aos docentes formação continuada para que estes possam nortear sua prática, deixando esclarecido que não há interferência nos métodos e técnicas que o docente escolher utilizar, tendo assim autonomia e liberdade de escolha didático-metodológico.

2.1 A BNCC e o ensino infantil

Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201025, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010).

Foi a partir da Constituição Federal de 1988, que houve o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 (seis) anos de idade, tornando-se, dever do Estado. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, a Educação Infantil passou a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a

partir da alteração introduzida na LDB em 2006, que antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 (seis) anos de idade, a Educação Infantil passa a atender a faixa etária de zero a 5 (cinco) anos (BNCC, 2017, p. 33).

Porém, de acordo com a BNCC (2017):

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BNCC, 2017, p. 34).

Neste sentido, com a inclusão da Educação Infantil na BNCC, mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica. E, como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional, sendo que, a entrada da criança na creche ou na pré-escola significa, proporcionar à criança situações de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. A BNCC (2017) nos chama atenção para as formas de acolhimento das crianças nestes espaços escolares.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BNCC, 2017, p. 34).

Corroborando com a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) em seus eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica, destaca que são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

Sendo assim, a BNCC estruturou 06 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguradas a Educação Infantil, mediante práticas pedagógicas e competências gerais da Educação Básica, proporcionando às crianças condições para que aprendam e possam desempenhar um papel ativo em ambientes desafiadores, onde possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Dentre os direitos de aprendizagem, descritos na BNCC (2017), tem-se:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito

em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas; **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais; **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando; **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, vem suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia; **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens; **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BNCC, 2017, p. 37).

Por fim, cabe ao educador refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Ainda, é preciso acompanhar tanto essas práticas quanto as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens.

No que diz respeito, aos campos de experiências, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC (2017) está estruturada em cinco campos, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos foram organizados da seguinte maneira:

- a. **O eu, o outro e o nós** na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que “as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas” (p. 38).
- b. **Corpo, gestos e movimentos** “na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão” (p. 39).
- c. **Traços, sons, cores e formas** a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a “favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades” [...] (p. 39).
- d. **Escuta, fala, pensamento e imaginação** na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais “as crianças possam falar e ouvir,

potencializando sua participação na cultura oral” [...] podendo “a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social” (p. 40).

- e. **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações** a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais “as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno [...] buscar respostas às suas curiosidades e indagações” (p. 41).

Cada campo de experiência destacado, possui seus respectivos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, estando estes sequencialmente organizados em três grupos por faixa etária (Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), (Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e, (Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), que correspondem, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças.

Por último a criança adentra a fase de transição, fase esta, bastante delicada, tendo em vista que, a transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, “garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa” (BNCC, 2017, p. 51).

2.2 A BNCC e o ensino fundamental (anos iniciais e finais)

O Ensino Fundamental (anos finais), com 9 (nove) anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 (seis) e 14 (quatorze) anos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010), chama atenção para as mudanças (relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros) sofridas pelos estudantes e, impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização.

A BNCC do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil, já que as características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa (BNCC, 2017). Segundo a BNCC (2017, p. 57):

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.

Além disso, é indispensável que na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas para estas series, se considerem medidas que assegurem aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas.

Contudo, no mesmo documento, é descrito que:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes (BNCC, 2017, p. 58).

Mediante tal afirmação, é de extrema valia fortalecer a autonomia desses adolescentes, ofertando-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Além disso, é relevante compreender que as mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, demandando práticas escolares diferenciadas.

Outrossim, a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas, e toda essa realidade impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações, considerando que os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil.

Nesse sentido, a BNCC traz à tona a ideia de que:

É imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BNCC, 2017, p.60).

Deste modo, é no Ensino Fundamental – Anos Finais, que a escola deve contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, estabelecendo uma articulação entre os anseios desses jovens em relação ao seu futuro e a continuidade dos estudos no Ensino Médio, isto é, essa postura é parte de um processo de reflexão sobre o futuro da juventude, o planejamento de ações para construir tal futuro, e a possibilidade de desenvolvimento pessoal e social de cada jovem estudante.

Geografia.

A área de Ciências Humanas deve propiciar aos estudantes a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais, visando desenvolver suas competências específicas.

Especificamente na Geografia, é importante o seu estudo visto que trará ao estudante “a compreensão do mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (BNCC, 2017, p. 357).

Outrossim, a educação geográfica contribuirá para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BNCC, 2017).

Sendo assim, a grande contribuição da Geografia aos estudantes da Educação Básica é primordialmente desenvolver o pensamento espacial, propiciando o estímulo ao raciocínio geográfico, buscando o aprendizado na representação e interpretação do mundo, bem como, relacionar os diversos componentes da sociedade e da natureza.

É nesta perspectiva que a BNCC traz os princípios concernentes ao raciocínio geográfico, mediante o quadro a seguir:

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Analogia	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
Conexão	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
Diferenciação*	É a variação dos fenômenos de interesse da geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
Distribuição	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
Extensão	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.
Localização	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
Ordem**	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Quadro 1 - Descrição dos Princípios do Raciocínio Geográfico

Fonte: BNCC (2017, p. 358)

Além disso, a BNCC traz como organização, os principais conceitos da Geografia contemporânea, diferenciados por níveis de complexidade, deixando claro que, embora o espaço seja o conceito mais amplo e complexo da Geografia, é crucial que os estudantes dominem outros conceitos que expressam aspectos diferentes do espaço geográfico: território, lugar, região, natureza e paisagem.

Para dar conta desse desafio, o componente Geografia da BNCC foi dividido em **cinco unidades temáticas** comuns ao longo do Ensino Fundamental, em uma progressão das habilidades:

1. **O sujeito e seu lugar no mundo**, “que se focalizam as noções de pertencimento e identidade” (p. 360);
2. **Conexões e escalas**, “que está na articulação de diferentes espaços escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global” (p. 360);
3. **Mundo do trabalho**, “abordam-se, os processos e as técnicas construtivas e o uso de diferentes materiais produzidos pelas sociedades em diversos tempos” (p. 361);
4. **Formas de representação e pensamento espacial**, “além da ampliação

gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, são reunidas aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico” (p. 361);

5. **Natureza, ambientes e qualidade de vida**, “busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra” (p. 362).

Desse modo, o estudo da Geografia atribui sentidos às dinâmicas das relações entre pessoas e grupos sociais, e desses com a natureza, nas atividades de trabalho e lazer. Portanto, é importante, na faixa etária associada a essa fase do Ensino Fundamental, o desenvolvimento da capacidade de leitura por meio de fotos, desenhos, plantas, maquetes e as mais diversas representações, capacitando os estudantes no desenvolvimento da percepção e do domínio do espaço.

3 | ALGUMAS CRÍTICAS À BNCC

É de conhecimento de todos que a BNCC 2017 foi pensada, elaborada e aprovada em um curto período de tempo se levarmos em consideração a complexidade que é construir um documento com tamanha missão e objetividade.

Desse modo, várias são as críticas feitas por professores, especialistas e pesquisadores no que tange a implementação da BNCC atual. Na concepção de Silva, Alves Neto; Vicente (2015, p. 340), “o documento de 2015 tem causado bastante curiosidade e inquietação, justamente, pela rapidez da composição da equipe e dos prazos para que entregassem algo para o debate nacional”.

O documento aprovado está carimbado como sendo elaborado a partir de uma consulta pública e com a contribuição de milhares de pessoas. Porém, a de se lembrar que para ser democrático e ter equidade e eficácia, não basta apenas que seja compartilhada a construção, mas que acima de tudo seja respeitada as discrepâncias entre as regiões, entre as realidades regionais e também, estabelecer comparação entre o que já se tem construído e o que se quer construir.

Na concepção de Silva; Alves Neto; Vicente (2015) é possível apontar algumas discontinuidades entre o documento de 2014 com a atual proposta, que é a de 2015. “O documento de 2014 tratou dos direitos da aprendizagem, demarcando que isso seria uma mudança de foco para elaborar a Base Nacional Comum, partindo dos sujeitos que estão nas escolas” (p. 340). Nesse sentido, se analisou os percursos formativos dentro dos níveis e modalidades da educação, enfatizando a questão das desigualdades sociais e apontando a educação como dinamizadora de ciclos que modifiquem os rumos dessa reprodução social e econômica desigual.

Além disso, os mesmos autores discorrem que o documento de 2014 elenca 14 direitos de aprendizagem, “onde as áreas e os componentes curriculares de cada área escreveram suas propostas, indicando alguns conteúdos e conhecimentos gerais que ajudariam a concretizar os 14 direitos estabelecidos na Base”. (SILVA; ALVES NETO;

VICENTE, 2015, p. 340).

De acordo com o documento oficial da BNCC:

A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC. A ação nacional será crucial nessa iniciativa, já que se trata da esfera que responde pela regulação do ensino superior, nível no qual se prepara grande parte desses profissionais. Diante das evidências sobre a relevância dos professores e demais membros da equipe escolar para o sucesso dos alunos, essa é uma ação fundamental para a implementação eficaz da BNCC (BNCC, 2017, p.19).

Desse modo, o documento faz menção à indispensável revisão da formação inicial e continuada dos professores “para alinhá-las à BNCC”. No entanto, é questionável se apenas em 2017 é que a União/MEC compreende a relevância da formação inicial e continuada teoricamente, o que não pratica tem sido dicotômico, pois o que se tem visto é o aumento da carga horária de trabalho, a desigualdade entre os setores da educação, o aumento de burocracias e, a desvalorização salarial dos professores.

Outrossim, o novo documento acrescenta que o MEC será enfático em atingir os objetivos e sucesso na implementação da BNCC, pois:

Além do apoio técnico e financeiro, deve incluir também o fomento a inovações e a disseminação de casos de sucesso; o apoio a experiências curriculares inovadoras; a criação de oportunidades de acesso a conhecimentos e experiências de outros países; e, ainda, o fomento de estudos e pesquisas sobre currículos e temas afins (BNCC, 2017, p. 19).

Não obstante, na prática não é isso que o MEC tem demonstrado fazer. O que realmente se observa é um acréscimo no corte das verbas para os programas educacionais de maneira geral. Não é possível vislumbrar nenhuma valorização no âmbito das pesquisas educacionais, no investimento em intercâmbios, fomentos a capacitação em nível de mestrado e doutorado para os professores.

Outra questão que se discute na proposta da BNCC de 2015, é que esta estaria sublinhada pelo sentido da homogeneização da Educação Básica (MACEDO, 2014) “e de uma desvalorização à diversidade de experiências e sentidos dos currículos sem definição prévia de fundamentos baseados em supostos ‘consensos’ de conhecimentos necessários à qualidade da educação” (LOPES, 2015, p. 459).

4 | MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) um artigo científico é um tipo de estudo completo que trata em essência de uma questão científica. Caracteriza-se por apresentar uma dimensão reduzida, contudo bem formulada e contundente na fundamentação teórico-metodológica.

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois envolve a observação intensiva e detalhada do que acontece no ambiente, fazendo interpretação e análise de informações utilizando descrições e narrativas.

Ela pode ser também considerada uma pesquisa bibliográfica, pois procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, e “busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55).

Ademais, pode ser classificada também como uma pesquisa documental, pois fez-se uma observação geral, onde analisou-se criticamente o documento – Base Nacional Comum Curricular –.

É indispensável ressaltar que a pesquisa em tese ocorreu mediante uma proposta da disciplina Prática III desenvolvida no 3º período do Curso de Licenciatura em Geografia. O presente artigo faz parte dos resultados obtidos a partir do desenvolvimento do trabalho, onde este, foi desenvolvido a partir de distintas fases, a saber:

1ª etapa (25/04): a) divisão de grupos de trabalho; b) designação da proposta de atividade pela docente (para a apresentação de seminário e construção deste artigo); c) sugestão de temas para cada grupo. O tema deste grupo foi Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a partir desta designação, e por sugestão da docente da disciplina, foi convidado um docente com *expertise* no assunto para debater com a equipe.

2ª etapa (26/04): nesta etapa, cada membro do grupo de trabalho buscou pesquisar em materiais consistentes sobre o assunto que viesse a fundamentar o seminário e o referido artigo. Nessa etapa construiu-se a revisão de literatura sobre a BNCC e seus respectivos objetivos e disposições gerais, tanto no ensino fundamental I, quanto no ensino fundamental II.

3ª etapa (29/05): nesta etapa, organizou-se o seminário a partir da leitura da BNCC e demais artigos pertinentes ao tema, buscando a elaboração traçar os caminhos da apresentação no dia do seminário, além da construção coletiva dos questionamentos que deverão ser feitos ao professor convidado e presentes, no dia da exposição.

4ª etapa (27/06): realização do seminário pela equipe. O seminário teve a participação do prof. Edimilson (especialista em Geografia) que abordou sobre o tema em tese. Ao tempo em que respondeu as indagações elaboradas pela equipe visando o esclarecimento e superação de todas as dúvidas em relação ao assunto.

5ª etapa (28/06): finalização da construção final do artigo (parte do resultados e discussões).

Com base nisso, o delineamento do estudo se deu a partir da sugestão da docente que requereu o trabalho, bem como, os sujeitos participantes do estudo são os próprios alunos do curso de licenciatura em Geografia (3º período). Por fim, os procedimentos específicos, foram descritos por meio das etapas acima e, a análise dos dados propriamente dita (discurso/conteúdo) será feita com base da Teoria do Discurso e Conteúdo de Bardin, já que “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o

próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante” (BARDIN, 2009, p.123).

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um artigo uma das partes mais relevantes trata-se dos resultados e discussões, e estes, tem a finalidade de discutir, confirmar ou negar hipóteses e expor os resultados de forma clara, detalhada e racional. A apresentação dos resultados é muito importante, pois irá nortear toda a elaboração da discussão.

Desse modo, na discussão, é relevante interpretar todos os resultados alcançados de modo argumentativo, sustentando a validade de tais dados mediante fundamentação e mostrando a relação de suas conclusões com o conhecimento fundamentado pela literatura escolhida (VOLPATO, 2007; FRANÇA, VASCONCELOS, 2008).

Mediante tal premissa, e embasado no documento analisado, nos artigos lidos e nos resultados da apresentação do seminário, pôde-se chegar a alguns resultados/discussões.

Na apresentação inicial do Seminário elaborado pela equipe, foram abordados os seguintes assuntos: definição de BNCC, documentos que fundamentam a BNCC, trajetória cronológica da BNCC, a BNCC e o Ensino Infantil e Fundamental, as ciências humanas dentro da BNCC e a Geografia como componente curricular, além de algumas críticas à BNCC. O professor convidado fez sua explanação e comentários, baseado em três notas (N) geográficas: N1 “A educação e o ensino de Geografia: configuração espacial e temporal geográfica na visão do currículo educacional”; N2 “O ensino de Geografia e a Educação Básica: a Geografia enquanto desafio para a conjuntura atual para formação do sujeito e função da escola”; N3 “O ensino de Geografia e o Ensino Médio: entre avanços e retrocessos na reconstrução do conhecimento da educação básica”.

Trouxe ao debate a história do pensamento e todo o contexto da Geografia durante séculos de história, da educação positivista baseada nos pressupostos do francês Comte (século XVIII) e de Durkheim (com críticas a Comte), e também da relação teoria e prática fundamentada na Pedagogia da Práxis do sujeito.

A partir dessa premissa, foi relevante destacar o que a BNCC traz de inovador para a educação do Brasil. Dentre alguns pontos destaca-se a revisão e adequação de currículos, projetos pedagógicos, planos de aula e demais documentos normativos das redes e instituições de ensino; exige a atualização de materiais e recursos didáticos pelas instituições, redes e sistemas de ensino; altera o formato das avaliações internas e externas; exige grande esforço e investimento tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos professores; empodera os professores de forma que, além de participar da construção dos documentos norteadores, eles

também estejam capacitados para definir as melhores formas de desenvolver a prática pedagógica; coloca a tecnologia na posição de aliada da educação, destacando a importância do seu uso para modernizar práticas de ensino e aprendizagem e gerando empatia com os alunos das novas gerações; eleva o estudante à posição de protagonista no processo de aprendizagem; destaca o conceito da educação integral, em que todo aprendizado deve ser significativo e não um conteúdo fechado em si; e valoriza o trabalho interdisciplinar e prioriza a aplicabilidade do conhecimento na vida cotidiana, dialogando com a realidade dos estudantes (BNCC, 2017).

Com base em tal prerrogativa, pôde-se afirmar que é crucial para o ensino de Geografia, a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em que os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. Ao utilizar corretamente os conceitos geográficos, mobilizando o pensamento espacial e aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: “a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais” (BNCC, 2017, p. 359).

Portanto, conclui-se que é fundante superar a aprendizagem com base apenas na descrição de informações e fatos do dia a dia (geografia descritiva), cujo significado restringe-se apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. A ultrapassagem dessa condição meramente descritiva exige o domínio de conceitos e generalizações, que permitem novas formas de ver o mundo e de compreender, de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade, de acordo com o aprendizado do conhecimento da ciência geográfica (BNCC, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC se relaciona diretamente com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), com os Currículos Estaduais, Municipais e o com Projeto Político Pedagógico das escolas.

Pôde-se compreender que a criação de uma BNCC para a Educação Básica está prevista desde 1988, a partir da promulgação da Constituição Cidadã. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçou a sua necessidade, mas somente em 2014 a criação da Base Nacional Comum Curricular foi definida como meta pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Ademais, há uma emergência para que as equipes pedagógicas possam trabalhar na reestruturação dos seus currículos, tomando como norte os preceitos estabelecidos na BNCC e trabalhando as possibilidades da parte diversificada. Trata-se obviamente de um projeto extremamente ambicioso, que demanda uma mobilização e um investimento massivo dos governos federal, estaduais, municipais e de redes, sistemas e instituições de ensino ao longo dos próximos anos. Por fim, um dos maiores

desafios é reduzir as desigualdades e elevar a qualidade da educação para todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009. BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816>>. Acesso em: 10 maio, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica, 2017. 470p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79_601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 maio, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 28. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=63_24-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

LOPES, A.C. **Por um currículo sem fundamentos**. Revista Linhas Críticas: V. 21, N. 45, 2015, p. 445-466.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum: Novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Revista e-Curriculum, V. 12, N. 3, 2014, p.1530-1555.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAYRE, R.; POLLET, G. Approches socio-historiques. In: L. BOUSSAGUET et al. (orgs.), **Dictionnaire des politiques publiques**. 3ª ed., Paris, Presses de Sciences Po, 2010, p. 98-106.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; ALVES NETO, Henrique Fernandes; VICENTE, Daniel Vitor. **A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015**. Revista de Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, setembro/dezembro 2015, p. 330-342,. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/cs.2015.../5052>. Acesso em: 10 maio, 2018.

VIANELLO, Luciana; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; GAMA, Ana Cristina Cortes. **Estratégias implementadas para enfrentar as exigências de sala de aula: o caso das professoras readaptadas por disfonia**. *Distúrb. Comun*, São Paulo, v.20, n.2, p.163-170, agosto, 2008.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Como escrever um artigo científico**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, v. 4, p.97-115, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Dicas para redação científica**. *Tropical Plant Pathology*, v. 33 (Suplemento), agosto, p.83-85, 2008.

AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL

Fátima Regina Cividini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras. Foz do Iguaçu – Paraná

Valdir Gregory

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – (UNIOESTE). Pesquisador na área de migrações. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Culturas e Fronteiras – Nível Mestrado e Doutorado

RESUMO: Depois do terremoto de 2010 que devastou o Haiti, os haitianos viram no Brasil uma nova oportunidade de recomeçar suas vidas. A maioria dos haitianos que buscam o Brasil como destino não têm domínio do português, e isto pode ser uma barreira na hora de conseguir uma vaga de emprego ou se comunicar com a população local. Este estudo buscou compreender e apresentar as ações realizadas por entidades públicas e privadas com o objetivo de ensinar o português para os imigrantes. Foram encontradas 20 reportagens que tratassem de cursos em andamento ou concluídos. Os cursos foram ministrados por órgãos do governo, entidades religiosas ou voluntários que tinham vontade de ensinar o

português. O idioma é considerado uma barreira na hora de buscar um emprego ou realizar tarefas diárias que necessitem da comunicação oral ou escrita com os brasileiros. O português pode ser considerado uma língua difícil de aprender, devido a várias regras ortográficas e suas exceções.

PALAVRAS-CHAVE: Haiti; Língua Portuguesa; Imigração.

ABSTRACT: After the 2010 earthquake that devastated Haiti, Haitians saw in Brazil a new opportunity to restart their lives. Most Haitians who seek Brazil as a destination do not have a command of Portuguese, and this can be a barrier when it comes to getting a job or communicating with the local population. This study sought to understand and present the actions carried out by public and private entities in order to teach Portuguese to immigrants. There were 20 reports that dealt with ongoing or completed courses. The courses were given by government agencies, religious entities or volunteers who wanted to teach Portuguese. Language is considered a barrier when it comes to finding a job or performing daily tasks that require oral or written communication with Brazilians. Portuguese can be considered a difficult language to learn, due to several orthographic rules and their exceptions.

KEY WORDS: Haiti; Portuguese language;

1 | INTRODUÇÃO

O caminho dos povos se reflete na história das línguas: aquelas das agriculturas antigas que com o pacote mais eficiente dominaram o mundo e hospedaram um enorme número de falantes. Nas Américas temos cerca de mil línguas, 15% das línguas do mundo, faladas por 48 milhões de falantes, ou seja, 0,8% dos falantes do planeta. (RASO et al, 2011)

A língua pode ser definida para Rodrigues (2008) e Pimentel et al (2016) como um corpus e um sistema de nomenclaturas, de terminologias, de campos de conhecimento, de saberes empíricos ou científicos, de sabedoria popular feita de ditados e de provérbios, de associações de ideias e de noções mais elaboradas, como de entonações e de harmonias vocais particulares. Além disso, a língua é um processo cultural, um aspecto constitutivo de um povo em qualquer sociedade. Não se adquire na escola, tampouco depende dos projetos de alfabetização ou letramento para ser adquirida. Ao contrário, é fruto da interação do ser humano com o outro e da sua necessidade de se comunicar e ‘contracenar’ com o ‘outro’ no espaço social.

Em relação à língua portuguesa enquanto língua histórica no Brasil, César e Cavalcanti (2007) verificam que há uma tensão entre os interesses da nação hegemônica e os interesses das sociedades minoritárias, que convivem no mesmo território sob o manto do Estado Brasileiro. O país mantém interna e externamente o mito de nação monolíngue, tornando assim, invisíveis suas minorias linguísticas e socioculturais.

Em janeiro de 2010, um terremoto devastador atingiu o Haiti, resultando em 230.000 óbitos e milhares de feridos. As estruturas administrativa e de saúde foram gravemente comprometidas, com o colapso de hospitais, morte de médicos e enfermeiros, destruição de prédios, recursos de comunicação e de infraestrutura. A catástrofe foi amplificada pela pobreza, grande densidade populacional e má qualidade das construções. (OLIVEIRA, 2010).

Considerando a história migratória do Haiti, Fernandes e Faria (2016) discutem que “a incorporação do Brasil no roteiro migratório não é grande surpresa, mas chama a atenção por se tratar de um novo destino que não era incluído nas escolhas anteriores destes imigrantes.” Além disso, “a presença das tropas brasileiras no Haiti poderia ter contribuído para disseminar a ideia do Brasil como país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso.”

O objetivo desta pesquisa é analisar as reportagens e compreender as ações de órgãos governamentais e iniciativas privadas para o ensino do português aos imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil.

2 | KREYÒL AYISYEN, OU CRIOULO HAITIANO

Cotinguiba e Cotinguiba (2014) e Pimentel *et al* (2016) fazem uma linha do tempo desde a história da independência do Haiti até o decreto do crioulo como língua oficial. Ao se tornarem independentes, o francês foi legalmente decretado a língua oficial da Ilha. Porém, o crioulo continuou vivo, nos quatro cantos do Haiti, o que levou, após incessantes lutas empreendidas por linguísticas e intelectuais, desde a década de 1930, na Constituição de 1987, a esperada oficialização do crioulo haitiano como língua oficial do Haiti.

Dessa forma, dota-se o crioulo de um instrumento legal perante a comunidade nacional e, mais importante, no interior de suas fronteiras com a veiculação de livros nesta língua, além da sua difusão por meio dos documentos oficiais, escolarização e tradução de obras de outras línguas. Cadely (2016) faz um resgate do termo crioulo:

O termo “crioulo” surgiu no século XVI, nas colônias ibéricas, para designar indivíduos – filhos de europeus, principalmente espanhóis - nascidos nas colônias do Novo Mundo. Este termo evoluiu ao longo do tempo e passou a se referir também a animais, plantas e roupas típicas daquelas colônias. (...) Não se sabe quando e como o significado do termo “crioulo” mudou, deixando de designar indivíduos e passando a designar as línguas faladas apenas por pessoas de outras origens que não a europeia. De qualquer modo, o termo era usado como referência à forma de uma língua percebida pelos europeus como uma degeneração de suas línguas. (CADELY, 2016, p.309)

Canclini (2011) acrescenta que “a palavra crioula também serviu para referir-se às misturas interculturais. Em sentido estrito, designa a língua e a cultura criadas por variações a partir da língua básica e de outros idiomas no contexto do tráfico de escravos.”

O crioulo haitiano foi se formando da interação entre os escravos de origem africana com os colonos franceses, sob a necessidade de comunicação. De acordo com os estudos de Pimentel, Cotinguiba et al (2016), o crioulo é a língua da revolução que instituiu, de um só golpe, três feitos históricos, a primeira república negra da humanidade, a primeira libertação dos escravos negros do mundo colonial e a primeira nação formada por ex-escravos. (...) O caso do Crioulo haitiano se revela como um modelo de superação e, ao mesmo tempo, um exemplo de como a supremacia de interesses políticos na sociedade haitiana dita os contornos educacionais e socioeconômicos da população e, conseqüentemente, a desigualdade de classes sociais existente no Haiti como um todo.

As relações culturais, para Candau (2008), não são relações idílicas, não são relações românticas; estão constituídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos. O crioulo é visto como uma língua de “segunda classe” e ainda é estigmatizado.

Conforme os estudos de Cadely (2016) o francês é usado “em muitos dos assuntos formais do Haiti”, enquanto o uso do crioulo como uma língua formal, embora não seja

proibido, continua estigmatizado. O conhecimento do francês é associado a prestígio e poder, enquanto o crioulo é usado para fins de comunicação. Canclini (2011) explica que quando se define uma identidade mediante um processo de abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas), frequentemente se tende a desvincular essas práticas da história de misturas em que se formaram. Como consequência, é absolutizado um modo de entender a identidade e são rejeitadas maneiras heterodoxas de falar a língua, fazer música ou interpretar as tradições.

Para César e Cavalcanti (2007), a complexidade da construção identitária se faz na tensão entre a conservação e a valorização do seu patrimônio tradicional, vivo ainda na memória e na vida cotidiana e, ao mesmo tempo, profundamente alterado pelas interlocuções com o mundo de fora, que os quer exóticos em suas vidas e línguas, e fluentes no contato com as línguas alheias.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa, em caráter documental e qualitativa, foi realizada em janeiro de 2017, com recorte de tempo das matérias entre de abril de 2012 a novembro de 2016, e se deu em dois momentos. No primeiro momento, foi realizada uma busca motor de busca Google, seção “notícias” com o termo “português para haitianos”, mostrando ao total aproximadamente 8500 resultados divididos em 86 “páginas google”.

No segundo momento, houve uma leitura das reportagens, com o foco de selecionar as que mostram as ações em andamento ou concluídas por voluntários ou entidades públicas e privadas que ensinassem português aos haitianos jovens e adultos que chegaram ao Brasil.

Ao total, 20 reportagens atenderam aos critérios da pesquisa. Destas, 01 (uma) era de 2012, 02 (duas) de 2013, 02 (duas) de 2014, 08 (oito) de 2015 e 07 (sete) de 2016. Quanto aos Estados onde foram publicadas: 02 (duas) no RS, 04 (quatro) em SC, 06 (seis) no PR, 03 (três) em SP, 01 (uma) no MS, 02 (duas) no MT, 01 (uma) em RO e 01 (uma) no AC.

4 | O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA HAITIANOS

Apesar do Brasil parecer ser um país monolíngue, já que quase a totalidade da população é de língua materna portuguesa e já que somente uma parte minoritária da população possui uma certa competência de outra língua, o país, com cerca de quase 200 línguas, é um dos territórios com maior diversidade linguística no mundo: o que esconde, a um olhar superficial, essa realidade é o forte desequilíbrio quantitativo de prestígio entre o português, a língua materna de mais de 170 milhões de brasileiros, e as cerca de 190 línguas indígenas. (RASO et al, 2011) O português ocupa a quinta posição mundial em usuários da internet, e o Brasil corresponde a 85% dos falantes de português no mundo. (CARVALHO, 2012)

4.1 Os organismos que promovem os cursos

Segundo as reportagens analisadas, o Estado – aqui engloba as esferas municipal, estadual e federal – foi o órgão que mais promoveu cursos de língua portuguesa para haitianos. Ao todo, 13 reportagens abordaram que o Estado – através de Secretarias de Educação e projetos relacionados ao acolhimento a imigrantes, em parceria com Centros de Educação para Jovens e Adultos (CEJA), Universidades e Escolas Técnicas Federais ofereceram cursos com direito a certificação para os alunos. Para Villen (2016), principalmente nos primeiros meses de estadia, quando não possuem redes de apoio no Brasil, os haitianos são obrigados a recorrer a ajudas de entidades de caráter religioso ou ONGS para conseguirem moradia, assistência social e jurídica, ou eventualmente, a regularização dos documentos.

Em sua matéria para o Jornal Hora de Santa Catarina, Thomé (2016) mostra o primeiro curso de português para imigrantes realizado na capital catarinense, realizado pela Secretaria de Educação do Estado, com duração de dois anos. Em Campo Grande, Feitosa (2016) para o Jornal Campo Grande News se refere ao curso de português para imigrantes que iniciou em março de 2016, oferecido pelo Centro Estadual de Línguas e Libras, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para aqueles que forem imigrantes do Haiti, o curso foi gratuito.

Ritz (2016), do Jornal Bem Paraná, informa que 120 haitianos concluíram o curso de Língua Portuguesa oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba. O curso foi realizado nas Escolas Municipais através do projeto Haiti. A reportagem destaca que o projeto Haiti já certificou mais de 500 imigrantes e é desenvolvido desde 2013.

Em segundo lugar, as Entidades Religiosas buscaram montar cursos para atender a demanda. Ao todo, 03 (três) reportagens relataram que as igrejas estavam fornecendo cursos para os imigrantes em caráter voluntário. A primeira matéria, escrita por Silva (2016b) para o Jornal Diário dos Campos, relata que a Caritas, um organismo da Igreja Católica, está montando turmas para o ensino de português para os haitianos de Ponta Grossa, Paraná, de forma gratuita. Voluntários estarão ministrando as aulas. Estas aulas são organizadas pelo Grupo de Trabalho de Imigrantes, também desenvolvido pela Caritas, que atende 15 haitianos e suas famílias na cidade.

O G1 de São Paulo (2015) informa que voluntários ligados à Igreja Católica se revezam para ensinar o português para 80 haitianos que vivem na região de São José do Rio Preto, em São Paulo. Já na terceira reportagem, do Jornal Diário de Canoas, Figueira (2015) descreve que voluntários da Igreja Adventista se reuniram para ensinar a língua portuguesa aos imigrantes haitianos que vivem na cidade de Canoas-RS.

Logo atrás, 02 (duas) reportagens falam de voluntários independentes. 01 (uma) reportagem aborda o esforço de uma estudante universitária que promove o curso de forma voluntária, como parte do seu projeto para uma disciplina. Noronha (2015), para o Jornal Engleplus, relata que a aluna de direito da UNESC, Thais Scarpato, dá

aulas de português para imigrantes haitianos gratuitamente. As aulas fazem parte de um projeto da disciplina de Ciências Política, de onde partiu a iniciativa da estudante. Uma escola cedeu a sala de aula para que o curso fosse realizado. Apesar do projeto universitário chegar ao fim, a estudante relatou que pretende continuar com as aulas:

A iniciativa surgiu através da disciplina de Ciências Política, ministrada pela professora Janete Trichês no curso de Direito da Unesc. “Nesta disciplina temos que desenvolver um projeto de solidariedade, a critério de cada estudante. E como eu gosto muito de idiomas, tive a oportunidade de aprender o inglês, e o francês, que é a língua deles, tive a ideia de trabalhar com os imigrantes”, conta Thais. ” Após uma reunião na Associação dos Haitianos de Cocal do Sul pela Integração Social, e conversa com a administração municipal, a estudante conseguiu uma sala de aula na Escola Demétrio Bettiol para iniciar o projeto. (NORONHA, 2015)

Outra reportagem, do G1 do Acre, escrita por Fugêncio e Marcel (2015), descreve o trabalho da missionária gaúcha Ires de Costa, freira da Congregação das Irmãs São Carlos Scalabrinianas. A irmã já realiza trabalho voluntário com imigrantes há 15 anos, um dos principais trabalhos da irmã Ires é o ensino do português. No momento, seu trabalho é sozinha, mas a congregação estará encaminhando outras irmãs para o auxílio.

Sobre a parceria público-privada para fornecimento de recursos materiais e humanos para o ensino do idioma, 01 (uma) reportagem foi encontrada. O G1 do Paraná (2012) descreve que a Faculdade Assis Gurgacz (FAG) em parceria com a secretaria Municipal de Educação de Cascavel ministra o curso de português para haitianos que trabalham nas obras da FAG e do Hospital São Lucas.

Apenas 01 (uma) reportagem aborda a iniciativa de uma Organização Não Governamental (ONG) com a mesma finalidade. Fogliatto (2015) reporta que o curso foi oferecido aos imigrantes haitianos e senegaleses que vivem na capital do Rio Grande do Sul. Os imigrantes vivem em um alojamento oferecido pelo poder público. A maioria são haitianos, e as aulas são ministradas pelos voluntários da ONG AFINCO (Associação de Filhos Nascidos do Coração), fundada em 2008:

Os alunos eram todos imigrantes haitianos ou senegaleses, alojados no Centro Humanístico Vida, na zona norte de Porto Alegre. O local, que congrega diversas entidades comunitárias e sociais gerido pela Federação Gaúcha de Trabalho e Ação Social (FGTAS), foi o espaço encontrado pelo poder público para abrigar o grupo de cerca de 50 imigrantes que chegaram à capital gaúcha, vindos do Acre, no final de maio. (FOGLIATTO, 2015)

4.2 Metodologia aplicada para o ensino do idioma

Em geral, as reportagens apresentadas mostram uma metodologia facilitada, com o objetivo de ensinar o português utilizando situações do dia a dia: idas ao médico, construção de currículos e entrevistas de emprego, etc. O professor deve ter conhecimentos pedagógicos, linguísticos, psicológicos e sobretudo, necessita sentir-se com o poder de negociar a aprendizagem bilíngue de seus estudantes. Os cursos foram divididos em dois módulos: a escrita, onde o haitiano se capacitaria para escrever

em português e a língua oral, onde ele aprenderia a se comunicar em português.

Ritz (2016), para o jornal Bem Paraná, descreve o curso com atividades cotidianas como elaboração de cadastro de emprego, mediações de entrevista, procedimentos necessários para emissão da carteira de trabalho, procura de emprego, expressões necessárias para comunicação em posto de saúde, pedidos de informação, operação bancária, aluguel de imóvel, compras e relacionamentos. Em outra reportagem para o mesmo jornal em 2015, Ritz também menciona a metodologia do curso:

“O objetivo é ensinar a eles o básico do português para habilitá-los a realizar atividades cotidianas, como fazer carteira de trabalho, procurar emprego, solicitar uma informação ou atendimento médico. A grande maioria dos haitianos tem formação universitária, mas precisa dominar o português para preencher formulários para aluguel de casas, fazer operações bancárias e mesmo relacionar-se socialmente.” (RITZ, 2015)

Os professores se preocupavam em trazer situações do cotidiano para o ensino da língua, e também preparar os alunos para a elaboração do currículo, como mostra a reportagem de Thomé (2016) para o jornal Hora de Santa Catarina: “Esther planejava as aulas de acordo com as necessidades que seus alunos enfrentam. Levou para a turma situações reais, coisas do dia a dia, como ensinar os alunos a elaborarem currículos, entre outras coisas.”

Em andamento na Prefeitura de Pinhais – PR (2015) as aulas do curso intitulado “Português para imigrantes- língua e cultura” terão além das questões idiomáticas, temas fundamentais para a socialização dos estrangeiros.

4.3 As barreiras do idioma

As reportagens ressaltaram que não saber o português é uma barreira para o imigrante na hora de se comunicar e ir em busca de um emprego, e por este motivo há a procura por parte dos haitianos cursos de que ensinem o português.

Thomé (2016) para o jornal Hora de Santa Catarina descreve a fala de um dos entrevistados sobre a necessidade de aprender o português: “‘Tem que buscar aprender cada vez mais, se não fica difícil trabalhar e poder crescer por aqui’, comentou, antes de acrescentar: ‘Vai ser bom para mim e para os meus familiares no Haiti, que vão poder seguir recebendo o dinheiro que mando.’”

Uma das dificuldades relatadas pelos imigrantes na busca de um emprego no Brasil é a língua. Para Feitosa (2016), em reportagem para o jornal Campo Grande News, pois os haitianos têm como línguas maternas o francês e o crioulo haitiano: “Segundo levantamento do Comitê Estadual para os Refugiados e Migrantes em Mato Grosso do Sul, refugiados haitianos alegam, entre as principais dificuldades enfrentadas por eles, está a barreira da língua e a falta de cursos públicos do idioma português para estrangeiros.”

Ritz (2016), para o jornal Bem Paraná descreve que para os imigrantes entrevistados, a falta de fluência no idioma é uma barreira para as tarefas básicas do

dia a dia e a busca de um emprego. Entre os alunos, haviam vários com graduação no Haiti, mas que necessitam do português para poder conquistar uma carreira no Brasil, e jovens que têm interesse em buscar uma graduação através do vestibular. Podemos encontrar reflexões semelhantes em Silva (2016a):

As dificuldades de encontrar trabalho se devem, em primeiro lugar, ao refluxo de mercado de trabalho local e nacional, e em segundo, a falta de qualificação exigida pelo mercado, além do fator linguístico que dificulta a comunicação. Se, por um lado, não dominar o português dificulta a inserção em alguns setores do mercado de trabalho, por outro, falar outras línguas, como o francês, o inglês e o espanhol, pode abrir portas na hora de pleitear um emprego em outros segmentos laborais, como, por exemplo, hotelaria, ensino de idiomas, etc. (SILVA, 2016a, p.216)

Novaes (2013), para o portal Terra, mostra que o idioma é a primeira barreira a ser vencida pelas pessoas que deixaram seus países para fugirem de conflitos políticos e religiosos, guerras civis e da miséria. Para um dos entrevistados, “o idioma é fundamental para que eles possam trabalhar, se inserir no mercado de trabalho”.

Para Noronha (2015), os alunos entrevistados descreveram que estas aulas são importantes para ajudar na convivência social dos imigrantes com os moradores da cidade, e abre oportunidades para quem quer seguir os estudos em uma universidade e/ou buscar emprego:

“Carl-Andy Jean vê nas aulas de português uma oportunidade de melhorar o seu relacionamento com os brasileiros e avançar para um estudo superior. ‘Eu posso dizer que as aulas são muito importantes, e pra (sic) mim é muito legal, porque com essas aulas eu consigo falar e escrever muito melhor’, diz. ” (NORONHA, 2015)

Carvalho (2012) analisa a nova perspectiva de valorização dos contextos multilíngues, no contexto de promover também uma nova visão de relação entre línguas, contribuindo para a construção de uma consciência multilíngue, que destaca positivamente o convívio com outras línguas.

4.4 A interação dos haitianos com o português

Um dos pontos de maior destaque nas reportagens é sobre a interação entre os haitianos e a nova língua a ser dominada. Para César e Cavalcanti (2007), “a língua portuguesa nas suas formas prestigiadas, aparece como um ideal de língua a dominar, diante da crença de que seja possível estabelecer o contato mais simétrico com o outro que se coloca nesses espaços de poder da cultura hegemônica”.

Raso e Melo et al (2011) questionam a questão da inserção do imigrante, inicialmente monolíngue em sua língua, no novo meio, assim como as condições de interação com os habitantes e cidadãos da nova terra, falantes monolíngues nativos do português.

Os haitianos, entretanto, são inicialmente bilíngues pela característica da formação de seu país e a constituição de 1987 considerar dois idiomas como oficiais: o francês e o crioulo haitiano, conforme nos descreve Fogliatto (2015) em sua reportagem para o jornal Sul 21: “Muitos dos imigrantes são bilíngues ou políglotas: os que vêm do Haiti,

país que tem como línguas oficiais o francês e o crioulo, já sabem esses dois idiomas e, muitas vezes, também são fluentes em espanhol. ”

Fernandjes (2014) para o jornal Diário do Grande ABC apresenta reflexões de um dos entrevistados a respeito da similaridade dos idiomas Francês e Português, e do bilinguismo e plurilinguismo dos haitianos:

“A facilidade com que a maior parte dos estudantes adquire fluência no idioma é assustadora, define Vilma. “Podemos considerar que, gramaticalmente, o Francês é parecido com o Português. Além disso, muitos são bilíngues e até trilingues, já que 10% dos meus alunos fala Espanhol”, comenta. Cada sala de aula tem 27 estudantes.” (FERNANDJES, 2014)

Segundo os estudos de Carvalho (2012), a comunicação, a linguagem e o discurso ocupam um lugar de extrema relevância por estarem tanto no cerne das relações produtivas quanto ligadas à construção da identidade social, cultural e política dos indivíduos.

As reportagens descrevem os haitianos como alunos dedicados e esforçados em aprender o português. O G1 (2013), na reportagem sobre o curso promovido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mostra a falta de familiaridade com o idioma como uma dificuldade, e que os imigrantes encontram na mímica uma forma de se expressar quando não conseguem fazer tal ação de forma oral:

“Marília ressalta que, apesar dos alunos serem bem esforçados, não é fácil ensinar a língua para quem nunca teve familiaridade com o idioma. De vez em quando, a professora Jéssica Kethrin lembra que a sala de aula se torna uma bagunça, mas os haitianos não desistem e acham um meio para se comunicar, recorrendo até mesmo as mímicas. “Quando eles começam a falar em crioulo, a gente usa a mímica entre eles”, diz Jéssica Kethrin, estudante de letras da UNIR. ” (G1, 2013)

Segundo a reportagem de Anjos (2016) para o G1 do Mato Grosso, os haitianos, apesar de considerarem o português uma língua difícil por conter muitas regras ortográficas, aprendem-no de forma rápida:

“De acordo com Rafael Lira, na maioria das vezes, os haitianos têm facilidade em aprender mais um idioma. No entanto, a língua portuguesa é um grande desafio para eles. ‘O português é uma língua com muitas regras. Se para nós, que somos brasileiros, já é difícil falar corretamente, com todas as suas regras, imagine para eles? Mas eles aprendem muito rápido, tem uma facilidade muito grande para aprender’, explicou” (ANJOS, 2016)

Thomé (2016) para o jornal Hora de Santa Catarina, descreve a entrevista de uma das alunas, onde a mesma relata que o português é uma língua difícil de aprender, pois tem muitas regras ortográficas:

“Eu já falava crioulo, que é nossa língua no Haiti, francês, espanhol, inglês e agora o português, que vai me ajudar bastante em busca de um no emprego’ — torcia Ysana, que não teve dúvidas quando questionada sobre qual idioma foi mais difícil de aprender: ‘O português é muito complicado, tem muita regrinha. ’ ” (THOMÉ, 2016)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua, além de uma forma de se expressar e de atender à necessidade primária humana de comunicação, é recheada de significados e é parte do patrimônio cultural de um povo. A língua portuguesa é a oitava língua mais falada no mundo, e 85% dos falantes nativos são brasileiros. Apesar do mito de nação monolíngue pelo fato do português ser o único idioma oficial, há cerca de 200 línguas indígenas conhecidas por todo o território brasileiro.

O Haiti foi a primeira nação livre do mundo, entretanto desde a sua independência até a constituição de 1987 o francês – a língua do colonizador – era a única oficial no país, e é até hoje considerada a língua de prestígio. O crioulo haitiano foi formado na mescla do francês com os vários idiomas africanos, trazidos pelos escravos. Apesar de não ter uma forma escrita e ser renegada a uma língua de “segunda classe”, o crioulo haitiano é considerada uma língua de resistência e falada pela maioria da população – apesar de não ter sido ensinada na escola – até a constituição de 1987, que tornou o crioulo haitiano a segunda língua oficial do país, sendo a partir desta data ensinada nas escolas e redação de leis do Haiti.

Em 2010, um terremoto no Haiti causou a morte de mais de 230 mil pessoas e comprometeu seriamente todo o sistema de governo do país, sendo uma das causas da corrente migratória para o Brasil a partir desta data. O Brasil começou a ser visto pelos haitianos como um país de destino, para alguns autores, depois das tropas brasileiras permanecerem no Haiti em missão de paz, onde foi mostrado o Brasil como um país próspero e de oportunidades.

As reportagens apresentadas relatam que os haitianos que chegam ao Brasil pouco ou nada sabem do português, e apenas alguns dominam o espanhol. Há iniciativas públicas por parte das Secretarias de Educação nas esferas municipais e estaduais, e Universidades; e privadas por parte de organizações religiosas e voluntários, buscando formar cursos para o ensino do português para os imigrantes.

A falta de fluência no português, para os haitianos entrevistados nas reportagens, é uma barreira que dificulta as tarefas do dia-a-dia que necessitem interação com os moradores locais e também na hora de conseguir uma vaga de emprego. A principal metodologia aplicada nos cursos apresentados é compreender a realidade vivida pelo imigrante e usá-la para o ensino do idioma, através de situações diárias, montagem de currículo e expressões idiomáticas. Estas metodologias não visam apenas ensinar o português para os haitianos, mas sim inseri-los e facilitar o processo de adaptação ao Brasil.

Os alunos, segundo os professores entrevistados nas reportagens, se referem aos haitianos como esforçados e dedicados, apesar de apresentarem dificuldades em aprender o português. Os alunos relatam que as regras ortográficas dificultam a compreensão do idioma. Os haitianos veem, conforme as notícias o aprendizado do português como uma forma de buscarem melhores empregos e viverem melhor no

Brasil, e poder continuar ajudando seus familiares que ficaram no Haiti.

REFERÊNCIAS

ANJOS, L. Para eliminar barreiras, haitianos se esforçam para aprender o português. **G1**, Mato Grosso, 04 fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/para-eliminar-barreiras-haitianos-se-esforcam-para-aprender-o-portugues.html>> Acesso em: 23 jan. 2017.

BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. et al (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CADELY, J-R. Haiti: A Política da Língua. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/livro_refugio_e_hospitalidade_distribuicao_web.pdf#page=309> Acesso em: 15 jan. 2017

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2011.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e Interculturalidade: as tensões entre a igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v.13, n.37, jan-abr. 2008.

CARVALHO, S. C. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.** v. 2, n.51, p.459-484. Campinas, jul-dez, 2012.

CÉSAR, A. L.; CAVALCANTI, M. C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M. C; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

COTINGUIBA, M. L. P; COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**. Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, Jul.-Dez. 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2843/1647>> Acesso em: 15 jan. 2017

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: o processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

FERNANDJES, N. Curso ensina português para haitianos. **Diário do Grande ABC**, Região do ABC Paulista, 03 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/783561/curso-ensina-portugues-para-haitianos>> Acesso em 24 jan. 2017.

FIGUEIRA, D. Voluntários ensinam língua portuguesa para haitianos. **Diário de Canoas**, Canoas, 01 dez. 2015. Disponível em: <http://www.diariodecanoas.com.br/_conteudo/2015/12/noticias/regiao/247072-voluntarios-ensinam-lingua-portuguesa-para-haitianos.html> Acesso em: 23 jan. 2017.

FULGÊNCIO, C; MARCEL, Y. Missionária gaúcha ensina português a imigrantes em abrigo de Rio Branco. **G1**, Porto Velho, 03 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/07/missionaria-gaucha-ensina-portugues-imigrantes-em-abrigo-de-rio-branco.html>> Acesso em 27 jan. 2017.

HAITIANOS refugiados que trabalham em Cascavel aprendem português. **G1**, Cascavel, 03 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/04/haitianos-refugiados-que-trabalham-em-cascavel-aprendem-o-portugues.html>> Acesso em: 27 jan. 2017.

HAITIANOS residentes em Pinhais recebem aulas de português. **Prefeitura de Pinhais**, Pinhais, 03 set. 2015. Disponível em: <<http://www.pinhais.pr.gov.br/News7content10296.shtml>>

NORONHA, M. Estudante ensina português a haitianos em Cocal. **Engleplus**, Criciúma, 29 out. 2015. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/cultura/2015/v-deo-estudante-ensina-portugues-a-haitianos-em-cocal/>> Acesso em: 23 jan. 2017.

NOVAES, M. Refugiados iniciam curso de português para recomeçar vida no Brasil. **Terra**, São Paulo, 13 abr. 2013. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/sp-refugiados-iniciam-curso-de-portugues-para-recomecar-vida-no-brasil,28d981c94e40e310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>> Acesso em: 23 jan. 2017.

OLIVEIRA, G. M; ALTENHOFEN, C. V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade linguística do Brasil. *In*: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V; RASO, Tommaso. (orgs.) **Os contatos linguísticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

OLIVEIRA, R. B. Terremoto no Haiti: lições de uma catástrofe. **J. Bras. Nefrol.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 225-226, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-28002010000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan.2017.

PARA amenizar dificuldades, projeto ensina português a haitianos, em RO. **G1**, Porto Velho, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2013/05/para-amenizar-dificuldades-projeto-ensina-portugues-haitianos-em-ro.html>> Acesso em: 24 jan. 2017.

PIMENTEL, M. L; et al. O crioulo haitiano e o seu reconhecimento político. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan-jun, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/3921/3083>> Acesso em: 15 jan. 2017

RASO, T. et al. Os contatos linguísticos e o Brasil: dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. *In*: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V; RASO, Tommaso (orgs). **Os contatos linguísticos e o Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

RITZ, J. Cento e vinte haitianos recebem certificados em língua portuguesa. **Bem Paraná**, Curitiba, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/451030/cento-e-vinte-haitianos-recebem-certificados-em-lingua-portuguesa>> Acesso em: 23 jan. 2017.

RITZ, J. Projeto atende adultos e crianças haitianas em Curitiba. **Bem Paraná**, Curitiba, 08 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/414150/projeto-atende-adultos-e-criancas-haitianas-em-curitiba>> Acesso em: 23 jan. 2017.

RODRIGUES, L. C. B. **Francês, crioulo e vodou: a relação entre língua e religião no Haiti**. 2008. 259 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/luizcarlosbalgarodriguesdoutorado.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2017.

SILVA, M. (a) Cáritas promove curso de português para haitianos em PG. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 07 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/cidades/2016/11/caritas-promove-curso-de-portugues-para-haitianos-em-pg/2277584/>> Acesso em: 23 jan. 2017.

SILVA, S. A. (b) A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. *In*: BAENINGER, R. et al (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

THOMÉ, L. Imigrantes são diplomados em curso de língua portuguesa em Florianópolis. **Hora de Santa Catarina**, Florianópolis, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/07/imigrantes-sao-diplomados-em-curso-de-lingua-portuguesa-em-florianopolis-6571740.html>> Acesso em: 23 jan. 2017.

VILLEN, P. Periféricos na Periferia. *In*: BAENINGER, R. et al (orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

VOLUNTÁRIOS de Rio Preto, SP, ensinam língua portuguesa para haitianos. **G1**, São José do Rio Preto e Araçatuba, 18 jan. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/01/voluntarios-de-rio-preto-sp-ensinam-lingua-portuguesa-para-haitianos.html>> . Acesso em: 23 jan. 2017.

NOTAS

Artigo apresentado e publicado nos anais do IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (IX SEET) e I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (ISIET) em junho de 2017 na cidade de Foz do Iguaçu, e é parte da dissertação de mestrado de Fátima Regina Cividini com o título “Migrantes Haitianos no Brasil (2010-2017): Tensões e Fronteiras, sob a orientação do Prof. Dr. Valdir Gregory.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.

Romisval Silva dos Santos

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana- BA

Elane Bastos de Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana- BA

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre a comunidade negra rural e quilombola do Maracujá em Conceição do Coité – Bahia, localizada no Território do Sisal, em que tem como objetivo diagnosticar os fatores que influenciaram na organização socioespacial dos negros quilombolas da comunidade, verificar como o povo da comunidade se organiza no seu espaço e avaliar a eficácia das políticas públicas que são presentes na comunidade. É trabalhado o conceito de espaço na perspectiva de Milton Santos, para elencar a importância desse conceito geográfico no estudo da comunidade. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo em que foi realizado um trabalho de campo para fazer uma leitura socioespacial através da realidade enfrentada pela comunidade. Diante dos dados coletados é perceptível que a comunidade do Maracujá se utiliza da terra como produto para sua subsistência, porém enfrentam alguns entraves com relação a seca e com a falta de água encanada.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade quilombola.

Terra.Espaço.

ABSTRACT: This article presents a study about the black and rural community of Maracujá in Conceição do Coité-Bahia, located in the Territory of Sisal, in which the objective is to diagnose the factors that influenced the socio - spatial organization of the community's black quilombolas, to verify how the people of the community is organized in its space and evaluate the effectiveness of the public policies that are present in the community. The concept of space is worked out in the perspective of Milton Santos, to emphasize the importance of this geographical concept in the study of the community. It is a qualitative research in which a field work was carried out to make a socio-spatial reading through the reality faced by the community. In view of the data collected, it is noticeable that the passion fruit community uses land as a product for their subsistence, but they face some obstacles in relation to drought and lack of running water.

KEYWORDS: Quilombola community. Earth. Space.

1 | INTRODUÇÃO

A luta pela garantia dos direitos quilombolas é marcada por um histórico de

conflitos e reivindicações, em que homens e mulheres negras buscavam o quilombo como forma de resistência e de liberdade. Com a constituição de 1988, a luta pelos direitos quilombolas se somou de forma intensa, em que resultou em vários manifestos, uma grande marca de luta da população de origem africana. O objetivo do trabalho é trazer uma discussão e reflexão sobre a dimensão de identidade histórica e o processo de organização da comunidade quilombola do Maracujá de Conceição do Coité – BA e verificar a eficácia das políticas públicas que são presentes. A luta por uma identidade histórica de um povo que lutou por esse reconhecimento de pertencimento que está previsto no art. 68 ADCT da constituição de 1988: (...) O art. 68 do ADCT tem uma redação assaz sintética, de forma que “aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No Brasil já foram identificadas cerca de 3.000 comunidades quilombolas. Destas, mais de 1.826 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), totalizando cerca de 2,2 milhões de pessoas. Os exemplos de titulações concluídas devem-se à luta persistente dos movimentos em favor dos direitos quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – órgão da esfera federal, competente pela delimitação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. (Extraído do site: <http://www.direito.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=70>).

É de fundamental importância o estudo dessa comunidade quilombola do Maracujá, por fornecer uma visibilidade histórica no município de Conceição do Coité-BA, como recorte espacial de identidade e por ser uma das poucas do Território do Sisal e a primeira a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares. A partir do que foi explanado, é levantada uma discussão com o autor que fundamenta o presente trabalho a partir do conceito relevante para o tema central dessa pesquisa como, o conceito de espaço.

Foram utilizados na pesquisa os métodos de procedimento histórico e comparativo, fazendo uma busca histórica sobre a comunidade estudada e analisando todo o processo que influenciou para o que chamamos hoje de comunidade quilombola do Maracujá depois do seu reconhecimento, o método de abordagem dialético para entender as mudanças ocorridas na organização do espaço “comunidade” e os fatores que ocasionaram para a sua configuração, analisar como os moradores da comunidade se relacionam com a terra e as problemáticas que são enfrentadas.

Foi realizada uma pesquisa de campo na comunidade, com a intenção de compreender a sua configuração socioespacial a partir da realização de entrevistas com o objetivo de obter dados para dar uma melhor fundamentação.

1.1 Caracterização de Área

A área na qual foi elaborada essa pesquisa fica a 18 km do centro da cidade de Conceição do Coité - BA no Território do Sisal, nas proximidades de Riachão do Jacuípe, porém a comunidade é pertencente à cidade de Conceição do Coité - BA

que tem população estimada 2016 (1) 67.875, área da unidade territorial 2015 (km²) 1.016,006.



Figura 01- Localização aproximada da Comunidade

Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/E31>

2 | A COMUNIDADE DO MARACUJÁ E SEU PROCESSO DE RECONHECIMENTO

A questão do reconhecimento trouxe para a comunidade uma identidade de modo que essas transformações refletem diretamente na forma como passam a ser percebidas pela sociedade.

A comunidade quilombola do Maracujá de Conceição do Coité recebeu seu certificado no dia 04 de junho de 2014, junto com o Governo Federal e o Ministério da Cultura diante a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, reconhecida como comunidade quilombola. Maria Tereza Gomes do Espírito Santo, coordenadora executiva da Secretaria da Promoção de Igualdade do Estado da Bahia (*SEPROM/BA*) traz umareflexão sobre esse processo ao afirmar que:

“O entendimento é que precisa ter políticas efetivas, organizadas, continuadas, que dê conta de superação das diferenças que o racismo impôs. Desde 2003 que no Brasil vem sendo construídas políticas diversas, entre essas políticas está justamente o processo de certificação de reconhecimento de comunidades Quilombolas”.

Extraído do site:< <http://www.calilanoticias.com/2014/11/coite-maracuja-teve-a-maior-comemoracao-pela-certificacao-de-comunidade-quilombola.html/>>. Acesso em outubro. 2016.

A comunidade do Maracujá reflete um histórico de luta, os moradores compreendiam a extrema importância do reconhecimento para a comunidade e a certificação pela Fundação Cultural Palmares, com a certificação em mãos as situaçõesproblematizadasiriam mudar pois resultaria em benefíciosque amenizaria os problemas que eram enfrentados pela comunidade, passariam ter acesso aos direitos fundamentais garantidos pelo Governo Federal, entre eles, melhorias nas áreas

de moradia, saúde e educação, programas como; Minha Casa Minha Vida Rural, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Bolsa Permanência.

A comunidade do Maracujá tal como é intitulada passou por alguns entraves no seu processo de reconhecimento, na qual o presidente da associação “Hélio do povo” juntamente com a comunidade local fizeram uma documentação de reivindicações explicitando seus direitos e foi até a cidade de Salvador na Fundação Cultural Palmares reivindicá-los, ao decorrer do tempo os mesmos receberam visitas da fundação para conhecer a comunidade e logo foi entregue o certificado.

3 | COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DO CONCEITO DE ESPAÇO

Para uma melhor interpretação de como se dá a dinâmica da comunidade do Maracujá e as relações sociais, culturais e políticas que são presentes é de suma importância a leitura do conceito geográfico que está presente na pesquisa e que auxilia para sua fundamentação, o conceito de espaço.

Milton Santos traz uma consideração de espaço como totalidade. Para ele as relações se dão através de funções e formas, correlacionando com a questão do tempo passado-presente e as transformações que podem ocorrer na dinâmica no espaço. A comunidade do Maracujá reflete uma realidade de luta que é problematizada desde o passado, no contexto presente está diretamente ligado à vivência dos moradores que residem no local, envolvendo as questões sociais, culturais e políticas. Ele traz uma abordagem no conceito de espaço na qual retrata:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

O espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois está diretamente ligada a relação de moradia do homem no lugar e que o mesmo está sempre se reorganizando através das mudanças que ocorrem num determinado espaço, a comunidade do Maracujá de Conceição do Coité - BA reflete uma historicidade que permeia a sua dinâmica desde o passado e que é peculiar hoje, a falta de políticas públicas que são presentes ainda no contexto atual é problematizado desde muito tempo.

4 | A COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA DO MARACUJÁ: UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL

Segundo entrevistas feitas com algumas pessoas da comunidade e principalmente

com um dos casais mais antigos que residem lá; Edite conhecida como Merquida de 84 anos, e Senhor Rafael de 92 anos relataram que há muito tempo atrás quatro irmãos conhecidos como Zé de Souza, Calistra, Severino e Gregório, compraram 400 tarefas de terras e cada um ficaram com 100 tarefas, com esse processo de divisão e povoamento no local existiam muitos maracujás de outra categoria, como eles mesmos chamam “maracujá de boi”, esses irmãos utilizavam de alguns galhos dessa planta que originava esse fruto para demarcar suas tarefas, mediante a esse fator começaram a usar o termo do lugar de Maracujá, dando identificação ao local e até hoje por uma questão de tradição desses ancestrais o nome da comunidade ficou legitimada como comunidade quilombola do Maracujá.

As famílias que residem na comunidade do Maracujá, sempre utilizaram da agricultura para subsistência, mas naquela época segundo dona Edite e seu Rafael moradores da comunidade a realidade era mais conflituosa do que hoje, na entrevista eles ressaltam, que a as famílias que moravam na comunidade trabalhava muito com o sisal para o sustento das famílias, a moradora Edite (entrevistada), relata que a sua mãe que já é falecida enfrentava muitas dificuldades para a criação dela e dos irmãos, pois era muito difícil o contexto naquela época, chegaram a comer como ela mesma diz: “papa de beldroega” uma planta comum da região. Eles relatam que o deslocamento para Conceição do Coité era a pé, pois não havia transportes, deslocavam-se para o centro da cidade que ainda era muito pequena a procura de água que encontravam numa fonte, que na época era chamada de “fonte da conceição” e retornavam com a água para a comunidade.

Em umas das falas senhor Rafael, ele diz: “A seca e a falta de água sempre foi o problema”, a comunidade é bastante precária nesse sentido, os moradores sofrem bastante com essa situação, a comunidade não tem encanação de água e depende de um carro pipa que é destinado de Coité e abastece uma cisterna que fica localizada na única escola que existe na comunidade, em que todos os moradores se abastecem com essa água, fazendo o abastecimento através de carroças, carros de mão e até mesmo a pé, levando-as sobre a cabeça. Alguns pequenos agricultores tentam investir na produção para a sobrevivência e para comercializar no centro da cidade de Coité, porém os mesmos indagam que a seca não contribui para a produção, no contexto presente não estão nem plantando devida essa problemática. A comunidade se reúne com o presidente da associação local conhecido como “Hélio do povo” e a assistente social procurando desenvolver projetos para que possam está lutando por políticas públicas que beneficiem a comunidade, segundo o presidente da associação tem melhorado um pouco mais que existem diversas problemáticas na busca por soluções.

A comunidade do Maracujá tem uma extrema importância para a cidade de Conceição do Coité, por ser uma comunidade que teve seu direito garantido do reconhecimento e por ser a primeira comunidade do território do sisal a ser reconhecida como quilombola pela Fundação Cultural Palmares.

A história dos moradores do Maracujá imprime uma realidade que é vista em

diversos contextos no mundo, são perceptíveis várias comunidades tradicionais quilombolas no Brasil e na Bahia especificamente que passam por esse processo de reconhecimento como foi o da comunidade estudada e que lutam por uma visibilidade e pelos seus direitos. Diante do que foi pesquisado e estudado, as pessoas da cidade de Coité e localidades vizinhas veem a cidade de Conceição do Coité hoje “com outros olhos”, sabe que existe um povo a parte que representa uma história e uma marca cultural, a comunidade do Maracujá é uma representatividade cultural e que muda as linhas dando mais significado a história de Conceição do Coité.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade do Maracujá pelo que foi evidenciado emite uma realidade que é vista em diversos contextos de luta nas comunidades quilombolas brasileira, a busca por um reconhecimento, uma certificação e por uma afirmação de território. Outro fator que foi analisado diante a pesquisa na comunidade é que existe ainda uma grande discriminação racial e preconceito com negros quilombolas. Diante dos dados coletados ficou explícito que os moradores da Comunidade do Maracujá em Conceição do Coité vivem em um processo de precariedade e que lutam contra as dificuldades impostas, mais não conseguem com força resultante um aparato do governo com políticas públicas para contribuir na melhoria de vidas dos negros quilombolas que residem ali, os mesmos sobrevivem com o pouco que recebem, e que a falta de água encanada e a seca são um dos principais entraves que dificultam a vida dos moradores. É perceptível que os moradores do Maracujá lutaram por suas terras, hoje tem um nome marcado por lutas e um reconhecimento. Existem diversas problemáticas a serem resolvidas mais a comunidade tem como urgência a ser resolvida, são a questão da água encanada, uma unidade de saúde e a circulação de transporte, para os moradores até o centro da cidade, são fatores preocupantes.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. In: **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. 20 p. 180-185. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: Abril. 2017.

CALILA NOTÍCIAS. **Maracujá teve a maior comemoração pela certificação**. Disponível em <<http://www.calilanoticias.com/2014/11/coite-maracuja-teve-a-maior-comemoracao-pela-certificacao-de-comunidade-quilombola.html/>>. Acesso em outubro.2016.

ESMERALDA NOTÍCIA. **Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio ambiente**. Disponível em:<<http://www.esmeraldanoticias.com.br/noticias/os-territorios-quilombolas-como-espacos-de-preservacao-da-identidade-nacional-e-do-meio-ambiente/>>. Acesso em: novembro 2016.

PRIOSTE, BARRETO. A.F. **Território quilombola uma conquista cidadã! “Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial”**. 2012.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, (Edusp, 1978.)

Território quilombola de uma conquista cidadã. 2012. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-formação-com-jovens-quilombola.>>. Acesso: Março de 2017.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

Vanderlei Rocha Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana –
UEFS
Feira de Santana – Bahia

RESUMO: O presente artigo trata das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto na Bahia na defesa de seus territórios, destacando alguns aspectos importantes como formação histórica dessas comunidades, a posse em terras devolutas e a utilização dessas áreas de forma comunal. A falta de regularização fundiária dos seus territórios por parte do Estado também contribui para a permanência dos conflitos territoriais no campo baiano o que leva aos Fundos de Pasto a se organizarem constantemente em função da defesa do seu território pressionando o poder público a realizar uma política de regularização fundiária, o que mais tarde implicaria na promulgação da Lei Estadual 12.190 de 11 de outubro de 2013, com isso os Fundos de Pasto passam a ter enquanto instrumento jurídico o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso o que leva a discutir quais as implicações desse instrumento jurídico já que o Estado ainda se mantém enquanto agente hegemônico sobre o território e detentor da propriedade.

PALAVRAS-CHAVE: Fundos de Pasto, regularização fundiária, Concessão de Direito

Real de Uso. Lei Estadual 12.910/2013.

ABSTRACT: This article deals with the Traditional Fundos de Pasto Communities in Bahia in the defense of their territories, highlighting some important aspects such as historical formation of these communities, ownership in vacant lands and the use of these areas in a communal way. The lack of regularization of land by the state also contributes to the persistence of territorial conflicts in the countryside of Bahia, which leads to the Fundos de Pasto to organize constantly in function of the defense of their territory pressing the public power to carry out a policy of land regularization, which would later imply the enactment of State Law 12.910 of October 11, 2013, with this the Fundos de Pasto will have as legal instrument the Concession Contract of Real Right of Use which leads to discuss what the implications of this legal instrument since the State still remains as hegemonic agent on the territory and owner of the property.

KEYWORDS: Fundos de Pasto, fundiary regularization, Concession Contract of Real Right of Use, State Law 12.910/2013.

1 | INTRODUÇÃO

A lógica da reprodução ampliada do capital no campo brasileiro deixa marcas

explicitas na estrutura fundiária nacional, cujas evidências denunciam principalmente a concentração fundiária no país. Conseqüentemente a disputa pela posse e o uso da terra, inclusive pelos recursos naturais ainda disponíveis, tem permitido a exclusão de milhares de trabalhadores ao acesso à terra para nela se reproduzirem, ao mesmo tempo em que obrigam diversos camponeses e povos de comunidades tradicionais a “deixarem” seus territórios. E por que não usarmos a expressão “sendo expulsos”, cujas causas, se manifestam em várias frentes de conflitos e afetam diretamente as condições necessárias a reprodução do modo de vida desses sujeitos.

Dada estrutura, permite nos debruçarmos sobre a resistência das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto no estado da Bahia e que se encontram espacialmente distribuídos em grande parte das terras devolutas localizadas no semiárido baiano, preservando o seu modo de vida tradicional e a sua reprodução política e social no território.

Essas populações lutam através do enfrentamento direto contra a expropriação do seu território. Sofrem com o incentivo da fragmentação das áreas de uso comum, seja pela ideologia do cercamento ou pelas ações de grilagem, como também pelo intermédio da violência simbólica através de ameaças ou expulsões pelo uso da força.

Ultimamente os territórios dos Fundos de Pastos estão sendo disputados pelos interesses das empresas de mineração e de energia eólica, fomentados pelas políticas de governo e que procuram aliciar os membros dessas comunidades rurais através de propostas de compra ou arrendamento de suas propriedades. O que vem estabelecendo mais um conflito pela disputa da posse e do uso do território perante o avanço dos agentes econômicos do capital em regiões ora consideradas periféricas ou de baixo interesse econômico, vendo assim, uma nova possibilidade de expansão e de modernização do capital nesses espaços.

Um dos principais fatores que colaboram para o agravamento da questão, diz respeito à precária implementação de políticas públicas no que tange a demarcação e regularização fundiária dos territórios em áreas historicamente ocupadas por comunidades tradicionais. No caso específico dos Fundos de Pasto, é a Lei Estadual 12.910 de 11 de outubro de 2013, que regulamenta a regularização fundiária das áreas de uso comum em terras públicas, estando em meio a dois interesses, o do Estado que detém a propriedade e o das comunidades que detém o direito de posse.

O assunto que será discutido nesse artigo é fruto de uma pesquisa dentro do Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, e que no decorrer desse processo permitiu conhecer um exemplo de resistência de uma comunidade de Fundo de Pasto no município de Curaçá – Ba, no enfrentamento dos conflitos territoriais ainda existentes pela disputa da área de uso comum em seu território.

Contudo, embora o assunto suscite um caloroso debate nos limitaremos apenas dialogar tendo por base uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e uma análise documental feita da Lei Estadual 12.910/2013.

2 | FUNDOS DE PASTO

Dentro da literatura acadêmica podemos encontrar alguns autores que na tentativa de explicar o que são Fundos de Pasto, constroem um conceito através da descrição das suas principais características utilizando-se de um conjunto de fatores que envolvem organização política, produção, território, cultura, tradição e territorialidade. Assim, temos em Angelina Garcez (1987), os Fundos de Pasto como uma organização camponesa, mas não uniforme, que apresenta uma tipicidade inerente que os diferenciam de outras formas de prática agrícola ou de outras experiências de vida no mundo rural. Suas principais características são: a posse histórica das áreas devolutas para o uso do pastoreio, em geral abertas, onde as criações circulam livremente; preservação das tradições, relações sociais de solidariedade e de compadrio; extrativismo de baixo impacto; uso adequado e racional dos recursos naturais; formação de áreas individuais cercadas.

Em Sabourin et.al (1999), são chamados de Fundo de Pasto as reservas de pastagem em terras utilizadas para o pastoreio comunitário. Estão tradicionalmente associados à pecuária extensiva via pastoreio da vegetação natural da caatinga. Mais que uma propriedade coletiva, corresponde a uma ausência de propriedade, ou seja, um direito de uso generalizado dos recursos de um território de forma gratuita e inalienável entre os seus membros que estão ligados por nascimento ou por alianças.

Para Ferraro Júnior e Burstyn (2008), Fundos de Pasto é uma categoria social presente no campesinato nordestino. Conforme os autores, até o ano 1982, fundo de pasto era um nome regional aplicado às áreas de caatinga usadas como pastos naturais para criação de caprinos em comunidades pastoris dos municípios de Uauá, Curaçá e Canudos. A partir deste período esta denominação regional começou a se generalizar e aglutinar comunidades pastoris de várias partes do estado da Bahia cuja realidade similar possuíam outros nomes: “solta”, “terra solta”, ou “bode solto”. Para os autores o termo Fundos de Pasto, vai para além de uma palavra que define ou classifica determinados grupos enquanto criadores de forma extensiva:

Hoje, quando se fala dos FP refere-se a um todo relacionado a um território (sertão, caatinga), uma história (dos currais), uma cultura (sertaneja), uma identidade, um padrão de produção, um padrão de relações com o ambiente e de relações sociais. As pessoas referem-se ao fundo de pasto para designar base física da atividade produtiva e da comunidade, com posse imemorial reconhecida interna e externamente (FERRARO JÚNIOR e BURSTYN, 2008, p.9).

Já Alcantara e Germani (2010) denominam os Fundos de Pasto, enquanto experiência de apropriação de território típico do semiárido baiano, caracterizado pelo criatório de animais (bodes, ovinos, gado) em terras de uso comum, articulados com áreas individuais onde cultivam lavouras de subsistência. São pastores, lavradores e extrativistas, são comunidades tradicionais, “regulamentados pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido” (p.43).

A partir dessas interpretações, onde os conceitos enquanto abstrações da realidade não são totalmente neutros, existindo uma prática discursiva tanto de esvaziamento ou de engajamento político-ideológico em sua definição. Por isso, longe de querer engessar um conceito em construção, entendemos os Fundos de Pasto enquanto uma experiência histórica de ocupação espacial por comunidades rurais do semiárido baiano, que se territorializam por intermédio de uma tradição sertaneja reforçada por laços de parentescos e alianças no desenvolvimento de uma unidade produtiva que se articula entre áreas de uso individuais para moradia e agricultura de subsistência e áreas de uso comum para o pastoreio extensivo de bovinos, caprinos e ovinos, como também, para a prática do extrativismo de baixo impacto de frutos e plantas da caatinga, cuja luta para se manterem e desenvolverem seus territórios é o principal elemento identificador de sua identidade política.

Apesar das similaridades encontradas nos diversos Fundos de Pasto espalhados pelo estado da Bahia, é necessário reforçar que existem especificidades em cada comunidade e que devem ser levadas em consideração nessa constante busca de se construir um possível conceito que as definam, como aponta Alcântara e Germani (2004), “estas comunidades conforme uma particularidade no campo baiano, por si só revelam especificidades que não nos permite generalizações, nem defini-las enquanto conceito geral e abstrato” (p.13).

3 | OCUPAÇÃO DOS SERTÕES E FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES DE FUNDOS DE PASTO

Localizados predominantemente na região semiárida do estado baiano, tendo por aliado o bioma caatinga, bem como na transição entre este e o cerrado, a experiência comunitária dos Fundos de Pasto surgiu durante a ocupação dos sertões, por volta do segundo século da colonização portuguesa em função da atividade pecuária que dava suporte ao modelo econômico escravista e agroexportador da cana-de-açúcar, com fins de abastecer o mercado interno com o fornecimento da carne e do couro, assim como, o fornecimento de animais de transporte e de tração para os moinhos de engenhos principalmente nas regiões do agreste pernambucano, recôncavo e litoral baiano.

A atividade criatória de animais de forma extensiva se consolidou de tal forma que ao fim do século XVI:

(...) os criadores baianos e pernambucanos se encontravam já nos sertões do rio São Francisco, prosseguindo ao longo dele, rumo ao sul e para além, rumo às terras do Piauí e do Maranhão. Seus rebanhos somariam então cerca de 700 mil cabeças, que dobrariam no século seguinte (RIBEIRO, 2013, p. 307).

A princípio os próprios senhores de engenhos que se faziam sesmeiros criavam o gado que consumiam. O gado poderia ser comprado, mas as terras pertenciam a Coroa Portuguesa que as concediam em forma de sesmarias – grandes extensões de terras

que eram dadas ao “homem livre, puro de sangue e de fé”, a exemplo das sesmarias da Casa da Torre de Garcia D`Ávila e a Casa da Ponte de Antônio Guedes de Brito. O poderio dessas duas casas partia do início do litoral até a região oeste, alcançando o Piauí e o Maranhão e dominando quase todo sertão baiano como descreve Antonil.

Porque a Casa da Torre tem duzentas e sessenta legoas pelo Rio de S.Francisco acima, á mão direita, indo para o Sul; e indo rio para o norte, chega a oitenta legoas. E os herdeiros do Mestre de Campo Antônio Guedes possuem, desde os Morros dos Chapéos até á nascença do Rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas tem curraes propios; e parte são dos que arrendarão sítios delas, pagando por cada sitio, que ordinariamente he de huma legoa, cada anno dez mil réis de fôro. (ANTONIL, 1837, p.119-200)

Mais tarde a pecuária extensiva tornou-se uma atividade especializada de criadores que foram se apossando das terras na medida em que o gado se multiplicava, formando enormes latifúndios pelo sertão (RIBEIRO, 2013). Os currais se instalavam próximos as aguadas permanentes e dos barreiros naturais devido à escassez de água e da qualidade das pastagens naturais. Por seleção, “o gado sertanejo foi apurando um tipo adaptado as dificuldades da região: não só muito rústico, mas dotado de um instinto notável na procura de escasso alimento que encontra em seus pastos” (PRADO JUNIOR, 1994, p.62). O tamanho dos currais variava de acordo com o número do rebanho, podendo chegar até um quilometro quadrado, onde uma fazenda de baixa produção amansava cerca de cem bezerro e uma grande, mil bezerros anualmente (DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2001).

Nessas fazendas viviam o vaqueiro e sua família, ajudantes e agregados, como também alguns sitiantes, que sem acesso jurídico a terra eram-lhes permitidos criar animais nessas propriedades e estabelecer plantios. Ao vaqueiro era pago conforme o sistema da quarta, onde a cada quatro bezerros que nasciam, tirava um para si. Para além das atividades do criatório, era permitido desenvolver em pequenos cercados, uma agricultura de subsistência como feijão, milho e mandioca que contribuíam para a segurança alimentar da família.

Segundo Ribeiro (2013) o regime de trabalho do pastoreio não se funda, pois, na escravidão, “mas sim num sistema peculiar em que o soldo se pagava em fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo de sal, e crias do rebanho” (p.308). Com isso, o vaqueiro ia formando o seu rebanho sendo obrigado a leva-los para terras mais distantes e longe do domínio das sesmarias. Já nas terras mais áridas da caatinga onde o gado não teria condições de vingar, foram dedicadas exclusivamente a criação de caprinos.

Embora houvesse certo respeito e admiração pela figura do vaqueiro, principalmente por suas funções produtivas com o pastoreio, as relações sociais entre este e o fazendeiro eram hierarquizadas e rígidas, ocorrendo um distanciamento social, onde o último tinha direito indiscutível sobre os bens e até mesmo sobre as vidas, o que permitia até certas arbitrariedades (RIBEIRO, 2013).

A ocupação espacial favorecida por intermédio da pecuária extensiva permitiu a

formação de núcleos comunitários dispersos. Mesmo espalhados pelos sertões, essa população desenvolvia formas de sociabilidade e cooperação mútua que transpunha o seu isolamento a partir da lida com o gado, as chamadas vaquejadas por exemplo, tornaram-se em festas regionais, assim como, as festividades dos santos do calendário religioso e dos santos padroeiros nas capelas de cada núcleo. Essa interação permitia o convívio entre famílias, resultando em constante comunicação através de festas, bailes, casamentos e batizados.

Com a atividade em expansão o chamado “sertão interior” foi sendo cortado por estradas para a passagem do gado que se assentavam em locais com água permanente e de boa pastagem para recuperação dos animais. Muitos desses locais se tornaram mais tarde em vilas e povoados. Assim, “multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo sertão interior” (RIBEIRO, 2013, p.311).

Porém, com a transferência do polo econômico para a região central da Colônia em função da mineração, somado com a concorrência da produção de carne bovina, produzida agora em menor distância dos centros consumidores ou sobre melhores condições climáticas, como o caso do charque do Rio Grande do Sul, agravou a economia das fazendas de gado no sertão a partir do século XVIII.

Estas transformações econômicas, seguido da ausência dos proprietários e herdeiros das terras, contribuíram para o abandono das fazendas de gado e para a fragmentação das áreas originais da Casa da Torre e da Ponte (GARCEZ, 1987). A fragmentação das fazendas originárias destas duas casas, seja por herança, partilha, compra, aforamento ou a outro qualquer acordo, sofreram com a imprecisão dos domínios limítrofes. Estas áreas eram vendidas em termos de contos de réis e os formais de partilha valiam frações de contos de réis, conseqüentemente as raras escrituras e documentos da época mantiveram essas imprecisões (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010).

Como o fim do antigo regime sesmarial que vigorou até o ano de 1822, mais tarde, o Estado imperial através do sistema jurídico da época, instituiu a primeira Lei de Terras de 1850, onde o acesso à terra foi limitado mediante a aquisição da mesma, o que dificultou as camadas mais pobres da população de adquiri-las de “forma legal”. Segundo Torres (2013) apesar da vacância legal entre 1822 e 1850, favorecer àqueles que já possuíam terras aumentar ainda mais suas propriedades, negros libertos, vaqueiros, brancos pobres, também constituíram posses sobre terras públicas e sobre terras localizadas nos fundos das fazendas de gado das sesmarias parcialmente abandonadas, fazendo surgir, em grande parte, a forma de exploração comunal, no caso da região nordeste da Bahia.

4 | RECONHECIMENTO JURÍDICO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

No cenário atual, os Fundos de Pasto lutam pelo reconhecimento enquanto comunidades tradicionais e pela permanência e preservação do seu território. A falta de demarcação e regularização das áreas contribui para o crescente conflito sobre a posse da terra, principalmente pela grilagem de terras, ameaçando todo um equilíbrio socioeconômico regional. Segundo Torres (2013) faltam políticas públicas que definam a propriedade da terra, pois os grileiros têm se aproveitado da condição de serem devolutas para promoverem apropriação ilegal.

Uma ação articulada entre instituições governamentais e financiada por órgãos internacionais foi talvez, um primeiro passo para se pensar numa possível construção de uma política pública para atender as populações rurais das comunidades tradicionais de Fundos de Pasto. O “Projeto Fundo de Pasto” nasceu de um contrato celebrado no ano de 1982 entre o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial, o Governo Federal através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e o Governo do Estado da Bahia através do extinto Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), (GARZES, 1987).

Conforme Garzes (1987) o projeto tinha um duplo objetivo, primeiro o de garantir o direito permanente de posse e o uso da terra para quem realmente trabalha nela através da emissão do título de propriedade, tanto no nível familiar (áreas de uso individual) como comunitário (áreas de uso comum). O segundo, era esclarecer a situação dominial das terras mediante ações discriminatórias, destinando estas áreas ou com registros irregulares para distribuição aos pequenos produtores, assim como, reconhecer as propriedades legítimas, e ou os direitos dos posseiros sobre as terras devolutas. Os técnicos do Estado e os elaboradores do “Projeto Fundo de Pasto” deixam claro sobre os perigos da ausência de regularização fundiária e a necessidade real de uma postura por parte dos poderes públicos:

As indefinições – legais e de limites – das terras de fundo de pasto, têm se ensejado a agressão de grileiros, sob várias modalidades, intranquilizando as populações e ameaçando a integridade e até mesmo a sobrevivência dessas formações sociais. Urgia que os poderes públicos voltassem os seus olhos para esta parte do Brasil tão esquecida na sua humilde, tão marginalizada no seu desvalor econômico, tão sofrida na sua pobreza digna. (GARZES, 1987, p.16).

O “Projeto Fundo de Pasto” pretendia além da regularização fundiária, atuar num plano social assegurando melhores condições de trabalho e de vida através de uma assistência efetiva em diversos níveis. Infelizmente o projeto sofreu limitações de várias ordens o que refletiu nos indicadores de desempenho no campo. Segundo o relatório da CAR, em três anos se cadastrou apenas 11% dos imóveis e realizou-se 22% das medições que o projeto teria capacidade de fazer. Entre 1983 e 1986 o INTERBA cadastrou 120 áreas coletivas, mediram 24, e destes, emitiram 4 títulos. Cadastrou-se pouco mais de 1.540 áreas individuais, mediram 554 e titularam 69 (TORRES, 2013).

De acordo com a Constituição do Estado da Bahia de 1989, o Estado promoverá o processo de regularização fundiária das terras públicas que estejam sido ocupadas e tornado produtivas pelos seus posseiros:

Art. 184 - O Estado, em prazo determinado, promoverá a regularização fundiária e concederá o direito real de uso, em áreas devolutas de até cem hectares, aos produtores que as tenham tornado produtivas, residam e cultivem sob regime familiar.

(...).

Art. 187 - O Estado, através de organismo competente, desenvolverá ação discriminatória, visando a identificação e a arrecadação das terras públicas como elemento indispensável à regularização fundiária, que se destinarão, preferencialmente, ao assentamento de trabalhadores rurais sem terra ou reservas ecológicas. (BAHIA/CEB, 2005, p.56).

Um dos instrumentos da regularização fundiária é a ação discriminatória que consiste em distinguir as terras públicas das terras privadas por meio de processo administrativo ou judicial. Para o professor Paulo Torres (2013), o processo discriminatório é imprescindível as comunidades de Fundos de Pasto, pois as mesmas estão localizadas majoritariamente em terras devolutas estaduais. Compete a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), conforme o decreto estadual nº. 7.547 de 24 de março de 1999, promover e executar ações de regularização fundiária, instrumento utilizado com o objetivo de identificar, delimitar e regularizar ocupações em terras públicas estaduais, rurais e devolutas que se tornaram produtivas.

Segundo Torres (2013), apesar de previsto pela Constituição baiana, no que tange a promoção de ações discriminatórias por parte do Estado, “são inegáveis as consequências do seu descumprimento pelo histórico processo de privatização das suas terras, contribuindo para a concentração da terra e os conflitos do campo” (p.37). Dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) durante o ano de 2008, mostra que foram registrados no estado da Bahia, 28 conflitos, envolvendo 4.014 famílias, com o assassinato de três trabalhadores rurais no município de Monte Santo (TORRES, 2013).

O reconhecimento legal da existência das Comunidades Tradicionais de Fundos de Pasto se deu primeiramente na Constituição do Estado da Bahia (1989) tendo em seu advento os conflitos fundiários existentes nas décadas de 1970 e 80 sofrido por essas comunidades. A esse respeito, Oliveira (1999), aponta que a violência é a principal característica da luta pela terra no país e que houve um crescimento exponencial dos conflitos nos anos 80 decorrente da pressão social feita pelos camponeses, e a resposta violenta por parte principalmente dos latifundiários.

A resistência de luta na terra permitiu a essas populações a se auto-organizarem em defesa do seu território e conseqüentemente pressionar os governos a elaborar leis específicas que atendam aos interesses das comunidades de Fundo de Pasto, como também, uma alternativa jurídica com vista a regularização fundiária dos seus

territórios para sanar os conflitos sociais existentes.

5 | OS FUNDOS DE PASTO NA ATUALIDADE

Passados 20 anos desde a implantação do “Projeto Fundo de Pasto”, as comunidades tradicionais de Fundos de Pasto, agora, organizadas de forma representativa, levam ao conhecimento do Estado sua proposta denominada “O Fundo de Pasto que queremos” (2003) onde esperam que esse documento sirva de orientação para a intervenção de políticas públicas na região semiárida. Coordenados pela Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pastos, as comunidades denunciam a morosidade no processo de regularização de terras no Estado da Bahia, onde tal omissão contribui para o aumento da grilagem em áreas coletivas, estimulando o conflito violento entre grileiros e posseiros. No eixo em que discutem a política fundiária o texto sugere como pontos estratégicos: a titulação das áreas coletivas, a discriminação das terras públicas e a participação e o controle social nas ações de regularização fundiária (ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO, 2003).

Segundo Ferraro Júnior e Bursztin (2008) a defesa do território contra a grilagem de terras nas décadas de 1970 e 1980 na Bahia, e o advento de leis municipais que exigiam o cercamento das áreas de uso comum, marca o início do processo de formação de uma identidade política dos Fundos de pasto. Estas considerações reforçam o caráter histórico e atualmente político dos Fundos de Pasto enquanto comunidades tradicionais, que lutam pela permanência e a defesa de seus territórios.

Apesar da regularização fundiária dos territórios das comunidades de Fundos de Pasto ser o principal ponto de pauta e reivindicação da Articulação Estadual, a proposta não se limita apenas a questão agrária. O texto “O Fundo de Pasto que Queremos” (2003), por exemplo, apresenta demandas nos setores das políticas agrícola, ambiental e hídrica (onde descrevem de forma sistematizada um programa de educação ambiental para as comunidades), como também social e cultural. Por isso, é inegável a necessidade da regularização fundiária como uma das formas estratégicas de proteção e defesa da posse do território dessas comunidades que historicamente vem reproduzindo o seu modo de vida e desenvolvendo suas atividades produtivas em consonância com a preservação dos recursos naturais.

6 | LEI ESTADUAL 12.910/2013

Em 11 de outubro de 2013 foi promulgada a Lei Estadual nº. 12.190, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas por comunidades remanescentes de Quilombos e por Fundos e Fechos de Pastos. A nova lei, além de declarar a existência das comunidades de Fundos de

Pasto e a certificação de reconhecimento destas pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), vem também para regulamentar em seu Artigo 3º do parágrafo único do Artigo 178º da Constituição do Estado da Bahia de 1989, que diz:

Parágrafo único – No caso do uso e cultivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade, à associação legitimamente constituída e integrada por todos os seus reais ocupantes, especialmente nas áreas denominadas Fundos de Pastos ou Fechos e nas ilhas de propriedade do Estado, vedada a este a transferência do domínio. (BAHIA/CEB, 2005, p. 55).

Já o parágrafo 1º do Art. 3º da Lei 12.190/2013 prevê que os contratos de concessão de direito real de uso terão duração de 90 anos prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos. Em seu livro, “Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos do semiárido baiano”, o professor Paulo Torres (2013) questiona qual a lógica que orienta o Estado da Bahia a adotar esses pressupostos jurídicos e qual o impedimento para a não titulação dessas áreas coletivas. Torres busca uma explicação plausível em Paul Little (2002) ao analisar a relação do Estado brasileiro com os povos tradicionais, descrevendo os parâmetros legais definidos pelo regime de propriedade vigente no Brasil em relação as terras públicas:

A noção de terras públicas, por outro lado, é associada diretamente com o controle da terra por parte do Estado. Nessa concepção, a terra pertence, ao menos formalmente, a todos os cidadãos do país. Porém, é o aparelho do Estado que determina os usos dessas terras, supostamente em benefício da população em seu conjunto. Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e, ao mesmo tempo, prejudicar outros. Conseqüentemente, o usufruto particular das terras públicas se converte numa luta pelo controle do aparelho do Estado ou, no mínimo, pelo direcionamento de suas ações em benefício de um ou outro grupo específico de cidadãos (LITTLE, 2002 apud TORRES, 2013, p.48).

Podemos dizer que comunidades tradicionais de Fundos e Fechos de Pasto passam agora a dispor de um instrumento jurídico que regulariza a posse e o uso das áreas coletivas que são utilizadas principalmente para o pastoreio extensivo e o extrativismo. Não que esse instrumento não existisse, na Constituição do Estado da Bahia de 1989, já ocorria o seu anúncio e o uso desse instrumento por parte do Estado. No entanto, era necessário uma lei específica que regulamentasse o proposto pela Constituição baiana, e que se deu ao longo de 24 anos, em meio a diversos conflitos fundiários e a apropriação indevida das terras públicas historicamente ocupadas por essas populações.

Assim, a regularização anunciada pelo Estado da Bahia na Lei 12.190/13, busca dar prioridade as comunidades tradicionais de Fundos de Pasto que estão em conflito pela posse da terra, conforme o parágrafo 3º do artigo 4º e também garantir a participação das comunidades interessadas em todas as fases do processo administrativo de regularização fundiária, conforme disposto no artigo 5º.

Porém, chama atenção a existência de um tratamento diferenciado entre as comunidades tradicionais Quilombolas e as de Fundos e Fechos de Pasto, citados

na mesma lei. Os Quilombolas receberão título de domínio coletivo com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade. Já os Fundos e Fechos de Pasto realizarão junto ao Estado o contrato de concessão de direito real de uso com duração de 90 anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Com isso, existe muitas incertezas com relação ao contrato de concessão de direito real de uso, em dar alguma garantia aos direitos territoriais das comunidades de Fundos de Pasto, pois, embora reconheça a posse e o uso das terras públicas pelas comunidades, o Estado ainda mantém através desse instrumento jurídico o controle sobre o uso do território, assim, estas áreas podem retomar para o domínio do Estado com o cancelamento do contrato caso os critérios estabelecidos por este não forem respeitados ou quando o próprio Estado achar conveniente poderá requerer estas áreas alegando outro interesse público, o que despertará mais um conflito pela posse do território, envolvendo agora as comunidades de Fundos de Pasto e os interesses de governos que possam mais tarde vir a gerenciar o Estado.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Denilson M. de ; GERMANI, Guiomar I. **A produção do espaço a partir da resistência.** In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004, Goiânia. Setenta anos da AGB: As transformações do espaço e a Geografia no século XXI, 2004. v. único.

ALCÂNTARA, Denilson M. de; GERMANI, Guiomar I. **As comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações.** Revista de Geografia. Recife: UFPE, v.27, n.1. 2010.

ANTONIL, André João, **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas.** Rio de Janeiro. 1837. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>>

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS E FECHOS DE PASTO. **O fundo de pasto que queremos.** Salvador: 2003. Texto impresso.

BAHIA, **Constituição do Estado da Bahia.** 2005. Disponível em <http://www.mpba.mp.br/institucional/legislacao/constituicao_bahia.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2014.

_____, **Decreto nº 7.547 de 24 de março de 1999.**

_____, DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Lei 12.910 de 11 de outubro de 2013.** Salvador: Bahia. 12 e 13 de outubro de 2013. Ano – XVCIII. nº 21.260 e 21.261. (texto impresso).

DEL PRIORE; VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSTYN, Marcel. **Tradição e territorialidade nos fundos de pastos da Bahia: do capital social ao capital político.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4, 2008, Brasília, DF. 2008. Disponível em: <http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/tradicao_e_territorialidade.pdf> Acesso em: 05 dez. 2014.

_____, **Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto.** Salvador: Cadernos CRH. v. 23, n 59. p. 385-400, mai/ago. 2010.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. **Fundo de pasto: um projeto de vida sertanejo**. Salvador: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, 1987.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 13. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick; SILVA, Pedro Carlos G. da. **O manejo dos “Fundos de Pasto” no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável**. Raízes. Ano XVII, n. 20. 1999.

TORRES, Paulo Rosa. **Terra e territorialidade das áreas de fundos de pastos do semiárido baiano 1980-2010**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Alice do Carmo Jahn

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Departamento de Ciências da Saúde, Palmeira
das Missões – RS

Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Palmeira das Missões – RS

Elaine Marisa Andriolli

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS

Antônio Joreci Flores

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Departamento de Administração, Palmeira das
Missões – RS

Maria da Graça Porciúncula Soler

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
Departamento de Ciências da Saúde, Palmeira
das Missões – RS

RESUMO: No presente artigo faz-se uma reflexão teórica acerca das implicações que o processo de expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou à vida dos Kaingang ao retornarem ao seu Território, com destaque à saúde. O estudo faz parte da inserção acadêmica no Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável desenvolvido nessa TI, localizada no município de São Valério do Sul, Rio Grande do Sul, (RS) – Brasil. Nessa TI habitam cerca de mil e trezentos indígenas que, após terem sofrido a violação de seus

direitos territoriais e culturais e a imposição de uma política integracionista, procuram resgatar e manter viva sua tradição, seus saberes e práticas em defesa de uma atenção diferenciada nos diversos aspectos em seu coletivo, visando a sustentabilidade indígena e o respeito ao seu pensamento cultural. Os Kaingang buscam parcerias para refletir sobre a construção de propostas e caminhos voltados às suas prioridades, como vem acontecendo com a inserção da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mediante a aproximação dos saberes interculturais e a convivência entre os interlocutores, a temática saúde é um dos desafios na perspectiva de uma atenção diferenciada que respeite os saberes e práticas culturais, além da importância de os profissionais de saúde da aldeia aliar aos seus os saberes culturais do Kuiã, parteiras e dos Kofá Kaingang. Este estudo, potencialmente, propicia a realização de outros que envolvam os indígenas e seus projetos de vida coletiva, respeitando seus saberes tradicionais, sua organização social e o protagonismo Kaingang. Também poderá nortear estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em especial na condição de um novo campo de estudos e saberes interculturais, gerando produções contributivas para a promoção do desenvolvimento sustentável, revitalização e resgate da cultura indígena.

PALAVRAS-CHAVE: Índio, Kaingang, Cultura, Diversidade, Território, Saúde.

RESUMEN: El presente artículo introduce una reflexión teórica acerca de las implicaciones que el proceso de expropiación de la Tierra Indígena Inhacorá (T) ocasionó a la vida de los Kaingang al retornar a su Territorio, con destaque para la salud. El estudio hace parte de la inserción académica en el Programa de Extensión en Desarrollo Regional Sostenible desarrollado en esa TI, ubicada en la municipalidad de São Valério do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. En esa TI habitan cerca de mil treientos indígenas que, tras haber sufrido la violación de sus derechos territoriales y culturales y la imposición de una política integracionista, buscan rescatar y mantener viva su tradición, sus saberes y prácticas en defensa de una atención diferenciada en su colectivo, con vistas a la sostenibilidad indígena y el respeto a su pensamiento cultural. Los Kaingang buscan alianzas para reflexionar sobre la construcción de propuestas y caminos dirigidos a sus prioridades así como ha ocurrido con la inserción de la Universidad Federal de Santa Maria – UFSM. Por medio de la aproximación de los saberes interculturales y la convivencia entre los interlocutores, el tema salud es uno de los desafíos en la perspectiva de una atención diferenciada que respeta los saberes y prácticas culturales, además de la importancia de que los profesionales de salud de la aldea suman a los suyos los saberes culturales de Kuiã, parteras y de los Kofá Kaingang. Este estudio potencialmente incentiva la realización de otros que envuelvan los indígenas y sus proyectos de vida colectiva, respetando sus saberes tradicionales, su organización social y el protagonismo Kaingang. Además podrá orientar a los estudiantes y profesionales de distintas áreas del conocimiento, en especial en la condición de un nuevo campo de estudios y saberes interculturales, generando producciones que contribuyen para la promoción del desarrollo sostenible, revitalización y rescate de la cultura indígena.

PALABRAS CLAVE: Índio, Kaingang, Cultura, Diversidad, Territorio, Salud.

INTRODUÇÃO

A participação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), através de seu Campus em Palmeira das Missões, localizado na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, representa importante oportunidade para a inserção acadêmica em programas, projetos de cunho de extensão e pesquisa, em especial, pelas características e potencial que a região agrega, devido à diversidade sociocultural: a presença significativa de indígenas, em especial os da etnia Kaingang, no sentido quantitativo.

A etnia Kaingang encontra-se presente no território adjacente da UFSM – Campus Palmeira das Missões, RS. Os Kaingang são falantes da língua Jê, pertencente ao grande tronco Macro-Jê, dividido, no Brasil, em três grupos: Jê Setentrionais, Jê Centrais e Jê Meridionais, que incluem os Xokleng e o Kaingang (D'ANGELIS, 2012). Dentre os idiomas, os Kaingang mantêm o maior número de falantes entre as línguas Jê (PORTAL KAINANG, 2017).

Os Kaingang constituem um dos cinco povos indígenas mais numerosos do Brasil Meridional, com uma população em torno de 45.620 pessoas (ISA, 2017). Ocupam espaços em centros urbanos e no rural, Terras Indígenas demarcadas e distribuídas em seus antigos territórios, localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul são em torno de 18.000 índios, sendo a maior concentração nas regiões Norte e Noroeste gaúcho (IBGE, 2010).

Em sua trajetória histórica, o povo Kaingang sobreviveu a diferentes estilos de vida impostos pelo processo de colonização, sofreu todos os tipos de violência — física, moral, cultural — e a expropriação de seus territórios que, na atualidade, é uma de suas maiores lutas para que o Estado proceda a (re)demarcação das Terras Indígenas (TI) conforme preconizado na Constituição Federal de 1988. Os índios expulsos de suas terras e aldeados buscaram manter, de todas as formas, suas bases culturais, saberes e práticas de sua medicina, organização social e cosmovisão dual Kaingang, Kamé e Kanhru.

Na organização social do Kaingang uma das características presentes está relacionada ao dualismo simbólico, em que os indígenas se referem às metades ou marcas a que pertencem, ou seja, Kamé ou Kanhru, as quais estabelecem a base da organização de sua cultura e influenciam as concepções de mundo e as relações de vida que estabelecem na coletividade. As metades ou marcas possuem características assimétricas que se complementam enquanto unidade social. Uma depende da outra para dar continuidade à metade oposta.

A dualidade não está presente só nas pessoas; ela permeia toda a natureza, as plantas, animais, o sol, a lua, pois, de acordo com a cultura do povo Kaingang, na natureza tudo se relaciona com as metades. Para Borba (1908), Kamé e Kanhru são heróis que teriam sobrevivido ao dilúvio no início dos tempos e que deram origem aos Kaingang na atualidade.

Quando houve a reintegração e retorno à sua terra Indígena, os Kaingang encontraram um cenário modificado e descaracterizado do seu estilo de vida e cultura. Das paisagens com densas florestas e rica biodiversidade se depararam com o desmatamento e espaços com uma realidade diversa que impôs aos indígenas desafios e necessidades de outros saberes, experiências, adaptações, revitalização e o resgate dos saberes culturais. Para os indígenas, a terra, não significa somente um meio de subsistência, mas é o suporte da vida social vinculada diretamente ao sistema de crença e conhecimento (JAHN, 2015; RAMOS, 2001).

A relação no contato interétnico forçou os Kaingang a ocupar e a usufruir de pequenos espaços de sobrevivência, acompanhado do aumento da população que passou a conviver em espaço delimitado, influenciando a dinâmica de vida dos indígenas. Uma realidade diferenciada da tradicional característica de vida desse grupo étnico impulsionou-os a outras formas de arranjos e práticas de sobrevivência. Com isso, modificou a forma de utilização dos espaços de circulação e também da disponibilidade de recursos naturais renováveis, impactando no estilo de vida e cultura

do Kaingang. Essa nova conformação incide e pode ser observado na escassez de ervas e plantas para diferentes usos, carência de certos alimentos, matéria-prima para confecção do artesanato, entre outros elementos que fazem parte da cultura desse povo.

A exemplo da história dos povos indígenas no Brasil, os Kaingang da Terra Indígena Inhacorá-RS vivenciaram a violação de seu território, mas “continuam lutando e vivendo diante de muitos desafios, entre a certeza e incertezas de continuidade na vivência cultural” (CIPRIANO, 2014, p. 37). Os reflexos do contato interétnico acarretaram profundas consequências na vida dos Kaingang, somados aos sucessivos conflitos que ocorreram entre índios e colonos, ainda verificados na contemporaneidade.

O processo de expropriação das terras indígenas ocorrido ao longo dos anos e a drástica redução dos seus territórios acabaram impondo aos índios outros aprendizados e a busca para a conservação da cultura. Os reflexos da nova configuração dos territórios indígenas também repercutem no quadro Sanitário. Os índios passaram a contrair agravos que não faziam parte de suas vidas que desafiam o sistema de saúde Brasileiro, na implementação de políticas públicas contundentes com a diversidade sociocultural (JAHN, 2015). Observa-se que uma das maiores lutas do povo Kaingang acontece pela demarcação de seus territórios e propriedades, e também buscam melhorias na atenção à saúde de forma equânime e diferenciada do tradicional saber da biomedicina.

Para o Kaingang, a obtenção de seus espaços e territórios indígenas é entendida como a terra dos filhos de seus filhos (ARESI, 2008). Na evolução das políticas de saúde, a VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986, atrela a saúde aos determinantes sociais, dentre eles o direito do cidadão à conquista a sua propriedade e território. Nesse sentido, o que se coloca não é a lógica da produtividade, mas o entendimento no meio sociocultural do Kaingang sobre os saberes e práticas terapêuticas que podem ser compartilhados e adotados na saúde- doença (JAHN, 2015).

Assim, questiona-se: Que implicações o processo de expropriação gerou na vida dos Kaingang ao retornarem a Terra Indígena Inhacorá – RS? Na tentativa de trazer elementos culturais sobre a temática, o objetivo do presente estudo consiste em: refletir acerca das implicações que o processo de expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou na vida dos Kaingang ao retornarem ao seu Território, com destaque à saúde, um dos eixos de prioridade nos debates e preocupações dos indígenas. O assunto expressa o pensamento Kaingang na defesa da cultura que carece ser abordada e introduzida no fazer dos profissionais da saúde, visando uma atenção diferenciada e equânime.

SOBRE O POVO KAINGANG: BREVES INFORMAÇÕES

Estudos sócio-históricos indicam que o povo Kaingang é habitante milenar do Brasil Meridional. Povoaram uma vasta região que se estendia nos estados de São

Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também possuíam aldeias na Província de Misiones, na Argentina, onde eram chamados de Tupis (AMBROSSETI, 2006; BECKER, 1995). Eram regiões cobertas por densas florestas de araucária, de modo que o pinhão foi a base de sua alimentação durante o inverno, entressafras e estiagens. Praticavam a caça, a pesca e a agricultura com roças de milho, feijão, mel, abóbora, entre outros. Os Kaingang foram descritos como coletores e agricultores (VEIGA, 1994). Na atualidade a sua principal fonte de economia provém da venda do artesanato.

No sistema econômico do Kaingang, Tommasino (1995) diz que o estabelecimento do grupo nessas áreas geográficas correspondia aos padrões culturais apresentados pelos grupos Jê. Para a autora, “[...] os Kaingáng sempre se fixaram em terras de planalto e isso nos remete para o mito da origem Kaingang, onde há a referência a Serra de Krinjijimbé que nos permite formular a hipótese de uma idealização específica de território” (TOMMASINO, 1995, p.61). O mito da origem Kaingang trata da divisão cósmica dos gêmeos Kamé e Kanhru, os ancestrais de seu povo que teriam sobrevivido a um dilúvio (BORBA, 1908).

Os Kaingang, na atualidade, povoam centros urbanos, acampamentos e periferias às margens de rodovias, TI reconhecidas oficialmente pelo Estado e administradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em quatro estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Estado do Rio Grande do Sul o Kaingang está distribuído nas regiões ao Norte e Noroeste gaúcho, no Planalto Médio e Alto Uruguai e região Central (BECKER, 1995; CRÉPEAU, 2002; IBGE, 2010; VEIGA, 2006).

Na organização social do Kaingang, uma das principais formas de visualização do sistema dualista pode ser observada nas trocas matrimoniais, as quais são regradas pela exogamia patrilinear. As patrimetades Kaingang representam um aspecto da organização e concepção dual do universo. De acordo com os mitos de origem os irmãos gêmeos, Kamé e Kanhru, atribuíram nomeações a todos os seres do universo. As metades para o Kaingang são percebidas como cosmológicas ligadas aos heróis ancestrais que emprestam os nomes a elas (CRÉPEAU, 2002; FERNANDES, 1998; 2003; NACKE, 2007; SILVA, 2001; VEIGA, 2006).

No dualismo que classifica os membros pertencentes ao povo Kaingang, Kamé está relacionado ao ponto cardinal Oeste, as pinturas corporal os desenhos são riscos compridos (râ téi). Os Kanhru correspondem ao ponto cardinal Leste, e as pinturas do corpo são em forma de pontos arredondados, círculos (râ rôr) (NACKE, 2007; VEIGA, 2000, 2006; ROSA, 2005). O povo Kaingang tem procurado manter os traços e as características estruturais de seu modo de ser, sua organização social, cosmovisão, preservando aspectos distintivos a formação das metades ou clãs, a religiosidade (Kiki), o uso da medicina tradicional e de seu curador nas práticas de saúde-doença (PEREIRA, 2005; RAMOS, 2008).

Na sequência do texto citam-se algumas informações do caminho adotado nas aproximações interculturais com os Kaingang da TI Inhabórá – RS, e o cenário do

estudo.

O ITINERÁRIO ADOTADO NA APROXIMAÇÃO CULTURAL

As aproximações acadêmicas com os indígenas Kaingang da Terra Indígena Inhacorá vem acontecendo há aproximadamente um ano e meio, período em que está sendo desenvolvido um projeto de pesquisa-ação. O presente estudo faz parte da inserção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), com o Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável, aprovado mediante edital do Fundo de Incentivo à Extensão (FLEX), desenvolvido na referida TI.

Destaca-se que as aproximações acadêmicas com os Kaingang da TI Inhacorá foram motivadas após o contato com indígenas desse território, quando docentes da UFSM participavam na formação do Comitê Territorial Indígena na TI Guarita, município de Redentora - RS, em novembro de 2015. Na ocasião, soube-se que a UFSM-RS desenvolvia um projeto de extensão junto à comunidade indígena adjacente ao município citado. Os participantes da TI Inhacorá manifestaram interesse e solicitaram que o projeto também fosse estendido à sua comunidade, argumentando que a presença da Universidade entre eles, constituiria um canal importante para ajudá-los em suas demandas, por exemplo na saúde.

Outros elementos que corroboraram a aproximação intercultural são: a receptividade da liderança e comunidade às iniciativas acadêmicas, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH 0,642, e também pelo fato de o território ser pouco contemplado em projetos governamentais de diferentes instâncias. Para refletir sobre as implicações que a expropriação da Terra Indígena Inhacorá acarretou à vida dos Kaingang ao retornarem para o seu Território, a metodologia adotada consistiu no uso de diversos instrumentos e técnicas, privilegiando as modalidades participativas, dentre as quais: rodas de conversa, oficinas de aprendizagem, dinâmicas de grupo, seminários, mutirões e feiras com mostras de produtos da cultura.

As informações da observação participante são registradas em diário de campo e fazem parte de um banco de informações que vão gerar outras produções com proposições que venham ao encontro das prioridades do grupo social Kaingang.

Inicialmente, os encontros na TI Inhacorá ocorreram com as lideranças indígenas, profissionais e gestores de diferentes entidades que atuam no território, e, paulatinamente, com a comunidade. As frequências dos encontros foram quinzenais, período da manhã e tarde, ou de acordo com a solicitação e demandas da liderança da TI. A seguir expõem-se alguns elementos que situam o cenário da pesquisa.

SITUANDO O CENÁRIO DA PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA INHACORÁ

A TI Inhacorá está organizada em uma só aldeia, possui 2.843,38 hectares e se localiza à margem direita do Rio Inhacorá, a 14 quilômetros da sede do município de São Valério do Sul – RS, distante 443 quilômetros da capital do Estado. Uma característica importante é a aldeia ser habitada exclusivamente por cerca de 1.300 indígenas Kaingang, o que revela uma característica diferente se comparada aos demais territórios habitados por índios desse grupo. Na TI Inhacorá não há a presença de pessoas brancas residindo nela. Constituem uma das terras de posse mais antigas, demarcada em 1921 pelo governo Estadual. Destaca-se que em 1962 o governo do Estado destinou 3.049 hectares para agricultores, e 1.750 hectares para uma Estação Experimental da Secretaria de Agricultura.

As informações acima vêm ao encontro da usurpação das terras indígenas pelo Estado Brasileiro. Após manifestações dos índios e acirrados embates e enfrentamentos, em 1990 os índios recuperaram a Estação Experimental, com Título registrado no Cartório de Imóveis de Santo Augusto, em maio de 1991 (PORTAL KAINGANG, 2017).

A comunidade indígena Inhacorá é originária do município de Nonoai, RS, e se estabeleceu naquele território desde 1920, cultivando a cultura Kaingang, seu modo de viver e de se organizar, apesar das inúmeras adversidades que sofreram na manutenção enquanto grupo étnico. Isto pode ser verificado no sistema de casamento que se fundamenta na relação de metades étnicas Kaingang, Kamẽ e o Kanhru, que continua preservado na aldeia, sendo o principal modelo cultural, ou seja, para que o casamento se efetive, as marcas ou metades clânicas devem ser opostas. O casamento de um indígena com pessoas não indígenas não é permitido, embora seja consentido o casamento com outras etnias daquelas proximidades.

Entre os Kaingang, o compromisso e a responsabilidade no casamento são de grande valia e entendem que o mesmo é para sempre. Todo o casamento na TI é realizado conforme as leis internas sob a coordenação do cacique local, os conselheiros e alguns funcionários da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (CIPRIANO, 2014).

Em relação à liderança é de conhecimento que o povo Kaingang possui uma hierarquia disciplinar. A autoridade superior na aldeia é a do cacique que é responsável pela manutenção e ordem na comunidade indígena, e um de seus papéis é o de realizar tratativas e articulações políticas de interesse do grupo em diferentes instâncias, entre outras responsabilidades, com auxílio de demais autoridades. Em casos de infrações ou intrigas entre os moradores a liderança estabelece punições internas.

O povo Kaingang de Inhacorá, em sua totalidade, é falante da língua materna, ou seja, a Kaingang. As crianças aprendem primeiro o idioma Kaingang com seus pais que, geralmente, só falam o idioma, especialmente quando estão reunidos em uma roda de chimarrão, recebem visitas ou quando se deslocam para o serviço do dia a

dia. A criança começa a aprender a língua portuguesa, na escola, a partir do segundo ano do processo de alfabetização. No quinto ano, a língua Kaingang passa a compor uma disciplina.

Conforme o relato do Cacique da TI, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Marechal Candido Rondon possui em torno de 475 alunos matriculados, tendo como diretor um professor Kaingang. A escola instituiu um calendário escolar diferenciado, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação do Estado Rio Grande do Sul. Nele consta que as atividades dos funcionários e professores começam em março de cada ano, e os alunos as iniciam em abril, sem intervalo no mês de julho. O término do ano letivo é no final do mês de novembro de cada ano, tendo cinco horas de aula por dia, o que corresponde a 160 dias letivos, totalizando 800 horas exigidas pelo Conselho Estadual de Educação.

É importante destacar que, na escola, se constata a presença de professores indígenas que estão buscando qualificações em Universidades a fim de contribuir para o processo ensino-aprendizado dos indígenas, e também na defesa de uma educação que corresponda aos anseios culturais deles de forma diferenciada em relação à sua cultura. Uma característica importante da escola, além do ensino, é a preocupação que se observa com a saúde e o bem-estar das crianças e famílias na forma como são acolhidas. Para as crianças são oferecidos café da manhã, lanche no recreio e almoço ao meio-dia. Os estudantes que frequentam o período da tarde se deslocam para almoçar com os alunos do turno da manhã. Além da referida escola, na aldeia existe o Instituto Estadual de Educação Ângelo Manhã Miguel – IEEAMM, que oferece formação no Ensino Médio e magistério, no sistema de alternância.

Os espaços disponíveis para a socialização na TI Inhacorá são: ginásio esportivo, salão comunitário e igrejas católica e evangélica. A autorização para instalação das igrejas na terra indígena é de responsabilidade do Cacique, ele é quem determina as regras internas, sendo que cada família tem liberdade para frequentar uma ou outra igreja, sem pressão por parte das lideranças.

O lazer da comunidade indígena também é realizado por meio de jogos esportivos promovidos pelos órgãos municipais com a participação da comunidade. São organizados torneios de futebol internos e fora da aldeia, quando os times de jogadores Kaingang disputam com times não indígenas, proporcionando uma aproximação cultural entre eles. Outro meio de socialização dos indígenas da aldeia Inhacorá é os bailes, conhecidos por bailões, que acontecem tanto na aldeia quanto fora dela, proporcionando aos jovens uma forma positiva de diversão, embora também represente uma vulnerabilidade, com envolvimento de jovens no consumo de bebidas alcoólicas, violência ou prostituição.

Em relação à economia na TI Inhacorá, na atualidade existem iniciativas de cultivos praticados pelos índios como meio de subsistência: mandioca, milho, batata doce, trigo, moranga, além da criação de aves e suínos. Alguns indígenas trabalham em órgãos públicos, desempenham as funções de professores; outros são beneficiários

de programas governamentais, e a renda também provém de aposentadoria. Porém, a maior fonte de renda das famílias provém da venda de artesanatos. Em relação às moradias, estas se assemelham às estruturas físicas dos não índios, possuem água encanada, energia elétrica, ausência de rede de esgoto e de sistema de coleta de resíduos sólidos.

Em relação à política partidária externa, há a participação dos Kaingang na gestão do município de São Valério do Sul. Na atualidade, existem três indígenas vereadores na Câmara Municipal. Essa condição se tornou viável devido ao número suficiente de eleitores Kaingang que viabiliza a eleição de três vereadores, com um número estimado de 600 eleitores. Embora haja essa representação política na Câmara de Vereadores, esse fato não assegura uma atenção privilegiada que contemple os interesses da comunidade indígena, porque isso não depende só da boa vontade dos vereadores Kaingang, mas também da base aliada do prefeito em exercício.

No convívio e interação com os atores sociais, eles problematizaram acerca das implicações que a expropriação da TI acarretou na vida dos Kaingang ao retornarem ao seu Território. Destacaram a importância de elementos primordiais na sustentação e permanência cultural, norteadas pela existência dos sábios como protagonistas: o Kuiã, as parteiras e os velhos (Kofá). Sobre os sábios Kaingang seguem algumas informações.

OS SÁBIOS KAINGANG COMO PROTAGONISTAS DA CULTURA INDÍGENA

Para atender a comunidade indígena na saúde-doença existe uma equipe de saúde constituída por: enfermeiro, médico, dentista, agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (AISAN) e um motorista. Somados a esses profissionais os atores sociais destacaram a existência de pessoas que desempenham papel primordial na comunidade, que, além de preservar os elementos da cultura Kaingang, buscam resgatar e revitalizar a aplicabilidade de seus saberes e práticas de cuidado que emanam das parteiras, do Kuiã e Kofá. Para os Kaingang, esses sábios são referências na permanência da cultura, o que possibilitou o enfrentamento dos desafios gerados quando retornaram ao seu território.

No Brasil, a atenção à saúde aos povos indígenas teve como marco as missões religiosas unidas às políticas de governo. A Constituição Federal de 1988 é um divisor de águas na legislação indigenista brasileira porque eliminou o preceito da tutela e da integração, ao assegurar à diversidade cultural dos povos indígenas.

Na Constituição Federal observa-se uma mudança no paradigma da Política Indigenista existente até então, assegurando aos índios “seus costumes, valores e tradições, bem como as terras que tradicionalmente ocupam...” (Art. 231). Na Carta cidadã e na legislação subsequente está garantido, aos indígenas, o direito a uma atenção integral à saúde e esta deve ser em conformidade com sua especificidade étnica. A abordagem integral e diferenciada à saúde indígena, segundo Langdon (1998),

se justifica pela vulnerabilidade dos índios no quadro sanitário e da sua especificidade étnica.

Na TI Inhacorá, as parteiras, o Kuiã (Xamã) e os velhos (Kofá) são elementos centrais entre os Kaingang, por desempenharem um papel importante nos sistemas tradicionais de saúde-doença. Destaca-se que esse território é um dos poucos no estado do Rio Grande do Sul que conta com a presença do Kuiã, referência primeira acionada pelos índios nas práticas de saúde. A ele são atribuídos poderes de cura e de visão, com possibilidades de acessar planos sobrenaturais e do cosmos e de prever eventos futuros. O poder do Xamã (Kuiã) provém da capacidade de interlocução com os espíritos, atuando como mediador entre o domínio dos seres vivos e dos mortos, animais e vegetais, humanos e não humanos (ROSA, 2005; SILVA, 2002; VEIGA, 2000).

O Kuiã é uma figura do contexto e da tradição cultural Kaingang, considerada por eles o chefe espiritual, que realiza seu trabalho voluntariamente na comunidade, prestando serviços espirituais, inclusive para as pessoas de religião católica. Os serviços prestados pelo Kuiã são relacionados a benzeduras e preparo de remédios para os membros da comunidade, tanto para crianças quanto para adultos. Também tem o poder de acessar planos sobrenaturais e de prever eventos futuros. É um dos atores sociais mais importantes e quem detém o poder de cura e de se comunicar com os espíritos dos mortos.

Os Kuiã possuem um espírito companheiro, geralmente um guia animal, um Jangrê, orientado pelo complexo xamânico do Kaingang, com quem dialogam e sonham com a finalidade de prever, proteger e curar doenças. Dos ensinamentos do Jangrê transmitidos ao Kuiã provêm os remédios e o tratamento adequado para cada uma das doenças (JAHN, 2015; SILVA, 2002; VEIGA, 1994; CRÉPEAU, 1997).

Assim como o Kuiã, os Kofá também são respeitados na comunidade indígena por serem um esteio de força e vitalidade, possuindo o domínio das práticas e conhecimentos tradicionais da cultura, repassados pela tradição oral. Na cultura Kaingang, os índios valorizam os velhos, não considerando a cronologia e, sim, a sabedoria, o vasto conhecimento que é repassado de geração em geração.

O ser Kófa, para os Kaingang, não está atrelado aos anos de vida e nem à fisionomia que aparenta; esses aspectos não definem quem é, ou quem não é um Kófa. Tornam-se Kófa pelas relações que estabelecem dentro do grupo e ensinamentos que repassam, levando em consideração as construções do tempo sedimentado na existência das crianças. Entendem e afirmam que ser um Kófa envolve os índios e as índias que possuem crianças: filhos, netos ou bisnetos (JAHN, 2015).

Outra referência na comunidade são as parteiras, valorizadas e respeitadas na cultura Kaingang pelo vasto conhecimento que possuem sobre plantas e ervas medicinais que podem ser utilizadas no período gestacional e no momento do parto e em outros problemas de saúde específicos das mulheres. Preparam chás com ervas para o fortalecimento das mães; para facilitar a passagem da criança; para limpar

depois do parto; e outros são feitos para a mulher ter mais leite, e assim por diante, além de realizarem massagem para facilitar o nascimento do bebê (SACCHI, 1999; HAVERROTH, 1997).

Na TI Inhacorá existem parteiras que são referenciadas na comunidade, no entanto, destaca-se a medicalização das condutas terapêuticas, como a que acontece no pré-natal, no parto e em relação ao atendimento às índias para os partos cesáreos, os quais são referenciados pelo sistema oficial de saúde. Esse encaminhamento se processa independente das condições de saúde das mulheres e do desejo por esse tipo de parto. O fato de as indígenas utilizarem o sistema oficial de saúde, ganhar os filhos no hospital não significa que a medicina tradicional tenha sido esquecida.

O papel dos detentores do saber, parteiras, Kuiã e Kofá, mostra a importância de trabalhar a socialização dos saberes e troca de experiências como uma das formas de revitalizar as práticas tradicionais dos seus ancestrais. Percebe-se a necessidade de um diálogo entre os saberes da cultura indígena e o fazer dos profissionais da saúde, valorizando as práticas culturais Kaingang como parte de uma atenção diferenciada.

As práticas de cuidado que o Kaingang adota no processo saúde-doença tem como alicerce a cosmovisão e a cultura tradicional que mobiliza o coletivo. Dentre as práticas, os sábios da TI Inhacorá fazem uso de recursos terapêuticos com ervas, plantas e remédios do mato. Esses são elementos importantes na cultura Kaingang, os quais, por sua vez, também seguem a classificação dual: plantas escuras estão associadas à metade Kanhru, e as de cor clara ou brancas à metade Kamé. São empregadas com as mais variadas finalidades.

Haverroth (1997) realizou um estudo etnobotânico com Kaingang na TI de Chapecó, e identificou em torno de duzentas plantas usadas pelos indígenas. Para o pesquisador, a maioria das plantas está atrelada a três sistemas de classificação: simbólico, morfoecológico e utilitário. O uso das plantas dependia do contexto em que o Kaingang se encontrava, e modificava-se de acordo com a pessoa beneficiada, se homem, crianças, idosos, mulheres, animais, além das intenções e das interpretações das causas das doenças.

Observa-se, nos espaços intelectuais, que na cosmovisão Kaingang os saberes na saúde-doença transcendem a visão biológica do indivíduo, da unicausalidade traduzida em intervenções hegemônicas e curativas ancoradas na visão mecanicista. O paradigma clínico não constitui o princípio norteador do saber e das práticas de cuidados vivenciadas em determinado contexto sociocultural. A abordagem centrada no dualismo corpo-mente, visto como entidade fragmentada no paradigma biomédico dificulta a concepção de saúde doença como fenômeno multidimensional (JAHN, 2015; UCHÔA & VIDAL, 1994).

Para Longdon (2009), na década de 1970 houve avanços nas pesquisas utilizando a perspectiva cultural para entender as práticas de saúde. O desenvolvimento de correntes interpretativas trouxe novos elementos teóricos e metodológicos de análise entre indivíduo e cultura para abordar saúde-doença e cura (UCHÔA & VIDAL, 1994).

Saúde-doença passou a ser refletida e debatida de acordo com as diversas formas de existir das sociedades, expressas nas diferentes culturas e formas de organização.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A trajetória dos índios Kaingang foi marcada pela violência nas relações com os colonizadores, sofrendo a violação de sua cultura. Com a pacificação, muitos povos indígenas foram reduzidos drasticamente e sofreram com doenças contraídas do homem branco, contribuindo para colocá-los em situações de vulnerabilidade social. No Rio Grande do Sul, tentativas têm sido realizadas na construção de ações em saúde para as comunidades indígenas, porém, com poucos avanços, porque reproduzem o sistema da biomedicina sem olhar para a diversidade cultural e singularidades Kaingang.

Assim como outras etnias indígenas no Brasil, os Kaingang continuam vivendo diante de muitos desafios, vivem entre incertezas de continuidade na vivência cultural. Se os Kaingang defendem que são os proprietários das terras, tradição e história de seu povo, os colonos defendem também que as localidades em que vivem trazem uma história de permanência de seus ancestrais.

No trabalho reflexivo é possível dizer que os indígenas Kaingang continuam buscando uma readaptação ao seu território, enfrentando desafios e lutando permanentemente por seus direitos, tanto os sociais quanto a questão frente a terra e suas demarcações, buscando manter vivas suas crenças e cultura, tentando conviver com traços tão fortes de um assombroso passado, adaptando-se ao um território que lhes pertencia, mas que agora apresenta várias modificações. Embora modificado, existem, nesse território, potencialidades a serem exploradas mantendo viva a cultura dos Kaingang e revitalizando os elementos culturais evidenciados no ser e fazer dos sábios na perspectiva de uma atenção equânime e diferenciada no processo saúde doença.

Este estudo, potencialmente, possibilita futuros estudos e reflexões que envolvam os indígenas e seus projetos de vida coletiva, respeitando os saberes tradicionais, sua organização social e o protagonismo Kaingang. Também poderá ser um norteador para os estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, em especial na condição de um novo campo de estudos e saberes interculturais, gerando produções que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável, revitalização e resgate da cultura indígena na construção compartilhada de conhecimentos visando à equidade na diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

- AMBROSETTI, J.B. **Os índios Kaingang de San Pedro (Misiones)**. Tradução Thiago Bolivar. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.
- ARESI, C. **Transformações culturais e território: o Kaingang da reserva de serrinha-RS**. 2008. 169f. Dissertação [Mestrado]- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BECKER, I.I.B. **O índio Kaingang do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995, 334p.
- BORBA, T. M. Actualidade indígena. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988: Acompanhando as mudanças nas perspectivas sobre povos indígenas impulsionadas pelo movimento da sociedade civil organizada, a Convenção nº 169 substituiu o preceito legal da integração, que constava na Convenção OIT nº 107, (OIT, 1989, art. 6º).
- CIPRIANO, P. Terras habitadas por Kaingang, Terras habitadas por colonos: a história da divisão da Terra Indígena Inhacorá, 2014. CRÉPEAU, R.R. **A Prática do Xamanismo entre os Kaingang do Brasil meridional: uma breve comparação com o xamanismo bororo**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, a.8, n.18, p.113-9, 2002.
- D'ANGELIS, W.R. **A língua Kaingang. Portal Kaingang 2012**. Disponível em: <<http://www.portalkaingang.org>>. Acesso em: 15 jul. 2012.
- FERNANDES, R.C. **Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os kaingang de Palmas/Paraná**. 1998. 239f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- FERNANDES, R.C. **Política e parentesco entre Kaingang: uma análise etnológica**. 2003. 288p. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, 2003.
- HAVERROTH, M. 1997 *Kaingang um Estudo Etnobotânico: O Uso e a Classificação das Plantas na Área Indígena Xapecó (oeste de S.C.)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índios Zona Urbana e Rural 2010. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/etnias/etnias/etn_rs.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.
- JAHN, A. C. et al, Programa de Extensão em Desenvolvimento Regional Sustentável: o fazer universitário e as interfaces com o território indígena Kaingang por meio de ações multidisciplinares. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017.
- JAHN, A.C. O Kófa: uma etnografia sobre velhice Kaingang. 2015. 143 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola Paulista de Enfermagem. Programa de Pós- Graduação em Enfermagem, 2015.
- LANGDON, E.J. Comentários. In: CECIL, G.; HELMAN, C. Doença versus Enfermidade na Clínica Geral. **Antropologia Social**, v.10, n.1, p.113-7, 2009.
- LANGDON, E.J. Saberes biomédicos e saberes indígenas: um desafio para a política de saúde indígena. **Rev Divulgação Cultural**, n.64, Janeiro/Abril, 1998.
- NACKE, A. Os Kaingang: passado e presente. In: NACKE, A.; RENK, A.; PIOVEZANA, L.; BLOEMER, N.M.S. (Orgs). **Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

PEREIRA, W.S. A configuração do subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil e a consecução de políticas públicas diferenciadas para os Guarani e Kaingang no Rio Grande do Sul p. 36-54. In: SILVA, W.S.; OLIVEIRA, L.D. (Orgs). **Etnoconhecimento** e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul. Canoas: EdULBRA, 2005. p.156.

RAMOS AR. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 2001. 96 p.

RAMOS, L.M.M. **Vênh Jykré e Ke Ha Han Ke**: permanência e mudança no sistema jurídico dos Kaingang no Tibagi. 2008. 255f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROSA, R.R.G. A dinâmica do Xamanismo Kaingang. **Numem, Revista de Estudos e Pesquisa da religião**. Juiz de Fora, v.8, n.2, p.79-103, 2005.

SACCHI, A. C. Antropologia de Gênero e Etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na Área Indígena Mangueirinha/PR. (Dissertação em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 1999.

SILVA, S.B. Dualismo e Cosmologia Kaingang: o Xamã e o domínio da floresta. **Rev Horizontes Antropológicos**, Porto alegre, v.8, n.18, p.189-209, 2002.

SILVA, S.B. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. 366f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2001.

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 383f. Tese. (Doutorado em Antropologia)- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

UCHÔA, E.; VIDAL, J.M. Antropologia Médica: Elementos Conceituais e Metodológicos para uma Abordagem da Saúde e da Doença. **Cad Saúde Públ**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.497-504, 1994.

VEIGA, J. **Aspectos fundamentais da Cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006. 256 p.

VEIGA, J. **Cosmologia e Práticas Rituais Kaingang**. 2000. 301f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VEIGA, J. **Organização Social e Cosmvisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê meridional. 1994. 219f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. , 2014. Disponível em: <http://https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/286> . Acesso em: 20 de setembro 2017.

PORTAL KAINGANG www.portalkaingang.org Acesso em 20 de setembro de 2017.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

Alessandra Daiana Schinaider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

João Ernesto Pelissari Candido

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

Daiane Netto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Porto Alegre / RS

Anelise Daniela Schinaider

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
Porto Alegre / RS

RESUMO: O desenvolvimento territorial sustentável abrange diversas formas de colocar em prática a sustentabilidade. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável do assentamento Nova Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. O assentamento fica localizado no Território Rural Campos de Cima da Serra e tem como característica a presença de frutas nativas,

as quais são fontes alternativas de renda. Em termos metodológicos, este trabalho utilizou de uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados mostraram que diversas percepções, como, a prática da economia solidária, a geração de emprego e renda, a inclusão social, a preservação do meio ambiente (flora e fauna nativa), entre outras identificadas, contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável. Sendo assim, as percepções atendem as três dimensões do desenvolvimento sustentável e serve de exemplo para outros territórios rurais, para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento territorial sustentável, territórios rurais, percepções sustentáveis, assentamento Nova Esmeralda.

ABSTRACT: This paper investigates the main perceptions about the sustainable territorial development of the Nova Esmeralda - Pinhal da Serra/RS settlement. This presents a case study, based on a bibliographical research and a field trip. The field trip happened in the rural territory Campos de Cima da Serra, which has as a characteristic the presence of native fauna and flora in the region. The results showed that diverse perceptions, as, the practice of solidarity economy, the generation of employment and income, social inclusion, preservation of the

environment (native flora and fauna), among others identified, contribute to sustainable territorial development. Therefore, perceptions attend the three dimensions of sustainable development and serve as an example for other rural territories, for the promotion of sustainable territorial development.

KEYWORDS: sustainable territorial development, rural territories, sustainable perceptions, Nova Esmeralda settlement.

1 | INTRODUÇÃO

Os territórios podem ser identificados por diferentes formas: territórios de identidade, territórios rurais ou territórios da cidadania. Cada um tem objetivos e características diferentes. De acordo com Humberto Oliveira (2015), Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, há visíveis diferenças em cada território no seu próprio nome. Os territórios identidade costumam possuir vínculo com a cultura, a economia ou as relações sociais que são características da região. Essas características determinam os territórios rurais, os quais são um conjunto de pequenos municípios onde prevalece a economia rural, costumes dos camponeses e as cadeias produtivas formadas pela agricultura. Por fim, o secretário determina territórios da cidadania, que pertencem a um programa de política pública do governo federal.

Atualmente, existem 239 Territórios Rurais espalhados pelo Brasil. Todos esses territórios são reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e, após isso, são integrados no Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Através disso, há a criação de um Colegiado Territorial onde há vários atores da sociedade que participam e colaboram para a promoção do desenvolvimento territorial (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Desta forma, o desenvolvimento territorial trouxe diversas inovações nos municípios pequenos, como, a emergência de novas formas de reciprocidade econômica, a estruturação de sistemas produtivos locais em zonas rurais, integrados em redes e a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da governança local e territorial promovendo a equidade, a sinergia e a gestão ambiental (VIEIRA, 2009).

O desenvolvimento territorial sustentável costuma não só ser visto com a característica de preservação do meio ambiente, mas também com a característica de promover e desenvolver o território através da geração de renda e emprego, inclusão social, educação, visibilidade econômica para o município. Neste sentido, este estudo apresenta o desenvolvimento territorial sustentável de um assentamento localizado no município de Pinhal da Serra/RS, o qual faz parte dos Territórios Rurais dos Campos de Cima da Serra.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável do assentamento Nova

Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. Quanto aos procedimentos metodológicos, este é um estudo de caso proposto através de uma viagem a campo realizada no dia 05 de maio de 2016 diretamente ao município em questão. Fonseca (2002) *apud* Gerhardt e Silveira (2009) caracteriza o estudo de caso como uma situação bem definida, por exemplo, uma entidade, escola ou uma unidade social em que visa entender de forma profunda como e porque acontece tal situação, suas características e sua importância.

Neste caso, o município de Pinhal da Serra vinculado ao Território Rural dos Campos de Cima da Serra, apresenta uma unidade social que é importante ser pesquisada e investigada. Através dessa viagem, houve a observação de campo e coleta de dados através das falas dos principais atores presentes nesse dia. Após a coleta, realizou-se um diário de campo e analisou-se os dados para, posteriormente, problematizar o estudo.

Além do estudo de caso, esse trabalho utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica adotando como base os livros ou artigos científicos da área, os quais se encontram citados na referência bibliográfica. Conforme Fachin (2002) a pesquisa bibliográfica envolve todo tipo de obra de qualquer natureza sendo revistas, livros, jornais, internet, entre outras.

Além dessa introdução, o artigo segue com uma caracterização do município do estudo de caso, logo após, é apresentado, brevemente, o estado da arte de desenvolvimento territorial sustentável, em seguida, as principais percepções de desenvolvimento territorial sustentável observadas na saída de campo. Na última seção, foram tecidas algumas considerações finais da pesquisa.

2 | CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO PINHAL DA SERRA - RIO GRANDE DO SUL

Pinhal da Serra foi criado em 1996 e teve sua emancipação e sua primeira eleição a partir de 2000. O município é característico da mata atlântica com uma diversidade de fauna e flora, principalmente pela existência de pinheiros na área. Fica localizado a 326 km da capital do Rio Grande do Sul, na região nordeste do estado, denominada de Campos de Cima da Serra. Conta com uma população predominantemente rural com 77,4% e apenas 22,6% da zona urbana. Neste sentido, a economia do município provem do meio rural, sendo as principais atividades, o cultivo de feijão, soja, milho e trigo, e ainda a agricultura familiar ganha espaço com a fruticultura, horticultura para o comércio e o excedente para o consumo próprio (PINHAL DA SERRA, 2017).

O foco deste estudo está nos agricultores familiares localizados no assentamento Nova Esmeralda em que buscam alternativas de renda para sua sobrevivência. Conforme relato dos atores, no dia da viagem a campo, *“no início desse assentamento, não havia nenhuma economia nessa região que fosse acessível para essas famílias. A principal economia da região era a criação de gado, porcos e serraria (devido à*

grande quantidade de mata atlântica). Apesar da existência de algumas alternativas econômicas, essas famílias necessitavam de algum apoio de entidades governamentais ou não governamentais para alavancar outras economias na região as quais fossem acessíveis a essas famílias, e inclusive, por uma questão de subsistência. A partir desse fato, buscou-se uma economia através do extrativismo de frutas nativas, que eram muito predominantes na região dos Campos de Cima da Serra”.

Neste sentido, uma das fontes alternativas é o uso das frutas nativas, em especial, o butiá. O butiazal é nativo da região e tem importância histórica para a cidade, faz parte de um ecossistema com significativo valor paisagístico de biodiversidade e histórico-cultural além de ter uma diversidade ampla de flora e fauna associadas a esta espécie. Desde a década de 70 possuía grande valor econômico, pois a fibra de suas folhas, conhecidas como “crinas do butiá”, era comercializada para a produção de colchões.

Para auxiliar nesse processo da produção efetiva do butiá, o colegiado territorial do Território Rural dos Campos de Cima da Serra tem como objetivo relacionar a construção do bem viver dos produtores familiares da região, jovens, mulheres quilombolas e povos indígenas dos municípios que o compõe, neste caso, a região de Vacaria, cujo município de Pinhal da Serra pertence. Este colegiado foi reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2013 tendo a sua composição por membros da sociedade civil, em pelo menos 51%, e do setor governamental.

Desta forma, o colegiado territorial tem importância na otimização das alternativas de renda que existem ao redor do assentamento Nova Esmeralda buscando a promoção do desenvolvimento territorial sustentável em pequenas atividades.

3 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES

Muitos autores trazem o conceito de desenvolvimento territorial e outros autores adotam o conceito de desenvolvimento local, porém existem diferenças perceptíveis. Conforme Ferreira (2009), explica que o desenvolvimento local tem uma identidade mais local, com atores públicos ou privados na forma de parceria e com objetivo de crescimento econômico, enquanto o desenvolvimento territorial tem uma arena de negociação (multi-escalar), com diversas partes interessadas (institucionalidade complexa) e com múltiplos objetivos.

Para este estudo, adotar-se-á o conceito de desenvolvimento territorial. Lima (2010) aponta três características de território que estão vinculadas ao conceito de desenvolvimento territorial: renúncia à ação hierarquizada do poder público; perspectiva híbrida do desenvolvimento; e valorização das raízes histórico-geográficas do território. Ou seja, o território é visto como uma nova institucionalidade com a construção coletiva de diversos sujeitos territoriais.

Neste caso, o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território (DELGADO et al. 2007, p. 22).

Neste sentido, o desenvolvimento territorial abrange a economia local, as relações sociais e políticas e as questões ambientais de determinado município buscando promover o desenvolvimento do mesmo através de alternativas de fontes de renda para a agricultura familiar. E de fato, ocorre isso, conforme Ortega (2007) destaca em um de seus artigos.

Em linhas gerais, a concepção estratégica do governo brasileiro a partir das implantações das políticas públicas sociais, busca valorizar as diversidades locais e contribuir com os processos endógenos do desenvolvimento local. Porém a aplicação do desenvolvimento territorial ainda apresenta alguns fatores limitantes. De acordo com Ortega (2007), uma parte importante dos territórios rurais apresentou resultados positivos de desenvolvimento territorial, porém esse processo não foi generalizado. Esses territórios apresentam sérias dificuldades em conduzir processos “autônomos” de desenvolvimento.

Sendo assim, percebe-se a importância da atuação pública para continuar fortalecendo esse território afim de dar a segurança de gerir a autonomia nos processos de desenvolvimento. O processo de desenvolvimento deve ser sustentável atendendo às dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

O desenvolvimento territorial sustentável abrange diversas formas de colocar em prática a sustentabilidade. É possível observar a redefinição e uma legitimação de determinados dispositivos de mercados, como os selos de qualidade ou ainda as marcas “eco” ligadas à ideia do desenvolvimento territorial sustentável (CERDAN, 2009).

Tanto as formas de comercialização quanto a preservação do meio ambiente contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável da região dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul, pois a comercialização das frutas nativas envolve as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Em relação à aplicação do desenvolvimento territorial, ainda não há um consenso, apresentando acentuados limites, em relação aos seus conceitos e diretrizes norteadores. Santos e Marschner (2008) destacam que um dos limites é a inexistência de mudanças estruturais, ainda que se propusesse a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento.

4 | PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA

Foi a partir de 2009, que o assentamento Nova Esmeralda tornou-se protagonista de mudança na economia da região. Com a chamada pública da ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – que abrangia os assentamentos da região de Vacaria, houve um diálogo coletivo entre todos os assentados dessa região considerando o que os mesmos visualizavam que poderia ser uma nova fonte de renda para eles mesmos e para a própria região.

Nesse sentido, as frutas nativas foram uma alternativa de renda, como o butiá e o pinhão. No caso do butiá, reuniu-se assentados que já trabalhavam com essa fruta e investiu-se em cursos para a gestão do processamento desse produto e em aperfeiçoamento de derivados do butiá. Após esses cursos, em reunião com os demais assentados, foi avaliado o valor da comercialização da fruta e seus derivados.

O desenvolvimento territorial tem mais do que função de proporcionar renda para esses assentados, tem a importância ambiental nessa região. Então, através dessa chamada pública, houve o incentivo da valorização dessa espécie na sua região nativa.

As percepções observadas na viagem a campo, também foi notada em uma pequena agroindústria no assentamento, voltada para o processo da polpa do butiá. Participam desta agroindústria, quatro mulheres assentadas dispostas a processar este fruto. Essa comercialização começou em 2013, participando, primeiramente, de feiras no município de Pinhal da Serra. A feira acontece a cada oito dias no município e em 2016, as quatro produtoras expandiram sua comercialização para a feira do município de Vacaria. Nota-se que o trabalho dessas quatro mulheres está sendo reconhecido e divulgado para a região. De acordo com os relatos, *“essa experiência está sendo um espaço de exercício e de aprendizagem”*.

Para realizar a logística do escoamento da produção da polpa do butiá e de outras frutas nativas da região, a microempresa “Encontro de Sabores” tem papel fundamental na divulgação e transformação do produto primário (a polpa) em produtos finais destinados diretamente ao consumidor. Essa microempresa trabalha com sete frutas nativas e ainda é considerada uma mini-indústria de processamento de produtos finais, produzindo bolachas de pinhão, picolés de butiá, pães com farinha de pinhão, geleias.

A ‘Encontro de Sabores’ é um empreendimento da Economia Solidária em parceria com o Cetap (Centro de Tecnologias Alternativas e Populares), que visa valorizar as frutas nativas da região Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Passo Fundo e com representação em Porto Alegre. Além de oferecer diversos produtos, ela busca aliar a preservação e manutenção dos recursos naturais, ofertando produtos saudáveis e acessíveis aos consumidores.

Através dos dados coletados e da realização do diário de campo, as referidas informações foram descritas, conforme o percurso do dia na viagem de campo. Através

dessas informações, buscando dialogar com os fatos e com informações oficiais e complementares, lapidou-se o relato para a realização deste trabalho. Através do relato, a Figura 1, resume as principais percepções que caracterizam o desenvolvimento territorial sustentável no assentamento Nova Esmeralda.

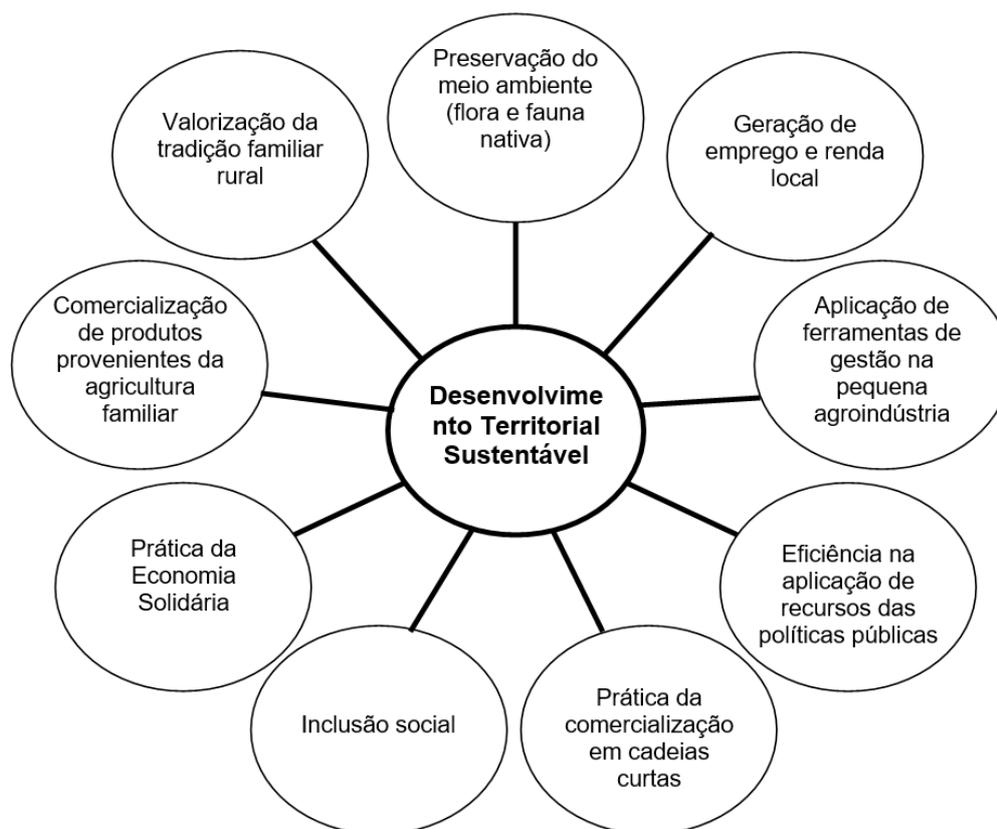


Figura 1- Principais percepções de desenvolvimento territorial sustentável

Fonte: elaborada pelos autores (2017).

A Figura 1 revela as principais e diferentes percepções que o desenvolvimento territorial sustentável promove no local ou até mesmo na região. Percebe-se que atende as três dimensões do desenvolvimento sustentável: **econômica** (prática da economia solidária, comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, geração de emprego e renda, aplicação de ferramentas de gestão na pequena agroindústria), **social** (valorização da tradição familiar rural, inclusão social, prática da comercialização em cadeias curtas) e **ambiental** (preservação do meio ambiente (flora e fauna nativa), eficiência na aplicação de recursos das políticas públicas).

5 | CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo identificar e contextualizar as principais percepções acerca do desenvolvimento territorial sustentável no assentamento Nova Esmeralda – Pinhal da Serra/RS. Percebe-se que promovendo o desenvolvimento territorial nesta região dos Campos de Cima da Serra, é possível alcançar resultados positivos, os quais contribuem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental

da região. Destaca-se que, ainda é preciso problematizar algumas situações do assentamento, como, o replantio dos butiazais e alguns ajustes formais da pequena agroindústria.

Apesar dessas situações, percebe-se, através dos relatos das produtoras rurais, a força de vontade de buscar progredir o pequeno negócio. Além disso, nota-se a relação cordial que existe entre todos os atores que atuam na promoção do desenvolvimento territorial dos Campos de Cima da Serra, em especial no assentamento Nova Esmeralda, em Pinhal da Serra/RS.

Como limitação para este trabalho, ressalta-se a duração da viagem de campo neste assentamento, a qual ocorreu em apenas um dia. Para trabalhos futuros, sugere-se identificar essas percepções de desenvolvimento territorial com práticas sustentáveis em outros territórios rurais, com o objetivo de realizar um mapeamento dessas diferentes percepções.

REFERÊNCIAS

- CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Política e Sociedade**, n. 14, abril/2009.
- DELGADO, N. G. et. al. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FERREIRA, J. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-21.
- GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LIMA, J. da S. A apropriação dos conceitos de desenvolvimento territorial, capital social e economia solidária pelos coletivos organizados no Território do Sisal. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010. **Anais...ENG**, 2010.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. De olho na diversidade brasileira. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário**, 2015. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/de-olho-na-diversidade-brasileira>> Acesso em: 24 fev. 2017.
- ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 275-300, abr/jun 2007.
- PINHAL DA SERRA. **A cidade**. Disponível em: <http://www.pinhaldaserra.rs.gov.br/cidade.php> Acesso em: 23 fev. 2017.
- SANTOS, R. A. dos; MARSCHENER, W. Identidade territorial e desenvolvimento: a formação de um plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná. In: FRANCELINOI, A. CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Política e Sociedade**, n. 14, abril, p. 27-75, 2009.

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

Yasmine Altimare da Silva

Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás

Professora no Curso da Graduação em Direito da Faculdade de Inhumas
Goiânia - GO

RESUMO: A regularização de territórios indígenas no Brasil é na contemporaneidade, objeto do Direito Agrário porquanto abarca os direitos às terras que as comunidades indígenas tradicionalmente ocupam. Essa gama de direitos, embora tenham sido reconhecidos constitucionalmente não se tem efetividade e na prática, assiste-se a uma série de irregularidades na demarcação desses territórios. O presente artigo demonstra como os direitos territoriais são invisibilizados com a chancela do Estado a partir de dados disponibilizados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) comprova-se porcentagem das Terras Indígenas demarcadas em detrimento das não regularizadas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Regularização de territórios indígenas; Direito Agrário; territorialidades; demarcação de terras indígenas.

ABSTRACT: The regularization of indigenous territories in Brazil is contemporaneous, object of the Agrarian Law because it covers the rights to

lands that indigenous communities traditionally occupy. This range of rights, although they have been constitutionally recognized, is ineffective and in practice there is a series of irregularities in the demarcation of these territories. The present article demonstrates how territorial rights are invisibilized with the seal of the State from data made available by the Missionary Indian Council (CIMI), a percentage of the demarcated Indigenous Lands is shown, to the detriment of those not regularized in Brazil.

KEYWORDS: Regularization of indigenous territories; Agrarian Law; territorialities; demarcation of indigenous lands.

“Com efeito, para eles, a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura” (Laudato Si 146). Papa Francisco

1 | INTRODUÇÃO

A regularização de territórios indígenas no Brasil é questão ainda complexa e caracterizada por uma série de dificuldades quanto à sua efetividade. Embora o art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil reconheça os direitos territoriais indígenas, garantindo aos povos indígenas o desenvolvimento de seus territórios de acordo com a sua cultura, usos, costumes, tradições.

A regularização de território indígenas está diretamente ligada ao desenvolvimento territorial indígena, uma vez que as suas terras possibilitam a manutenção do seu modo de vida, dos seus usos, costumes, tradições, e, principalmente, da construção identitária de seu território.

O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, regulamento o processo de demarcação de terras indígenas é de competência do Poder Executivo, o qual, muitas vezes, deixa de cumprir prazos e normas jurídicas.

Nesse processo a FUNAI desempenha papel fundamental, haja vista ser a responsável pelos laudos técnicos e estudos antropológicos que subsidiam os processos demarcatórios.

O descaso, a morosidade, as políticas contrárias a efetivação dos territórios indígenas são temas recorrentes de pesquisa feitas pela academia bem como e de órgãos não governamentais.

Dentre as pesquisas levadas a efeito no Brasil, sem dúvida alguma, o Conselho Indigenista Missionário guarda a tradição de apresentar dados sólidos, dada a sua seriedade e compromisso com a causa indígena de forma que os últimos dois relatórios conclusivos referentes aos anos de 2015 e 2016 foram uníssonos em projetar crescimento da violência, crescimento da lentidão nos procedimentos e solidificação das políticas ruralistas.

Pode-se citar, a título de exemplo, o Relatório de Violências contra os Povos Indígenas no Brasil, realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cujos dados atualizados em 31 de agosto de 2016 apontam que há 654 terras indígenas com alguma providência a ser tomada pelo Estado. Corresponde as terras registradas e reservadas ou dominiais, as demais terras indígenas encontram-se em situação de pendências administrativas para terem seus procedimentos demarcatórios finalizados. Tal número refere-se a 58,7% do total das 1.113 terras indígenas (CIMI, 2016, p. 29).

A Comissão Nacional da Verdade, ao incluir os povos indígenas na Justiça de transição, gerou atritos com a política governamental, baseada em mesas de diálogo, que surgiram como uma forma de resolver a judicialização dos conflitos agrários e tinha o objetivo de protelar as demarcações e buscar um bom acordo (ZELIC, 2017, p.139).

A ciência só confirma o secular esbulho das terras, as incansáveis violências perpetradas em nome do pseudodesenvolvimento baseado na agricultura extensiva. O presente artigo busca demonstrar como o Executivo inviabiliza o procedimento

demarcatório. Para tanto, utiliza-se os dados disponibilizados pelo Conselho Indigenista Missionário.

2 | DIREITO AGRÁRIO E TERRITORIAIS INDÍGENAS

O direito agrário contemporâneo contempla os territórios indígenas ao reconhecer a diversidade de sujeitos e suas relações com os mesmos, em detrimento ao Direito Agrário Clássico, baseado essencialmente na terra como mercadoria.

Na modernidade a relações jurídicas dos sujeitos com a terra tem duas perspectivas, e o direito agrário, enquanto áreas de conhecimento científica, traz duas categorias. A primeira categoria abrange a terra e território, gênero e soberania alimentar, dimensão étnica e racial, acesso aos insumos (sementes), circuitos curtos, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), acesso à agrobiodiversidade (ISAGUIRRE, 2017).

Já a segunda dimensão diz respeito à qualidade, contemplando as categorias a saber: dimensão nutricional, política de biossegurança, controle de agrotóxicos, aproximação com o consumidor, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acesso à informação e acesso a todos os alimentos saudáveis (ISAGUIRRE, 2017).

A maioria dos teóricos jurídicos-agraristas aceitam a expansão do objeto do direito agrário e da insuficiência da teoria adotada pela corrente clássica, sendo urgente a sua reconfiguração, frente aos problemas que estão inseridos e são identificados na questão agrária.

O destaque da questão agrária como um componente estrutural é essencial de acordo com STÉDILE (2005, pp. 17-18 *apud* MOREIRA, 2014, p. 59), o “conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira. “Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. José de Souza Martins (1994, pp. 12-13 *apud* FERNANDES, 2004, p. 4).

Diante disso, compreende-se que o território indígena, bem como os direitos territoriais indígenas, está entre as categorias das dimensões de expansão do objeto de Direito Agrário, devido à sua complexidade e amplitude, além de contemplar a função social da terra, dada as concepções de vida, terra e território dos povos indígenas.

Os povos indígenas do Brasil possuem a sua própria cultura, identidade étnica, organizações sociais, usos, costumes, tradições e conhecimentos tradicionais, dentre uma diversidade de aspectos que os diferenciam da sociedade não indígena, têm suas próprias concepções de vida, terra e território.

Para os referidos povos, assim como para os demais povos de comunidades tradicionais, a terra não está limitada à mera propriedade privada, produtora de bens

e geradora de lucro. O Professor Carlos Frederico Marés:

Todos os povos, todas as sociedades, em todos os tempos tiraram da terra o seu sustento. Não importa se coberta de neve, areia ou densa e impenetrável floresta, a terra é a provedora não só das sociedades humanas mas de quantos animais, aves e plantas existam. Limitar a terra a mera produtora de mercadorias é coisa recente, localizada e injusta (SOUZA FILHO, 2010, p. 196).

O território indígena possibilita aos seus povos a sua reprodução física, social e cultural. Terra indígena e território são categorias distintas, ainda que exista, os dois conceitos se confundam. Nesse contexto, Dominique Tikin Gallois, docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo leciona:

[...] a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (GALLOIS, 2004, p. 5).

Para PORTO-GONÇALVES (2006, p. 42) o território é um espaço apropriado, feito coisa própria, constituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam através dele. Desse modo, existe, sempre, território e territorialidade, isto é, processos sociais de territorialização. A dimensão do território abrange múltiplas territorialidades. Porém, há certa tendência por parte do território de naturalizar as relações sociais e de poder, uma vez que passa a ser morada, abrigo, ainda que dentro de uma sociedade dividida.

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2009, p. 208) aponta que os territórios indígenas, com sua diversidade identitária, se constituem na multiterritorialidade rural e urbana. No mesmo sentido, RAFFESTIN (2009, p. 19) aponta que “[...] os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano”. Para Rogério Haesbaert, território se enquadra no processo de multiterritorialidade

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido Território e Multiterritorialidade: Um Debate mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007, pp. 20-21).

A par disso, o processo de regularização de territórios indígenas é essencial para a garantia do desenvolvimento territorial, bem como efetiva os direitos territoriais indígenas.

O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas no Brasil, é o meio administrativo utilizado para identificação e sinalização dos limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas (FUNAI, 2017).

3 | CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO E OS INDICADORES DO AUMENTO E CRUELDADE NAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e desde de sua criação no ano de 1972 tem o objetivo de lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas, fortalecer a autonomia destes povos na construção de projetos alternativos, populares e democráticos, como forma de resistência a infração pelos direitos.

Este coletivo conta com auxílio de missionários leigos, religiosos, índios, apoiando e assessorando desde a área jurídica, até a teológica, educacional e de comunicação.

Durante toda sua existência o Cimi nunca havia presenciado tamanho retrocesso nas conquistas dos direitos dos povos indígenas, noticiando que no ano de 2014 as violações aos direitos fundamentais das comunidades indígenas no Brasil se repetiram, talvez com mais crueldade. Os dados coletados e sistematizados nesse relatório evidenciam conflitos extremamente graves em todos o país

A ampliação, pelo governo brasileiro, do poder político dos ruralistas na decisão sobre as demarcações das terras acirrou a violência em todas as regiões do país. Parlamentares ligados aos setores que consideram a terra apenas como fonte de exploração e lucro promoveram audiências públicas para instigar a população a tomar posição contra os direitos dos povos indígenas inscritos na Constituição Federal. (KRAUTLER, 2015, p. 10)

Os dados apresentados relatório do ano de 2014 denominado *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, destacam a região centro oeste como palco de maiores índices de violência. A exemplo registrou 19 (dezenove) conflitos fundiários no território nacional, sendo liderados em número pelo estado do Pará, com 7 (sete) conflitos e em seguida o Estado do Mato Grosso do Sul, com 5 (cinco) conflitos, sendo deste total 4 (quatro) envolvendo o grupo étnico Guarani Kaiowá.

Os dados reunidos também indicaram em 2014, 134 suicídios no território nacional, sendo que 48 ocorreram no Mato Grosso do Sul. Homicídios, ameaças e morte e tentativas de assassinato também foram frequentes além de violências contra mulheres, adolescentes e crianças.

Ainda no ano de 2014, não houve nenhuma homologação de terra indígena, apesar de pelo menos 21 processos de demarcação de terras sem nenhum óbice administrativo e/ou judicial estarem aguardando homologação no gabinete da presidência. O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo também não assinou, apesar de existirem 9 (nove) processos que aguardavam a assinatura das portarias declaratórias.

O CIMI ainda registrou 118 casos de omissão de morosidade na regulamentação de terras, mais que o dobro do que foi registrado em 2013, 51 ocorrências Acre(1), Amazonas (3), Bahia(4) Ceará (2), Maranhão (5) Mato Grosso do Sul (24), Pará (42),

Paraná (1), Rio Grande do Sul (14), Rondônia(14), Santa Catarina (11), Tocantis (1).

O reconhecimento de diversas terras indígenas em Mato Grosso do Sul, estava previsto em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2007 entre o Ministério Público Federal (MPF) e a Funai. No referido termo, o órgão indigenista se comprometeu a demarcar as terras indígenas do estado, até junho de 2009. Como o prazo foi desrespeitado diversas vezes e a Funai já acumulava multa superior a R\$2 milhões, o TAC está sendo executado judicialmente.

Os casos de omissão e morosidade na regularização de terras em MS dos povos Guarani- Kaiowá são: Terra Indígena Pacurity, Kurusu Ambá, Karaja Yvy, Kamakuã, Ka'ajari, Ypo'i e Triunfo, Laranjeira Nhãnderu, Ñu Porã, Nhu Verá, Boqueirão, Passo Pirajú, Apikay, Mbaraka'y, Pyelito Kue, Santiago Kue/kuripi, Yvy Katu e Sombreiro.

No ano de 2015 houve pouco avanço em relação aos processos de regularização das terras indígenas. Foram assinadas sete homologações pela presidenta à época, Dilma Rousseff, ao passo que o Ministério da Justiça publicou somente três Portarias Declaratórias e a Presidência da Funai identificou apenas quatro terras indígenas, além de ter publicado duas Portarias de Restrição (CIMI, 2016, p. 49).

Situação Geral das Terras Indígenas (TIs)	Quantidade	% do total de TIs (não referente à extensão territorial)
Registradas (Demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço do Patrimônio da União)	398	35,66
Homologadas (com decreto do/a Presidente da República e aguardando registro)	14	1,25
Declaradas (com Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, e aguardando demarcação)	69	6,18
Identificadas (analisadas por Grupo Técnico da Funai e aguardando decisão do Ministro da Justiça)	44	3,94
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura)	175	15,68
Sem providência	352	31,54
Reservadas (demarcadas como “reservas indígenas” à época do SPI) ou Dominiais (de propriedade de comunidades indígenas)	53	4,74
Com Restrição	6	0,53
Grupo de Trabalho (GT) constituído no MS como Terra Indígena	5	0,44
Total	1.116	100

Quadro 1: Brasil – Quadro-resumo das terras indígenas.

Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2016).

O ano de 2015 foi sem dúvida muito difícil, porém, se comparado ao de 2016 o retrocesso instalou-se e fortaleceu. Ora, no ano de 2016 o Cimi apresentou um novo cenário pós golpe de Estado em face do impeachment da então presidenta Dilma Rouseff

dados e informações que remetem a realidade dramáticas, nas quais se acentuam e se intensificam violências contra os povos. Cresce o número de comunidades submetidas ao absoluto abandono, tanto no que tange à efetiva garantia de seus direitos constitucionais – que se concretizam na demarcação de suas terras – quanto em aspectos relativos à proteção, ao respeito à vida e à dignidade humanas

O projeto de governo para a política indigenista mostrou o que realmente deveria temer, instalou-se o extermínio do último suspiro que havia de esperança a título de verbas e recursos e vontade política destinadas aos povos indígenas

o orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovado para o ano 2017 foi o menor dos últimos dez anos. Colocar a Funai em estado vegetativo via estrangulamento orçamentário é parte da estratégia governo-ruralista no ataque aos direitos indígenas em curso no país

Ainda em 2016, para atender os setores financeiros, o governo Temer enviou e o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, que agravou ainda mais a situação. Na prática, com a aprovação desta PEC, o orçamento da Funai ficará estagnado num patamar extremamente baixo pelos próximos 20 anos

Em síntese o governo reduziu em mais de duzentos milhões de brasileiros para garantir o pagamento a meia dúzia de grandes investidores. Por outro lado, a CPI da Funai/INCRA foi utilizada em 2016 como forma de acusações e justificar discursos discriminatórios contra os povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados da pesquisa e das contribuições teóricas correlatas à questão agrária identifica-se que no Brasil existe um fenômeno estrutural de conflitos por terras.

Os dados apontam que, 35,66% do total de Terras Indígenas do Brasil estejam registradas, ou seja, com o processo demarcatório concluído e com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou Serviço do Patrimônio da União, 31,54% encontram-se sem providência e 15,68% a identificar, isto é, incluídas na programação da Funai para identificação futura.

Além disso, o pequeno número de Terras Indígenas homologadas, ou seja, apenas 14, representando 1,25% das TI's, número que representa as terras com decreto do Presidente da República e no aguardo do devido registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou Serviço do Patrimônio da União.

Enquanto isso, 6,18% das TI's encontram-se em situação de declaradas, ou seja, com Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, e aguardando a demarcação, ao

passo em que apenas 44 TI's encontram-se identificadas, representando 3,94% do total de terras indígenas.

O banco de dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), evidencia que o total de terras indígenas no Brasil passou de 1.113, em 2015, para 1.296, em 2016, destas, apenas 401 terras, significa 30,9% do total, tinham seus processos administrativos finalizados, ou seja, já foram registradas pelas União.

Tais dados, atualizados em 19 de dezembro de 2017 demonstram que 836 terra indígenas, sendo que 64,5% do total precisam de alguma providência por parte do governo. Apontam ainda que 530 das terras equivalem a 63,3% não foram destinadas nenhuma providência pelos órgãos competentes no sentido de ver sanada ou mesmo dar andamento aos processos. O Cimi conclui que no estado do Amazonas há (199) terras neste patamar, seguido do Mato Grosso do Sul com (74), Rio grande do Sul com (37), Pará (29) e Rondônia (24).

Os números representam desequilíbrio e desproporção no processo de regularização de territórios indígenas., situação que gera consequências ao desenvolvimento territorial dos povos indígenas, uma vez que a terra é pré-requisito para a manutenção do seu modo de vida, da sua reprodução física, social e cultural, bem como de seus demais direitos

Este cenário só é possível com a chancela do Estado, que, na contramão do diploma constitucional, vem, paulatinamente, ano a ano, exterminando as políticas indigenistas, tal como o agronegócio avança sobre a natureza viva, eliminando-a.

REFERÊNCIAS

BUZATTO, Cleber César. **Integracionismo à vista: a violência contra os indígenas e o golpismo no Brasil.** *in*.Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil dados de 2016. ISSN 1984-7645. Disponível https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Brasil – Quadro-Resumo das Terras Indígenas.** Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5719&action=read>. Acesso em 29. Mai. 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Disponível em: < http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1 >. Acesso em 25 out. 2017.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs.); SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, pp. 197-216.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, 2017. **Entenda o processo de demarcação.** Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53> >. Acesso em 25 set. 2017.

_____. **Por que demarcar?.** Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-20> >. Acesso em 25 set. 2017.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: Fany Ricardo. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. 1 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. In: GEOgraphia, ano IX, n. 17, pp. 19-45, 2007.

ISAGUIRRE, Katia Regina. **Palestra. Direito agrário contemporâneo, a expansão do objeto e a insuficiência da teoria tradicional**. Goiânia: PPGDA/UFG, Setembro, 2017.

MOREIRA, Erika Macedo. **Onheirô: o Judiciário frente aos direitos indígenas**. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Direito) – UnB – Programa de Pós-Graduação em Direito. Brasília, 2014.

PALOSCHI, Dom Roque. **Questão indígena no Brasil: entre a omissão e o cinismo** in. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil dados de 2016. ISSN 1984-7645. Disponível https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. In: GEOgraphia. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, ano VIII, v. 8, n. 16, pp. 41-55, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs.); SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, pp. 17-36.

RELATÓRIO – **Violência contra os povos indígenas no Brasil** – Dados de 2015 -Conselho Indigenista Missionário –Cimi.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Função Social da Propriedade**. In: Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná. SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Orgs.). Curitiba: ITCG, 2010, pp. 181-198.

WAGNER BERNO DE ALMEIDA, Alfredo. **Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan/Abr. 2012.

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)

Programa de Pós-graduação em Sociedade,
Cultura e Fronteiras
Foz do Iguaçu – Paraná

Valdir Gregory

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)

Programa de Pós-graduação em Sociedade,
Cultura e Fronteiras
Marechal Cândido Rondon – Paraná

RESUMO: O capítulo aborda a territorialidade conscienciológica. O objetivo principal foi caracterizar a matriz ou o ponto de referência dessa territorialidade, o Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC), localizado em Foz do Iguaçu (PR) e construído a partir da migração de voluntários. Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental, levantamento bibliográfico e fotografias. Concluiu-se que tal territorialidade possui especificidades espaciais, tanto no aspecto geográfico quanto abstrato, observadas em edificações e monumentos criados assim como pela linguagem utilizada na nomeação desses lugares, em um misto de transformação territorial, cognitiva-linguística e social.

PALAVRAS-CHAVE: territorialidade; migração; fronteira; conscienciologia.

ABSTRACT: The chapter deals with conscienciological territoriality. The main objective was to characterize the matrix or reference point of this territoriality, the Center for Higher Studies of Conscienciology (CEAEC), located in Foz do Iguaçu (PR) and built from the migration of volunteers. The following methodological procedures were used: documentary research, bibliographical survey and photographs. It was concluded that such territoriality has spatial specificities, both in the geographical and abstract aspects, observed in buildings and monuments created, as well as in the language used to name these places, in a mixture of territorial, linguistic-cognitive and social transformation.

KEYWORDS: territoriality; migration; border; conscienciology.

1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho, que integra os estudos em desenvolvimento de doutorado, trata da territorialidade conscienciológica, sua caracterização a partir de um fluxo migratório para Foz do Iguaçu, situada na região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

O tema da migração conscienciológica foi o foco de outro artigo disponível na internet, no *site* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), anais do CONINTER 4 – 2015 (grupo de trabalho 16). Neste texto, foi dada ênfase no histórico, caracterização e motivações envolvidas na migração.

Mas de que modo a migração conscienciológica relaciona-se com a organização de uma territorialidade específica? O que é e como se caracteriza a territorialidade conscienciológica? Essa é a problemática a ser desenvolvida nesse texto.

A partir de 1995, um grupo de estudiosos e voluntários de uma instituição dedicada à pesquisa da consciência humana de modo multidimensional, abrangendo aspectos físicos, energéticos, emocionais e mentais, não-restrita ao cérebro, começam a migrar para Foz do Iguaçu a fim de estabelecer um centro de investigação não-convencional.

Tal centro de estudo vai configurando-se aos poucos como um campus universitário, com laboratórios, biblioteca, auditório, alojamento, salas de aula, cursos, porém sem vinculação com poder público ou privado, com características estatutárias de apartidarismo, não-religiosidade, sem fins de lucro, fundamentado no voluntariado consciencial dedicado à educação, à pesquisa e às atividades culturais.

A Conscienciologia é uma proposta de ciência da personalidade humana, indo além dos padrões ou epistemologias materialistas. É desenvolvida nesse centro de pesquisa em Foz do Iguaçu, denominado Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC), assim como em 23 instituições voltadas para o estudo de suas especialidades, que se localizam na mesma cidade e em outros locais no Brasil e no Exterior.

O CEAEC é considerado a matriz ou o principal ponto de referência do que se objetiva caracterizar nesse trabalho, a territorialidade conscienciológica. Para o desenvolvimento desse estudo, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa documental, o levantamento bibliográfico e fotografias adquiridas tanto em documentos dos migrantes quanto da internet.

O tema do artigo é relevante, pois expõe um modo de vida fronteiriço e suas implicações territoriais, tanto por meio da transformação do espaço quanto pela renovação lexical realizada em nomes de ruas e do próprio bairro onde se localiza.

2 | FRONTEIRA, ESPAÇO, LUGAR, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Como conceber fronteiras e territórios em tal discussão? O que significam para o meio acadêmico? E para os migrantes?

Segundo Antônio Myskiw (2005, p. 226-227), *fronteira* costuma significar limites entre duas ou mais situações. Ela pode apontar onde tem início ou fim um determinado território, estabelecendo soberania. Pode servir para assinalar o que pertence e o que não pertence. Significa, pois, domínio, poder. Há uma diversidade de tipologias de fronteira. Ao mesmo tempo em que a fronteira se constituiria num “cenário de

intolerância, ambição e morte”, no entender de José de Souza Martins (MARTINS, 1997, p. 11), seria, também, “lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada no milenarismo da espera do advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura”.

Itinerários e lugares desdobram-se em um determinado espaço. De acordo com Milton Santos (2012, p. 153), o *espaço* configura-se como “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções”. O espaço é um “campo de forças cuja aceleração é desigual”, levando a que cada lugar tenha seu ritmo de desenvolvimento.

Lugar é outro conceito íntimo de espaço, que parece inclusive o ter precedido, o lugar é “porção da face da terra identificada por um nome” (SANTOS, 2012, p. 152). Ainda para Milton Santos (apud SOUZA; GEMELLI, 2012, p, 15), *território* pode “ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado”, englobando objetos, ações e constituição de redes.

Por outro lado, para o geógrafo francês Claude Raffestin (1993, p. 144), o espaço é anterior ao território. Este é uma produção a partir do espaço. O *território* “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. O ator “territorializa” o espaço ao se apropriar dele, concreta ou abstratamente. O território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação”, conseqüentemente revelando relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.143).

A noção de *territorialidade* chegou até nós por meio dos naturalistas que se preocupavam com a territorialidade animal. Segundo Raffestin (1993, p. 162), a territorialidade humana deve ser compreendida pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. É fruto do conjunto de relações que tem sua origem na tríade sociedade-espaço-tempo. A territorialidade é dinâmica, pois as relações provenientes do sujeito-meio variam no tempo. E também necessita de uma exterioridade, uma “topia”, um lugar, assim como um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural (RAFFESTIN, 1993, p. 160-161). O território é formado por relações de poder multidimensionais e a territorialidade é fruto dessas relações.

Assim, a territorialidade envolve as relações de poder vividas por um grupo que forma uma coletividade, estabelecendo por sua vez relações existenciais e de produção com a sociedade.

Um outro ponto de vista é destacado pelo pensador francês Michel de Certeau. O *espaço* é entendido como um *lugar praticado*. O espaço envolve vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. É animado por um conjunto de movimentos que ali se desdobram. Por outro lado, *lugar* é ordem “segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência” (CERTEAU, 2014, p. 184). Um lugar é uma configuração instantânea de posições, implicando estabilidade de um

“próprio” e distinto que o define. Por exemplo, “a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito” (CERTEAU, 2014, p. 184). Certeau (2014, p. 182 a 198) problematiza alguns aspectos teóricos e práticos da fronteira no capítulo IX - Relatos do Espaço. Escreve sobre fronteiras e pontes. Argumenta que “a fronteira funciona como um terceiro”, isto é, o espaço existente entre o lado de cá e o lado de lá da fronteira, “como um vácuo, símbolo narrativo de intercâmbios e encontros” (CERTEAU, 2014, p. 195).

O território, suas fronteiras e a população que o compõem têm historicidades. Isto implica em conceber território, fronteiras e população na dinâmica das temporalidades e das espacialidades. Implica em contemplar tempos diversos. As histórias de lugares são histórias de movimentos, de migrações, de conflitos e de transformações de espaços e paisagens. Assim como o espaço, o território é produzido (explorado ou utilizado) por formações sociais, com dinâmicas próprias e repletas de contradições. No interior dos territórios, estão presentes as especificidades locais, inerentes à dinâmica da sociedade e às peculiaridades de lugares e tempos históricos. Distribuição de renda, atendimento de necessidades, exercício da cidadania, participação política são vivências da dimensão humana que estão territorializadas, ou seja, ocorrem em lugares e em tempos diversos.

Fronteiras, espaços, lugares, territórios são engendrados por pessoas que se organizam em grupos. Vamos conhecer um pouco sobre os estudiosos da consciência e seu movimento migratório para a região de Tríplice Fronteira.

3 | MIGRAÇÃO CONSCIENCIOLÓGICA PARA FOZ

Foz do Iguaçu é um município marcado historicamente por ciclos econômicos e um incremento populacional referente a cada um desses momentos. Corrêa (2015, p. 54) sistematiza quatro ciclos principais: 1) de 1889-1970, da extração de madeira e cultivo de erva-mate, com acréscimo de 33.642 habitantes; 2) 1971-1980, da construção da hidrelétrica de Itaipu, com aumento de 102.000 habitantes; 3) 1981-1990, fase da exportação e turismo de compras, com incremento de mais de 74.000 habitantes; e 4) 1991-2010, período da globalização e abertura de mercados, com a chegada de 115.171 pessoas, perfazendo um total de 256.088 habitantes.

A migração conscienciológica insere-se nessa última etapa, porém ao que parece não possui relação com esses ciclos econômicos. Apresenta um acréscimo de número de habitantes bem mais modesto em comparação aos citados acima, girando em torno de oitocentas pessoas. No entanto, possui características peculiares. Para se compreender esse movimento de pessoas, ideias e ideais, apresentaremos um pouco de suas histórias, atores sociais e interesses.

A Conscienciologia, conforme já comentado anteriormente, é uma proposta de ciência sobre a consciência (personalidade ou ego), fundamentada pelas descobertas

relacionadas à física relativística e à física quântica, da primeira metade do século XX. Sugere o estudo da consciência *não confinada no cérebro*, em uma abordagem integral, denominada paradigma consciencial, ou seja, estudando eu, você (leitor), e todas as pessoas, além do corpo físico, englobando as bioenergias; além da atual vida humana, ampliando o escopo para as vidas passadas; e além desta dimensão material, quadridimensional, envolvendo a noção de espaço-tempo sutis (universos paralelos), acessíveis através de canais de percepção além dos cinco sentidos básicos (parapsiquismo). Foi sistematizada pelo médico, odontólogo e lexicógrafo brasileiro Waldo Vieira (1932–2015) na década de 80 (século XX).

A fim de desenvolver tais estudos, Waldo Vieira fundou uma organização chamada Centro da Consciência Contínua (CCC), em 1981, e posteriormente o Instituto Internacional de Projeciologia (IIP; que viria a se tornar IIPC, acrescentando a palavra “conscienciologia” à sigla), em 1988, no Rio de Janeiro, cidade onde ele residia. Foram desenvolvidas atividades pedagógicas, culturais e investigativas por meio de cursos, eventos e livros publicados sobre o tema, atraindo o interesse de pessoas que em geral já tinham tido alguma vivência transcendental ou possuíam curiosidade em temas tais como bioenergias, vidas passadas e o sentido da vida.

A epistemologia sugerida pela conscienciologia está fundamentada na autopesquisa, na experimentação pessoal, sintetizada no *Princípio da Descrença*, que diz o seguinte: “não acredite em nada nem mesmo no que lhe informamos neste texto. Experimente. Tenha suas experiências pessoais”. O objetivo é que as pessoas possam, com base nas suas vivências, pensarem por si mesmas, tirarem suas próprias conclusões, evitando dogmatismos tanto científicos quanto religiosos.

Com a ampliação dos cursos e pesquisas, os voluntários tiveram a ideia de planejar um campus de pesquisa fundamentado na conscienciologia. Em 1995, em reunião de um dos grupos de pesquisa, veio a doação de um terreno por uma voluntária iguaçuense. Tal doação desencadeou a fundação da Cooperativa de Colaboradores do IIPC (COOIIPC), administradora do CEAEC, 1º. campus da Conscienciologia, localizado em Foz.

A partir desse momento, iniciou-se um fluxo migratório de voluntários do IIPC de diversas cidades do Brasil e também do Exterior para Foz do Iguaçu a fim de colaborar com a materialização do projeto desse campus. Inicialmente, ao que parece, a maior motivação era essa, no entanto, com a transferência de residência de Waldo Vieira para Foz no ano 2000, essa onda migratória se intensificou. O proponente desse estudo veio morar dentro do campus, dedicado a um projeto intelectual que ele já iniciara no Rio de Janeiro, a *Enciclopédia da Conscienciologia*.

Considerando o período de 2003 até 2015, sobre o qual encontramos registros, os três anos de maior fluxo migratório em ordem decrescente foram: 2004, 2006 e 2003. A explicação para tais marcos, supõe-se que seja a seguinte: o ano de 2004 foi marcado pela transferência da sede do escritório do IIPC do Rio de Janeiro para Foz do Iguaçu; o ano de 2006, provavelmente ainda sinaliza o reflexo da mudança dos voluntários

do IIPC para Foz, pois nem todos tiveram condições de acompanhar a transferência imediata da sede em 2004; e 2003, foi a ocasião em que Waldo Vieira anunciou que não viajaria mais para ministrar cursos a fim de se dedicar integralmente aos projetos intelectuais (FERRARO, 2015, p. 136). Após essa breve contextualização da migração voluntária para Foz do Iguaçu, é possível definir e caracterizar a territorialidade desse grupo.

4 | TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA

A história de um lugar diz respeito às transformações do espaço desencadeadas a partir do movimento e ação de pessoas que para ali mudam e se estabelecem, no decorrer de um tempo, configurando a dinamicidade própria da territorialidade.

A territorialidade conscienciológica pode ser definida como o *modus vivendi* de um grupo, formado por uma coletividade, denominada *Comunidade Conscienciológica Cosmoética Internacional* (CCCI), estabelecida na área rural de Foz do Iguaçu (Região Sul/Leste), a partir de 1995, composta por um sistema institucional de 23 organizações do terceiro setor, 11 condomínios residenciais, além de empresas convencionais, orientada pelo *corpus* de conhecimento proposto pela Conscienciologia, desenvolvendo por sua vez relações existenciais e de produção com a sociedade.

A CCCI é o conjunto de habitantes com uma vida em comum, afinizadas pelo vínculo ideativo da conscienciologia (VIEIRA, 2007, p. 811). O termo *cosmoética* refere-se à uma ética além da discutida na sociedade, incluindo não apenas todos os princípios vitais (seres vivos) já em voga na bioética, mas acrescentando as consciências extrafísicas, popularmente conhecidas como espíritos. O vocábulo *internacional* faz menção às pessoas estudiosas do tema por todo o globo. No entanto, a maior comunidade conscienciológica existente até o momento é a localizada em Foz do Iguaçu (VIEIRA, 2007, p. 812).

Repara-se que o vínculo entre as pessoas se dá antes de tudo pelas ideias, e não por condição étnica, política, religiosa ou econômica. O processo da migração envolve o partilhamento de um mesmo vínculo intelectual que tem suas raízes em dimensões espaço-temporais não-físicas. Apesar da abordagem transcendente, a proposta não tem como base mistificações ou religiosidades. Do mesmo modo que no mundo subatômico, os elementos podem se manifestar ora como partícula (material) ora como onda (imaterial), fruto dos achados da Física Quântica; segundo a Conscienciologia, a consciência humana manifesta-se nesta dimensão material com o corpo físico, no entanto, sua essência seria imaterial, com origem “extrafísica” e as bioenergias seriam o elemento de conexão entre o corpo físico e outros corpos de manifestação mais sutis.

Assim, no cerne da territorialidade conscienciologica está a questão existencial. A busca pelo sentido da vida, indo além das questões de sobrevivência e de trabalho.

Seria uma evocação de memórias vividas antes do nascimento. De onde viemos e para onde vamos voltar. O vínculo intelectual teria se estabelecido nos cursos intermissivos, ou seja, em estudos sobre a evolução pessoal e grupal, inclusive com planejamento do que viria a ser prioritário realizar após o nascimento, realizados entre uma vida humana e outra, ou seja, entre uma “missão” e outra. A vida nesta dimensão material seria um intervalo na vida mais permanente, extrafísica e própria das consciências.

Nesse sentido, as noções conscienciológicas evocam a filosofia de Sócrates que chegou até nós pelos escritos de Platão. O conhecimento, assim, não estaria nas coisas, mas na essência de nós mesmos. A mãe do Sócrates era parteira. Ele dizia que fazia a mesma coisa que sua mãe realizava, porém no campo das ideias. Todos nós já temos conhecimento, porém esquecemos. Precisamos retornar ao conhecimento original e fazer um mergulho em nós mesmos. Conhecimento seria reminiscência, portanto a alma deve existir antes do nascimento. Conhecimento refere-se nesse contexto às noções e conceitos universais e não ao conhecimento empírico, que depende dos sentidos do corpo humano. Essa vida não favorece o conhecimento. Quanto mais a pessoa se apega às coisas temporais mais esquece o essencial, o que sabia antes de nascer. Viver com foco só na matéria é colocar mais cobertas sobre o conhecimento.

Para Sócrates, a morte deve gerar a vida tanto quanto a vida gera a morte. Além disso, de acordo com o filósofo (apud RUSSELL, 2015, p. 183-184), somente “o que é complexo pode se dissolver, e que a alma, bem como as ideias, é simples e não se compõe de partes. O que é simples não pode ter início, fim ou mudança. Ora, as essências são imutáveis...” Assim, as coisas vistas são temporais, e as invisíveis são eternas. O corpo é visto, contudo a alma não, então a alma deve ser incluída no rol das coisas eternas.

Do ponto de vista de Sócrates, esse mundo nos fornece cada vez mais opinião (doxa). A verdade seria una, a opinião é variada de acordo com a interação com o cotidiano. A solução é travar essa relação na dialética, que Sócrates chamava de maiêutica, um diálogo que leva a patamares superiores de diálogos. O esbarrar das opiniões faz com que elas se imbriquem e mostrem sua fragilidade. É nesse processo que é possível se aproximar da verdade. Talvez por isso o debate seja valorizado pelos estudiosos da conscienciologia, sendo realizado diariamente no *tertuliarium*. Este debatódromo é um dos 39 ambientes do CEAE, construídos aos poucos, conforme detalhamento a seguir:

- o *Tertuliarium*, um anfiteatro construído para a realização das tertúlias ou debates diários com 2 horas de duração e transmitidos pela internet;
- o edifício separado em dois departamentos: o *Holociclo*, local de produção da Enciclopédia da Conscienciologia e a *Holoteca*, ambiente dedicado à pesquisa e exposição de artefatos culturais;
- um auditório para realização de cursos e eventos, denominado *Auditorium*;
- um *laboratório de experimentação grupal* da técnica do acoplamento energético, ligação bioenergética promovida pelo professor com os alunos, cha-

mado *Acoplamentarium*;

- *17 laboratórios de experimentação individual* de técnicas e temáticas variadas, tais como auto-organização, estado vibracional (técnica para treino das energias pessoais), retrocognições (lembrança de vidas passadas a partir do uso de músicas), *programação existencial* (proéxis) ou o planejamento feito antes do nascimento sobre o que realizar nesta vida, entre outros;
- um *laboratório de ectoplasma*, o único no *campus* equipado com instrumentos, a fim de pesquisar as personalidades ectoplastas, detentoras de energias densas;
- a *Aleia dos Gênios da Humanidade*, fileira de arbustos intercalados com bustos de personalidades consideradas extraordinárias pelas suas contribuições para o avanço da Humanidade;
- a *Pista de caminhada* (circular), caminho que possibilita o acesso aos 17 laboratórios e onde se localizam os bustos citados;
- a *Casa do Pesquisador (Village)*, alojamento com 12 quartos para hospedagem com capacidade para até 3 camas por quarto;
- o *Caminho da Lógica*, nome proposto para o trajeto entre o Village e o Holiciclo;
- o *fitolab*, local dedicado ao cultivo de plantas e horta;
- o *Marco Central*, que se localiza no centro do terreno I do CEAEC tendo se transformado na Praça da Paz, por possuir 3 monumentos dedicados ao tema: o Megálito da Paz, a bandeira da Organização das Nações Unidas (ONU) e Rosa dos Ventos;
- o *Pavilhão Pedagógico*, com salas de aula;
- a *recepção* ao público, entre o *restaurante* e a *livraria*;
- a *portaria* junto com *estacionamento*;
- dois condomínios: *Residencial Intermissivo* (terreno I) e *chalés* (terreno II).



Figura 1. Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC).

Fonte: <http://www.conscienciologia.org.br/campus/campus-caoec/> - Acesso em: 08 jan. 2016.

Na figura 1, observa-se que os laboratórios conscienciológicos compõem a principal paisagem do CEAEC, pois estão dispostos um ao lado do outro, formando um grande círculo no terreno I do CEAEC. Olhando-se de cima, em vista aérea, são 15 edificações dispostas de modo contíguo, além do antigo Laboratório do Cosmograma (cuja construção é circular e de dois andares, situando-se entre os 15 laboratórios e o edifício da Holoteca e do Holociclo, em formato de curva). Cosmograma é uma técnica de pesquisa de recolta, identificação e arquivamento de notícias de jornais e revistas, através da associação de ideias e da interação das ocorrências abordadas pelo pesquisador. O 17º. laboratório não consta dessa fotografia aérea. Esta última construção localiza-se no canto esquerdo da figura e foi inaugurada em 2013. O prédio redondo com cúpula no canto superior da figura é o *Tertularium*.

Esses 17 laboratórios de autopesquisa estão fundamentados no paradigma consciencial, no qual o investigador é sujeito e objeto de pesquisa. Diferente dos laboratórios convencionais, recheados de equipamentos, os conscienciológicos utilizam livros, planilhas para registro, papel e caneta, sendo o aspecto mais importante ser seu funcionamento como câmaras de reflexão. A exceção é o laboratório de ectoplasmia.

Em torno da questão existencial, giram os demais aspectos relacionados à territorialidade: migração, território, memória e lugares. Migra-se de um lugar para outro lugar. Lugares são processos, não têm identidades únicas; a especificidade de um lugar é continuamente reproduzida (GREGORY, 2011, p. 22).

Nesse processo da dinamicidade do espaço geográfico constantemente reinventado, o CEAEC teve a função de lugar de ancoragem para o surgimento do bairro Cognópolis. Esse *Bairro do Saber* nasceu oficialmente no dia 23 de maio de 2009, por decreto oficial, concomitante com a aprovação na prefeitura do condomínio *Villa Conscientia*. Anteriormente, o bairro chamava-se Imóvel Tamanduazinho, fazendo referência ao rio de mesmo nome que percorre o território. A oficialização pode ter o significado de poder sobre o território.



Figura 2. Bairro Cognópolis.

Fonte: Informativo AIEC, 2009, p. 1.

O bairro abrange 7 milhões de m², conforme a grande área delimitada pelas avenidas das Cataratas, República Argentina e Maria Bubiak na figura 2. Cognópolis não é um bairro exclusivo da Conscienciologia. A área com contorno em linha branca, próxima à Av. Maria Bubiak, possui 1,7 milhão de m², correspondendo aos condomínios e terrenos das instituições da conscienciologia além de área verde. No entanto, desse total, há 22.785m² de área construída. Nessa metragem incluem-se os 4 *campi* de pesquisa: CEAEC; Assinvéxis (Associação Internacional de Inversão Existencial); OIC (Organização Internacional de Consciencioterapia) e; *Reaprendentia* (Associação Internacional de Parapedagogia e Reeducação Consciencial), além do *Discernimentum* que reúne as demais instituições e empresas. Os 11 condomínios voltados para conscienciólogos são: Campo dos Sonhos, Integração, Serenologia, Cosmoética, Evolução, *Villa Discernimentum*, Residencial Intermissivo, Chalés do CEAEC, casas no campus da Assinvéxis, Rose Garden, além do *Villa Conscientia* (PARO, 2015).

O CEAEC tem se consolidado como ponto turístico, conforme se observa no documento “Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu”, elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo da cidade (SMTU, 2013, p. 63), no título Atrativos Turísticos, no subtítulo Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas - Centros de Pesquisa.

Ao lado do CEAEC, foi inaugurado em 2014, o Hotel *Mabu Interludium Iguassu Convention*, empreendimento promovido pela Associação Internacional para Expansão da Conscienciologia (AIEC), uma das instituições conscienciológicas.

Os turistas seguem as 3 placas instaladas pela prefeitura para chegar até a Cognópolis: uma na avenida das Cataratas, sinalizando para seguir pela avenida Iguaçu, a segunda nesta avenida orientando entrar na rua Felipe Wandscheer e a

terceira, indicando a rua da Cosmoética, onde se localiza o Hotel e o CEAEC. O nome da rua também foi uma mudança provocada pela presença dos migrantes na região. O nome antigo era rua dos Ipês.

Bairro Cognópolis, rua da Cosmoética, placas de rua “Conscienciologia”, sinalizam “que a influência da Conscienciologia ultrapassa os muros do CEAC (sic), agindo sobre a realidade geográfica e espacial, participando diretamente da sua construção e transformação” (DANIEL, 2014, p. 106). O ato de nomear é algo constante entre tais estudiosos, especialmente pelo propositor desse estudo, Waldo Vieira. Só ele, criou mais de 14.000 vocábulos ou expressões novas para língua portuguesa, apresentados no *Dicionário de Neologismos da Conscienciologia*, organizado pela voluntária e lexicógrafa Lourdes Pinheiro (2014). Sobre os neologismos, veja também o artigo publicado por Ísis Ribeiro Berger, na área de Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), , “As *Logias* da Conscienciologia: estudos dos processos neológicos na formação de palavras da neociência da consciência”, *Work. Pap. Linguíst.*, 12(1): 53-62, Florianópolis, jan. jun. 2011.

A linguagem contribui para a construção e formação da realidade social (BORDIEU, 2008), pois a linguagem representa o modo de pensar dos sujeitos. Quando existe um grupo de pessoas que compartilham dos mesmos pensamentos, que por sua vez materializam discursos semelhantes, forma-se, a partir disso, uma realidade. De acordo com este autor, o discurso proferido por locutor socialmente reconhecido tem o poder de influenciar determinada maneira de ver o mundo.

Assim, a transformação do espaço geográfico é acompanhada pela transformação linguística, moldando o território de acordo com a visão de mundo da Conscienciologia. A forma como esse grupo enxerga o bairro e a rua, por exemplo, renomeando-os, tem alcance expandido para a compreensão da própria cidade, batizada de “Megalópole Cosmopolita”, título de artigo de Waldo Vieira para o periódico local “A Gazeta do Iguaçu”, do dia 02 de janeiro de 2013. Foz é apresentada como um município de zona urbana vasta, com grande concentração populacional, considerando as localidades urbanas vizinhas, própria da região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina (Trifron), cuja marca seria o cosmopolitismo, ou seja, a terra de todos ou a pertença a todos os três países mencionados. Vanessa Daniel (2014, p. 113), que analisa em artigo as metáforas produzidas pelo grupo da Conscienciologia na Tríplice Fronteira, conclui que “o grupo estudado propõe, através da palavra, a criação de um novo lugar, não apenas no sentido de um bairro ou área habitacional, mas um espaço de conhecimento, ético e fomentador de novas ideias, que recria a região simbolicamente”.

5 | CONCLUSÕES

Esse artigo teve como objetivo a caracterização da territorialidade conscienciológica e sua relação com processo migratório de um grupo para região fronteira. Uma

equipe de estudiosos acerca da consciência humana realizou movimento migratório, a partir de 1995, em direção à região rural de Foz do Iguaçu, em um processo de agregação ou união em torno de um centro de pesquisa da consciência, o CEAEC, a fim de estreitar os laços de convivência.

Essa migração possui caráter intelectual, ou seja, motivada pelas ideias da conscienciologia. O estudo é um valor para esse grupo, conforme pode se constatar pelo acervo de 101.980 livros e obras escritas, 7.028 dicionários e enciclopédias e mais de meio milhão de notícias de periódicos, localizados no edifício da Holoteca e do Holociclo, além de 83 voluntários que se tornaram autores com livros publicados sobre conscienciologia (Data-base: 20/02/2017). Esses números foram retirados do documento “Pontuações do CEAEC” produzido pelos migrantes e organizado pela autora deste texto. Esse aspecto intelectual tem sido motivo de atração para visitas regulares de alunos e professores provenientes de escolas e universidades públicas e particulares da região oeste do Paraná.

A territorialidade conscienciológica possui especificidades do ponto de vista espacial, tanto geográfica quanto abstrata, observadas por um lado na arquitetura, tipos e propósito das edificações, monumentos e lugares criados, por outro lado por meio da linguagem, na nomeação desses lugares e na própria reinvenção de vocábulos, em um misto de transformação territorial, cognitiva-linguística e social.

Ao que parece, o espaço geográfico organizado socialmente por tal grupo com suas respectivas práticas culturais desempenhadas por meio de estudo, reflexão e treino bioenergético, é uma tentativa de concretizar nesta dimensão material, reminiscências de aprendizados desenvolvidos em período intermissivo (entre missões ou entre uma vida material e outra), antes do nascimento. Nessa linha de raciocínio, é possível dizer que, se valendo de uma expressão utilizada pelo professor de geografia Rogério Haesbaert (2012, p. 39), os conscienciólogos podem “carregar consigo sua territorialidade”, na condição de referência espacial de “identidade intermissiva”. Pois, a territorialidade conscienciológica possui tanto uma dimensão física-concreta quanto uma dimensão abstrata. Diferentemente de uma identidade étnica, que possui referências locais (bairros ou regiões) ou nacionais (Estado), a “identidade intermissiva” visa romper as fronteiras entre o material e o imaterial, o temporal e o essencial, lugares físicos e lugares extrafísicos.

A territorialidade conscienciológica sugere uma epistemologia fundamentada na autopesquisa, na experiência pessoal, em vivências. Rompe-se com a fronteira entre teoria e prática, entre verbo e ação. Busca-se a compreensão das vivências e não sua explicação. Resgata-se aqui a noção weberiana de *verstehen*. Este termo foi traduzido por “compreender” opondo-se a “explicar”: explicar remete à análise causal feita de fora, enquanto, compreender implica uma empatia, uma capacidade de ver as “coisas” desde dentro (LAPASSADE, 2005, p. 70). Essa consideração remete a outra discussão, a ser feita em outro lugar, por fugir do foco desse breve trabalho.

O debate em torno de um lugar e do eu, ou de um lugar e do nós tem relação

com discursos a respeito do passado e do presente de determinados grupos em determinados lugares. O vivido vem a ser uma construção fundamentada em alguns elementos escolhidos a partir de objetivos estabelecidos e da busca da configuração de espaços simbólicos (GREGORY, 2011, p. 26).

REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COGNÓPOLIS. **Informativo AIEC**, Foz do Iguaçu, ano 2, n. 2, ed.1, p. 1, maio 2009.

CORRÊA, R. **IDS–Foz do Iguaçu**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015.

DANIEL, V. C. Z. Metáforas da Tríplice Fronteira. In: PEREIRA, D. A. (Org.). **Cartografia imaginária da Tríplice Fronteira**. São Paulo: Dobra Editorial, 2014.

FERRARO, C. **Migração conscienciológica para Foz do Iguaçu**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES (CONINTER) 4, 8 a 11 de dezembro de 2015, Foz do Iguaçu. ISSN 2316-266X, p. 122-140. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/Anais%20Coninter%204/GT%2016/09.%20MIGRACAO%20CONSCIENCIOLOGICA%20PARA%20FOZ%20DO%20IGUACU.pdf>. Acesso: 01 mar. 2017.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Secretaria Municipal de Turismo. Dep. de Desenvolvimento de Turismo. Divisão de Estatísticas e Estudos Turísticos. **Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu (PR): SMTU, 2013.

GREGORY, V. Fronteiras, migrações e imaginários. In: VANDERLINDE, T. (org.). **Fronteira**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

HAESBAERT, R. Diásporas e Migrantes. **Humanidades**, Brasília, n. 59, p. 39, out. 2012.

LAPASSADE, G. **As microssociologias**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. In: _____. **Fronteira e degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MYSKIW, A. M. Fronteira. In: MOTTA, M. (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARO, D. Cognópolis. **Holotecologia**, Foz do Iguaçu, n. 2, p. 91–93, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RUSSELL, B. **História da filosofia ocidental**. Livro 1: a filosofia antiga. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. Ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, E. B. C. de. & GEMELLI, V. Território, região e fronteira. In: SOUZA, Edson B. C. de. (org.). **Estudos regionais**. Cascavel: Edunioeste, 2012.

VIEIRA, W. **Enciclopédia da Conscienciologia**. 3. ed. Foz do Iguaçu: Associação Internacional EDITARES, 2007. 2 vols. Tomo I, A-G.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

Guilherme de Barros Melo

Centro Universitário Dinâmica das Cataratas,
UDC, Foz do Iguaçu - PR

Orlando Bispo dos Santos.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
UNIOESTE, Foz do Iguaçu - PR

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar o território e as territorialidades do turismo na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina como desenvolvimento regional. Além disso, fazer uma abordagem conceitual do território de fronteira com foco nas transformações causadas a partir da conurbação populacional que foram geradas pelas conexões estabelecidas entre as cidades de Foz do Iguaçu-Brasil, Ciudad del Este-Paraguai e Puerto Iguazú-Argentina. A conurbação dessas cidades contribuíram para fortalecer as atividades turísticas como desenvolvimento econômico das territorialidades transfronteiriças. Além da introdução, o artigo está estruturado a partir de um viés geográfico e dos conceitos de território e de territorialidade como instrumento que permitirá fazer uma observação da amplitude da prática das atividades turísticas nos territórios transfronteiriços, pelo dinamismo sociocultural. A análise de dados e as considerações finais confirmam as abordagens estabelecidas do decorrer do estudo, e aponta as potencialidades

da tríplice fronteira e o impacto econômico causado pela conurbação e as atividades turísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Territorialidade Turística, conurbação e dinamismo sociocultural.

ABSTRACT: This article aims to analyze the territory and tourism territoriality in the triple border between Brazil, Paraguay and Argentina as regional development. Also, make a conceptual approach to the border area focusing on changes caused from the population conurbation that were generated by the connections between the cities of Foz do Iguaçu, Brazil, Ciudad del Este, Paraguay and Puerto Iguazú, Argentina. The conurbation of these cities contributed to strengthening the tourist activities such as economic development of cross-border territoriality. In addition to the introduction, the paper is structured from a geographical bias and concepts of territory and territoriality as a tool that will make a note of the practical range of tourist activities in the border areas, the socio-cultural dynamics. Data analysis and final considerations confirm the established approaches of the study course, and points to the tri-border potential and economic impact pela conurbation and tourist activities.

KEYWORDS: Territory, territoriality Tourist, conurbation and sociocultural dynamism.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de analisar o território e as territorialidades do turismo na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina como desenvolvimento regional. O território é apresentado por diversos autores como relações de poder, e espaço de formulação de todas as atividades humanas.

A conturbação ocorre em diversos territórios e concretiza o surgimento de novos espaços de atuação do homem determinando as transformações nas territorialidades Transfronteiriça entre Brasil, Argentina e Paraguai.

O turismo tem um papel no desenvolvimento dessas novas urbanizações, pois contribui até nos dias atuais para o crescimento dos territórios que formam a tríplice fronteira no oeste do Paraná.

Entre os diversos atrativos turísticos existentes no município de Foz do Iguaçu, os principais são as Cataratas do Iguaçu e Hidrelétrica de Itaipu Binacional. As cataratas estão inseridas no contexto territorial do Parque Nacional do Iguaçu, que unifica as territorialidades entre Brasil e Argentina, a qual foi a primeira unidade de conservação a ser nomeada pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade. No entanto, a Hidrelétrica de Itaipu além de ser um instrumento geopolítico que promove o desenvolvimento econômico na região de fronteira, unifica as territorialidades entre Brasil e Paraguai por meio do turismo e dos recursos energéticos.

Segundo Cury e Fraga (2013) “no Brasil os limites de fronteira estendem-se por 23.086km, dos quais 15.719km se dão com países sul-americanos”. No território brasileiro são vários os pontos espalhados que se formam as cidades de fronteira, conurbadas internacionalmente. São nove tríplices fronteiras no Brasil, sendo a mais dinâmica e densamente povoada a que reúne Foz do Iguaçu no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Iguazú na Argentina. Esta centralidade dá-lhe a característica de cidades transfronteiriças, em função das aproximações.

A metodologia aplicada ao trabalho se deu a partir de pesquisa teórica, bibliográfica, descritiva e empírica. O método definido para a pesquisa é o indutivo, pois é um processo que tem os dados ou observações constatadas para chegar a proposições gerais, ou seja, do particular ao geral (RICHARDSON, 2014).

As técnicas de coleta de dados desenvolveram-se por meio dos dados secundários das bibliografias em relação aos estudos de turismo, território, fronteira entre outras áreas afins. A motivação dessa pesquisa partiu do interesse ao estudo de território, poder e fronteira, e as territorialidades turísticas na conturbação transfronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A região de fronteira é um campo para estudos em diversas áreas, por se apresentar como um espaço amplo para pesquisas em relação as atividades do turismo e suas relações entre países. O surgimento de atrativos turísticos na região de Foz do Iguaçu no Brasil, Porto Iguaçu na Argentina e Ciudad del Este no Paraguai, ocasionou as aproximações entre essas territorialidades transfronteiriça do ponto de

vista sócio-histórico e político-econômico.

2 | CONCEITOS DE TERRITÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

A abordagem conceitual de geografia pelos diversos autores, busca promover uma definição concreta de território e territorialidades em regiões transfronteiriça. No entanto muitos geógrafos realizam pesquisas para oferecer uma reflexão sobre a centralidade de que o conceito de território assumiu no decorrer dos últimos anos na pesquisa geográfica. O conceito tradicionalista na área de geografia de território é usado para estudar as relações entre espaço e poder desenvolvidas pelos Estados, especialmente os Estados Nacionais. Também pode-se abordar o termo territórios nas áreas da biologia, psicologia, política entre outras.

Houveram dois autores que são considerados os precursores nos primórdios geográficos em relação aos estudos de território e territorialidades. São geógrafos influentes que impulsionaram os estudos em relação ao território motivados ambos pelas relações de poder. Pena (2000) afirma que “Friedrich Ratzel foi um dos pioneiros na elaboração e sistematização do conceito de território”. Em resultados de suas análises, aponta que Ratzel está diretamente vinculado ao poder e domínio exercido pelo Estado nacional, de maneira em que o território conforma uma identidade, a qual o povo que nele vive não se imagina sem a sua expressão territorial.

Logo em seguida, em meados de 1936 surgiu outro autor que discutiu esse conceito. Trata-se de Claude Raffestin, que afirmava o fato de o espaço ser anterior ao território. Explica que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder. Suas abordagens pregam que essa relação encontra-se expressa em todos os níveis das relações sociais.

Ratzel (1990) explica sua preocupação com a consolidação e expansão do Estado alemão, desenvolve uma abordagem geopolítica, conceituando o território como área e recursos naturais, como solo, água e clima. Ainda faz uma reflexão entre a relação homem natureza, a qual apresenta fatores influentes desta relação que implicam na sociedade.

Segundo Saquet (2013, p. 31) diz que “nas obras abordadas de Ratzel, o território ora aparece como sinônimo de ambiente e solo, ora aparece como Estado Nação e dominação.” Portanto o território é entendido como área para desenvolvimento da vida humana, não deixando o sinônimo solo ou terra, pois todos os povos farão uso sob o domínio do Estado.

Os pesquisadores da geografia têm desenvolvido várias concepções em relação ao conceito de território. Porém alguns autores que realizam estudos de maneira a trazer o viés da geografia francesa que tem como base para as diversas definições.

Saquet (2010) explica que para entender o conceito de território juntamente com

seus derivados, a territorialidade, a territorialização e outros, precisa-se relacionar em estudos sociais e políticos, para poder racionar o conceito de território, pode-se entender muitos problemas que a geografia teve como ciência.

Essas revoluções conceituais não seriam satisfatórias para entender a idéia de território na geografia atual, se não ocorresse as críticas contemporâneas marxistas da economia política e da sociedade capitalista, a qual apresentaram conflitos em relação ao poder. Saquet (2013) afirma que a contribuição de Marx e do pensamento marxista, até a contribuição mais recente de teóricos neomarxistas do território foram decisivas em pontos de vista diferentes. Pensar nas diversas relações e disputas a que está inserida o território, confere a este, também, status de identidade e pertencimento, uma vez que são estabelecidas pelo homem à medida que ele utiliza o território. Milton Santos diz que:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais população, isto, é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população [...] (SANTOS, 2000, p. 96).

Parafraseando Haesbaert (2010), ao se abordar o poder, é importante ressaltar que não existe território sem limite ou fronteira, que resulta com as disputas entre os homens para reafirmação do poder das suas relações. Pensar o território numa perspectiva materialista, Raffestin afirma que:

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

As pesquisas continuam a partir de 1980, Claude Raffestin começa a avançar nos estudos em relação ao território, diferente de outros autores, essa concepção é distinta e entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais por meio da organização política e do planejamento.

Segundo Saquet (2000) “territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos e fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço.” No entanto a territorialidade não depende apenas do sistema territorial local, pois existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo, assim as ações locais, territoriais significam territorialidades.

Para Sack (1986) a territorialidade é mais limitada, trata-se como qualidade necessária para a construção do território, não se compara ao espaço quando ocorre mediação em uma relação de poder que efetivamente como forma de influenciar e controlar pessoas ou relações sociais. A fronteira e o controle de acesso são atributos

fundamentais no conceito de territorialidade.

Pode-se exemplificar na prática uma Tríplice Fronteira como territorialidades formadas por meio de uma unificação de mobilizações no decorrer da história como relações de poder do Estado-Nação. Segundo Cury

Nestas territorialidades são percebíveis os controles nas aduanas das populações que vivem ou visitam e passam as fronteiras, assim como nos fixos demarcados pelos rios Paraná e Iguazu, pela BR-277, pela presença da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, pela subestação de FURNAS, pelos aeroportos, pontes e outros. Nesse aspecto, a atividade turística intrínseca à economia poderá vir a contribuir no ir e vir dos fluxos econômicos e populacionais. (CURY, 2010, p. 45).

Nas cidades que constituem a Tríplice Fronteira, a quais são Foz do Iguazu no Brasil, Porto Iguazu na Argentina e Cidade do Leste no Paraguai, durante seu surgimento as atividades turísticas foram fatores para desenvolvimento econômico desses territórios, assim unificando por meio das trocas de culturas e suas relações sociais, onde ocorreram as conturbações entre as cidades de fronteira. Houve um crescimento significativo das populações e diversificação das redes, assim iniciaram as atividades turísticas.

3 | CONURBAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

O termo conurbação não apresenta a mesma expressividade dos conceitos de território, territorialidade e urbanização nas abordagens conceituais da geografia. Observa-se que é um assunto pouco abordado pelos autores que tem a ciência geográfica como instrumento principal de investigação no que diz respeito às atividades humanas, e os fenômenos que determinam as transformações territoriais.

Os conceitos de urbanização são os principais elementos da geografia, voltados a investigação das mobilizações do homem, e os fenômenos que contribuem para a interligação dos centros urbanos, e suas conexões do ponto de vista sócio-cultural, político, e o desenvolvimento dos fatores econômicos.

Conforme Tessari (2009, p. 38) “o termo conurbação foi pensado por Patrick Geddes no início do século XX, procurando explicar o processo em que diferentes núcleos urbanos se fundem até formarem uma aglomeração maior”.

A junção de núcleos urbanos consiste em conectar suas centralidades, e isso reforça as ações humanas no sentido de construir um campo de atividades que dimensionam as potencialidades regionais. O processo de conurbação e a expansão das cidades com as mobilizações humanas, atreladas às inovações tecnológicas do mundo moderno, consolidam instrumentos de domínio territorial do ponto de vista econômico, e sociocultural em sentido amplo, a partir de procedimentos ampliados pelo homem, voltados à utilização das potencialidades, e da produção dos centros urbanos como força motriz para o desenvolvimento regional.

Conforme Tessari (2009) o processo de conurbação divide-se em fases distintas.

São assim apresentadas:

A primeira forma de conurbação ocorre antes mesmo da consolidação do núcleo urbano ser levado a categoria de cidade, já surgindo como um apêndice de externalidades urbanas que são produzidas através da expansão das vias de deslocamentos de outras cidades. A segunda forma assemelha-se a primeira, tendo, por exemplo, a estação ferroviária como elemento estruturante. A terceira forma de conurbação se dá pela formação de aglomerações que se constituíram em um desenvolvimento urbano expressivo mesmo estando longe da grande cidade e com autonomia socioeconômica. (TESSARI, 2009, p. 42)

Ao se tratar da conurbação transfronteiriça que abarca os territórios do Brasil, Paraguai e Argentina, deve-se levar em consideração as riquezas naturais apresentadas pelas peculiaridades dos aspectos geográficos como centralidades do território fronteiriço, e suas transformações no decorrer do tempo histórico que permitiram a ampliação das atividades humanas em sentido amplo. Além disso, a interligação entre esses países a partir da construção da BR 277, que possibilitou o desenvolvimento do fluxo turístico e contribuiu para a formação da conurbação nesse espaço de fronteira.

Segundo Cury (2013) a conurbação nesta tríplice fronteira avança em todos os níveis infraestruturais, assim como a complexidade socioambiental e cultural, isto porque a região conituna sendo um centro de visitação e comércio, altamente atrativo. Conforme Cury

[...] O crescimento populacional também deverá se manter, mesmo que em níveis mais brandos do que os vividos no passado, fator determinante de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e, necessariamente ambiental, por ser esse último, um dos principais trunfos de atrações turísticas e com este, os recursos advindos desta atividade econômica. (CURY, 2013, p. 474)

O crescimento populacional no oeste paranaense decorrente das delimitações formais do território, e do processo de colonização com as imigrações no decorrer do espaço tempo, possibilitou a criação da rede urbana de Foz do Iguaçu com a junção populacional das cidades que estão distribuídas no espaço geográfico, compreendido no contexto da faixa de fronteira.

A ruptura dos limites entre as cidades por meio das atividades agrícolas, os fatores culturais e as diversificadas relações econômicas, a partir dos tratados estabelecidos pelo Estado brasileiro a partir de políticas públicas, determinam a geração de fenômenos sociais, que implicam em novos contornos na formação da conurbação. Além dos fatores territoriais, devem-se levar em consideração os aspectos sociais, políticos e econômicos como contribuição para formar a conurbação entre cidades das territorialidades transfronteiriças. A figura a seguir ilustra a rede urbana de Foz do Iguaçu.

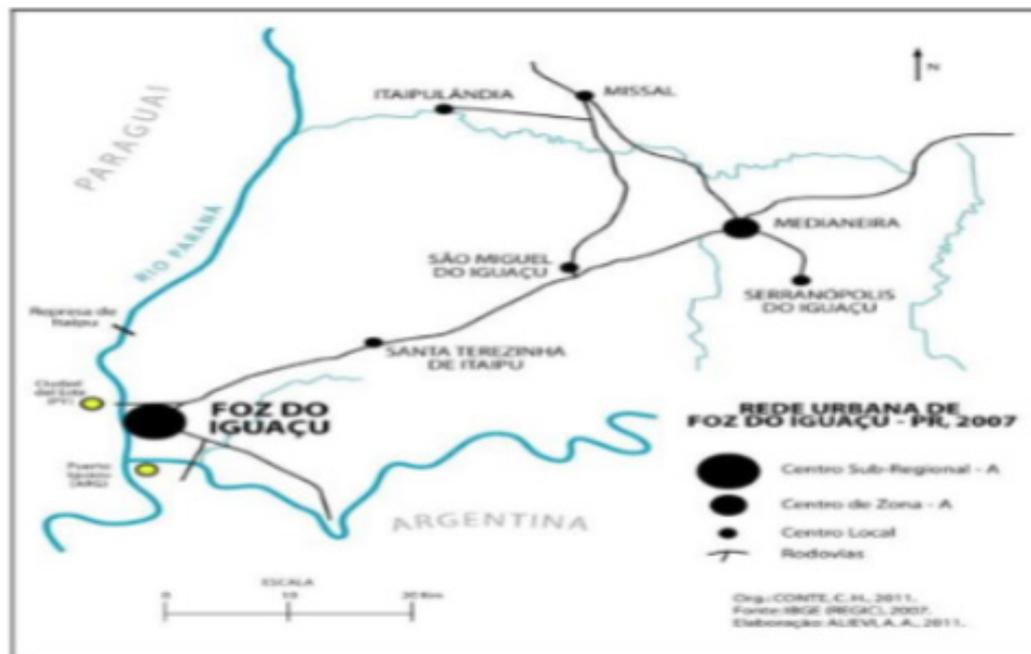


Figura 1: Rede Urbana de Foz do Iguaçu

Fonte: IBGE (2007)

Conforme ilustrado na figura anterior, Foz do Iguaçu apresenta-se como uma cidade polo em relação aos demais centros urbanos que estão em seu entorno. A construção de estruturas, tais como, o aeroporto das cataratas, a Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, a Ponte da Fraternidade entre Brasil e Argentina, além da BR 277 e da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, contribuíram para torna-la referência do ponto de vista social, político e econômico e determinar as relações de dependência dos municípios no que diz respeito as atividades de logística.

É importante destacar que o desenvolvimento sócio-econômico da Tríplice Fronteira, decorre das inter-relações entre os centros urbanos dos três países, respectivamente Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. A figura a seguir ilustra as cidades paraguaias que representam para a região de fronteira as potencialidades econômicas e a concentração humana que forma a região metropolitana de Ciudad del Este.



Figura 2: Região Metropolitana de Ciudad del Este

Fonte: Atlas censal del Paraguai, (2002).

Assim como Foz do Iguaçú no Brasil, Ciudad del Este no Paraguai apresenta-se como cidade polo em relação aos centros urbanos que estão em sua proximidade. A concentração humana em Ciudad del Este que é atraída em sua maioria pelo comércio de produtos importados, gera uma conurbação pelas conexões das cidades de Hernandárias, Minga Guazú, Presidente Franco e Los Cedrales, formando assim uma região metropolitana.

A interconexão entre essas cidades paraguaias, a rede urbana de Foz do Iguaçú e a cidade de Puerto Iguazú na Argentina, apresenta uma expressividade econômica por meio da rotatividade turística na Tríplice Fronteira, que parte da fundação do Parque Nacional do Iguazú, e das atividades do setor gastronômico. Conforme Cury

Puerto Iguazú se incorporou regionalmente por meio dos fluxos comerciais, estabelecendo e estruturando as dependências das conjunturas econômicas estabelecidas nas territorialidades, seja pelo comércio, seja pela atividade turística, pois a indústria é incipiente. Entre os anos de 1960 as atividades entre Foz do Iguaçú e Puerto Iguazú eram marcadas pelos fluxos de produtos agrícolas e têxteis produzidos na Argentina. Puerto Iguazú apresenta a menor interferência de grupos imigrantes se comparada com Foz do Iguaçú e Ciudad del Este. (CURY, 2013. p. 471)

Puerto Iguazu, apesar de ter a menor representatividade humana em relação a densidade demográfica de Ciudad del Este e Foz do Iguaçú, é um município importante por apresentar potencialidades que contribuem para a concretizar a conurbação da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

O turismo como um dos fatores principais de desenvolvimento regional por meio dos aspectos sócio-cultural e político-econômico, torna-se uma das potencialidades geradas a partir do processo de conurbação das cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú. As transformações sociais e o desenvolvimento econômico pelas atividades turísticas na Tríplice Fronteira, impulsionou a interconexão dos territórios a partir da construção da ponte da Amizade e da Fraternidade, a construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, e a integração dos Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú, e o reconhecimento de ambos pela UNESCO, como Patrimônio Natural da Humanidade.

As territorialidades históricas, estabelecidas pelas conexões multiculturais a partir do processo migratório aos territórios transfronteiriços, contribuíram para ampliar as atividades humanas e dar dimensões à pluralidade linguística estabelecida no transcorrer do tempo. Nesse contexto, vale ressaltar a importante presença Guarani, que no decorrer da história contribuiu na formação cultural e plurilinguística das territorialidades transfronteiriças, por serem povos que se mobilizaram em busca de terra fértil para suas plantações de subsistências.

Schallenberger (2011, p. 25) ao fazer menção do povo Guarani enfatiza que “pela mobilidade espacial foram constituindo no seu universo de circulação um território simbólico referenciado nas situações de contato e na formação de uma rede de parentesco”. Isso permitiu a perduração do dialeto Guarani que é utilizado na Tríplice Fronteira principalmente pelos paraguaios, como o ponto forte das suas peculiaridades culturais adquiridas com o processo de ocupação territorial pelos povos indígenas Guarani.

As territorialidades culturais e as atividades turísticas são fatores fundamentais na formação dessa conturbação transfronteiriça e do desenvolvimento urbano das cidades de fronteira em virtude do fluxo de visitantes brasileiros e estrangeiros dos mais distintos países, que visualizam a Tríplice Fronteira como opção de lazer e de compras. A junção desses fatores ocorridos no decorrer da história contribuíram para o desenvolvimento das sociedades dos três países.

As relações comerciais em Ciudad del Este causou uma conexão com o Brasil, pois atrelou as atividades turísticas com o turismo de compra, assim ocorreram mudanças significativas nas territorialidades transfronteiriça. Os agricultores brasileiros que iniciaram suas plantações de soja e algodão aumentaram as exportações, pois aceleraram a modernização e mobilidade dos campos paraguaios. Desta maneira cresceram significativamente as importações de produtos agrícolas para diversos países.

As Cataratas do Iguaçu é uma potência para o Turismo, pois esse atrativo turístico com seus enormes recordes de visitação, ocasionaram a geração de diversos meios de trabalhos, ou seja, esses trabalhadores romperam as fronteiras para prestar serviços

ambos Unidades de Conservação no Brasil e Argentina. Percebe-se a construção das territorialidades das relações sócias, econômicas e políticas.

Parafraseando Cury e Fraga (2013) o desenvolvimento econômico desta região, presenciado nas cidades que compõem a tríplice fronteira, está subordinado ao Estado Nação, aliando algumas dependências infraestruturais que geram suas inter-relações com os demais países e com centros econômicos mundiais. Portanto o Turismo é um exemplo sobre estas, pois está interligada a duas zonas francas (Ciudad del Este e Puerto Iguazú), e isso gera fluxos na economia, que são, hoje, fundamentais nessas cidades.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interconexão das redes urbanas que envolvem as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, constrói a aglomeração humana estabelecida da Tríplice Fronteira que contribui para a formação da conturbação transfronteiriça. Essa conectividade populacional, torna a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina um espaço geográfico dinâmico, pois as atividades sociais desenvolvidas nessas territorialidades, partem de distintos aspectos históricos e culturais que torna a fronteira um território amplo para o desenvolvimento das atividades dos múltiplos aspectos sociais.

Os conceitos de território, de territorialidade e urbanização analisados nessa pesquisa partiu de um viés geográfico, e permitiu entender que a conurbação no espaço da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, consiste na integração da concentração populacional que forma a rede urbana de Foz do Iguaçu no Brasil, e as conexões estabelecidas com a região metropolitana de Ciudad del Este no Paraguai, e Puerto Iguazú na Argentina.

Observou-se que as relações estabelecidas nessas territorialidades por meio das atividades econômicas, das trocas culturais e da utilização das riquezas naturais para as atividades turísticas, fortalecem o processo de construção de um espaço dinâmico, que fortalece as relações de poder nesta região transfronteiriça.

As estruturas governamentais estabelecidas nesses territórios, tais como a Hidrelétrica de Itaipu Binacional, as Pontes da Amizade e da Fraternidade, e os Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú, concretizam a interligação do Brasil com Paraguai e Argentina em termos econômicos, políticos e sociais, além de tornar a Tríplice Fronteira um espaço constantemente visitado por atores sociais de diferentes países. Essas centralidades apresentadas entre os países supracitados são exemplo novas conturbações em todo território nacional brasileiro. Portanto todas essas relações são benéficas a população local de cada territorialidade e constrói uma sociedade unificada.

REFERÊNCIAS

CURY, Muro José Ferreira e FRAGA, Nilson Cesar. **Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira:** Foz do Iguaçu (Br), Ciudad del Este (Py) e Puerto Iguazú (Ar). *Revista Rosa dos Ventos*. Caxias do Sul, V. 5, n. 3, p. 460-475, jul-set, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**. 2007. Rio de Janeiro, 2008.

PARAGUAI. **Região metropolitana de Ciudad del Este**. Disponível em :<<http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/13%20Atlas%20Alto%20Parana%20censo.pdf>>. Acesso em: 11. Mai. 2016.

PENA, Rodolfo F. A. **Território**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conceito-territorio.htm>>. Acesso em: 22 Abril 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território:** Outras Expressões, São Pulo, 2013.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Identidade nas Fronteiras:** Território, Cultura e História. Editora Oikos, São Leopoldo, 2011.

TESSARI, Leandro Marques. **Processo de expansão urbana e conurbação em uma aglomeração urbana não metropolitana no interior paulista**. Dissertação, UNESP, Rio Claro, 2009.

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

Cristiane Tabarro

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

Alvori Ahlert

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

Valdinéia Ferreira

Universidade Oeste do Paraná - UNIOESTE -
Marechal Cândido Rondon-PR

RESUMO: Este artigo apresenta um olhar sobre as tramas e os dramas que entrelaçam a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná e suas interrelações com o Conselho Gestor e demais atores sociais envolvidos nas instâncias de participação e de decisão. A pesquisa apresentada tem um recorte temporal no período de 2010 a 2017 fundamentada sobre o viés da pesquisa qualitativa das relações constituídas na região oportunizando uma análise de conjuntura mais complexa, crítica e subjetiva dos processos de relações construídos.

PALAVRAS CHAVE: Juventude rural, territorialidades, identidades, autonomia.

ABSTRACT: This article presents a look at the plots and dramas that intertwine the rural youth of the Central-Southern Territory of Paraná and their interrelations with the Management Council

and other social actors involved in the instances of participation and decision. The research presented has a temporal cut in the period from 2010 to 2017 based on the bias of the qualitative research of the relations constituted in the region, providing a more complex, critical and subjective analysis of the constructed relations processes.

KEY WORDS: Rural youth, territorialities, identity, autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

O recorte espacial, temporal e de vida apresentado neste artigo, é o Território Centro-Sul do Paraná e suas interrelações com os atores sociais atrelados à territorialidades com seus diferentes conflitos *versus* diferentes interesses, neste caso, enfatizado na juventude rural.

O Território Centro-Sul do Paraná foi reconhecido oficialmente pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) em 2005. Segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2006), a Região Sudeste do Paraná possui 282 mil habitantes, dos quais 43,8% vivem no campo. Ou seja, trata-se de uma região com fortes características rurais. Irati é o município mais urbanizado com uma taxa de 80% de urbanização e 56,2 habitantes

por km². São Mateus do Sul e Imbituva, com 63% da população vivendo na área urbana, em função do processo de industrialização, são também municípios bastante urbanizados. Para STRAPASOLAS, S/D, p. 03 “o mundo rural é um universo que interage nas diversas dimensões com o conjunto da sociedade brasileira e mantém relações que se estabelecem no cenário global”. No entanto, mesmo nestes municípios é significativa a quantidade da população rural, sendo sempre maior que 10 mil habitantes. Os demais municípios são todos essencialmente rurais, a maioria com bem mais da metade da população no espaço rural. Mas, Palmeira que tem 40% da população no campo, também pode ser caracterizada como essencialmente rural.

A visão sobre desenvolvimento relacionado à juventude rural é o que concerne à emancipação individual e participação efetiva para uma sociedade melhor. Utiliza-se o termo desenvolvimento para denotar processos que compõem as interações entre sociedades, atores e organização social em suas vertentes regionais e territoriais e também em relação ao ambiente e seus recursos naturais e o desenvolvimento endógeno que geram o desenvolvimento econômico e o bem estar coletivo. Esses atributos podem ser evidenciados nos indicadores de desenvolvimento, como por exemplo, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, além do que, essas percepções sobre desenvolvimento são evidenciados através da vivência, da subjetividade dos atores sociais envolvidos neste processo e das redes construídas, reconstruídas, reelaboradas através das territorialidades.

A inexistência de oportunidades de acesso à condições mínimas à dignidade humana para seu desenvolvimento pleno, há a necessidade de promovê-las e de estruturar mecanismos locais e regionais para ações efetivas para direcionamentos em participações coletivas, sociais e/ou políticas, segmentando o sentimento de pertença enquanto ator social e estímulo à capacidade de desenvolvimento humano pleno para que o coletivo instigue e promova processos de mudança.

O desenvolvimento é o elemento que promove a liberdade, liberdade como "meio" e não como "fim em si mesma". SEN, 2000, p. 71, afirma que "(...) a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim, como o principal meio de desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas."

Em relação ao desenvolvimento humano pleno, ele permeia por dimensões que promovam esse processo, sendo a dimensão econômica, dimensão humana e social e a dimensão política. Essas dimensões orientam conceitos éticos para que os agentes de mudança sejam capazes de induzirem a constituição de habilidades e competências que promovam o desenvolvimento.

1.1 A juventude rural, sucessão na agricultura familiar – suas identidades e autonomia

O processo de modernização da agricultura ocasionou inúmeras alterações no

escopo do ambiente rural que foram enfáticas, sobretudo, para a agricultura familiar. O êxodo rural é um dos fenômenos que se acredita ter se desencadeado muito em função de todas estas alterações.

A preocupação atual sobre a Sucessão na Agricultura Familiar se deve ao número de Jovens de 15 a 24 anos ser inferior ao número de estabelecimentos. Se houver a sucessão há o fortalecimento da agricultura familiar, preservação das identidades, ruralidades e da cultura e história acumulada ao longo de gerações, qualidade de vida tanto para os mais jovens, mas também para os mais velhos e um meio rural com pessoas realizadas e plenas em sua essência. A palavra Sucessão entende-se que o jovem deve “ficar” no sentido de obrigatoriedade, mas que esse “ficar” seja algo inerente ao jovem, de sua vontade, que essa vontade seja impulsionada por oportunidades e possibilidades que este espaço possa lhe proporcionar.

Em contraponto ao que anteriormente se expôs, alguns pesquisadores teorizam que houve uma considerável desaceleração no êxodo rural. Dentre eles pode-se apresentar Abramovay, 2001, p. 03:

Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos residem em áreas rurais. E desde meados dos anos 80. A população rural é a que mais cresce em diversos países do Hemisfério Norte, a começar pelos EUA. No caso brasileiro, a década de 90, registra um fenômeno inédito na história do país: o ritmo do êxodo rural desacelera-se de maneira nítida e, ao final dos anos 90, já se registraram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do país.

A figura do pai, prevalece sobre os interesses individuais, ou seja, a unidade familiar está assentada no grupo masculino-adulto. A hierarquia patriarcal domina o espaço e fragiliza o sentimento de pertença das mulheres e jovens. Um dos grandes empecilhos da Sucessão na Agricultura Familiar e permanência dos jovens no meio rural é a situação relacional entre pais e filhos, a confiança do pai em ter um sucessor, sendo o verdadeiro patriarca delegando funções não abrindo possibilidade para os filhos e que o caráter rigidamente hierárquico da organização familiar tradicional centrado no poder quase absoluto do pai, chamado por ABRAMOVAY, 1998, p. 70 de **padre padrone**, ainda prevalece de uma maneira velada, isso também se caracteriza pela cultura da nossa região, advindo de imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e italianos. Neste sentido os jovens assumem o papel de mais um integrante da mão de obra familiar e não como um componente que agrega às decisões e diálogos na unidade de produção familiar. Nesse viés, ainda a juventude rural permanece invisível, embora a passos lentos estão recebendo a atenção das políticas públicas e de agentes de desenvolvimento territorial que esforçam energias para a viabilização de projetos que fortaleçam o rural como um espaço de oportunidades e que os jovens façam a opção de permanecerem e de lutarem pela superação das lacunas existentes.

A fragilidade das políticas públicas voltadas para a juventude em sua execução,

de uma reinvenção e reestruturação da educação do campo e de espaços de participação política, criaram um ambiente desfavorável a permanência do jovem no meio rural. A invisibilidade e a evasão dos jovens para as cidades colocam em risco a sustentabilidade do ambiente rural, principalmente se considerarmos que a sustentabilidade deste ambiente é a soma de “diversas sustentabilidades”: cultural, política, econômica, ambiental, social e também geracional – que é a garantia de que outras gerações também permaneçam no meio rural.

1.2 A juventude rural e a territorialidade

O Território Centro-Sul do Paraná mantém ao longo dos últimos tempos sua principal característica que é a predominância da agricultura familiar, entretanto, assumiu a sua co-responsabilidade no desenvolvimento local ao promover ações integradas orientadas pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo Conselho Gestor do Território.

Os territórios quando foram constituídos foi algo não construído coletivamente com ideologias de compreensão de territorialidade e os elementos complexos, porém essenciais que constituem a questão relacional existente nos territórios como suas redes, tramas e seus entrelaces subjetivos – movimento inacabado de superação da atomização social. Segundo SAQUET, 2015, p. 66 “Essa organização histórica e relacional do território assenta-se na construção de malhas, nós e redes, formando campos de poder historicamente constituídos”.

Para Raffestin, o Território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, há signos e símbolos específicos, preocupa-se com suas representações. Segundo Saquet, 2015, p. 37:

Assim, conforme Raffestin e Bresso (1979) a territorialidade é fruto do trabalho, ou seja, significa troca de energia e informação entre os homens e, ao mesmo tempo, posse de uma porção do espaço. A territorialidade varia no tempo, de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico e cibernético, sempre vinculada ao controle de objetos e pessoas e, desse modo, gera diferentes paisagens. Estas últimas são compreendidas como projeção social no espaço, como sistema integrado de relações entre homens, espaços e tempos (p.37).

De forma arbitrária, verticalizada que os Territórios foram constituídos, (FÁVARO, 2017) tornou-se arbitrária também a forma como se dão as relações políticas, sociais, organizacionais que interagem nesse processo para o desenvolvimento rural, que muitas vezes pela organização estrutural através do Conselho Gestor torna-se uma via fácil de se conseguir recursos aos municípios, porém não se apropriam da importância social, democrática e participativa que o Território em sua essência deve possuir. Segundo SAQUET, 2015, p. 40 a “Sociedade-espaço-tempo-natureza-território são indissociáveis. O que não significa dizer que são sinônimos, mas, sim, que estão em unidade constante, tanto ontológica como epistemologicamente”.

A territorialidade é a condição social para o aprimoramento da racionalidade, memória, cultura, reflexão, opinião, bom senso, autonomia, ou seja, propiciar em sua

organização estrutural e política condições para que a sociedade exercite a coletividade e sua humanidade – conflitualidade entre atores sociais em seus diferentes interesses, algo que se estabelece em sua trajetória (ações, atitudes) para que se possa enfrentar a vivência. Ter a capacidade de discernir, avaliar e realmente objetivar o que é relevante para a vida enquanto projeto teleológico. Para Saquet, 2015, p. 107/108:

Entendemos a territorialidade em quatro níveis correlatos: a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como comportamentos, objetivos, metas, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espácio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio dos mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo.

Para uma melhor compreensão sobre territorialidade e que nos permitirá observar com um “olhar” mais atento e crítico à essa construção social é a presença de uma pluralidade de dimensões que estão presentes na conjuntura como um todo (econômica, social, política, cultural, etc), fortalecendo as tramas dessas redes, reelaborando-se com os dramas, atrelado ao contexto, sendo de fundamental importância observar atentamente o contexto macro e micro em que os atores sociais estão inseridos.

Embora, os indivíduos que fazem parte desse espaço não estejam no mesmo ambiente, seja em sua propriedade, comunidade, município, região, etc, o contexto macro torna os atores sociais, mesmo que indiretamente, estreitamente vinculados, a complexidade de se compreender a territorialidade, neste sentido não se pode restringir ao aspecto micro de sociedade e de suas interrelações, deve-se partir para uma visão sistêmica, objetiva e complexa. SAQUET, 2015, p. 108, define territorialidade:

Uso que envolve, necessariamente, conflitualidades, ritmos, apropriações, domínios, identidades, diferenças, redes, necessidades além da práxis cotidiana de cada relação espaço-tempo-território. Assim, a territorialidade, para nós, assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo, numa “espécie de quinto” nível de efetivação no real e mediação-condicionante da cooperação para o desenvolvimento, conforme já demos a conhecer.

A juventude para permanecer no campo e fortalecer o desenvolvimento precisa de condições favoráveis. Estas condições passam pela autonomia nos espaços de tomada de decisão e de planejamento estratégico, e por atividades que alterem o *status quo* de meros coadjuvantes dos acontecimentos para atores sociais imersos nos questionamentos mediante sua realidade e inspirados em transformações que sua realidade necessita – instituindo assim um valioso capital social. É de suma importância para o jovem do campo o reconhecimento da família e de sua comunidade sobre suas capacidades e, sobretudo de suas habilidades, competências e talentos. Para tal intento o jovem precisa adquirir novos conhecimentos, criar ambientes e espaços próprios de diálogo de questões pertinentes aos seus interesses (o Conselho

Gestor do Território Centro-Sul do Paraná deveria priorizar tal intento) e preparar-se para defendê-las e também participar da dinâmica territorial e ampliar sua visão de mundo – para difundir a democracia exercida pela Territorialidade.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa tem um recorte temporal no período de 2010 a 2017 fundamentada sobre o viés da pesquisa qualitativa, pois a vivência da pesquisadora é o “viver” das relações constituídas durante esses anos, não somente como profissional que atua com jovens e famílias de agricultores familiares na região, (MINAYO, 1994), mas como todo universo de atuação enquanto ator social imerso nesse contexto, tal vivência oportuniza uma análise de conjuntura mais complexa, sistêmica, crítica e subjetiva dos processos de relações constituídos entre os atores sociais, indo além dos dados quantitativos coletados, operacionalizando as variáveis, sendo o resultado deste trabalho.

O primeiro passo encaminhado nessa pesquisa após a delimitação do tema e análise de conjuntura foi a revisão bibliográfica sobre juventude rural, desenvolvimento, agricultura familiar e território. A pesquisa bibliográfica é um dos elementos imprescindíveis para o fortalecimento das ideias embasadas cientificamente, utilizando como fonte de referência, livros específicos sobre o tema em foco, pois GIL, 2003, p. 48 afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, uma vez também que a pesquisa bibliográfica se caracteriza segundo PÁDUA, 1997, p. 50 “fundamentada nos conhecimentos da biblioteconomia, documentação e bibliografia, sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

O segundo passo foi elaborar um roteiro de entrevista (Anexo 01) tanto para os jovens que passaram pela formação do Cedejor – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, assim como lideranças que são e que foram conselheiros do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná. Para os jovens utilizamos como abordagem a pesquisa quantitativa, pois as respostas foram assinaladas e se quisessem poderiam justificar na última questão, conforme questionário em anexo. Já para as lideranças do Território Centro-Sul do Paraná foi aplicada uma entrevista semiestruturada sendo designada como qualitativa.

O objetivo de fazer uso da metodologia qualitativa é retratar a realidade de forma completa, concreta e profunda, evidenciando a inter-relação entre o grupo pesquisado, fortemente arraigada na variedade de dados, coletados em diferentes momentos não só com a aplicação da entrevista, porém com o convívio com o grupo de jovens, suas famílias e com as lideranças do Território Centro-Sul do Paraná. Segundo Gerhardt, 2009, p. 31:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, assim,

com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. A pesquisa quali-quantitativa no que consiste à pesquisa social viabiliza contextualizar a realidade de maneira complexa, flexível e democrática, dinamizar os resultados e qualificar seus argumentos e justificativas.

Os dados utilizados, no presente estudo, são provenientes de entrevistas com os atores envolvidos na história e trajetória do Cedejor Centro-Sul do Paraná e Conselho Gestor do Território Centro-Sul. As entrevistas foram realizadas no mês de Janeiro de 2017, sendo 04 (quatro) representantes do Conselho Gestor e 07 (sete) jovens representando o Cedejor.

3 | RESULTADOS

3.1 Organizações, tramas e os dramas da juventude rural: as marcas do enfraquecimento das ações do Cedejor nas tramas organizacionais da juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná

O Território Centro-Sul do Paraná abriga o Cedejor – Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural que nos últimos anos teve como foco principal o trabalho com juventude do campo, porém devido à fragilidade do 3º setor, hoje não tem recursos financeiros para implementar suas atividades, embora tenha em seu currículo um valioso capital social.

O Cedejor é uma Agência de Desenvolvimento Rural, que acredita e investe no potencial do jovem como empreendedor e liderança e na força de cooperação desses jovens para o fortalecimento e a sustentabilidade da economia e da governança local. O Cedejor é uma organização social, sem fins lucrativos, produtora de conhecimentos e tecnologias sociais para formação e apoio integral aos jovens rurais, para que tenham acesso às oportunidades para desenvolver seus talentos e para que possam ser agentes de transformação em suas comunidades. A formação oferecida pelo Cedejor no Território Centro-Sul do Paraná tiveram como resultado a formação de Agentes de Desenvolvimento Rural – ADRs, jovens estes que protagonizaram nosso Território quando se tinha o amparo da Instituição, protagonismo este não percebido nas instâncias de decisões territoriais, autonomia esta que foi fragilizada por vários elementos.

Uma das lutas consideradas de suma importância é o fortalecimento do tecido sócio organizativo da juventude rural e há carência de participação dos mesmos nos espaços de representatividade e nas instâncias de tomada de decisões. O Tecido Sócio Organizativo e/ou tecido social ou capital social - é considerado o principal

elemento de agregação de todos os esforços para a promoção do desenvolvimento rural. Os capitais financeiro, ambiental, físico e humano têm sido maximizado por ele. A participação dos jovens e de agricultores nos rumos do desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná é limitada e, salvo experiências pontuais, vem afetando o funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e o Conselho Gestor do Território, incluindo suas câmaras técnicas, sendo que nos últimos tempos não há reuniões dessas câmaras.

Em todos os municípios há formação de Conselhos Municipais que contribuem de uma maneira ou de outra na aplicação de recursos federais, como patrulhas agrícolas mecanizadas, projetos coletivos através de recursos via Proinf – Programas de infraestrutura apoiado pelo extinto MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar ou até mesmo o Pró Rural – Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial mantido pelo governo do Estado do Paraná. Entretanto estes conselhos municipais estão atrelados às prefeituras e desenvolvem ações de acordo com a administração, ora de um partido, ora de outro e assim os empreendimentos sofrem pela descontinuidade político partidária, por conta também de uma organização ainda frágil da sociedade apesar da existência dos próprios conselhos locais.

Segundo acervo digital, referente aos relatórios internos de atividades realizadas com juventude no território em parceria com atores importantes inspirados em realizar trabalhos com juventude, se faz uma análise de que, a juventude rural do Território Centro-Sul do Paraná, manifestou seus anseios em diversos momentos em que lhes foi dada a oportunidade. As primeiras demandas da juventude do território vieram ainda durante o Seminário de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, em agosto de 2007, quando uma das ações do documento foi a promoção de um encontro territorial de juventude e a organização de ações exclusivas para a juventude. Em outubro do mesmo ano no Centro de Formação de Agentes para o Desenvolvimento e a Construção da Cidadania, situado em Guamiranga, foi realizado o 1º Seminário de Juventude e Desenvolvimento Territorial. Neste evento, promovido pelo Conselho Gestor do Território, demandas mais específicas foram apontadas pela juventude da região, perpassando da autonomia junto à própria família, autonomia na comunidade, lazer, tecnologia e um dos gargalos principais, que segundo os jovens os fazem repensar a permanência no meio rural – a geração de renda. A forma indicada pelos jovens participantes foi a do diálogo das questões juvenis pelos próprios jovens, iniciando no âmbito da comunidade, do município evoluindo para o territorial. Portanto, com intermédio e articulação do Cedejor, foram realizados Seminários Territoriais de Juventude devidamente articuladas em redes juntamente à entidades do Território Centro-Sul do Paraná até o ano de 2012, depois que a instituição fragilizou-se, essa rede articuladora também fragilizou-se, não havendo espaços para a juventude dialogar de forma incisiva, participativa, democrática e expansiva no Território Centro-Sul do Paraná.

A pesquisa foi aplicada aos 7 (sete) jovens que tem uma relação com o Cedejor, teve como resultados: 100% dos entrevistados afirmaram que participaram das atividades do Cedejor. 100 % afirmaram que participar das atividades da instituição fortaleceram sua identidade como jovens rurais. Do grupo entrevistado, 98 % afirmaram que participar das ações do Cedejor fortaleceu sua autonomia e participação cidadã nas organizações sociais do campo, porém 2% afirmaram que não. Na quarta questão, onde questiona-se se, a participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão de sua importância como jovem no Território Centro-Sul do Paraná, 100% dos jovens afirmaram que sim. 100% dos jovens também afirmaram que, o término das ações do Cedejor está enfraquecendo as tramas das redes relacionais das organizações dos jovens rurais no Território Centro-Sul do Paraná. Uma das jovens justificou sua resposta:

“Está enfraquecendo sim, pois era a única instituição com trabalho exclusivo com juventude, todos os jovens que passaram pela formação do Cedejor (por mais que não conseguissem continuar no meio rural) desenvolveram atitudes de liderança e protagonismo para enfrentar os desafios da vida. A não continuidade dos trabalhos do Cedejor é uma perda enorme, pois é nessa fase da vida que decidimos a nossa vida. O Cedejor proporcionava a valorização do jovem rural, acredito que ele era capaz de transformar não só a sua vida (projeto de renda), mas também a comunidade em busca de melhorias para o bem comum”. **(CRS)**

Ainda em relação ao encerramento das ações desenvolvidas pela ONG:

“Quanto ao término das ações do Cedejor é algo que precisa ser revisto pelas pessoas que possuem poder de fazer alguma coisa para que os nossos jovens continuem não só no campo como produtores rurais, mas como pessoas preparadas para transformar a vida ao seu redor, pois se existe alguma esperança de futuro não há dúvida de que ele está na mão daqueles que semeiam e colhem, amam e preservam suas conquistas em qualquer tempo de vida, assim como eu que participei do Cedejor, gostaria que outros jovens pudessem também enriquecer seus conhecimentos através dessa entidade”. **(EZ)**

Em relação à quarta pergunta: se a participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão e sua importância como jovem no Território Centro-sul do Paraná, 100% afirmaram que sim. Uma jovem relatou que:

“Sim, pois o apoio do Cedejor ao jovem rural incentivava os mesmos a participarem de atividades diferentes, e trocaram ideias com outros jovens, o que se faz muito importante, já que uns conheciam a realidade dos outros. Além de auxiliar apresentando uma visão para os jovens indecisos de que existem muitas atividades e que ele pode se encaixar no campo.” **(PKCC)**

Um dos jovens entrevistados justificou sua resposta, dizendo:

“A presença de um centro de formação e apoio ao jovem rural na região é sem dúvidas fundamental para uma melhor estruturação do jovem no meio rural. Já que os mesmos optam muito migrar para a cidade, pois é raro o apoio do governo e outras entidades para que isso aconteça ao contrário”. **(ARM)**

Em relação à percepção de lideranças que fizeram e que fazem parte da rede de atores sociais vinculados ao Território direta ou indiretamente, foram questionados sob seus olhares em relação ao jovem rural e suas participações nas ações do Conselho

Gestor e sua importância para a agricultura familiar.

Na primeira questão colocada às lideranças sobre qual a percepção da participação juvenil dentro do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e também como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social, uma das entrevistadas que atuou no Cedejor de 2009 a 2011, conseqüentemente, imersa nos diálogos territoriais, afirmou que:

“Comecei a acompanhar o Território Centro-Sul do Paraná em 2008, com minha contratação pelo Cedejor para a aplicação do Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM, projeto aprovado pelo Território Centro-Sul do Paraná junto ao MDA. Ou seja, a preocupação com a participação juvenil era anterior a esta data, pois o PJRM já estava aprovado. No entanto, até o início do projeto (acho que a liberação dos recursos só ocorreu em 2009, não foi?) a participação juvenil era mínima, mas havia uma grande expectativa dos conselheiros quanto ao início do projeto para o estímulo da participação juvenil. A partir do início do Projeto Jovens Rurais em Movimento, a participação tornou-se significativa, pois o projeto exigia isso dos bolsistas e garantia recursos para deslocamento e alimentação. Não tenho como dizer se a participação se manteve após o término do projeto, pois não estava mais na região. A juventude ainda era percebida como uma perspectiva de futuro. Futuro da agricultura familiar e futuro da participação dentro das instâncias do Território Centro-Sul do Paraná. Logo, sempre cabe à juventude a continuidade de algo, ainda que esta continuidade seja percebida também como a possibilidade de agregação de novos elementos e habilidades, como maior capacitação técnica e acesso a tecnologias, sejam produtivas ou não”. **(HM)**

Outro entrevistado relatou o seguinte:

“Na posição de articulador e assessor do território centro-sul no período de 2008 até 2013 eu tenho pra dizer que a participação da juventude foi sempre tímida, dificilmente uma instituição que compunha o conselho nomeava conselheiros jovens. Não me recordo agora em números, mas raras exceções tinham jovens conselheiros. O que houve com o passar do tempo foi a criação da câmara territorial de juventude que acredito eu que teve uma atuação mais forte de 01 a 02 anos no máximo e que tentou movimentar a juventude de algumas instituições e unir alguns trabalhos conjuntos. A gente tinha instituições dentro do conselho que atuavam com juventude a exemplo do Cedejor, do Ing, instituto equipe, O IFPR – Instituto Federal do Paraná, Universidade, mas boa parte dessas instituições não nomeavam jovens como conselheiros”. **(MRG)**

Segundo relato de um dos atores que estão hoje diretamente ligado á questões burocráticas do referido território:

“Atualmente não há presença da juventude dentro do conselho gestor, há alguns anos funcionou a câmara técnica da juventude, alguns dos participantes do conselho que eram jovens se organizaram e promoveram algumas atividades, principalmente recreativas que atraíam os jovens, e que incitavam os mesmos a participarem das reuniões e o debate de assuntos referentes ao desenvolvimento rural do nosso território, infelizmente devido a alguns problemas de organização, as atividades acabaram sendo encerradas e assim também os jovens se distanciaram do conselho. Outro ponto que influenciou esse afastamento, é o fato de que a maioria dos jovens representava alguma organização ou entidade civil, as quais estão distantes do Conselho, pois há pouco incentivo para locomoção ou alimentação e quando há, são de programas que fomentam apenas algumas das atividades”. **(RG)**

Em relação ao questionamento sobre o papel do jovem na agricultura familiar e

como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomada de decisões como é o Conselho Gestor. Um dos entrevistados afirmou:

“O papel do jovem na agricultura familiar ainda é muito restrito ao fornecimento de força de trabalho. Além disso, mais uma vez, ele é o futuro, a possibilidade ou não de sucessão. Mas a sucessão só ocorre com o casamento, com a aposentadoria ou morte do chefe da propriedade (via de regra o pai), ou seja, com o acesso à própria terra. Assim, a participação dos jovens nas decisões familiares é rara, e mais rara ainda fora da propriedade familiar. Esta falta de participação nos processos decisórios e do acesso à renda oriunda do trabalho familiar é identificada como uma das maiores causas do êxodo rural juvenil. Todo o trabalho do Programa Empreendedorismo do Jovem Rural – PEJR e Projeto Jovens Rurais em Movimento - PJRM tinha como foco a mudança desta lógica. E em grande medida também o Projeto Gestão, Trabalho e Renda para Jovens Rurais do Centro-Sul do Paraná (desenvolvido junto à Unicentro), foram iniciativas que lutaram contra esta lógica maior da agricultura familiar, mas com grandes dificuldades. Os jovens que conseguiram, dentro da propriedade familiar, alterar esta dinâmica, também sentiram a necessidade de participação em outras instâncias. Em casos raros, jovens que sentiam a necessidade de maior participação (dentro e fora da propriedade), mas que não conseguiram esta participação dentro da propriedade, se envolveram em questões do Território, mas acabaram deixando a propriedade familiar em busca de autonomia financeira”. **(HM)**

Ainda sobre o papel da juventude para a agricultura familiar, relatou-se que:

“A respeito do papel da juventude na agricultura familiar, tenho pra mim esse segmento é de suma importância pra perpetuação da Agricultura familiar. A gente percebe números assustadores do êxodo rural, as comunidades do interior cada vez menores, as propriedades estão sem estimativa de sucessão, então a gente pode perceber um cenário pra daqui 30 a 50 anos onde a agricultura familiar vai diminuir consideravelmente principalmente pela falta de ações estruturantes de sucessão familiar e de motivos e ferramentas pra manter o jovem agricultor familiar no campo. De fato, a concorrência é muito grande, haja vista que o interior ainda sofre graves penalizações de acesso à tecnologia, à bens básicos como saúde, estrada, educação, então o jovem por vezes, diversão também, então o jovem por vezes busca sair do interior e ir pra cidade pra ter acesso a esses bens básicos, então eu vejo que o papel da juventude é muito importante e se os números continuarem se desenrolando como vem se desenrolado o cenário futuro não é muito favorável para a agricultura familiar sem a presença da juventude no campo”. **(MRG)**

Num enfoque mais ideológico sobre a agricultura familiar em nossa região, um dos membros da Diretoria do Conselho Gestor relata:

“A percepção que eu tenho que os jovens tem participado pouco, nos espaços. Me parece que, esses jovens estão despreparados politicamente e não tem uma visão, uma capacitação, uma visão do território, a importância deles. Outra coisa que eu vi que é a dificuldade muito grande dos jovens dentro da agricultura familiar que é discutido bastante nas reuniões do território de trazer o “agronegocinho” pra dentro das pequenas propriedades, como financiamento de tratores, sementes transgênicas, maquinários e maquinários e venenos e venenos. Vejo que o jovem, principalmente o “piá”, fica contaminado com aqueles tratores e tecnologias, é bom é interessante, mas poxa vida tão difícil de entrar na cabeça dos conselheiros entenderem que não é só pronaf, pro rural entre outros, trazendo grandes elefantes brancos ou máquinas...tudo pensando no agronegócio” **(ALS)**

4 | CONCLUSÕES

A configuração territorial prevê a atuação de todos os atores sociais em torno da discussão e do enfrentamento dos seus problemas comuns. Neste contexto, ações diretas voltadas à juventude rural em nosso território procede estagnada, sem avanços significativos, há ações isoladas, mas é necessário ações efetivas que torne nossa juventude visível e representada por nossa sociedade – que essas *juventudes* sejam respeitadas por suas especificidades e particularidades, que essas *juventudes* protagonizem experiências e atitudes junto à outros atores sociais, no que concerne à projeto de vida, vocação, participação social, política, geração de renda e sem dúvida, a felicidade.

Para o desenvolvimento do Território há um fator imprescindível que precisa ser retomado para a própria validação do que é de fato desenvolvimento territorial e dar luz e vida às ações e estratégias para esse desenvolvimento – o de fortalecimento do tecido sócio organizativo atrelado à juventude. A participação efetiva da juventude nas diversas instâncias de diálogo e tomada de decisões incrementará e inovará as ações territoriais, além de fortalecer e dignificar as demandas desse público.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD, 2001.

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MDA; MPOG, 2006. 267p.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2005.

DESER. **A cadeia produtiva do fumo**. *Revista Contexto Rural*, n. 5. Curitiba, 2005.

FÁVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2014.

GERHARDT, E. Tatiana. SILVEIRA, T. Denise (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em <http://ipardes.gov.br>. Acesso em 16.10.2015.

MYNAYO, M. C. de S.; (org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 1994.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

VITORINO, Cassemiro. **Celibato no campo.** Documentário. S/D. 52 minutos.

ANEXOS

Pesquisa qualitativa – entrevista aplicada aos representantes do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná.

1 – Qual a percepção da participação juvenil dentro do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná? Como os conselheiros “percebem” a juventude dentro dessas instâncias de participação social?

2 – Na sua visão, qual o papel do jovem na agricultura familiar e como isso pode estar relacionado à sua participação em instâncias de planejamento e tomadas de decisões como é o Conselho Gestor?

Pesquisa quantitativa – entrevista aplicada aos jovens que passaram pela formação do Cedejor.

1 – Você participou das atividades do Cedejor?

2- Participar do Cedejor fortaleceu sua identidade como jovem rural?

3- Participar das ações do Cedejor fortaleceu sua autonomia e participação cidadã nas organizações sociais do campo?

4- Sua participação nas ações do Cedejor fortaleceu sua compreensão de sua importância como jovem no território centro-sul do Paraná?

5-Na sua opinião, o término das ações do Cedejor está enfraquecendo as tramas e relações das organizações dos jovens rurais no Território Centro-sul do Paraná? Justifique, se quiser.

O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA

Maria José Ramos da Silva

Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDET, Bananeiras-PB.

Renata Felinto Farias Aires

Universidade Federal da Paraíba-UEPB, Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDET, Bananeiras-PB.

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

Professor do CCA/UEPB/ Coordenador do Núcleo NEDET do Território Vale do Paraíba.

RESUMO: Partindo da perspectiva que a política de desenvolvimento rural busca transformar o rural em um espaço economicamente rentável, povoado e sustentável; objetivou-se investigar se esta política, de fato, está contribuindo para esse processo. O trabalho foi realizado a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea, fruto da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR que visa apoiar a implantação e manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET). A metodologia utilizada optou pela abordagem quali-quantitativa, através da realização de entrevistas semiestruturadas, junto aos membros do Colegiado, para os indicadores: reforma agrária, assistência Técnica e Extensão rural Ater/Ates, organização social,

conservação de forragem e processamento de produtos. Nota-se que abordagem territorial é recente e existe uma falta de compreensão, dos atores sociais, sobre o significado da proposta, dificultando sua atuação enquanto verdadeiros protagonistas de mudanças sociais.

PALAVRA CHAVES: Organização social; Empoderamento; Protagonista; Participação; Colegiado

ABSTRACT: From the perspective that rural development policy seeks to transform the country into an economically profitable space, populated and sustainable; the objective was to investigate whether this policy, in fact, is contributing to this process. The work was carried out from the project actions, Network of Sustainable Territorial Development Centers in Baixada Litorânea, fruit CALL nº. 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR which aims to support the implementation and Extension Center maintenance on Territorial Development (NEDET). The methodology chosen by the quali-quantitative approach through semi-structured interviews with the members of the Collegiate: land reform, Technical Assistance and Rural Extension Ater/Ates, social organization, forage conservation, and product processing. It is noted that territorial approach is recent and there is a lack of understanding of the social actors about the meaning of the proposal, making it difficult

to act as true protagonists of social changes.

KEY WORDS: Social organization; Empowerment; Protagonist; Participation; Board

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o termo desenvolvimento rural passou a ser pautado em diversos espaços acadêmicos e políticos, como foco de transformações da sociedade, ou seja, mudanças em um determinado ambiente, “o rural”, na perspectiva da melhoria do bem-estar das populações rurais.

De acordo com Batista (2001), o rural corresponde a um lugar onde predomina grande diversidade econômica e social, marcada pelo predomínio da propriedade fundiária e suas diversas interações sociais e políticas. Ainda, para o autor, o rural é um ambiente produtivo com potencial para ser explorado economicamente, socialmente e culturalmente.

A discussão sobre a definição de rural é, praticamente, inesgotável, não cabendo nesse trabalho construir um conceito ideal mas, apenas compreender como esse espaço é visto e definido no âmbito das políticas públicas.

Apesar de ser um espaço produtivo, vemos como necessário o investimento nesse setor para promoção de melhores condições de vida aos que nele residem. A inserção de políticas públicas, nesse espaço, visa transformá-lo num local moderno, rentável e gerador de riqueza. Por outro lado, o sistema hegemônico vigente responsabiliza o rural pela atual condição “baixo investimento”, propondo mudança a partir da participação social, do acesso ao fomento e a políticas públicas, tornando-se o rural da possibilidade (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006 p. 32).

Considerando essa problemática, no ano de 2003, o governo federal iniciou a política de territorialização dos municípios rurais, considerando que esses são espaços de integração da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam ou deveriam se manifestar.

A execução da política dos territórios está vinculada ao Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais-PRONAT, inserido no Plano Plurianual (2004-2008), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA. Visando o desenvolvimento, dentro de um processo de integração, articulação e concertação de políticas públicas e organização social (GERALDI, 2012).

O Programa tem como objetivo promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas do poder público e da sociedade civil dos territórios rurais que objetivem a inserção dos atores sociais nos espaços de governança, mediante três eixos estratégicos: Organização e fortalecimento dos atores sociais; Adoção de princípios à práticas da gestão social; Promoção da implementação e integração de políticas públicas (MDA, 2005).

Miranda (2012) caracteriza Território como espaço físico, dinâmico, geograficamente definido, geralmente contínuo, envolvendo campo e cidade,

determinado por critérios como: o ambiente, questões econômicas, a coletividade, a cultura, a política, as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam.

A definição de “território rural”, além das condições acima, tem por base as microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 hab/km² e população média por município de até 50.000 habitantes, incluindo-se nesses territórios os espaços urbanos, que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (MDA, 2005).

Para o desenvolvimento rural do território é necessário colocar em evidências as questões sociais como: organização social, a posse da terra, assistência técnica, produção agrícola e pecuária; as questões econômicas, comercialização da produção, acesso aos mercados institucionais e acesso ao crédito e, as questões culturais existentes. Partindo da valorização dos potenciais locais, do empoderamento dos atores sociais, para buscarem alternativas para suas dificuldades.

Entretanto, a configuração imposta pela abordagem territorial encontra-se em fase de adaptação, por parte dos atores sociais, que passam da conjuntura municipal à territorial, levando-se tempo para entender a proposta de desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, para que passem de meros participantes passivos do processo, para participantes ativos, atuando na realidade territorial.

O corte geográfico escolhido é o Território Vale do Paraíba que apresenta uma população de 143.823 habitantes, composta por 11.619 estabelecimentos da agricultura familiar, 1.107 pescadores, 3 comunidades quilombolas (Matão, Grilo e Pedra D`água), 396 famílias assentadas da reforma agrária, 41.424 pessoas em extrema pobreza e 54.001 beneficiários do programa bolsa família (IBGE, 2010).

O Território do Vale do Paraíba abrange uma área de 2.790,6 Km², constituído por 13 municípios: Aroeiras, Fagundes, Gado Bravo, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba, Riachão do Bacamarte, Salgado de São Felix, Santa Cecília e Umbuzeiro, localizados na mesorregião do Agreste paraibano.

O processo de implantação da política territorial, nesse território, teve início em 2009 com a realização de reuniões itinerantes do Colegiado, nos municípios de Mogeiro, Fagundes, Salgado de São Felix, Gurinhém e Aroeiras em encontros de sensibilização, mobilização e articulação dos atores sociais. Na ocasião da realização do I Salão Estadual dos Territórios Rurais do estado da Paraíba, em junho de 2010, o Pré-território foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDRS–PB) obtendo seu reconhecimento enquanto território rural.

Em 2013, o Território do Vale do Paraíba foi incorporado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O Governo do Estado, através da Secretária de Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEDAP), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) celebraram o contrato de repasse tendo como objetivo apoiar as ações de Desenvolvimento Territorial, após dez anos da criação da política no Brasil.

Em 2014, o Território do Vale do Paraíba foi institucionalizado com a criação do Colegiado e a aprovação do seu regimento interno em plenária, com a denominação de Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Paraíba-CODERVALE, constituindo-se das seguintes instâncias: Plenária Geral com 111 membros, Coordenação Territorial com 29 membros, Coordenação Executiva com 4 membros, Câmaras Temáticas de Inclusão Produtiva com 9 membros e núcleo técnico com 23 membros.

A organização e articulação colegiada são formadas por representantes tanto do poder público, como da sociedade civil. Constitui-se em um espaço de diálogo entre os segmentos existentes, que nem sempre compartilham dos mesmos interesses. Com isso é possível o estabelecimento de consensos e entendimentos sobre as estratégias e o planejamento das ações, objetivando o desenvolvimento sustentável do território (BRASIL, 2010a).

Percebe-se, portanto, o papel imprescindível que os Colegiados Territoriais possuem para o desenvolvimento sustentável dos territórios. Os colegiados conduzem e promovem as ações com uma abordagem territorial, representando as diversas instituições, segmentos e organizações existentes no território. Possuem, desta forma, um papel deliberativo e consultivo, cabendo ao seu núcleo dirigente o papel diretivo para implementação das iniciativas territoriais, representando o Território perante os entes públicos e privados, devendo sensibilizar e articular os atores sociais (BRASIL, 2010a).

Ao longo do processo de constituição desse Território percebe-se, na maioria dos atores sociais, que a identidade territorial ainda não se constituiu, e que a constituição do território rural como política pública viabilizou somente o agrupamento dos municípios. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi investigar se a política territorial está contribuindo no processo de desenvolvimento rural do Território Vale do Paraíba, ou seja, se as condições estabelecidas para essa abordagem territorial estão sendo desenvolvidas no território.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea, fruto da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR que visa apoiar à implantação e manutenção de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Território Vale do Paraíba, que terá o papel de articular as instituições governamentais, não-Governamentais, sociedade civil, movimentos sociais e universidades, promovendo estratégias coletivas no processo de fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Após a aprovação do Projeto e a seleção dos assessores, esses foram a campo para compreender como se deu o processo de implementação da política no Território

Vale do Paraíba, utilizando-se, como recurso, pesquisa documental, a partir de leituras no Regimento interno, documento que aponta as funções e atribuições do Colegiado e Relatório e Atas de reuniões realizadas para articulação e criação do território nos anos de 2009 a 2014. Também foram realizadas reuniões e conversas informais com representantes do Colegiado territorial.

De posse dessa informação, o NEDET iniciou o seu assessoramento ao Colegiado, junto ao Território Rural, tornando-se um canal de mobilização e socialização da política territorial nos municípios.

Para uma melhor atuação da assessoria NEDET e para compreender a dinâmica produtiva, social e econômica do Território do Vale do Paraíba, foram realizadas visitas em *in loco* aos municípios, com o propósito de identificar e quantificar as potencialidades e fragilidades econômicas e sociais desse território. A metodologia utilizada se deu através de entrevistas semiestruturadas, junto aos membros que representam o Colegiado nos municípios, para quantificar a influência da política territorial para os seguintes indicadores: reforma agrária, Assistência Técnica e Extensão Rural Ater/Ates, organização social, conservação de forragem e processamentos de produtos.

Optou-se por realizar uma pesquisa com dados quantitativos integrados a uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. Segundo Babbie (1992) na pesquisa descritiva o pesquisador descreve o que observou, relatando e avaliando as características de uma população ou elemento em estudo.



Figura 1 e 2. Realização de entrevistas junto aos membros do Colegiado dos municípios de Gurinhém e Natuba do Território Vale do Paraíba/PB.

Durante o diálogo com os atores sociais foram atribuídas por eles notas 1, 2 ou 3, para os diferentes eixos abordados, da seguinte forma: 1-ruim; 2-bom e 3-ótimo. Após a aplicação do diagnóstico e conceituação pelos entrevistados, realizou-se a quantificação de notas, sendo submetidos ao Microsoft Excel para a transformação em gráficos e posterior interpretação e discussão dos dados obtidos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem territorial vem sendo utilizada para o planejamento de políticas públicas e orientação de ações voltadas para o desenvolvimento rural de forma integrada desde reforma agrária, assistência técnica, organização social, produção de silagem, processamentos de produtos e outros (ALCÂNTARA FILHO, et al., 2009).

3.1 Reforma agrária

Ao analisar os valores atribuídos à questão agrária, no Território Vale do Paraíba, visualizou-se que no município de Salgado de São Félix, foi atribuída nota 3-ótimo; o município de Gado Bravo foi considerado, pelos entrevistados, bom, nesse quesito, com nota 2; entretanto, os demais municípios: Aroeiras, Fagundes, Riachão do Bacamarte, Juarez Távora, Ingá, Gurinhém, Umbuzeiro, Itatuba, Mogeiro e Natuba atribuíram nota 1. Percebe-se, portanto, que a maioria dos municípios consideraram a questão agrária ruim (Figura 3).

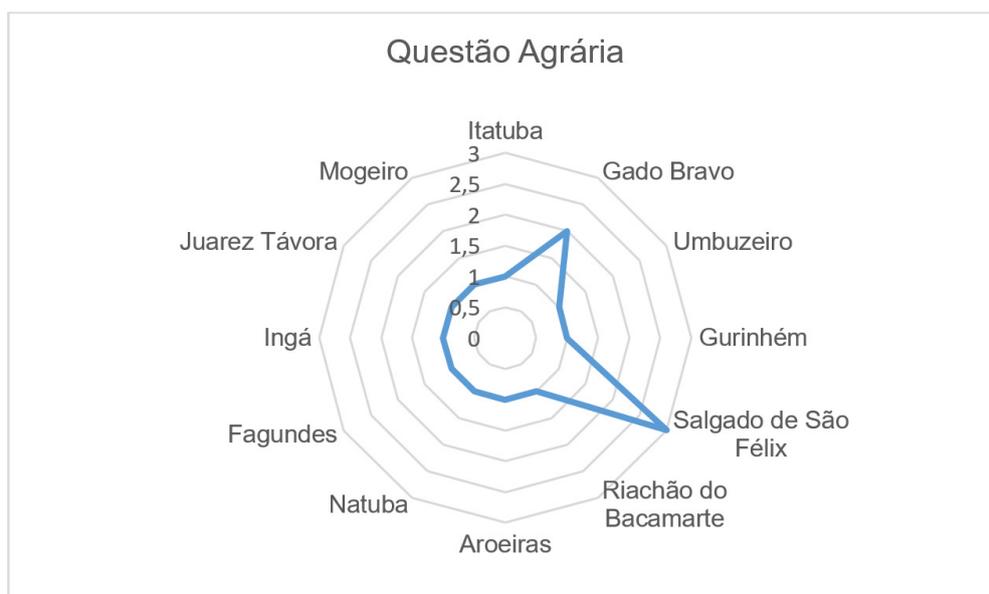


Figura 3. Percepção dos membros do Colegiado para a Questão Agrária do Território Vale do Paraíba/PB.

A nota atribuída a Salgado de São Félix, reflete a conquista da terra pelos agricultores familiares que, na década de 1970, foi palco de uma luta bastante acirrada com os latifundiários do município, para ter garantido o seu direito de permanecer na terra.

Segundo dados do INCRA (2010), o município é constituído por 180 famílias assentadas da reforma agrária. Mas, a luta pela terra é um processo contínuo pois, além da conquista da terra, os agricultores familiares necessitam de políticas públicas e assistência técnica para cultivar e produzir alimentos.

A luta pela terra no município em 1976, foi pela terra onde hoje se localiza o grande Assentamento denominado de Alagamar, que envolve três comunidades: Alagamar,

Maria de Melo e Atas. Atualmente, esse assentamento é considerado o segundo do Estado da Paraíba, está sendo o pioneiro no Projeto Eco Produtivo, desenvolvido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER local. Mais recentemente, no ano de 1995 e 1998 foram formados mais dois Projetos de Assentamento: o Sítio Souza e o Campos, respectivamente (INCRA, 2010).

A maioria dos municípios do Território avaliou a questão da reforma agrária, como ruim. Um dos motivos para essa avaliação é devido ao reconhecimento de que a conquista da terra, pelos agricultores, se deu em uma proporção mínima, não atingido um terço dos agricultores que não dispõem de terra para trabalhar. Segundo os dados do INCRA (2010), além de Salgado de São Félix, o município de Mogeiro apresenta 113 famílias; Juarez Távora, 37 famílias e o município de Aroeiras, 33 famílias assentadas da reforma agrária.

Considera-se pouco, tendo em vista que o Território Vale do Paraíba apresenta uma população maior no âmbito rural. De acordo com os dados do IBGE (2010), dos 143.828 habitantes, 52,66% reside no meio rural, o que corresponde a 75.739 habitantes.

Leite *et al* (2000) afirma que a realização de uma reforma agrária com êxito aconteceria se contemplasse um público maior, fornecendo aos mais pobres, não apenas o acesso à terra, mas também ao crédito, à extensão rural e outros serviços. O que resultaria num maior sentimento de igualdade e justiça social e, desta forma, uma maior disposição dos atores sociais para as mudanças necessárias para o processo, assim chamado, de desenvolvimento.

Entre os entrevistados, 60% desconhece a necessidade de reforma agrária nos municípios, apesar de afirmarem, em sua maioria, que os agricultores não dispõem de terra para trabalhar, necessitando recorrer aos grandes proprietários para trabalhar em contrato de comodatário. Durante a realização do diagnóstico nos municípios, um dos entrevistados, ao ser questionado sobre a existência de problemas agrários, respondeu: “graças a Deus aqui nós não temos esse tipo de problema”.

Porém, nesse mesmo município, visitamos uma comunidade rural na qual o programa de construção de cisternas só pôde construir uma única cisterna pois, apenas uma das casas tinha espaço suficiente para a construção.

A comunidade é formada por famílias que vivem da agricultura e fazem a atividade agrícola por meio de arrendamento de terras de terceiros. As famílias relatam, ainda, que foram despejadas da fazenda vizinha, na qual, por muitas gerações, seus familiares foram trabalhadores. O fato relatado evidencia uma séria questão agrária resultando em exclusão social, pobreza e dificuldade de acesso a políticas públicas mas, que, no entanto, passa despercebida diante dos atores sociais entrevistados naquele município.

Bastante contraditório e preocupante o posicionamento dos entrevistados, abrindo espaço para o debate e uma efetiva mobilização social a partir da política territorial. Segundo Schneider (2004), a discussão sobre reforma agrária no Brasil

tornou-se imperiosa e uma difícil tarefa para se realizar na prática pois, vai além da democratização da terra, fazendo-se necessário colocar em evidência, também, o combate à pobreza e às injustiças sociais.

Outro fator limitante para a reforma agrária é o desconhecimento, por parte da classe menos favorecida, da necessidade de redemocratização das terras, atrelando-se esse fato a algo negativo, fortalecendo, ainda mais, a concentração desse recurso nas mãos dos grandes proprietários.

3.2 Assistência Técnica e Extensão Rural

Ao analisar os dados do indicador assistência técnica e extensão rural, observou-se que nos municípios de Salgado de São Félix, Juarez Távora, Ingá, Fagundes e Natuba, os entrevistados atribuíram nota 2, considerando como bom o trabalho desenvolvido pelos prestadores de serviços de ATER/ATES. Enquanto que nos municípios de Itatuba, Gado Bravo, Umbuzeiro, Gurinhém, Riachão do Bacamarte, Mogeiro e Aroeiras, os entrevistados atribuíram nota 1, conceituando como ruim, nesse quesito (Figura 4)

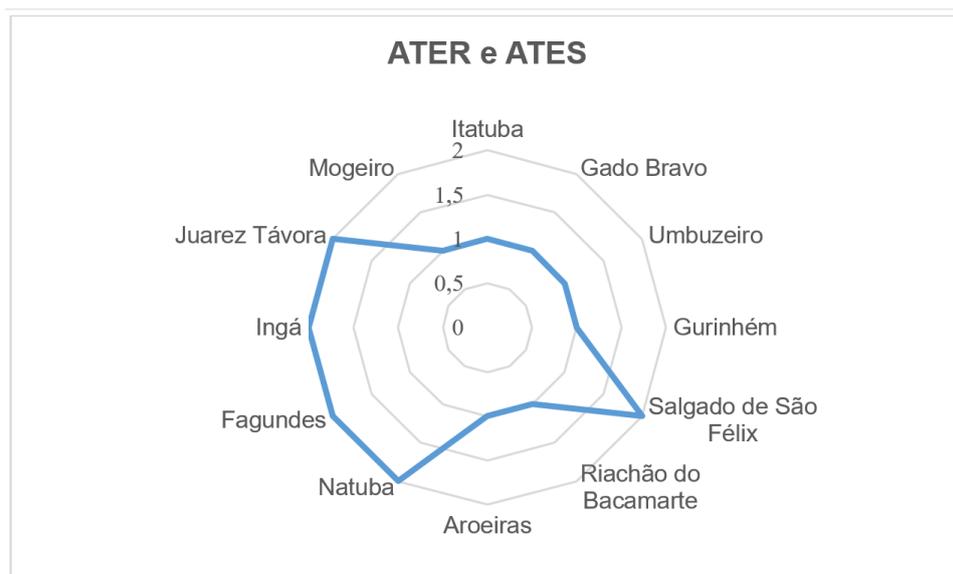


Figura 4. Percepção dos membros do Colegiado para a Assistência Técnica e Extensão Rural Ater/Ates do Território Vale do Paraíba/PB.

Paralelo à posse da terra, há a necessidade de se refletir sobre a assistência técnica e extensão rural no território. Observou-se que na maioria dos municípios, o serviço de ATER acontece de forma tímida, apesar de se encontrar escritórios da EMATER instalados nos municípios e prestadores de serviços de ATEs nos assentamentos rurais.

Em 2004 foi criado o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária-ATEs, executado pelo INCRA, visando viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos rurais no país, numa ótica de sustentabilidade econômica, social e ambiental (CARVALHO, 2010).

Entretanto, o serviço de assistência técnica é considerado ruim pelos entrevistados de sete municípios do Território, em virtude da ausência desses profissionais nas áreas dos agricultores familiares, dado que reflete no tímido acesso às políticas públicas, principalmente nos mercados institucionais que necessitam de suporte técnico para o planejamento da produção, possibilitando seu desenvolvimento, de forma diversificada e escalonada.

No diálogo com os entrevistados, estes afirmam receber orientação da prestadora de assistência técnica no apoio a projetos, isso quando se dirigem ao escritório da entidade pois, dificilmente, recebem visitas dos técnicos em suas unidades produtivas. Para Alcântara Filho *et al*, (2009) o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural é de fundamental importância tanto na aquisição de projetos como para o desenvolvimento rural e melhoria do bem-estar social do público rural.

Analisando os resultados obtidos, observa-se que a política territorial tem uma grande caminhada pela frente para o empoderamento dos atores sociais, na busca por Reforma Agrária e por uma assistência técnica efetiva, que chegue, realmente, na área do agricultor familiar e possa contribuir positivamente na construção de uma unidade produtiva, diversificada e rentável.

3.3 Organização social

De acordo com os dados da Figura 5, que tratam do indicador organização social, observou-se que os entrevistados atribuíram nota 2, conceituando como bom, para os municípios de Itatuba, Umbuzeiro, Gurinhém, Salgado de São Félix, Riachão do Bacamarte, Aroeiras, Fagundes e Juarez Távora. Diferente dos municípios de Gado Bravo, Ingá e Mogeiro que foram avaliados como ruim, pelos entrevistados, para o indicador avaliado. Entretanto, para o município de Natuba, os entrevistados atribuíram nota 3-otimo.



Figura 5. Percepção dos membros do Colegiado para a Organização Social do Território Vale do Paraíba/PB.

Dentro do processo de desenvolvimento territorial, consideramos que organização social é um dos fatores de elevada importância. É necessário haver uma integração dos diversos atores sociais, como agricultores (as), movimentos sociais, assentados (as), pescadores, organizações não governamentais e outros, para um bom desempenho e fortalecimento da agricultura familiar.

No território Vale do Paraíba, a maioria dos municípios considera o nível de organização social bom, com destaque para o município de Natuba, em que os entrevistados conceituaram como ótimo, a nível local.

De acordo com as visitas realizadas nos municípios, o nível de organização social em Natuba se diferencia dos demais devido à existência da COOPERVAN (COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DE NATUBA E REGIÃO LTDA), de processamento de frutas que integra 33 sócios e da Associação Mulheres de Fibras, que inclui mulheres ao artesanato e gera renda para as suas famílias.

Mesmo tendo essas instituições como referência, se observa a necessidade da melhoria na auto organização dos atores sociais do Território, o que cabe a política territorial, de fato, cumprir o seu papel de articulação e mobilização social. Desta forma, a efetividade da política territorial se dá quando os atores locais tomam para si as ações desenvolvidas no território e conseguem se apropriar dos espaços de decisão e discussão, fortalecendo a gestão social da política de desenvolvimento territorial.

Dentro da política territorial existem espaços para articulação, organização, integração e planejamento de ações que contribuam para o desenvolvimento de todo o Território. Espaços que permitem a interação e o diálogo entre os diversos seguimentos que constituem o Colegiado, porém, ainda há grandes dificuldades para sua efetivação, tendo em vista a dificuldade para mobilização e participação nas reuniões e plenárias, como veremos a seguir.

3.3.1 Mobilização e Participação nas reuniões e plenárias

No Território Vale do Paraíba as plenárias devem ocorrer a cada seis meses, trata-se da instância máxima de deliberação do Colegiado, momento no qual são planejadas as prioridades e ações, bem como a construção, elaboração, aprovação e monitoramento de projetos e estratégias para o desenvolvimento do território. Portanto, é o momento decisivo, onde os integrantes do colegiado possuem direito à voz e voto, que dará a tônica da dinâmica do território.

No que diz respeito às reuniões, essas ocorrem no âmbito da coordenação territorial, da coordenação executiva, do núcleo técnico e das câmaras temáticas e comitês setoriais. No Território Vale do Paraíba, a coordenação territorial possui como atribuições coordenar as ações, articular e implementar as decisões do colegiado e deve se reunir a cada dois meses; a coordenação executiva deve elaborar os documentos, convites e relatórios, bem como encaminhá-los às instâncias competentes, devendo se reunir uma vez ao mês; o núcleo técnico é o apoio técnico do colegiado e da

coordenação territorial e as câmaras temáticas e comitês setoriais são formados para tratar de temas específicos de interesse do território.

A mobilização para participação nas reuniões e plenárias ocorre, principalmente, através das ações da assessoria territorial e de alguns membros do colegiado. As ações desenvolvidas acontecem por meio de telefonemas, e-mails, redes sociais e da visita às sedes das entidades/instituições. Com base na experiência como assessoria territorial, percebe-se que a visita é mais efetiva, o contato pessoal fortalece os laços entre os atores sociais do território. Atualmente, devido às tecnologias, não há uma falta de meios de comunicação e a mobilização ocorre através dos vários meios existentes.

Por outro lado, a participação, considerando-se o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões e às plenárias, é mais difícil. A dificuldade reside, principalmente, na distância entre os municípios, bem como das comunidades rurais às sedes dos seus respectivos municípios, associadas às condições das estradas e à falta de recursos para transporte e alimentação.

Quando questionados sobre a mobilização, as observações realizadas pela assessoria territorial se confirmaram, a avaliação feita pelos entrevistados foi bastante positiva, visto que dos 52 membros que responderam o questionário, 71,1% avaliaram com notas entre oito e dez, nenhum dos membros participantes avaliaram com notas abaixo de cinco. No entanto, com relação a participação em reuniões e plenárias, observou-se que as notas mais elevadas foram atribuídas apenas à participação nas plenárias, ocorrendo dificuldades para a participação dos membros nas demais reuniões.

Exemplo dessa dificuldade na participação foi constatado na ocasião em que a equipe da assessoria territorial esteve nas três comunidades quilombolas do Território do Vale do Paraíba: Comunidade do Grilo (município do Riachão do Bacamarte), Comunidade Pedra D'água (município de Ingá) e comunidade do Matão (município de Gurinhém). O acesso é bastante difícil, as condições das estradas são péssimas, as pessoas não possuem transportes próprios e recursos financeiros, ficando na dependência do poder público para poderem se deslocar e participar.

Ademais, percebe-se que a participação nas plenárias é mais efetiva do que nas reuniões. Além das dificuldades relatadas acima, o fato de as plenárias ocorrerem com uma menor frequência e maior intervalo de tempo possibilita uma melhor articulação e planejamento para que os membros compareçam. Outro fator que contribui para uma maior participação na plenária é justamente o seu objetivo, tendo em vista tratar-se do momento em que os membros do colegiado possuem voz e voto e onde ocorre a tomada das principais decisões para o desenvolvimento do território.

3.4 Conservação de forragem

Em relação a conservação de forragem observou-se que nos municípios de Itatuba e Juarez Távora, os entrevistados atribuíram nota 3-ótimo. Enquanto que nos

municípios de Fagundes, Aroeiras, Salgado de São Félix, Gurinhém e Umbuzeiro forma atribuídas nota 2-bom; para os demais municípios: Mogeiro, Gado Bravo, Riachão do Bacamarte, Natuba e Ingá, a conservação de forragem para os animais foi considerada ruim, nota 1, (Figura 6).

Apesar do Território apresentar perfil agropecuário, com um rebanho de 84.842 mil cabeças de gado (IBGE, 2013), e contar com o apoio da unidade de pesquisa EMEPA, que trabalha o aprimoramento do gado Girolando, o que vem fortalecendo a genética na região e a produção de leite pelas famílias; a conservação da forragem, na forma de ensilagem, vem sendo utilizado no Território de forma tímida. Apesar de ser uma estratégia essencial no enfrentamento aos períodos de seca, para alimentação animal, devido ao fato de os agricultores não disporem de máquinas, os custos para a produção da ensilagem tornam-se elevados, impossibilitando o uso dessa tecnologia.

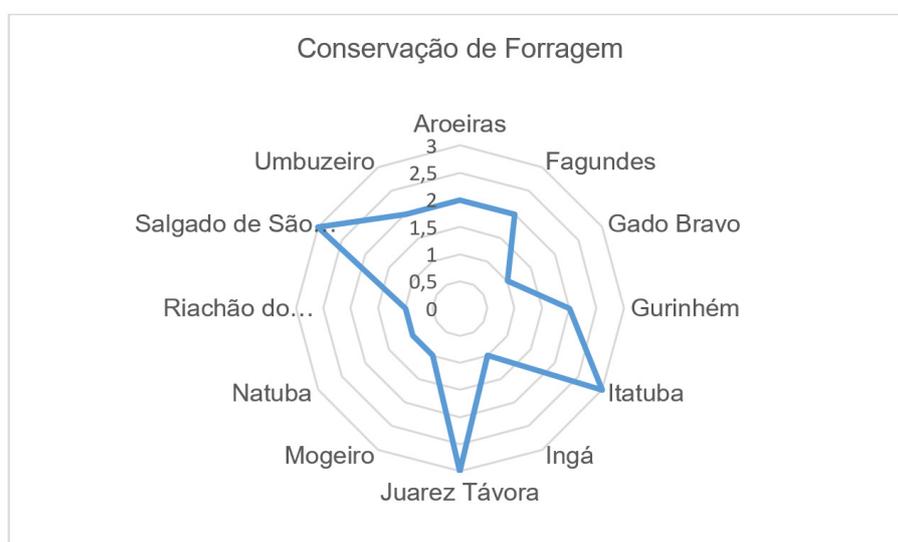


Figura 6. Percepção dos membros do Colegiado para a Conservação de Forragem do Território Vale do Paraíba/PB.

Entretanto, como alternativa à essa situação, os agricultores encontram, na palma forrageira, o alimento para manter os animais nesse período.

Por outro lado, os entrevistados afirmaram que se os custos com as máquinas não fossem tão elevados, produziram a ensilagem, passando a ser encarado como meta, pelo Colegiado Territorial, tornando-se pauta na plenária do Colegiado e eleita como proposta no Programa de Infraestrutura nos Territórios Rurais no ano de 2015. O projeto intitulou-se como “Aquisição de máquina ensiladeira para a formação de estoque alimentar: uma estratégia de convivência com a seca”. Cada município do Território iria receber um Kit de ensiladeira que ficaria sobre a responsabilidade do órgão Colegiado, devendo fazer a gestão das máquinas juntos aos agricultores.

Vale ressaltar que é esse o verdadeiro papel que o Colegiado territorial deve desempenhar no Território, a partir da organização e união dos municípios, através das representações do poder público e da sociedade civil, buscar estratégias que venha a contribuir no desenvolvimento do Território.

3.5 Processamento de produtos

Em relação ao processamento de produtos, no Território Vale do Paraíba, observou-se que no município de Salgado de São Félix os entrevistados atribuíram nota 3-ótimo; os municípios de Fagundes, Itatuba e Riachão do Bacamarte atribuíram nota 2 e, os demais municípios: Gado bravo, Gurinhém, Ingá, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba e Umbuzeiro, nota 1, ruim, nessa questão (Figura 7).

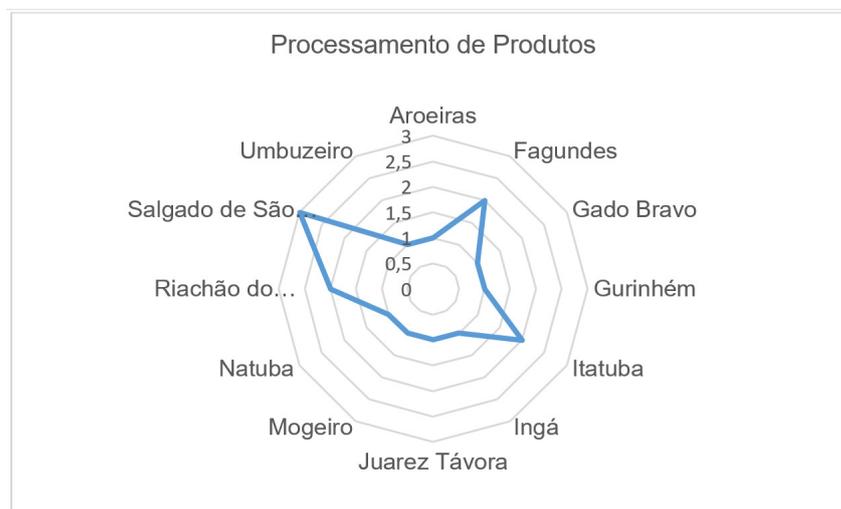


Figura 7. Percepção dos membros do Colegiado para o Processamento de Produtos do Território Vale do Paraíba

Compreende-se que o processamento de produtos é uma grande oportunidade para a agricultura familiar, para aproveitamento de todos os recursos disponíveis. Porém, nem sempre isso acontece devido à necessidade de estratégias coletivas de organização para aquisição de utensílios, equipamentos e máquinas. Segundo relato dos entrevistados, os produtos mais processados no Território são: leite de vaca, para a produção de queijo de coalho que ocorre de forma individual, pelas famílias, e a produção de polpa de frutas que se dá de forma coletiva através da Cooperativa COOPERVAN, localizada no município de Natuba, atendendo, atualmente, os agricultores do município; mas que, segundo o presidente da cooperativa, tem condições de absorver a produção de frutas de outros municípios do Território.

O principal entrave citado pela cooperativa e pelos agricultores familiares gira em torno da inspeção, que limita o acesso ao mercado e as mercadorias. Os agricultores, em sua maioria, comercializam produtos *in natura* em feira livre ou nos mercados institucionais (Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos). Estes meios de comercialização foram criados para oportunizar aos agricultores a inserção de produtos de qualidade na merenda escolar, no entanto, possuem normas de sanidade que o pequeno agricultor ainda não está preparado para se adequar, levando-os a ofertar poucos produtos.

A realidade dos agroecossistemas familiares dispõe de uma diversidade de produtos que poderiam ser ofertados aos mercados institucionais, no entanto, acabam

por esbarrar na inspeção, devido ao fato de que os produtos minimamente processados necessitam serem inspecionados pelo Sistema de Inspeção Municipal-SIM.

Ressalta-se, também, que existe pouco interesse da parte dos gestores municipais do Território, pois a criação e regulamentação do SIM depende inteira e exclusivamente dos poderes legislativo e executivo dos municípios; Contudo, apenas o município de Itatuba possui o SIM devidamente regulamentado e em funcionamento, os demais municípios até criaram, porém não foram regulamentados. Esse dado é lamentável e funciona como verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento da economia local.

É impossível pensar em desenvolvimento do Território sem a participação e comprometimento total dos gestores municipais com a política territorial e, principalmente, com as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares responsáveis pela produção de alimentos que movimenta as feiras livres, os mercados locais e, sobretudo, a economia, gerando renda para as famílias e para os municípios.

4 | CONCLUSÃO

Nota-se que abordagem territorial é recente e existe uma falta de compreensão, dos atores sociais, sobre o significado da proposta, dificultando sua atuação enquanto verdadeiros protagonistas de mudanças sociais.

Além disso, a partir do trabalho como assessoria territorial, participação em reuniões, plenárias, visitas *in locu* nos municípios do território e das entrevistas realizadas, foi possível observar que o Colegiado, possui uma alta rotatividade de seus membros, dificultando o debate dos temas, o repasse de informações e a manutenção de suas ações. Percebeu-se, ainda, que o principal fator causador dessa alta rotatividade é a mudança constante dos representantes do poder público, devido às mudanças de governo.

Ao mesmo tempo, observa-se que a constituição da identidade territorial encontra-se em fase de transição, do municipal para o territorial, viabilizando apenas a junção dos municípios para o compor o território rural e cumprir a etapa na efetivação da política pública.

A falta de participação das pessoas que compõem o Território também é reflexo dessa falta de conhecimento sobre a política. A grande distância entre os 13 municípios que compõem o Território do Vale do Paraíba e, tendo em vista que o Colegiado não possui recursos próprios para arcar com o deslocamento das pessoas, prejudicam o comparecimento nas reuniões e plenárias e, conseqüentemente, o compartilhamento das demandas e a tomada de decisões a respeito das mesmas.

No entanto, embora o colegiado encontre diversas dificuldades, percebe-se que as pessoas possuem interesse em participar, avaliam o colegiado como importante para o desenvolvimento do território, afirmam que houve benefícios e desejam a sua continuidade. Desta forma, percebe-se que a política territorial tem possibilidade de

funcionamento, uma vez que haja uma discussão para implementação de ações que a viabilizem, buscando soluções para as dificuldades apresentadas. Há, ainda, muitas possibilidades de aprendizado com experiências de outros territórios, de sua própria gestão e com o auxílio da assessoria territorial, avaliada como imprescindível para o funcionamento do colegiado.

Tendo em vista as dificuldades encontradas para realização do presente trabalho, como a distância entre os municípios e o entendimento sobre a política territorial e seu colegiado, identificamos que se faz necessária uma fonte de recursos própria, a fim de que o deslocamento e a alimentação das pessoas sejam viabilizados. Além disso, percebeu-se que o papel da assessoria territorial se apresenta como imprescindível para o repasse de informações sobre as ações do colegiado e para que as pessoas do território possam compreender o que é a política territorial e como acessá-la; identificando as metodologias participativas como instrumento que possibilita melhor diálogo e envolvimento entre a equipe da assessoria e a comunidade.

Com isso, é necessário observar o território não apenas como uma demarcação geográfica e política, mas como uma construção social que requer tempo para assimilar, de fato, a política e manifestar as forças sociais “inertes”.

Espera-se que a partir do entendimento da política territorial, os atores sociais terão condições de discutir e organizar ações que possam promover políticas efetivas de: reforma agrária, assistência técnica, organização social, conservação de forragem e processamentos de produtos entre outras e buscar alternativas de mudanças junto aos governantes. Esse fato começou a se concretizar com a aprovação da proposta PROINNF em 2015 que foi uma demanda levantada pelo Colegiado mediante as necessidades do território.

Entretanto, diante do quadro de incertezas nas políticas públicas, essa conquista do território está seriamente ameaçada, apesar de ter sido aprovado a sua execução não aconteceu. Fica evidente que em defesa de uma política territorial e garantia dos direitos conquistados, implementados em forma de políticas públicas, ganha força o grito “em prol de um governo popular”, pois a democracia passa pela participação social nos espaços decisórios, por um governo que atenda as demandas do povo e pautar reformas estruturais, como a reforma agrária e a inclusão social, elaborando estratégias de desenvolvimento dos territórios.

Como, até então, o Estado vinha contribuindo para a afirmação da política territorial como estratégia para promoção do desenvolvimento, em um território que não adquiriu uma dinâmica de funcionamento autônomo, e ainda se apresenta com muita dependência da equipe de articulação, como o caso aqui analisado; é preocupante pensar o futuro desse território na ausência de um governo que não preze pela participação popular nas decisões colegiadas, ou que se negue a compreender a importância do protagonismo dos atores locais nas decisões sobre os caminhos para melhoria das condições socioeconômicas do território onde vivem.

Não só a política em si, mas todo um processo de formação social que contribua

para a promoção do protagonismo dos atores locais, dentro dessa nova situação, encontra-se seriamente ameaçado. Desta forma, percebe-se que a discussão sobre o cenário político, sobre as políticas públicas existentes e que se encontram ameaçadas, análises de conjuntura, são imprescindíveis para a compreensão da importância de espaços como o colegiado pois, nesses espaços há a possibilidade de diálogos e troca de conhecimento, de se fazer avaliações da realidade do território, de se pensar em ações capazes de mudar essa realidade e de fortalecer o coletivo, criando um espaço propício para cobrar a manutenção dos direitos conquistados e reivindicar para que os direitos assegurados pela Constituição Federal do Brasil sejam, de fato, efetivados.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA FILHO, J. L.; SILVA, M. G.; SILVA, S. P. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do Território Rural Baixo Jequitinhonha**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, vol. II, N° 3, P. 24-44, 2009.

BAPTISTA, F.O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2001. 207 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.

BRASIL. **Colegiados Territoriais: Guia para a Organização Social dos Territórios**. Série Documentos de Apoio, n. 5. Brasília: SDT/MDA, 2010a.

BABBIE, E. **The practice of social research**. 6° ed. Belmont, CA: Wadsworth. 1992.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: **Documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.

CARVALHO, F. P. **Assentamentos de Reforma Agrária e perspectivas de desenvolvimento rural: um estudo de caso**. 2010. Monografia. (Departamento de Administração e Economia) Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais-MG, 110p.

GERALDI, J. **Análise conceitual da política de territórios rurais: O desenvolvimento Territorial Rural no Brasil**. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília-DF, n. 39, p.156-185, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico, 2010**. Acesso em <http://www.ibge.gov.br> em 04 de março de 2015.

IBGE. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal do ano de 2013**. Acesso em <http://www.ibge.gov.br> em 04 de março de 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos Rurais, 2010**. Acesso em: <http://www.incra.gov.br> em 05 de março 2015.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**. Revista de Economia Sociologia Rural, v.45, n.3, Brasília, p.29, 2007.

MIRANDA, A. A. B. **O conceito de Território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no Estado do Maranhão.** Revista de Políticas Públicas, São Luís-PI, v.16, n.1, p. 123-132, 2012.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção.** Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MDA/SDT. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Documentos Institucionais, 02, 2005.

SOUZA, A. L. **Política Pública de Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial.** Mercado de Trabalho, nº 52, p.64-70, 2012.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas.** Revista Sociologias, Porto Alegre, v.6, n. 11, p.1-38, 2004.

OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE

Alberto Pereira Lopes

Professor Doutor do curso de Lic.Geografia
Araguaína-TO/UFT

Email: beto@uft.edu.br

Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos agrários e
Direitos Humanos

RESUMO: O Tocantins tem sido o território de luta dos contrários entre camponeses e donos dos meios de produção diante da expansão do agronegócio, com sua característica tecnológica de alta produtividade, porém excludente promotora da miséria, da violência e da injustiça social. O objetivo deste trabalho é compreender os conflitos no campo, a partir da expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, nos municípios de Barra do Ouro e Campos Lindos-TO. Os instrumentos metodológicos estão relacionados com as fontes bibliográficas e trabalho in loco. As formas de luta dos camponeses são contra a reprodução do capital em seus aspectos contraditórios, em que concentra riqueza e marginaliza os trabalhadores, em termos do trabalho e da violência gerando o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Tocantins, terra, conflito, violência

ABSTRACT: The Tocantins state has been the territory of a conflict between the peasants

and the owners of the means of production in regarding of the expansion of agribusiness within its technological characteristic of high productivity and exclusionary promoter of misery, violence and social injustice. The objective of this work is to understand the conflicts in the countryside, which are the outcome of the expansion of agribusiness in the State of Tocantins in the municipalities of Barra do Ouro and Campos Lindos-TO. The methodological tools rely on bibliographic sources and work in loco. The reasons behind the peasant's struggle are against the reproduction of capital in its contradictory aspects, which concentrates wealth and marginalizes the workers in terms of labor and violence and generates conflict.

KEY-WORDS: Tocantins, land, conflict, violence

1 | INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira baseia-se na concentração da terra, e têm sido um dos principais pilares para a consolidação do poder das oligarquias desde nossa formação territorial baseada na apropriação e consolidação da grande propriedade. Os ruralistas impõem políticas contra a reforma agrária, de um lado, criando os conflitos e assassinando os trabalhadores para permanecer com sua expansão fundiária e concentrando riquezas e,

por outro lado, gerando as desigualdades socioeconômicas.

O objetivo deste trabalho é compreender os conflitos no campo, a partir da expansão do agronegócio no Estado do Tocantins, com singularidade nos municípios de Barra do Ouro e Campos Lindos em que os camponeses têm sido vítimas da expropriação e violência praticada pelos donos dos meios de produção baseado no agronegócio com vasta plantação da soja. Além de analisar o que representa o MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) para as comunidades tradicionais no contexto do processo produtivo.

Os instrumentos utilizados na pesquisa a fim de obtermos os resultados, visam estabelecer parâmetros de investigação por meio das técnicas que irão fornecer elementos para o campo de interesse.

O primeiro passo, a ser dado foi à pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, o que nos permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens a fim de dar embasamento teórico e histórico em relação ao problema levantado. As fontes bibliográficas servirão como base teórica na ótica do tema em estudo como: periódicos, livros, teses, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos, que tratam de estudos sobre as comunidades tradicionais, os conflitos, as relações capitalistas e não-capitalistas no campo, os camponeses etc., que permitem trazer bases teóricas pertinentes ao objeto do trabalho, para chegarmos a resultados consistentes.

Estes resultados nos mostram respostas precisas sobre as comunidades ribeirinhas nesta chamada fronteira recente brasileira. Levantamos, por meio de documentação indireta, dados que estão disponibilizados em sites. Além das fontes indiretas, buscamos dados mais específicos sobre as comunidades tradicionais especificamente os posseiros na cidade de Barra do Ouro –TO, e Campos Lindos-TO em que trabalhamos por meio de roteiros de entrevistas e conversa informal com os posseiros vítimas da expropriação diante da violência que se estabelece.

Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Estudos Agrários e Direitos Humanos (GEADH), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq, que busca compreender a questão agrária no Brasil e discutir os direitos dos pequenos trabalhadores, comunidades tradicionais, o direito da criança e do adolescente, conforme está registrado e certificado pela instituição.

2 | PARA INICIAR[...]

As organizações camponesas resistiram por séculos e muitas décadas aos conflitos, às pressões e à violência por parte do Estado conservador e dos grandes proprietários de terras vinculados às estratégias políticas governamentais.

A terra a partir do momento que se torna mercadoria de valor constitui um bem precioso concentrada nas mãos de uma minoria com o apoio do Estado desde a Colonização, inserida nos propósitos do capitalismo mercantil, em que formou a classe dominante, que perdura com outras estratégias nos dias atuais.

Assim, a terra foi sempre um bem de concentração e poder por parte das elites dominantes, que criaram seus pactos políticos para que a estrutura fundiária permanecesse inalterada, razão pela qual a classe trabalhadora camponesa sempre foi excluída. No entanto, são esses camponeses que se organizam e reivindicam seus direitos, construindo a base para o processo de luta contra os latifundiários e a favor da reforma agrária.

O resultado da conquista da terra, introduzida pela reforma agrária brasileira, baseia-se nas manifestações e reivindicações feitas pelos os camponeses, que no decorrer da história tem resistido todo o processo de violência, entre os quais estão alguns movimentos: Canudos, o Cangaço, quilombos, as organizações das ligas camponesas, barragens, extrativistas, posseiros entre outros, que abriram caminho para o fortalecimento de uma consciência na construção do espaço político camponês formando novas frentes mais sólidas.

A questão agrária não pode estar vinculada apenas a distribuição da parcela, mas, sobretudo, à política de assistência e proteção da economia rural, como menciona o Estatuto da Terra em seu artigo 73. Assim, a reforma agrária passaria a atender as necessidades básicas dos assentados, sem precisar os mesmos ter uma relação temporária com a terra. GRAZIANO DA SILVA (1998, p.106) afirma que “a reforma agrária é hoje a expressão da reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho [...]”. É preciso pensar numa reforma estrutural no campo, mediante as políticas públicas aos trabalhadores que lutam pelo acesso a terra, em muitos casos ocasionando o conflito.

Portanto, os conflitos perduram nos dias atuais diante da hegemonia do latifúndio alicerçado com as novas tecnologias, novas roupagens com o advento do agronegócio que evidencia sua eficiência econômica e política com financiamentos a juros baixos e renegociação/perdão de dívidas.

As relações de trabalho do agronegócio estão pautadas na acumulação primitiva do capital que não correspondem ao sistema capitalista, como a superexploração do trabalho, violências físicas e veladas, a peonagem, o trabalho escravo por dívida, para a reprodução do capital de uma maneira em que seus produtos no mercado externo tenham uma melhor concorrência.

Assim, pensamos que o agronegócio de fato tem se desenvolvido de maneira que seu processo produtivo é bastante competitivo mediante as tecnologias de ponta usada pelos os donos dos meios de produção e que causa desigualdade social e econômica.

A partir desta argumentação Singer (2000, p. 60) destaca o discurso que temos nos deparados a respeito da desigualdade:

Os estruturalistas enxergam a desigualdade como uma decorrência natural da economia de mercado, que precisa ser contrabalançada por mecanismos que redistribuam a renda, direta ou indiretamente, dos ricos aos pobres. Os individualistas atribuem a maior parte da desigualdade às tentativas bem-intencionadas, contudo contraproducentes, de resolvê-la por meios institucionais. Eles vislumbram a origem

da desigualdade nas naturais e inevitáveis diferenças entre os indivíduos.

Nestes termos, estas categorias são integradoras, ou seja, uma não exclui a outra diante da própria condição de desigualdade e contradição que o sistema capitalista apresenta em sua forma articulada na dinâmica da acumulação do capital. Para compreendermos esta relação de desigualdade social, econômica o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira entende esse processo de desigualdade e contradição dentro do sistema capitalista.

O que isso significa? Significa que, para entendermos a distribuição social e/ou territorial das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, devemos compreender que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada país ou nação. Ou seja, cada formação econômico-social concreta no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente. (OLIVEIRA, 1994, p. 49)

Essa contradição encontra-se nas relações de trabalho entre capitalistas/fazendeiros/capitalistas com o trabalhador, que tem a única forma de sobreviver a sua mão de obra que está disponível para os donos dos meios de produção. Dessa maneira, as relações capitalistas criam outras formas de relações pautadas na acumulação primitiva do capital, em que o trabalhador é obrigado a se alienar as formas de trabalho que serão oferecidas pelos capitalistas por não ter outro meio de sobrevivência, a chamada mais-valia absoluta. A este respeito podemos exemplificar o sistema de peonagem nas fazendas de produção de commodities, como soja, carvão, milho, cana-de-açúcar em que o trabalhador é submetido a um trabalho exaustivo e sem direitos trabalhistas.

Trata-se de uma relação não capitalista de produção, em que a ausência do assalariamento é essencial para produção e reprodução do capital. O trabalhador é subordinado, e o seu ganho é disfarçado de salário. É a forma mais exorbitante de exploração do trabalho alheio. Nestes termos, Martins (1998, p. 21) afirma que:

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições da sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.

Portanto, as velhas práticas tornam-se maculadas diante da nova prática do chamado agronegócio baseado no processo produtivo em alta escala para o mercado capitalista global, com sua expansão contraditória e desigual de relações não capitalistas de produção para acumulação do capital. Essa nova modalidade chamada de agricultura moderna tem em seu caráter a exploração da mais-valia, sobretudo social, como também a produção de mercadorias para o mercado externo.

Nestes termos, o agronegócio surge com uma nova abordagem de defesa do processo produtivo e expansão da terra para a solução do abastecimento de alimentos

seja para o mercado interno e externo, eliminando assim a fome e a pobreza. Essa é a visão dos seus defensores, que buscam nos transgênicos como solução para matar a fome dos que não tem acesso a alimentação.

Todavia, observa-se que o discurso é uma forma de defesa dos donos dos meios de produção bastante propícia para manipular a sociedade dos seus objetivos conservadores baseados na alta produtividade para garantir acumulação do capital muitas vezes baseada nas relações de trabalho de acumulação primitiva, e no seu intercurso se posicionam como responsáveis pela balança comercial brasileira.

Esta realidade esconde o outro lado da moeda que é a superexploração do trabalho, a violência, o conflito, o trabalho escravo contemporâneo e o processo de exclusão dos camponeses. Como afirmam Fabrini; Roos (2014, p. 22) que:

Alguns autores entendem que o agronegócio tornou-se sinônimo de produtividade, mas uma produção/produtividade excludente, promotora da miséria, degradação ambiental, violências e tantas outras mazelas e barbáries.

O agronegócio vem representar a nova realidade no campo, com tecnologias de ponta, com uma produtividade e produção bastante significativa, mas também com a territorialização do capital constituída de relação de poder sobre o território e as relações sociais constituídas da violência, do confronto, da miséria e das desigualdades.

O conflito é a base da reação dos contrários, é o embate contra aos desmandos dos que concentram a terra. É o confronto entre os desiguais contra aqueles que impõem seus modelos de desenvolvimento territorial baseado na concentração da riqueza e da expansão da pobreza e da miséria.

Portanto a questão agrária está baseada nos pilares da desigualdade gerando a conflitualidade e simultaneamente o desenvolvimento, que transforma os territórios e modifica as paisagens. Com isso, novas formas de vida e mudanças de cultura e costumes, mudam ou reeditam o mapa da geografia agrária. No entanto, como afirma Porto-Gonçalves; Cuin (2013, p.19): “ o conflito é a contradição social em estado prático”. É no conflito que encontramos as relações sociais e de poder, e como exemplo teremos as oligarquias com suas visões pautadas na tradição, família e propriedade que ditam as políticas governamentais em prol de seus interesses.

No Tocantins, o caderno de conflito 2015 demonstra o quanto estamos vulneráveis ao tipo de ameaças e assassinatos, como por exemplo o pequeno trabalhador e todas as comunidades tradicionais (quilombolas, posseiros, extrativistas, indígenas, ribeirinhos) encontram-se nesta estatística. Observamos isto de perto, nos muros da nossa região, na cidade Barra do Ouro, (Gleba Tauá) que faz parte da microrregião de Araguaína.

A Gleba Tauá fica no município de Barra do Ouro em que vivem posseiros a mais de 70 anos com plantações de subsistência. Com o advento da grande produção, o agronegócio e a chegada dos gaúchos nesta região tudo mudou na vida desses camponeses. As terras que serviam de sustento para esta comunidade, tornaram-se um grande pesadelo, diante da violência e crueldade por parte dos agropecuaristas.

As ameaças é uma forma de calar e impor o seu poder diante do pequeno posseiro. Em uma das entrevistas com um dos posseiros na Gleba Tauá observa-se a violência imposta pelos donos do capital:

“Estou aqui desde da era de 52, aqui quando nós chegamos aqui era do estado, não tinha dono. O fazendeiro que se assentou aqui naquela época era de Carolina seu Justino Medeiros, mais ele não tinha documento de terra... o que ele tinha era gado que era muito bom, era vaca curraleiro e aí ele habitou essa fazenda e colocou o nome de Data Tauá. E aí meu avô veio depois e pediu um pedaço de terra para ele, e ele disse eu sou como vocês a terra não é minha e sim do estado. Esses Catarinenses chegaram em 1994 e criaram uma sede, em 1995 começaram a desmatar como vocês estão vendo aí...mas essas terras nunca foram demarcada. Por que o GETAT tirou terras para uns e outros não. E eles disseram que compraram dos fazendeiros que tinha título do GETAT, mas é mentira porque quem habitou a fazenda Tauá foi seu Justino Medeiro, e quando eles chegaram aqui seu Justino não existia mais, de jeito nenhum. Desde de 1996 eles começaram a me persegui. E diziam que eu tinha que desoculpar a terra deles que eles tinham comprado, dizendo que eu tinha invadido que eu era invasora. Eu perguntei qual é de nós dois é invasor? é eu que vocês que chegaram e me encontraram. Vocês que são invasor que vocês chegaram e me acharam. vocês tem que sair que a terrinha de vocês é muito pequena e a outra área grande é nossa, e nós vamos trabalhar e circular toda a área que vocês estão, e vocês não tem como sobreviver. derrubaram a casa minha com polícia, a primeira vez e 1997, eu falei vocês derrubam mais eu junto meus troços e vou nem que seja para debaixo de uma árvore dessa, mais não saio. e aí fiz minha casa de novo...meu filho desde de 1997 a gente vive de tanta perseguição, ameaça de morte, e agora em 2015 tornaram a derrubar de novo minha casa. pistoleiro para me matar[...] (Entrev. Dona Raimunda, abril 2015)

Portanto, evidencia a forma de conflito com os despejos violentos. Então de um lado temos uma agricultura mecanizada incorporada ao poder financeiro-tecnológico-latifundiário-midiático que exclui e cria os conflitos e violam a luta dos contraditórios. E por outro lado, temos os envoltivos na luta contra o cerceamento da liberdade e das cercas que aprisionam esses trabalhadores sem terra.

Ano	Número de ocorrência	Pessoas envolvidas
2014	58	18.746
2015	34	5.878
Total	92	24.624

Quadro 1-Conflitos do Campo no Tocantins 2014-2015
Fonte Conflitos no Campo Brasil, 2015. Org. Alberto P. Lopes

Tais ocorrências estão relacionadas com a terra e, sobretudo com o trabalho, ou seja, com as relações trabalhistas. O quadro demonstra a intensidade que vivenciamos os conflitos, nem sempre os números são reais, por que irá depender das denúncias. Vejamos que de 2014 a 2015 é um numero bastante expressivo de famílias na zona de conflito diante da expansão do agronegócio e sua concentração de renda. De 2014 a 2015 os números de ocorrência são de 92 pessoas. Destaca-se o número de pessoas envolvidas, sobretudo em 2014 que chega a quase 19.000 mil pessoas, enquanto que em 2015 são 5.878, totalizando esses dois anos com 24.624. Essas diferenças irão depender do momento da denúncia, como também em relação à atuação dos agentes

do Ministério público e policia federal.

Dessa maneira os conflitos no Brasil, ora diminui, ora aumentam em 2013 foram registrados 847 áreas no Brasil distribuído em todos os estados da federação, com 99. 798 famílias envolvidas. Em 2014 os números registrados pela CPT segundo o caderno de conflitos foram 1286 distribuídos em conflitos pela terra, conflitos pela água e conflitos por trabalho.

Da mesma maneira em 2015 os números seguem com 1217 com esta mesma configuração da terra, água e trabalho com um número de pessoas envolvidas de 816. 837. Até quando iremos continuar com o mapa das mortes e dos conflitos? Com o mapa da fome e da miséria no campo? Todas estas indagações estão pautadas na estrutura fundiária que por seu turno cria as desigualdades sociais, econômicas e a degradação ambiental. Esse discurso de bem estar social e econômico é o mesmo discurso da revolução verde que iria matar a fome no mundo, e isso não aconteceu. Produzimos muito mais de que a população existente no planeta, no entanto perdura a fome em todo o mundo

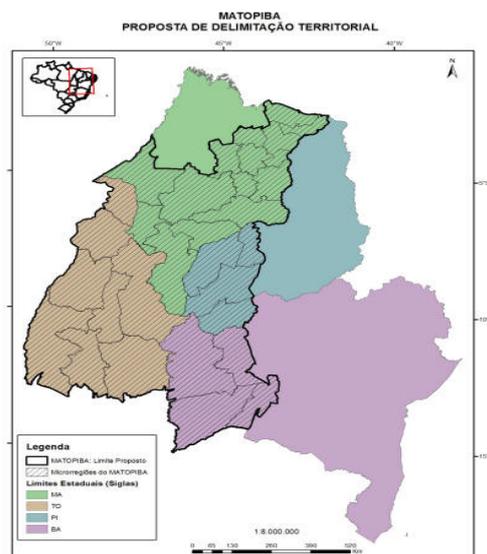
Os números de conflitos, assassinatos, ameaças têm muitas vezes uma ascendência, isso demonstra o quanto às oligarquias se instrumentaliza de políticas governamentais em prol dos seus interesses. Haja a vista a criação do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) que está alicerçado na dinâmica do auto padrão tecnológico e com o objetivo da produtividade e acima de tudo a expansão da propriedade, e como não bastasse um discurso de sustentabilidade. Sustentabilidade para quem? Para produzir ração de bois?

O Estado do Tocantins faz parte do projeto definido pelo governo federal à “nova fronteira agrícola” o MATOPIBA com o objetivo a expansão da agricultura em larga escala com novos empreendimentos para acumulação de riquezas. A reportagem da Brasil 247 (2015) mostra esta afirmativa em que 61 habitantes tem renda acima de 1 milhão, enquanto 623 mil passam fome. Assim, os dados são citados:

Considerado como o “Novo Eldorado”, o Tocantins viu crescer de 10 para 61 o número de pessoas com renda acima de US\$ 1 milhão, cerca de R\$ 2,61 milhões, entre 2003 e 2013; dados são de levantamento da Receita Federal com base nas declarações de Imposto de Renda de 2013; afortunados somam 0,004% da população; por outro lado, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013 mostrou que 623 mil habitantes do Tocantins, 47% da população, sofrem com insegurança alimentar. (www.brasil.247.com)

Dessa forma, o contraste representa de um lado o caráter concentrador baseado na expansão do agronegócio, e do outro a desolação, a expropriação e exclusão das comunidades tradicionais no campo. A região do MATOPIBA abrange um total de quase 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes. No Tocantins, são 08 microrregiões que abrange 139 municípios, cerca de 27.772.052 hectares, o que representa uma área de 38% do território tocantinense segundo a EMBRAPA. Mas observa-se de uma maneira analítica que o Tocantins apresenta todo o seu território envolvido com o projeto do agronegócio, conforme o Mapa de territorialização da

proposta do MATOPIBA.



Mapa 1: Delimitação territorial do MATOPIBA

Fonte: EMBRAPA. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 06 de julho de 2016

É a territorialização do capital sendo imposta pelo Estado e pelos donos dos meios de produção que explora e domina e que trás consigo as contradições e o conflito. A quem interessa? O discurso do agronegócio com a implantação do Projeto MATOPIBA vem com as mesmas roupagens da Revolução verde, dos transgênicos e porque não o discurso dos militares em relação à ocupação da Amazônia, em que vai haver uma responsabilidade social e o fim da pobreza. Como analisa Bruno (2008, p. 93):

Não se observa em contrapartida, uma mudança significativa na natureza das relações de trabalho: a intensificação de trabalho em especial nas regiões canavieiras, e o recurso ao trabalho escravo nas frentes de expansão são uma realidade e se constituem em campo de tensão e conflitualidade.

O que o Estado tem pensado conjuntamente com os donos dos capitais é com o processo produtivo e não nas relações de trabalho e vida dos trabalhadores. A realidade que se configura no novo estado segue as mesmas características de um país em que a questão da terra é algo a ser resolvido.

Não podemos pensar em reformas, se a estrutura continua nas mãos de uma pequena classe, que tem um poder de barganha para impedir avanços no contexto de uma nova organização fundiária em nível nacional. Tal classe, por sua vez, permanece com seus vícios, com seus desmandos, com sua força política para impedir a reforma agrária; utiliza-se ainda de sua força física quando se sente ameaçada no contexto das lutas dos trabalhadores que buscam um pedaço de terra, ou melhores condições de trabalho.

A distribuição de terras para os grandes capitalistas foi estratégia de governo no estado do Tocantins desde a sua criação: os lotes eram vendidos a preço simbólicos, para atender uma elite que se constituía e tinha o discurso de desenvolver uma região

que sofria com o abandono durante muito tempo. Como aponta Ribeiro:

Apesar de vários discursos apontarem para um 'Estado modelo' e sem vícios, ele tem sido um exemplo do vício, da politicagem, um estado em favor da elite que não se altera e personalizado em poucas pessoas. Porém, esta é uma das práticas silenciadas pelo discurso tocantinense. As poucas vozes que enunciam não têm espaço e são sufocadas aos poucos. (RIBEIRO, 2001, p. 112)

A politicagem segue pelo senhor governador Siqueira Campos quando escolheu proprietários de sua confiança para a grilagem do projeto Campos Lindos, em que desapropriou dezenas de camponeses que ali se encontravam desde início do século XX, para beneficiar os grandes proprietários de terras. Um dos discursos de um Deputado em 2001 na Câmara denuncia:

[...] todo Estado do Tocantins sabe, que o governador Siqueira Campos interferiu, sim, no processo de escolha dos novos ocupantes daquelas terras – indicando para elas gente da sua confiança, da sua amizade e, essencialmente, principalmente, gente em condições de retribuir a benesse com favores e benefícios. (...) Falo do então presidente da Infraero, SR. Adyr da Silva, contemplado e beneficiado com 1.541 hectares no Projeto Campos Lindos sete meses depois de garantir ao governador Siqueira Campos 80% do dinheiro necessário para a construção do novo Aeroporto de Palmas. (FREIRE JÚNIOR, 2002, p. 23.)

O discurso se construía no sentido de não chamar atenção dos órgãos públicos como o Ministério Público Federal, era como estivesse se concretizando uma suposta reforma agrária, que beneficiava grandes produtores. Dessa forma, os camponeses que segundo o Deputado foram expulsos e indenizados irrisoriamente foram várias vezes ao senhor governador pedir investimentos, em estradas, armazéns, energia elétrica e nunca tiveram sucesso. Em forma de decreto em 1996, a chamada grilagem pública, entre os beneficiários encontra-se a Ministra da Agricultura e Abastecimento e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) a senhora Kátia Abreu. No entanto, a reforma agrária velada para o grande produtor aconteceu.

Dessa maneira, o Decreto criado pelo então governador Siqueira Campos, declarou de utilidade pública a área desapropriada de 105 mil hectares no município de Campos Lindos, alegando por suposta improdutividade. Segundo o site Brasil de Fato (2015), citando a Carta Capital (edição 573, de 23/11/09), “a desapropriação foi a toque de caixa por ordem do juiz Edimar de Paula, que chegou à região em avião fretado apenas para decretar o ato. O valor da indenização, irrisórios R\$ 10 mil, foi pago a 27 produtores da região.”

A desapropriação serviu para agradar os amigos do governador, como a própria Kátia Abreu e seu irmão Luiz Alfredo Abreu que ficaram com 1,2 mil hectares cada. Esta é uma reforma contra-reforma, em que famílias camponesas passam fome enquanto uma minoria cresce seus privilégios e suas riquezas. Assim a metáfora é bem expressiva, o rei mandou e os servos obedecem, a terra beneficia aos amigos do rei.

3 | PARA NÃO CONCLUIR

A expansão do “novo negócio”, ou seja, o agronegócio, o resultado é a produtividade em grande escala acompanhada da exclusão social inter-relacionada com o processo de desigualdade, e de pobreza. O que se percebe é que a exclusão é uma categoria que trás consigo o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas. No campo, diante da exclusão imposta pela expansão do agronegócio, as comunidades que vivem de maneira simples, baseada numa agricultura rudimentar destinada ao consumo e ao pequeno excedente, vivem dilemas que se relacionam com a pobreza e a expulsão de suas terras.

Os posseiros em Barra do Ouro e Campos Lindos no norte do Estado do Tocantins sofrem o dilema de suas terras serem tomadas pela força do capital que alegam com documentos falsos serem proprietários, levando ao conflito e os despejos dos trabalhadores que vivem a mais de 60, 70 anos naquele lugar com uma produção de subsistência.

]Percebe-se que a exclusão está relacionada a uma determinação imposta pelos donos dos capitais em que concentra a riqueza, e estabelece critérios de trabalho. Nesses termos, a única forma de fazer com que o homem se torne incluso nesse processo é a capacitação funcional. E para isso é necessário, se capacitar em cursos técnicos para assumir as frentes de trabalho nas grandes propriedades e vender sua força de trabalho. Essa é uma forma também marginalizada em que sua força de trabalho servirá para outro, e não para si.

Nestes termos, estamos nos deparando numa visão estruturalista em que o Estado tem o dever de incluir o cidadão em frentes compensatórias para a sua vida social. No caso do campo teremos a distribuição de terras entre os camponeses. A exclusão gera a incapacidade do homem enquanto sujeito social em viabilizar a sua vida social, diante do nível de distribuição de recursos que gera a desigualdade.

Nesse caso, as ações individuais são necessárias para incluir-los na sociedade, como a participação nas instituições de ensino, a competição de trabalhos, a qualificação etc. Estas viabilizações tidas como individuais, requer o acesso do homem aos serviços necessários para ser competitiva a sua força de trabalho para o mercado.

Que a terra seja o chão do camponês e que o capital não o torne cativo de cercear o direito de sua liberdade.

REFERÊNCIAS

BRUNO, R. Agronegócio e novos modos de conflitualidade. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 83-105

BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2013. Coordenação Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: Comissão Pastoral da terra – CPT, 2013.

BRASIL: CONFLITOS NO CAMPO 2015. Coordenação Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentin Pinto de Andrade. Goiânia: Comissão Pastoral da terra – CPT, 2013.

LUZ, Valdemar P. da. (Org.) **Estatuto da terra**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1991.

CAMPOS, M. G. A política nacional para erradicação do trabalho escravo. In: Brasil. **Direitos Humanos no Brasil 2004**: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo, 2004.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: www.cptnac.com.br. Acesso: abril/2011.

CORRÊIA, L. B. Um fenômeno complexo. CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.77-80.

CPT (Comissão Pastoral da terra). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

FABRINI, J. E. ; ROOS, D. **Os conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

FERRAZ, S. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**; sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética Editora, 1998.

FREIRE JÚNIOR. **Um negócio entre amigos**. (sete discursos, muitas denúncias). Câmara dos Deputados. 51ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa. Série. Separatas de discursos, pareceres e projetos nº 276/2001. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 3.ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992. (Repensando a geografia).

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

RIBEIRO, Fabrizio de Almeida. **A invenção do Tocantins**: memória, história e representação. 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em história das sociedades agrária) Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. 2001.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Sites: Disponível:<http://www.brasil247.com/pt/247/tocantins247/167011/TO-tem-61-ilion%C3%A1rios-e-623-mil-que-passam-fome.htm>. Acesso: 18/06/2015

Brasil de Fato. Disponível: www.afnoticias.com.br **MPF apura favorecimento de Kátia Abreu em projeto criado por Siqueira Campos**. Acesso: 18/06/2015

UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO

Julie Mathilda Semiguem Pavinato

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
UNIOESTE.
UBIRATÃ-PR

Emerson Ferreira da Silva

Instituto Federal do Paraná- IFPR.
Quedas do Iguaçu-PR.

Irene Carniatto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE.
CASCAVEL-PR

RESUMO: Este estudo pretende abordar a relação existente entre o território se estendendo para formação de identidade e o papel das redes nessas construções. Esses assuntos serão conduzidos de modo a exprimir suas contribuições para o desenvolvimento rural que embora seja deveras explorado ainda carece de pesquisas e debates capazes de promover novas formas para melhorar a qualidade de vida das pessoas no campo. Para ilustrar essa pesquisa foi realizado um estudo de caso em agroindústrias no Município de Ubiratã-Pr através de entrevista com os produtores e visita aos locais de produção o que permitiu o conhecimento da realidade de vida de cada produtor seu trabalho e sua forma de viver em comunidade, donde se pôde inferir que a forma como cada sujeito percebe seu

território determina sua maneira de cultivar e desenvolver seu lugar seu local.

PALAVRAS CHAVES: relações, poder, pareceria, cooperação.

ABSTRACT: This study intends to address the relationship between territory extending to identity formation and the role of networks in these constructions. These issues will be driven in order to express their contributions to rural development which, although it is still being exploited, still lacks research and debate capable of promoting new ways of improving the quality of life of people in the countryside. To illustrate this research was carried out a case study in agroindustries in the Municipality of Ubiratã-PR through an interview with the producers and visit to the production sites which allowed the knowledge of the reality of life of each producer his work and his way of living in Community, where it was possible to infer that the way each subject perceives their territory determines their way of cultivating and developing their place in their place.

KEYWORDS: Relations, power, partnership, cooperation.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural está sendo foco de muitas discussões, porém não é um assunto

exaurido, pois cada nova abordagem que com ele se relaciona tem a propriedade de produzir importantes contribuições sob a forma de alternativas e oportunidades para o meio rural. Dentre essas temáticas está o território apresentado sob novo enfoque em que a preocupação volta-se mais para *como* do que para *o que é* o território as representações e símbolos que compõe esse cenário são fundamentais para a compreensão das relações e dos relacionamentos que são estabelecidos e de como eles são importantes para o processo de evolução e/ou involução desses espaços.

De modo a ilustrar tais questões é que se apresenta uma investigação sobre a relação existente entre o território, a identidade cultural e as redes numa reflexão sobre desenvolvimento rural, ou seja, sobre como a integração desses elementos conduz ou não ao desenvolvimento do meio rural.

O território será explorado a cerca de conceitos e concepções compreendendo a forma como os sujeitos territorializam cada ambiente e sobre o seu significado para eles, a maneira como os indivíduos se veem e são vistos nesses espaços. De modo que se faz necessário uma análise a respeito dos usos e costumes desses indivíduos para estabelecer e compreender a formação da identidade cultural quais atividades realizam e como as realizam. As redes serão abordadas em termos da eficiência de seus arranjos e construções e principalmente de sua importância no processo de desenvolvimento rural valendo-se para isso dos indivíduos e entidades que se unem para satisfazer suas necessidades e encontram nessa situação projetos em comum que permite a troca de saberes e experiências.

Para evidenciar a relevância desses temas foi realizado um estudo de caso em agroindústrias de temperos no município de Ubiratã – PR que servirá de base e alicerce na exposição dos conceitos e construção dessas abordagens, em que se pretende explicitar a relação do indivíduo com a terra e seus laços com o espaço, que hábitos preservam e como eles influenciam em sua vida e em seu trabalho.

1 | TERRITÓRIO

São diversas as interpretações e redesenho do conceito de território, de forma que a compreensão de seus “sentidos” torna possível identificar a abordagem que se utiliza num dado contexto. Tão importante quanto entender as perspectivas dos conceitos, é acompanhar a dinâmica de cada definição proposta. Cada olhar sobre o território carrega em si, uma porção de indicativos e soluções para que a ocupação concreta e abstrata, *do* e *no* território permita a territorialização de maneira relevante.

Ao longo do tempo pode-se perceber que embora seja um conceito estabelecido também é mutável permitindo releituras que ampliam e enriquecem as noções do conceito e de sua importância para a prática do desenvolvimento.

Para Raffestin (1993, p.144) território [...] “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. O poder mencionado por Raffesttin (1993) tem por orientação a obra de

Foucault (1979), na qual se aponta desde o poder exercido pelo Estado como também, aquele que ocorre por meio das relações sociais em que o homem estabelece formas de controle e dominação entre ele mesmo e seus entornos. O território está marcado por relações sociais e a forma como se constituem essas relações por vezes vai além do poder estatal.

Foucault (1979) trata da análise do poder como um elemento que não pertence a ninguém e não se encontra num lugar determinado, para ele o poder funciona e é exercido por meio de redes, onde os indivíduos circulam sendo ativos e passivos no exercício do poder agindo ou recebendo sua ação, são agentes de transmissão.

O poder também representa uma forma de identificação já que tem capacidade para separar em grupos ou classes o que permite identificar cada indivíduo e grupo social. Portanto, apresenta caráter político em ações conciliatórias e iniciativas de fortalecimento desses mesmos grupos e classes. (HAESBAERT, 2004). Trata-se do poder constituído pela racionalidade legal e ou parâmetros de distinção como, por exemplo, latifundiários e agricultores familiares, ambos desenvolvem atividades no campo, porém, o primeiro com mais representatividade que o segundo devido principalmente a influencia do modelo capitalista.

Saquet (2007 p.24) afirma: “Para as pessoas e suas organizações, o território que habitam e atuam tem o significado de provedor de recursos para subsistência e de proteção para a existência”. De modo que as relações sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais todas, são marcadas pelo poder. Assim, é preciso reconhecer que esses recursos são esgotáveis e precisam ser cuidados para a garantia de existência, os indivíduos devem atuar e proteger seu espaço de vida e de trabalho.

Por isso, conforme Andrade (1995, p. 20) “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade”. De forma que o papel desempenhado pelos atores no processo de territorialização na ação e no desenvolvimento é o que efetiva sua territorialidade, o sentimento de pertencimento e que leva cada indivíduo a investir e lutar por seu lugar seu território.

De acordo com Saquet (2007) o território é o local onde pessoas se encontram, trabalham, vivem e constroem sua identidade e, por conseguinte a identidade do local, a territorialidade. A relação de cada indivíduo com sua comunidade se fortalece à medida que o sentimento de pertencimento também é fortalecido e alimentado, com políticas públicas e ações extencionistas por exemplo, donde nascem projetos e iniciativas para o desenvolvimento local que por sua vez criam elementos caracterizadores que repercuti diretamente na formação da identidade desses territórios.

Gottman, (1973) introduz ao conceito de território além das relações sociais a dimensão de que neles coexistes fatores materiais e *psicológicos* permitindo compreender como acontece a territorialidade, envolve o solo o perímetro o espaço definido, mais também as relações entre as pessoas, a cultura, valores, os afetos e tensões que vive em comunidade. Então para Gottman, (1973) o território representa

também um espaço subjetivo onde sentimentos e valores estão representados e caracterizam a construção da identidade onde o espaço e território se complementam. Diferente de Santos (1979) que apresenta ao longo de sua trajetória uma evolução crescente nas noções de espaço e território onde o espaço é o local de construção de vida e laços do homem e esse mesmo espaço se molda conforme as necessidades e interesses dos grupos que nele vivem; já o território é um lugar anterior ao espaço onde se travam as disputas de poder e acontecem as relações com o mercado mais propriamente com o capitalismo numa abordagem econômica e política. Aspectos sociais e ambientais foram sendo incorporados em suas releituras ao longo dos estudos e experiências por volta das décadas de 80 e 90. Para ele o espaço deve ser interpretado considerando espaço e tempo, que as alterações e mudanças ocorrem num lapso de tempo e espaço que possibilitam a análise de determinados contextos.

Como se pode perceber a maneira como os indivíduos adotam o conceito de território determina sua relação com ele. Se essa interpretação conduz a um sentido de propriedade e recurso capital, o uso se dará de maneira extrativista e pouco preocupada com demais indivíduos ou entes dos entornos. Por sua vez se o entendimento se der como aponta Saquet (2007) , como sendo o território o lugar onde se vive e trabalha, o olhar e a forma de conduzir a territorialização será integrando-se as vocações e possibilidades de desenvolvimento econômico, político, cultural e social do território de modo que vínculos e laços fortes sejam construídos e com eles teias capazes de auxiliar e conduzir um processo de desenvolvimento tanto dos atores como de seus territórios.

2 | IDENTIDADE CULTURAL

A identidade nos remete a raízes a características marcantes que nos tornam distintos uns dos outros, aspectos intrínsecos que apontam para elementos definidos em nossas origens e descendências, saberes e hábitos que passam de geração em geração preferências costumes que nos identificam nos define. Assim também ocorre com o território, o conjunto de valores, afetos estabelecidos em cada relação social é que fornece a identidade do território.

Rafael Echeverri (2009), trata da identidade como sendo o conjunto de traços que distingue e diferencia as pessoas de determinado espaço configurando assim o território, de modo que este apresente as características próprias de um local que lhe confere o reconhecimento em função das variáveis naturais, sociais e econômicas que o constitui.

A identidade de um território específico onde se nasce ou se vive caracteriza-se pelas relações estabelecidas entre as pessoas no dia a dia, isso porque a verdadeira identidade é marcada pela herança cultural que se perpetua ao longo do tempo. A identidade por vezes é reconhecida como territorialidade ou seja a construção de um espaço por meio de relações sociais que se legitimam pela sensação de pertencimento.

Urrutia (2009, p. 9),

“o território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais”.

Sendo assim, o território representa o conjunto de elementos referenciais e simbólicos que ajudam a construir a identidade de um povo e portanto de um local, efetivando por meio de tradições e costumes o saber e o modo de vida das pessoas.

Para Castells (2005), a identidade é definida segundo um método que se baseia em referências e elementos culturais que se relacionam entre si e que tem mais força que outros basilares referenciais. Cada indivíduo carrega em si vários símbolos e significados de suas origens e aprendizados, assim, cada ser e comunidade pode apresentar diversas identidades. Esta diversidade pode representar um dilema uma vez que ao se identificar com um símbolo pode haver conflito com outros símbolos que também representam aquele indivíduo.

De acordo com Saquet (2009), ao estudarmos o território é adequado considerar os agentes envolvidos e suas relações, os tipos de relações e redes que se estabelecem e de que maneira se dá esses arranjos; a relação dos indivíduos com o espaço, sua forma de trabalho: natureza/tecnologia/produção. Seus objetivos com a atividade que desempenha; o processo de territorialização e desterritorialização as temporalidades. Todas essas variáveis analisadas em conjunto, permite estabelecer um panorama realístico da abordagem territorial estabelecida e da relação de cada indivíduo e comunidade com seus entornos ilustrando sua identidade.

Como para Haesbaert (1999) onde a identidade se caracteriza principalmente pela sentimento de pertencimento pela apropriação do espaço concreta e abstrata onde sua estruturação depende fundamentalmente dessa construção *no* território e *com* o território. Bossé (2004), apresenta sua análise de identidade territorial com base em aspectos subjetivos e objetivos quando ressalta que o território é o lugar onde se vive e pratica a identidade. De modo que o fato de se viver determinado espaço pode construir a identidade, esse conjunto de elementos e sentimentos que estabelece um vínculo especial de indivíduos com seus territórios levando a comportamentos e investimentos para a construção desses lugares.

3 | REDES

As redes representam mecanismos de trabalho em regime de parcerias e colaboração que se estabelece desde a compra de matérias primas até o processo de comercialização. Redes para Olivieri (2003) representa um conjunto de elementos sendo eles: organizações, instituições e indivíduos que se unem em favor de um objetivo comum, sendo esse objetivo o elemento motivador na maioria das redes, porém não em todos como é o caso das organizações nos grandes complexos agroindustriais. A rede representa então, um dispositivo integrador para fortalecer produtores e as

comunidades onde se deseja estar inseridos quando motivadas por ideais partilhados.

Haesbaert (2002), chama atenção para a identificação das redes ao mencionar a importância de identificar as redes locais e regionais como possuidoras de valor tão substancial quanto as redes globais. Também chamadas de redes sociais numa menção as relações que estabelece e dos vínculos que acabam de acontecer em virtude do contato mais estreito dos indivíduos e de interesses comuns que a rede local possibilita.

Dias (2005), ao tratar das redes sociais, aponta para as diferentes formas e intensidades das relações sociais como as de parentesco, amizade, e vizinhança. Para ela, esse tipo de rede é capaz de ser mais forte do que as estruturas das organizações interligando-as assim como os indivíduos que dela fazem parte lhes ofertando conectividade e certa solidariedade e assim, num processo dialógico vão se construído suas identidades.

As redes para Santos (1996), são capazes de transformar o território quando permite a melhora da qualidade de vida dos atores, por meio da valorização do seu trabalho e de sua forma de vida; já que onde estão inseridas ora integram e ora desintegram espaços e da mesma forma que desconstróem espaços também criam outros. Essas construções e desconstruções também podem ser compreendidas como formas de poder, não o poder do Estado mais os das relações sociais que se estabelecem e que também podem exercer controle e dominação.

As redes representam possibilidades de atuação de maneira coordenada e organizada para que processos produtivos, de comercialização e de distribuição possam ocorrer respeitando o saber local, a cultura e as necessidades de políticas públicas. A identidade de cada território está representada nos produtos e nas relações sociais desenvolvidas por intermédio das redes.

4 | METODOLOGIA

A fim de apresentar a relação existente entre o território-identidade cultural e redes, bem como a forma com que estes elementos conduzem ao Desenvolvimento Rural primeiramente foi realizado o embasamento teórico seguido de um estudo de caso em Agroindústrias de Temperos do Município de Ubiratã-Pr. As informações foram coletadas através de entrevista com os produtores no local de produção o que oportunizou conhecer o processo produtivo, infraestrutura e aspectos da higiene. Existem ao todo três agroindústrias destinadas a fabricação de temperos no município sendo todas envolvidas nesse estudo. Os dados foram tratados em sua maioria de maneira qualitativa ao que se referem ao perfil do produtor, características da vida no campo, motivação, comercialização e produção e quantitativamente em relação aos custos, quantidades produzidas e preços praticados; Análise dos dados por correlação.

5 | ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS

O município de Ubiratã – PR possui de acordo como ultimo censo demográfico 21.558 habitantes (IBGE, 2010) dos quais segundo a mesma fonte, 18.397 reside em área urbana e 3.161 em área rural (IBGE - Censo Agropecuário, 2012) . Com relação à Agroindustrialização Familiar estão cadastradas na Emater (2016) 12 agroindústrias e na Prefeitura/Vigilância sanitária 22 sendo que as mesmas agroindústrias assistidas pela Emater também estão no cadastro da Secretaria da Agricultura e Pecuária / Vigilância Sanitária do Município.

Para objeto de análise desse estudo três foram pesquisadas, sendo elas as agroindústrias de temperos a base de alho: Temperos Carajás; Tempero Dona Lili e Temperos Mendonça.

A Fabrica de Temperos Carajás, fica na comunidade São Francisco a 12,5 km da cidade nela trabalham 6 famílias que dividem instalações e equipamentos num sistema de rodizio para agroindustrialização dos temperos todos comercializados com o mesmo nome. Esse conjunto familiar em especial apresenta características interessantes já não vistas nos dias de hoje em termos de cooperação e ajuda mutua, já que todos trabalham em conjunto do plantio a colheita dividindo o trabalho e as conquistas desse processo. Normalmente todos cooperam no manejo embora na hora de industrializar cada família fica responsável por seu produto, existe há confiança no trabalho e na qualidade pois todos embalam com a mesma marca. É uma forma de organização em rede já descrita anteriormente por Dias (2005) que aponta para a importância das relações sociais considerando-as capazes de ser mais envolventes do que outros tipos de rede, pois criam laços e cooperação muito estreitos caracterizando as relações com essa forma de trabalho.

Retratando o aprendizado da vida no campo uma das esposas informou que sempre viveu na cidade mais que foi a sogra que com grande generosidade lhe conduziu nos ensinamentos sobre a produção de alimentação em maiores quantidades, no trato com os animais o no cultivo de flores e hortaliças que conserva consigo até hoje, as cunhadas também apoiaram e auxiliaram nos primeiros anos.

Esse relato evidencia a construção da territorialização e identidade cultural com o território. Como diz Urrutia (2009) é por meio do território que se controle a identidade cultural , pela forma de vida e referenciais que fazem com que as pessoas venham a compartilhar a mesma forma de vida.

Embora o campo seja visto pelos mais velhos como lugar para viver e trabalhar em razão da fartura e segurança corroborando com Saquet (2007), a juventude prefere a cidade. Nessa propriedade cada casa tem sua horta, ervas medicinais e flores, granja de aves para consumo. Características do homem do campo, de sua identidade. O produtor apontou as dificuldades do plantio e colheita como fortes elementos para a descontinuidade da atividade já que os pais estão ficando velhos entre 55 e 74 anos e os filhos consideram demasiado penosos o trabalho com o alho, pois o cultivo é todo

manual assim como a colheita, as pessoas para desenvolver o trabalho passam a maior parte do tempo encurvada.

A fábrica de Temperos Dona Lili foi adquirida pela atual produtora que desejava incrementar a sua renda em uma atividade que lhe proporcionasse também satisfação, a atividade na agroindústria lhe tranquiliza é algo que gosta de fazer é mais que um trabalho; também informou que já desejou ir para cidade e trabalhou lá por dois anos mais sem sair da zona rural por influência do marido, hoje acredita ter sido acertada a decisão em função da qualidade de vida que o sítio lhes proporciona. Também possui horta para consumo próprio e aves criadas de modo tradicional, somente a produtora trabalha na agroindústria o marido e o filho dedica-se a agricultura cultivo de soja, milho e trigo. Aponta como principal dificuldade a falta de conhecimento para lidar com o solo e com outros cultivos que tem interesse de implementar mais não o faz por falta de apoio técnico especializado.

A Temperos Mendonça agroindustrializa temperos secos aos contrários dos outros produtores citados que são em pasta. Este produtor fez o caminho inverso saiu do campo para cidade onde viveu por 19 anos trabalhando no setor supermercadista retornando ao campo onde há 8 anos reside. Grande importância possui o seu relato para a agricultura familiar, pois esse produtor deixou de ser assalariado na cidade para se tornar um empreendedor no campo, fala com orgulho das dificuldades e das conquistas que a agroindústria lhe proporcionou, pois, foi através dela que conseguiu adquirir carro para família pago à vista, moto, e está construindo um novo barracão encontra-se com a documentação junto aos órgãos de fiscalização todos em dia, e recebe a visita da vigilância sanitária a cada seis meses além de gozar de um conforto e segurança que não possuía na cidade diz o produtor. A assistência é prestada pela Emater, pela Prefeitura municipal e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o produtor diz estar satisfeito com o serviço prestado pelas entidades que oferecem cursos e novidades para os produtores.

Para identificar e classificar as relações dos produtores com o processo de agroindustrialização e desenvolvimento foram realizados questionamentos também a respeito de seu perfil, da propriedade, da produção, do cultivo, dos custos e das rendas com a atividade que serão apresentadas em quadros de modo a facilitar a apropriação das informações e sua compreensão.

PERFIL DO PRODUTOR					
Agroindústrias	Idade	Escolaridade	Nº pessoas da Família	Nº pessoas ocupadas com a atividade	Motivação para entrar na Atividade
Temperos Carajás	53 á 72 anos	4º série ensino fundamental – 9º ano ensino fundamental	6 famílias Com média de 4 membros;	2 por família 12 pessoas	Incrementar a renda; montar uma fabrica comunitária;
Temperos Lili	42 anos	9 ° ensino Fundamental	1 família; 3 pessoas;	1 na família	Incrementar a renda;/ adquiriu em funcionamento;
Temperos Mendonça	50 anos	Ensino médio completo	1 família; 5 membros;	1 na família	Mudar de vida; Saiu da cidade e foi para o sitio.

Quadro 1 – Perfil dos Produtores

Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria dos produtores está em fase adulta e idade avançada o implica diretamente na capacidade de dar continuidade ao trabalho principalmente no plantio e cultivo desse tipo de produto que necessita de muita tenacidade e vigor físico, já que o processo se dá manualmente sem ajuda de equipamentos tanto no plantio como na colheita. A escolaridade repercute por sua vez na autonomia do produtor em abastecer-se de informações e conhecimentos para cuidar de maneira apropriada da produção, a ausência ou o minimizado conhecimento em cálculos, por exemplo, impede que o levantamento de custos e preços sejam praticados de maneira correta de modo que é possível que o produtor precifique seu produto sem levar em conta todas as despesas de produção, durante as entrevistas esse aspecto ficou latente. A questão da sucessão familiar pode ser caracterizada ao se considerar o numero de membros da família e aqueles que realmente se ocupam da atividade. Uma observação quanto a fabrica de temperos Carajás que exploram a atividade em várias famílias, mais que comercializam em quantidades similares com a mesma marca de modo que para efeito de analise os resultados apresentados em quantidades de terra, produção e renda são referente ao total de todo grupo familiar.

Quanto à motivação é perceptível o compromisso com o lugar e com as pessoas, pois esses projetos podem ser conduzidos por toda a família e por vizinhos depende da necessidade e da vontade para tal envolvimento, é fruto de herança não apenas a terra mais os costumes com determina cultivo e estilo de vida, como as moradias próximas umas das outras, as hortas e animais para consumo, o dividir a produção com os vizinhos são exemplos.

Ambas as famílias de cada fabrica possuem identidades semelhantes pois representam a típica vida no campo, produzindo e revendendo o excedente e extraíndo de seu território seu sustento e ali construindo suas vidas como aponta Dias (2005) e

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE						
Agroindústrias	Tamanho Propriedade ha	Propriedade da terra	Categoria	Gestão e exploração	Atividades exercidas na propriedade	Atividades exercidas fora da Propriedade
Temperos Carajás	67,8	Própria	Pequena propriedade	Proprietário administra; Explorada por núcleos familiares (irmãos/famílias)	Agroindustrialização Alho – tempero; E agricultura (soja/ milho/trigo)	Gestão sindicato Rural; Bancaria; Estoquista.
Temperos Lili	14,52	Arrendada/ uso fruto	Pequena propriedade	Dirigida pela Esposa; Explorada somente pela família.	Agroindustrialização Alho – tempero; E agricultura (soja/ milho/trigo)	-
Temperos Mendonça	12,10	Própria	Pequena propriedade	Dirigida pelo Proprietário; explorado somente pela família.	Agroindustrialização Alho – tempero; Leite;	Assistência social

Quadro 2 – A Propriedade

Fonte: Dados da Pesquisa

Considerando o numero de pessoas que exploram a terra tratam-se de pequenas propriedades sendo apenas uma arrendada em uso fruto ao pai do produtor as demais são próprias.

O que configura o vinculo com o campo são sujeitos que não estão de passagem mais que constroem suas histórias nesses cenários onde nasceram e de certa forma mantem-se ligados a ele. São propriedades que estão na segunda geração sendo uma na terceira na ocupação do território.

Quem coordena as atividades na agroindústria são também os proprietários da terra sendo apenas uma conduzida pela esposa que embora tenha certa autonomia para condução do empreendimento tem dificuldades com a comercialização para concilia-la as atividades com o lar. As decisões são tomadas em família cabendo ao individuo encarregado da produção as decisões operacionais que envolve a quantidade a ser adquirida de suprimentos e o tamanho da produção, já a comercialização fica a cargo de todos;

A agroindústria não é a atividade única em nenhuma das propriedades mais é a atividade principal do produtor da Temperos Mendonça segundo esse, está é a atividade que lhe oferece a maior renda como será apresentado posteriormente.

SISTEMA DE CULTIVO					
Agroindústrias	Área ha	Sementes	Solo (preparo)	Fertilização	CIDI
Temperos Carajás	3,6 (36000 m ²)	Próprias	Convencional	Química	Fungicidas
Temperos Lili	0,6 (6000 m ²)	60% Própria 40 % Comprada	Convencional	Química/ orgânica	Fungicidas
Temperos Mendonça	0,6 (6000 m ²)	55 % Própria 45% Comprada	Convencional	Química/ orgânica	Caldas orgânicas

Quadro 3 - Cultivo

Fonte: Dados da Pesquisa

O cultivo do alho se dá em pequenas áreas de modo convencional com a presença de fertilização e correção do solo de maneira química e orgânica na maioria das vezes, somente um produtor não faz uso de agrotóxicos para prefinir doenças, pragas e insetos.

Durante a entrevista quando questionados a respeito de um manejo sustentável demonstraram pouco conhecimento sobre o assunto e mencionaram ser esse o manejo recomendado pelos extensionistas em função das características do solo, vale ressaltar que a terra no Município de Ubiratã é de predominância roxa um tipo de solo conhecido por sua qualidade e produtividade para qualquer cultivo.

Apenas um produtor planta sua própria semente e a usa integralmente os demais além do plantio tem de recorrer à compra do produto para industrialização, quando questionados apontaram o solo e as questões ambientais como empecilhos para a produção e uso de seus próprios produtos. Um dos produtores mencionou também o manejo como algo que desfavorece a intenção de planta.

Seria oportuno que unidades de pesquisa e agentes extensionistas explorassem essas temáticas e levassem aos produtores alternativas para essas questões de modo que a atividade não seja prejudicada, uma vez que a compra de matéria prima incide diretamente nos custos de produção influenciando no aumento do preço de venda e, portanto na perda da competitividade do produtor como pode ser observado no quadro abaixo.

AGROINDUSTRIALIZAÇÃO							AGRICULTURA
Agroindústrias	Produção (kg) mês	% vendida da produção mês	Formas de comercialização	Crédito	Custos Produção unt. (R\$)	Renda (R\$) mês	Renda Agricultura Pecuária (R\$) mês
Temperos Carajás	2000	70%	Supermercados; açougues; Feira do Produtor; Cooperativa Campar; Programas PAA/PNAE – Ubiratã; Juranda/PR – consumidor final	-	5,50	30.000,00	32.500,00
Temperos Lili	171	100%	Supermercados; açougues; Cooperativa Campar; Programas PAA/PNAE	-	8,40	1.128,60	2.500,00
Temperos Mendonça	250	100%	Supermercados; açougues; Cooperativa Campar; Programas PAA/PNAE	-	6,5	3.500,00	880,00

Quadro 4 – Agroindustrialização x Agricultura e Pecuária

Fonte: Dados da Pesquisa

Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE

Observando as características da produção e comercialização é possível identificar a importância das redes, são redes locais utilizadas para o escoamento da produção e para uma renda mais significativa do produtor, aliado aos fatores de produção a comercialização é uma atividade de suma importância no processo de agroindustrialização pois é ela, que direciona o ritmo e a dimensão do que será produzido e também proporciona a cobertura dos custos. O produtor com e contatos maiores tem mais chance de escoar sua produção, pois logicamente dispõe de mais canais para venda. Todos os produtores relataram que para o sucesso da agroindústria é necessário um grande empenho para conquistar espaço e posição no mercado onde já existe grandes marcas; apontaram a extrema relevância os programas de governo PAA e PNAE para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, também mencionaram a cooperativa recém-implantada Campar destinada à agricultura familiar que inicia agora um trabalho para compras de matérias primas e embalagens coletivas para baratear os preços e reduzir os custos de produção e com isso permitir maior competitividade das agroindústrias também estão na expectativa de novos mercados que serão pesquisados e ativos por essa cooperativa. Mencionaram também que todos têm condições de produzir muito mais só que não o fazem por não ter para

quem vender, portanto a iniciativa da cooperativa vai ao encontro dessa demanda dos produtores.

Como é possível verificar no quadro 4 os custos de produção estão diretamente relacionados à quantidade produzida e a renda adquirida. Ao observar o quadro é válido ressaltar que todos os produtores pesquisados embora tenham tido dificuldades para apontar seus custos possuem uma renda superior ao salário mínimo, que depende é claro de muito trabalho além do que é realizado pelos parceiros como a cooperativa e empresas do ramo de alimentos que absorvem a produção, e dos próprios produtores que em diferentes quantidades fazem a venda direta ao consumidor final, sendo que um faz de porta em porta 3 vezes na semana o que segundo ele aliado a qualidade de seu produto garantem uma boa renda e melhor qualidade de vida para sua família.

O que fica evidenciado nessa pesquisa é a natureza de trabalho solidário e em parceria que normalmente emoldura as atividades da agricultura familiar são pequenas concentrações de terras mais com fortes vínculos e relacionamentos que se constroem dentro e fora das propriedades e que consolidam a sua vitalidade.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento local é uma alternativa que envolve a relação do homem com o campo. O território para cada sujeito tem vida própria, pois é a representação de seus anseios de suas expectativas se pertence ao local onde se tem acolhida não seria então esse lugar aquele espaço onde escolhemos para viver, trabalhar e construir família como fala Saquet (2007) e tantos outros autores. O que determina ou influencia essa caracterização são os relacionamentos e posicionamentos dos sujeitos com seu ambiente.

Ao longo desse estudo foi possível identificar que o território e a territorialidade acontecem de maneira distintas para as velhas e novas gerações enquanto os mais velhos veem o campo como espaço de trabalho e vida os mais jovens o vê apenas como espaço de lazer, os tempos mais longos a tranquilidade não exercem tanto fascínio para os jovens que desejam a velocidade o que representa um embate para a agricultura familiar que é uma atividade em desenvolvimento e que ocorre num tempo e processos mais lentos.

A identidade cultural se fortalece com a valorização das atividades locais o que produzir como produzir o fazer e o como fazer com os aprendizados e costumes que mantêm-se fortes ao longo do tempo e das gerações que transitam entre um saber e outro entre uma família e outra e constroem uma comunidade, são viabilizadas pelas atividades em redes, pelas parcerias que são elementos de integração como demonstrado na pesquisa nas ligações entre: produtores – cooperativas – entidades assistências – comunidade, é o retrato de um grande trabalho colaborativo desde o auxílio no manejo e produção até a preparação e comercialização onde um depende do outro para realizar com sucesso seu trabalho. Trata-se então de um processo

sistêmico onde a contribuição de cada participante é definitiva para o resultado positivo do grupo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo; Recife: Hucitec; IPESPE. 1995.

BOSSÉ, Mathias Le. (2004). **As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ.

ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: UERJ.
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venacio Majer. 6. ed. Celta, 2005.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: Castro, I. E. de; Costa Gomes, P.C. da e Corrêa, R. L. (orgs) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

ECHEVERRI, Rafael. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 9. ed.

HAESBAERT, Rogério. (2004b). **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

HAESBAERT, Rogério. (2007). **Identidades Territoriais**: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: _____ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access.

GOTTMAN, Jean. **A evolução do Conceito de Território**. Tradução: Isabela Forjado e Luciano Duarte. *Boletim Campineiro de Geografia*. V2; N. 3 2012.

OLIVIERI, Laura. (2003). **A importância histórico-social das Redes. Rede de Informações para o Terceiro Setor**. Paulo: Ática, 1993. 269 p. Título Original: *Pour une Géographie Du Pouvoir*.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Título Original: *Pour une Géographie Du Pouvoir*.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiro**, In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. P.17-38. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

URRUTIA, Jaime. **Território Identidade e Mercado**. In: RANABOLDO, C. e SCHEJTMAN, A. El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas. Lima: IEP, RIMISP, 2009.

AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia São Cristóvão - Sergipe.

Maria Morgana Santos Santana

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia São Cristóvão - Sergipe.

Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia São Cristóvão - Sergipe

RESUMO: Considera-se, que a relação sociedade-natureza se dá, dialeticamente, pelo trabalho. Como condição ontológica, o trabalho é responsável por garantir ao homem sentido enquanto ser social. Contudo, sob o sistema capitalista, o trabalho sofre uma deformação metabólica, converte-se em mercadoria, passível de ser enquadrada nas leis monetárias de compra e venda. Nessa direção, o presente estudo objetiva analisar as tessituras do trabalho no município de Itabaiana/SE. A pesquisa está ancorada no materialismo histórico dialético, a metodologia contemplou a pesquisa bibliográfica: artigos, livros, dissertações e teses que abordam a temática; como também a realização da pesquisa de campo. Os resultados da pesquisa demonstram que a terceirização, a

flexibilização e a informalidade configuram-se como delineamentos do mundo do trabalho em Itabaiana-SE, revelando a intensificação do processo de exploração do trabalho mediante o assujeitamento de crianças, jovens, homens e mulheres à lógica perversa do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Capital; Estado, Relação Campo-cidade.

ABSTRACT: It is considered that the field-city relationship occurs, dialectically, by work. As an ontological condition, the work is responsible to guarantee for men the meaning as social being. However, under the capitalist system, the work suffers a metabolic deformation, and becomes merchandise, able to be framed by monetary laws of supply and demand. In this sense, the paper aims to analyse the tessitures of work in the municipality of Itabaiana/ SE. The research is based on the dialectical historical materialism, the methodology contemplated the bibliographic research: articles, books, dissertations and doctoral thesis that approach the thematic; as also the achievement of field research. The research results demonstrate that the outsourcing, the flexibilization and the informality configure themselves as designs of the world of work in Itabaiana-SE, revealing the intensification of the process of labor exploitation through the assembling of kids, young, and women to the perverse logic of capital.

KEYWORDS: Work; Capital; State; Field-City Relationship.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a precarização do trabalho a partir da leitura da realidade concreta do município de Itabaiana-SE. Considera-se que o trabalho é uma categoria ontológica, tendo em vista que a relação sociedade-natureza se dá por meio do trabalho. Essa relação é dialética, pois, ao transformar a natureza o homem modifica a si mesmo. Com base na teoria do valor-trabalho de Marx (2013), na sua condição ontológica, o trabalho, além de produzir valor, é o responsável por garantir ao homem o sentido enquanto ser social.

Historicamente, as relações de trabalho ocorreram e ocorrem mediante conflitos entre classes, se baseando em formas de pagamento tais como: dias de trabalho nas terras do senhor feudal (do servo ao senhor feudal), e na atualidade, com o sistema capitalista, através do assalariamento. Apenas no modo de produção capitalista ocorre o processo de expropriação da classe trabalhadora dos meios de produção, lhe restando apenas a condição de força de trabalho enquanto mercadoria no, cada vez mais curto, ciclo do capital. Portanto, é no modo de produção capitalista que se inicia a relação de assalariamento, que obscurece a apropriação do mais valor pela classe burguesa.

Conforme Marx & Engels (2008, p.40):

[...] a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada [...].

Na atualidade, tal luta de classes passa a ser delineada por novos contornos, além de agregar novos elementos, como a precarização, cada vez mais intensificada, das relações de trabalho através da máxima exploração da força humana. Este processo passa a se agravar ainda mais com a reestruturação produtiva que se dá com a crise estrutural do capital, que passou a dar sinais mais explícitos a partir da década de 1970.

A reestruturação da produção do capital implicou em variantes diretas no mundo do trabalho, seja no campo, ou na cidade. Coube ao Estado minimizar a máquina pública, mediante o corte de direitos dos trabalhadores e extinguindo serviços públicos para a inserção do capital mediante privatização de alguns setores. Ainda neste processo de reestruturação produtiva, ao trabalhador foi destinado o extravio de direitos trabalhistas que foram conquistados historicamente através de intensas lutas sociais, além da intensificação dos níveis de exploração, precarização das relações e formas de trabalho, bem como a convivência com o fantasma real do desemprego estrutural.

2 | METODOLOGIA

Segundo Moraes (1999) o método de interpretação refere-se aos princípios filosóficos que interpelam a visão do pesquisador, ou seja, sua concepção de mundo e sua postura diante da realidade. Tal método está imbuído de uma carga ideológica e representa o posicionamento político do pesquisador. Desta forma, a presente pesquisa busca como método de interpretação a intenção de realizar a abordagem do materialismo histórico dialético, cujas matrizes encontram-se no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels. Este método propõe realizar uma leitura a partir da realidade concreta, objetiva, considerando as contradições do movimento do real que é produzido historicamente mediante as relações humanas de produção e socialização em sua totalidade.

Como procedimento metodológico inicial da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico, mediante a consulta e análise reflexiva de artigos, livros, dissertações e teses que abordam a temática em tela.

A revisão da literatura diz respeito à fundamentação teórica que será adotada para tratar do tema e do problema da pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada, é possível traçar um quadro teórico e conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa (PEREIRA, 2007, p. 68).

Neste sentido, foram realizadas leituras seguida de análise reflexiva e elaboração de fichas de leitura sobre obras que abordam o conceito de trabalho como: Antunes (1999), Engels (2009), Konder (2008), Lessa & Tonet (2011), Marx (2004), Marx (2013), Marx & Engels (2012), Menezes (2007), Smith (1984).

Posteriormente foi realizada pesquisa de campo a fim de compreender a realidade estudada através de observações e realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários de órgãos públicos, como também com trabalhadores do município de Itabaiana-SE. A partir das informações obtidas foi realizada a análise qualitativa, buscando compreender as contradições do mundo do trabalho, nas esferas da precarização, terceirização e informalidade.

3 | O TRABALHO ENTRE A ONTOLOGIA E O ESTRANHAMENTO

Para além de produzir riquezas, o trabalho é fundamento da sociedade, é a condição ontológica do ser social. É através do trabalho que o homem se relaciona com a natureza exterior transformando-a de acordo com suas necessidades e/ou interesses, neste processo ocorre acúmulo de experiências, devido às situações vivenciadas, que resultam no aprimoramento humano, logo, o homem transforma a natureza e a si mesmo pelo trabalho (MARX, 2013).

Engels (2009) demonstrou, de forma minuciosa, como o macaco transformou-se em homem através do trabalho. O autor supracitado considerou que o trabalho, tipificado na realização contínua de atividades inerentes à sobrevivência, é um

conjunto de situações que elencavam novas necessidades foram responsáveis pelo desenvolvimento dos membros do corpo, a mudança para a postura ereta e o desenvolvimento da linguagem, culminando assim na figura do homem humanizado.

[O homem] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza. Neste nível abstrato, claramente, a relação com a Natureza (a troca material) é uma relação do valor-de-uso; é como um puro valor-de-uso que a Natureza entra na relação com os seres humanos (SMITH, 1984, p. 72).

Na concepção dialética, mediante o trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo. Diferente dos demais animais, o homem realiza o trabalho não apenas como reprodução biológica, ou de forma instintiva. O ser social realiza o seu trabalho de forma consciente, o que certamente o distingue de qualquer animal e garante a sociabilidade ao homem (MARX, 2013).

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2012, p. 255-256).

Nessa direção, destaca-se a capacidade teleológica do trabalho humano. O homem consegue antecipar em sua mente, no plano ideal, as consequências da sua ação, o que possibilita a escolha de uma entre várias possibilidades, além de antecipar através de uma representação ideal o produto do seu trabalho (MARX, 2013).

Entretanto, o papel do trabalho não se resume a produção humana, engloba também a produção da sociedade. Segundo Lessa & Tonet (2011, p. 23) “não há indivíduo fora da sociedade”, logo, o trabalho realizado de forma individual em uma relação dialética influencia e é influenciado pela sociedade. O produto do trabalho humano se dá mediante as experiências das gerações anteriores e possui variantes futuras (LESSA; TONET, 2011).

Através do trabalho o homem construiu toda base material que é indispensável para a (re)produção da sociedade humana. (ENGELS, 2009). À medida que se desenvolvia o aprimoramento humano, se complexificava as relações de trabalho resultando em novas produções humanas, tais como o Estado, o direito, a religião e a divisão do trabalho, esta última possui maiores variantes e implicações com o surgimento do sistema sociometabólico do capital.

No momento histórico em que as condições materiais puderam permitir o surgimento da propriedade privada, a divisão do trabalho e a sociedade em classes, o trabalho sofreu uma deformação metabólica. Com a origem da propriedade privada iniciou-se o processo da divisão social do trabalho, a qual distingue duas classes

antagônicas e que com o desenrolar deste processo ocorreram modificações nas relações de trabalho, modificando também a forma de produção do espaço.

No sistema do capital, ao invés de produzir a realização humana, o trabalho transfigurou-se em ente estranho ao trabalhador. Segundo Konder (2008, p. 30), tal estranhamento ocorre “uma vez que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho ser realizado, pertence a outra pessoa que não o trabalhador”. Tal estranhamento não é resultado de um processo natural, mas social. Torna-se necessário para a manutenção do sistema do capital, pois ao não se reconhecer como produtor da riqueza o trabalhador não pode requerer a apropriação da mesma, antes se torna cada vez mais alienado do processo de produção e não se realiza na produção do trabalho. Segundo Marx (2004, p.44), “a apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital”.

Na sociedade capitalista, ao separar os homens em detentores dos meios de produção e vendedores da sua força de trabalho, o trabalho sofre uma deformação metabólica, ao invés de produzir o que necessita através do trabalho, o ser social, passa a produzir de acordo com as determinações imperantes do processo sociometabólico do capital que visa à acumulação incessante do mais valor. O trabalho perde o seu caráter ontológico e torna-se para o capital mais uma mercadoria que garante a continuidade da lógica de (re)produção do capital.

Subsumido à condição de mercadoria, quanto maior a oferta da mercadoria trabalho mais baixo é o seu preço, quando isto não é possível o capital cria mecanismos de controle que garantem a desvalorização do valor da força de trabalho, seja através do desemprego estrutural, de crises periódicas, da retirada de direitos trabalhista, ou da contratação de trabalhadores considerados “inferiores” como os imigrantes, as mulheres e as crianças.

Segundo Menezes (2007), ao tornar o trabalho mercadoria, o trabalhador já está fadado a tornar-se supérfluo. O trabalhador não é concebido enquanto humano, mas como mercadoria que possibilita a produção de outras mercadorias, estas, por sua vez, quando completado o ciclo de realização do capital tornam-se mais valor, que possibilita a acumulação progressiva e a contínua exploração do trabalho. Como mercadoria, o trabalho deve possuir um custo cada vez menor para não comprometer o lucro do capitalista, o que só é possível mediante a precarização das condições de trabalho e a achatamento dos salários dos trabalhadores, assim, o capital resulta em coisificar seres humanos e naturalizar desigualdades. O trabalho distancia-se do seu aspecto ontológico, para tornar-se trabalho alienado e o ser social tornar-se supérfluo frente às determinações do sistema sociometabólico do capital.

4 | O MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE: O REAL CONCRETO

Ao analisarmos a realidade estudada, observa-se que os trabalhadores vivenciam um processo profundo de alienação, cujo cerne encontra-se fundado na divisão social do trabalho que resulta na separação entre o trabalhador e os meios de produção, colocando o produto do trabalho como algo estranho aos que a produzem. Assim, a sociedade encontra-se dividida entre os que detêm a posse dos meios de produção e os que necessitam vender a sua única fonte de renda – a força de trabalho – isso quando há um “comprador” que pague por esta mercadoria, visto que, com o fantasma real do desemprego estrutural tem ocorrido uma série de demissões na maior parte das fábricas, lojas, entre outros ramos.

Há na sociedade sergipana um discurso falacioso, que atribui a condição socioeconômica de Itabaiana/SE ao “espírito empreendedor” inerente aos sujeitos sociais que nascem no município, uma espécie de atribuição natural desse grupo humano. No entanto, ao se admitir este discurso como verdade inquestionável, perde-se a centralidade do trabalho como fundante da sociedade e fonte de toda riqueza produzida, como também suprime a possibilidade de qualquer análise das relações de trabalho e das relações de produção.

O município de Itabaiana/SE tem apresentado um crescimento econômico significativo nos últimos anos. É expressão dessa afirmativa, a ampliação do comércio como um todo, quantitativamente falando o número de lojas aumentaram, além da construção em andamento de um *Shopping Center* na cidade. Ao pensar em lojas sendo inauguradas, logo se pensa em contratações, essas até podem ocorrer, mas somente por uma temporada, uma vez que, os trabalhadores passam por um processo de rotatividade tão intenso, que amiúde a carteira de trabalho não chega a ser assinada. São trabalhadores, que residem nos municípios vizinhos e na zona rural de Itabaiana, sendo obrigados a conviver com o caos e a insegurança decorrentes dessa ação perversa do capital, sobretudo, os jovens e adultos que buscam um trabalho fixo como garantia de sua reprodução social.

Mediante pesquisa de campo, constatou-se que como aprofundamento da competitividade capitalista, a adoção do trabalho por comissão encerra-se como mecanismo utilizado para ampliar as vendas, destarte, a margem de lucro. Para o mundo do trabalho, essa estratégia do capital, resulta em colocar os trabalhadores para se digladiarem, desestabilizando os laços de cooperação na/da classe trabalhadora e segmentando-a ainda mais.

Nas últimas décadas os processos de precarização do trabalho, informalidade e terceirização tem se intensificado em Itabaiana. Através da realização de entrevistas com trabalhadores, foi relatado que nas instituições públicas os direitos trabalhistas têm sido negligenciados, sobretudo, pela falta de fiscalização do ministério do Trabalho.

O processo de terceirização no município está focalizado predominantemente nos setores públicos como a Universidade Federal de Sergipe e as escolas tanto

municipal como estadual. Segundo Alves (2010), esse processo se finda como reflexo da crise estrutural que atribui o desmonte do Estado como estratégia para garantia da (re)produção do capital sem comprometimento da taxa de lucro.

Nesse contexto, a redução da esfera estatal torna-se princípio fundamental da política neoliberal para a inserção do capital em setores que se encontravam sob a responsabilidade estatal (HARVEY, 2008). A crise fiscal-financeira é utilizada como discurso falacioso que atribui ao Estado a necessidade de cortar gastos, seja através da retirada de direitos sociais, ou da terceirização de serviços prestados pelo próprio Estado, como também a privatização de empresas e serviços públicos. A terceirização emerge como a expressão máxima da entrada do capital na esfera pública e que implica diretamente em transformação no trabalho, como a redução de salários.

Na área urbana do município os vendedores ambulantes configuram-se como expressão da informalidade que permeia o mundo do trabalho. São trabalhadores que diante do desemprego estrutural concebem as atividades informais como mecanismo de garantia às condições mínimas para sua reprodução material. Dispersos em diversos pontos espaciais da cidade, comercializam desde produtos alimentícios até mercadorias industriais produzidas sob as precárias condições de trabalho na China. Com base na realização de entrevistas, constatou-se que esses trabalhadores consideram os rendimentos da informalidade superiores aos rendimentos na condição de assalariamento. No entanto, essa realidade não suprime a face precarizada e eivada das condições de trabalho desses sujeitos, a saber, as longas jornadas de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas.

No setor industrial, constata-se a forma de produção descentralizada, como estratégia responsável por uma extração maior do lucro. Segundo Harvey (2009), a flexibilidade do/no processo produtivo instaurou-se como solução para conter a tendência de queda da taxa de lucro que se coloca de forma mais incisiva a partir da crise crônica do capital que possui por marco a década de 1970.

Como materialidade dessa estratégia, constataram-se através de pesquisa de campo na periferia da cidade de Itabaiana as fábricas de produção de folheados a ouro - como brincos, pulseiras, correntes e anéis. A descentralização da produção implica na inclusão de todos os membros da família durante o processo produtivo, resultando em exploração do trabalho sem que haja remuneração. Soma-se a essa situação, a realidade dos trabalhadores que elaboram peças nas suas próprias casas sem vínculo empregatício, pois o regime de contrato é o trabalho temporário.

A produção de folheados a ouro possui como expressão basilar o trabalho feminino e infantil. Enquadrados no grupo da força de trabalho menos valorizada, são trabalhadores que se inserem de forma precarizada nas relações de produção capitalistas, vivenciando a superexploração como marca do seu labor, trabalham na mesma posição durante horas, realizando um trabalho que requer paciência e sutileza na medida em que desgastam as suas forças físicas e a condição física dos quirodáctilos.

Em tempos de acumulação flexível, a flexibilização do trabalho forja-se como mais um mecanismo para a exploração da força de trabalho humana (HARVEY, 2009). Durante a pesquisa de campo detectou-se que no contrato de diversos trabalhadores não há especificando uma função, permitindo que os trabalhadores executem inúmeras funções. É a estratégia utilizada pelo capital para redirecionar o rumo da produção conforme as oscilações do lucro sem necessitar contratar mão de obra especializada.

Enquanto que ao detentor dos meios de produção cabe a apropriação da riqueza produzida, ao trabalhador é dada uma quantia mínima como garantia para a sua reprodução na condição de trabalhador, permanecendo sem compreender o processo de exploração a que está sujeitado. Ao questionar os motivos, que os levam a permanecerem sob tais condições de exploração e precarização do trabalho, recebemos várias respostas como se constata abaixo:

“É a única forma de sobreviver” (Trabalhador A).

“Se eu sair o patrão fala, que têm inúmeros querendo ocupar meu lugar” (Trabalhador B).

“O meu trabalho é a única forma para eu concluir minha faculdade e lutar por algo melhor, depois” (Trabalhador C).

“Preciso trabalhar para ajudar meus pais”, “Se eu não trabalhar não consigo comprar minhas coisas” (Trabalhador D).

Ao trabalhador subsumido pela lógica irracional do capital, cabe o seu papel de produtor de riqueza e a convivência real com a pobreza. O trabalhador, apesar de real produtor da riqueza, torna-se cada vez mais precarizado, flexível, eivado, supérfluo aos ditames do capital que busca manter a sua operacionalidade reprodutiva sem dirimir a sua taxa de lucro.

Essa realidade representa o caráter destrutivo da lógica sociometabólica do capital, que ao mesmo tempo em que ele centraliza e concentra capital nas mãos de uma minoria simultaneamente engendra suas mazelas especializando o espaço da miséria, da barbárie. Como elucida Conceição (2005, p.168) “a concentração territorial intensifica os bolsões de pobreza e, conseqüentemente, conflitos; aumento de marginalidade e criminalidade, atos de violência que são cada vez mais intensos, frente ao crescente desemprego [...]”.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinamicidade do sistema capitalista torna-o incontrolável e a auto expansão inevitável (MÉSZÁROS, 2002). Através do processo sociometabólico o capital busca novos mecanismos para se inserir em novos setores que possibilitem a progressiva acumulação, dessa forma, o ataque ao mundo do trabalho – com a retirada de direitos trabalhistas e a intensificação da precarização e exploração do trabalho humano - tem

se revelado como uma nova estratégia do capital, visto que, as tais têm se mostrado rentáveis para o capital permitindo assim a reprodução continuada do capital.

Os resultados da pesquisa evidenciam o alto processo de exploração do trabalho, que crianças, jovens, mulheres, e adultos são submetidos constantemente no município de Itabaiana/SE, os quais estão sujeitados a lógica perversa do capital. Assim, há um processo simultâneo de exclusão e inclusão imediata no crescente exército de reserva, que alimenta a reprodução sociometabólica do capital, resultando na maximização das disparidades sociais por meio do ataque direto ao mundo do trabalho.

A alienação torna-se marca essencial no processo acumulativo do capital em Itabaiana, os trabalhadores não se percebem enquanto produtores da riqueza veem no imediato, o trabalho precarizado e estranhado como a única perspectiva para garantia da sua reprodução material, inclusive submetendo-se a níveis cada vez mais intenso de exploração, os quais em determinadas situações não é capaz de garantir o mínimo que é acordado socialmente, como os direitos trabalhistas. Neste sentido, verifica-se que no sistema do capital o imperativo da acumulação é a força motriz do processo, para tanto, torna-se necessário subverter o trabalho à lógica do capital, assim a negação e retirada dos direitos da classe trabalhadora representa os imperativos do próprio capital que busca sempre reduzir gastos para acumular mais valor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do Espaço da Miséria. **Scientia Plena**. v.1, p.166-170, 2005.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do homem em macaco**. Brasília: Editora Centelha Cultural, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo, SP:Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De supérfluos a sujeitos históricos na contramão do capital: a geografia do (des)trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. 1ª edição. Tradução de Paulo César Castanheiros e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO

Samuel Cabanha

Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE (2017). Especialista em Educação – UTFPR (2009), Especialista em Terapia Cognitiva pelo Instituto Paranaense de Terapia Cognitiva – IPTC (2015), Graduado em Psicologia pela UCA (2007).

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Foz do Iguaçu – Paraná

André Avelino Cabanha

Pós-graduado em Filosofia e Sociologia nível Especialização pela UNIAMÉRICA (2013). Pós-graduado em Educação Especial pela Faculdade de Administração Ciências Educação e Letras FACEL (2015). Graduação em História pela Faculdade UNIAMÉRICA (2012).

Secretaria da Educação do Estado do Paraná – SEED/PR

RESUMO: O artigo traz a tona um aspecto histórico imerso no presente e, busca contextualizar um monumento como representação material que refaz memória. Para isso, propõe-se a análise do monumento erigido no município de Santa Helena – PR, em memória à marcha de Luiz Carlos Prestes. O objetivo central do estudo é explorar se essa representação material de um evento passado funciona como uma forma simbólica de instituição de um lugar de memória através

de ritualização e de uma intervenção urbana. A metodologia adotada foi à revisão bibliográfica, sendo que o levantamento dos dados consistiu na pesquisa documental clássica, e em parte, no uso de fontes impressas (folders, fotografias e matérias de jornais). O arcabouço teórico gira em torno de discussões que envolvem os conceitos ligados à história e memória. Como resultado, se observa a disputa pela preservação da memória, o que se evidencia através da articulação entre a representação do monumento e a tentativa de ritualização em torno do lugar, e, nesse sentido, foi possível verificar que o município ao contextualizar o monumento e refazer sua história, refaz e concretiza memórias, pois a memória está concretizada ali. Dessa forma, este estudo contribui para a produção do conhecimento e serve de pano de fundo e abertura para estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades. Memória. Monumento. Santa Helena. Coluna Prestes.

ABSTRACT: The article brings to the fore a historical aspect immersed in the present and seeks to contextualize a monument as a material representation that evokes our memories. For this, it is proposed an analysis of the monument erected in the municipality of Santa Helena - PR, in memory of the march of Luiz Carlos Prestes

should be made. The central objective of the study is to explore whether this material as a representation of a past event, functions as a symbolic form of institution of a place of our memory through ritualization and urban intervention. The methodology adopted was a bibliographical review, and the data collection consisted of classic documentary research, and partly the use of printed resources (folders, photographs and newspaper articles). The theoretical framework revolves around discussions that involve concepts related to history and memory. As a result, the dispute for the preservation of memory is observed, which is evidenced by the articulation between the representation of the monument and the attempt of ritualization around the place, and in this sense, it was possible to verify that the municipality in contextualizing the monument and to remake history, remakes and concretizes memories, because the memory is fulfilled there. Thus, this study contributes to the production of knowledge and serves as a background and openness for future studies.

KEYWORDS: Territorialities. Memory. Monument. Saint Helen. Prestes Column.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de escrever este artigo surgiu a partir do interesse em estudos relacionados aos eixos temáticos valorizados pela nova história cultural, a saber, imaginários, memória e territorialidades, assuntos abordados nas disciplinas “Memória, Identidade e Patrimônio Cultural: Diálogos e Fronteiras” e “Territórios, Territorialidades, Poder, Fronteiras e Redes”, disciplinas do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da UNIOESTE, campus de foz do Iguaçu.

Para elaboração do artigo foi necessário também uma visita ao município de Santa Helena – PR (figura 1), a fim de conhecer um pouco da história local e da história da construção do monumento em memória a Coluna Prestes, nosso “objeto” de análise. O monumento foi construído em anexo aos resquícios da antiga Ponte Queimada, localizada as margens do Rio São Francisco Falso, no município de Santa Helena. É uma obra estruturada em concreto armado, com 15 metros de altura (simbolizando os 25 mil quilômetros percorridos pela coluna), cuja obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Além do obelisco, no local do memorial existe uma pedra fundamental onde a “memória” está grafada em uma placa de bronze afixada a um pilar de concreto com a inscrição referente à Marcha da Coluna Prestes.



Figura 1 - Mapa do Estado do Paraná, cidade de Santa Helena em destaque.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paran%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paran%C3%A1))

O objetivo central do estudo foi explorar se essa representação material de um evento passado, “criado” a fim de compor a paisagem, “funciona” como uma forma simbólica de lugar de memória, de imaginários e de territorialização por parte dos moradores de Santa Helena. Nesse sentido, este artigo segue a vertente do discurso de negação da tradição historiográfica com ideias universais, refutando a modernidade com valores expressos no progresso, no otimismo, na linearidade do tempo, como bem aponta Pesavento:

A nova tendência passou a afirmar a não existência de verdades absolutas, marcando o recuo de uma posição cientificista herdada do século passado. Estimulando novos olhares e abordagens com a realidade, em uma e outra vertente, a história social dos anos 60 e 70 restabeleceu o ofício do historiador. Como um mestre da narrativa, este é alguém que munido de um método, resgata da documentação empírica as “chaves” para recompor o encadeamento das tramas sociais (PESAVENTO, 1995, p.12).

Dessa forma, esse estudo busca explorar essa trama social, de modo a evidenciar memórias, imaginários e territorialidades e à representação coletiva em torno do memorial. Assim sendo, busco explorar sucintamente o processo de idealização e construção do monumento, pois tal fato requer uma análise crítica, pois “os monumentos não são apenas objetos estéticos”. É nesse sentido que esse texto pretende contribuir para constituição de fontes, a fim de explicar um pouco da história do município de Santa Helena, em dado período de tempo.

2 | METODOLOGIA

Ainda que necessário à visita ao município de Santa Helena, pode se dizer que do ponto de vista dos procedimentos metodológicos utilizados, não se trata de um estudo de campo, mas de uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, a pesquisa seguiu os

pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, pois se delimitou a uma sucinta análise historiográfica. Ainda no tocante a metodologia, segundo Demo (1998) a pesquisa qualitativa é o tipo de pesquisa que confronta o paradigma positivista, porém, “sem destruir o legado formal da ciência” (DEMO, 1998, p. 89). Para tanto, utilizou-se de ilustrações, trechos de discursos, uso de materiais publicados em livros, periódicos e de sítios eletrônicos. As imagens e fotografias foram utilizadas porque servem como um precioso recurso metodológico, pois segundo a perspectiva da escola de Analles, elas podem ser utilizadas como uma possibilidade construtiva e interpretativa da historiografia. Dessa forma, a metodologia adotada bem como a apresentação do texto, foi orientada a facilitar a compreensão dos lugares de memórias e das imagens como fontes do conhecimento.

3 | A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EM SANTA HELENA: TERRITORIALIDADE E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

É notório que na busca por registrar na memória aquilo que é história, alguns “agentes” procuram viabilizar diversas formas de registro daquilo que será considerado história, a saber, daquilo que deve ser lembrado e daquilo que deve ser esquecido. Além da construção do monumento no município de Santa Helena, que é nosso foco de discussão, há outros monumentos com o mesmo significado [... e ou semelhantes...] que foram erguidos em outras cidades do país, a exemplo do monumento no município de Crateús no estado do Ceará, da presença de um monumento no município de Palmas, em Tocantins, e da presença de um monumento no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, onde existe o Memorial Coluna Prestes, que reúne grande acervo de materiais, além da existência de monumentos semelhantes em outras cidades brasileiras.

O objetivo não é especular a necessidade que houve em se “demarcar” o trajeto por onde a Coluna Prestes marchou, ou as características políticas e ideológicas que marcaram a Coluna Prestes naquele momento histórico, mas sim, compreender como se deu a ideia inicial da construção do monumento em Santa Helena, buscando dialogar o monumento como um espaço de reivindicação da memória e de territorialização, em específico, a criação de um “marco” da história do município de Santa Helena, e da região oeste do Paraná.

Nesse sentido, de acordo com Pierre Bourdieu (1989):

“A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociológicos” (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Tal assertiva não está distante do que nos ensina Candau, que diz que “a memória nos dará esta ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois

é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAUI, 2011, preâmbulo).

Seguindo essa compreensão, Pierre Nora (1993) nos diz que:

“[...] a plasticidade e a problemática dos lugares de memória está justamente no fato de eles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornar pontos de referência como “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 13).

E tal fato é inteligível, pois cada município procura uma forma de construir seu território, sua territorialidade, sua memória, sua história. Essa profunda e urgente necessidade de trazer a lembrança, fatos, acontecimentos, ou até mesmo suas lendas-urbanas se dá porque cada local trabalha e cria sua história, na medida em que fala sobre si e para si mesmo. Na perspectiva de Pierre Nora, esses lugares de memória surgem a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva, ou seja, “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14).

Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

Ainda segundo este mesmo autor, ele nos diz que:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Considerando que os monumentos nada mais são do que a materialização de territorialidades e discursos, de bricolagens, de disputas e apropriações de memória(s), se compreende que movimento e monumento buscam algo maior, a saber, a construção social da memória através da disputa pela memória [...]. Ao falarmos de movimento, estamos a falar da memória a ser construída (a ser visitada ou revisitada), a saber, da necessidade de um suporte exterior, de uma referência tangível, ou seja, do movimento que preexiste antes da ideia se materializar, antes da ideia tomar corpo como um monumento, um obelisco, um memorial, etc.

Portanto, a luta para a construção da memória através de um monumento nada mais é [...], que a tentativa de estabelecer laços de identidade individual e coletiva, e não foi diferente no município de Santa Helena, pois a ideia gesta em um tempo e espaço pela sociedade que cria monumentos, pois conforme Le Goff (2013):

“[...] o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais a confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o menor denominador comum

do passado, de nitidez quase coquetista de um monumento funerário freqüentado assiduamente” (LE GOFF *Apud* BOURDIEU, 2013, p. 426).

Nesse sentido, parafraseando Nora (1993, p. 13), o Memorial coluna Prestes, em suma, se constitui em um lugar de memória, que atua como um componente contra o apagamento da memória, na medida em que serve de “fonte” de lembrança do passado que é colocada a disposição do povo santa-helenense.

4 | A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO E O MONUMENTO COMO TERRITORIALIDADE E REIVINDICAÇÃO DA MEMÓRIA

O projeto do memorial foi idealizado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer, retratando a rota da Coluna Prestes e sua passagem pelo Município de Santa Helena em Abril de 1925. O monumento está localizado às margens da rodovia PR-488, sendo que foi construído junto aos resquícios da Ponte Queimada, ponte sobre o Rio São Francisco Falso, que liga o município de Santa Helena ao município de Diamante do Oeste. O monumento a Coluna Prestes foi tombado pelo patrimônio municipal através do Decreto nº 1007/95, e foi idealizado durante o mandato do senhor Júlio Morandi, ex-prefeito do município de Santa Helena.

A ideia da construção do monumento no município de Santa Helena se deu no ano de 1995, sendo que é impossível atribuir a ideia da construção do monumento a um único indivíduo ou grupo, porém é evidente que havia interesses municipais em transformar o local em um ponto turístico (patrimônio cultural), conforme pode ser verificado na figura 2.



Figura 2 – Projeto de Niemeyer, construído em Santa Helena – PR, em homenagem a Coluna Prestes.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9>

Seria muito simplista de nossa parte afirmar que a construção do monumento obedece a uma única finalidade, mas é possível destacar alguns fatores importantes, e dentre esses fatores, dois merecem destaque; em primeiro plano, é crucial dizer que

a construção do monumento está associada à idéia da memória como um agente de promoção do turismo local, a exemplo disso, o Memorial Coluna Prestes é apontado como um local de memória digno de ser conhecido, conforme se vê no folder publicitário elaborado pela prefeitura de Santa Helena (Figura 3).



Figura 3 - Prefeitura Municipal de Santa Helena. Folder de Propaganda: Santa Helena: Terra das Águas. (Fragmento). s/d. Acervo do Autor. (Distribuído em 2004).

Fonte: Langaro, J. F. Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná/Jiani Fernando Langaro.- Uberlândia, 2005. 280f

Em segundo plano, o monumento tem a finalidade de infundir territorialidade e de instituir a memória, buscando formar uma coesão identitária do povo santa-helenense em torno do memorial. Nesse mesmo sentido, pode se dizer que isso é verdadeiro, “pois são territorialidades também, as expressas nos costumes, nos ritmos, os ritos e nos valores desses povos” (SOUZA, 2009, p. 105). Cabe destacar também a frase escrita na placa de bronze junto ao monumento, onde se encontra escrito que a finalidade da coluna era “construir um Brasil onde os ideais liberais de representação política e justiça conquistassem o devido lugar na vida nacional”, cuja frase busca promover uma “heroicização” dos integrantes da coluna, fazendo com que esse processo de heroicização favoreça uma postura de aproximação empática do cidadão santa-helenense em torno de sua territorialidade e em torno do memorial. Dessa forma, o município de Santa Helena cria um dos alicerces para a formação da identidade santa-helenense, na medida em que retrata o memorial como um “lugar de memória”.

Tal fato é compreensível, haja vista que Santa Helena se tornou município apenas no ano de 1967. Para que este exercício de identificação ocorra (resgate da memória, a fim de desencadear uma ligação entre o cidadão e suas raízes), o município promove uma ritualização, pois a experiência vivenciada na ritualização pode trazer a tona diversas leituras possíveis acerca do memorial, ou seja, se percebe que houve a necessidade de sacralizar (figuras 5, 6 e 7) através da organização de um evento, o qual se denominou como “Primeiro Acantonamento”, cujo lema era, “Povo que não

tem memória não tem história!”.

Com o objetivo de reviver a história (trazer a lembrança) e aumentar o turismo é que a Prefeitura Municipal de Santa Helena, através da então Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária de Santa Helena realizou no dia 20 de abril de 2013 o primeiro Acantonamento Comitivas da Esperança no Memorial da Coluna Prestes, buscando reviver a história de Santa Helena em torno do Memorial Coluna Prestes (Figuras 4, 5 e 6).



Figuras 4, 5 e 6: Em 20 de Abril de 2013 o Acantonamento reviveu a história de Santa Helena e movimentou o Memorial Coluna Prestes.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenuudir.php?id=30>

5 | MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA E MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO

Sobre o estudo da memória, é importante considerar que todo estudo a respeito desse tema nasce de uma prática necessariamente interdisciplinar. Além disso, ao se trabalhar com história e memória, é importante estabelecer relações éticas com o que se propõe a analisar, buscando se aproximar da verdade, mesmo sabendo que “a posição da verdade na História não é a mesma daquela identificada em outros campos do conhecimento humano, mas sim decorre das infinitas análises e interpretações construídas pelos investigadores para compreender o passado [...]” (FERNANDES, 2011, p. 12), e, ter muito cuidado e responsabilidade com o material produzido e distribuído.

Mas, afinal de contas, o que é a memória em pesquisa?

A memória pode ser considerada como uma trilha (um caminho a se construir e/ou desconstruir) que o historiador pode transformar em fonte para sua pesquisa. A memória é um fragmento que obstina-se em ficar entre nós, que nos auxilia a criar elos, a estabelecer laços de identidade individual e coletiva. É por meio da recordação e da revivificação que muitas conexões são criadas no âmbito pessoal e coletivo. A memória se erige no embate entre os diversos campos da memória (coletivos e individuais) e na tensão entre passado, presente e futuro. Assim, a memória é constituída a partir dessa

numerosa rede relacional, e segundo Todorov (2002) [10], o ponto crucial é procurar “entender que memórias individuais e coletivas interagem para formar uma identidade memorial”, e nesse mesmo sentido, este autor nos diz que:

“A recordação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto individual como de grupo. Um e outro também se definem, evidentemente, por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem prescindir dessa primeira lembrança” (TODOROV, 2002: 199).

Segundo Jacques Le Goff (2013, p. 387), “a memória pode ser considerada como a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História”. A memória está no próprio assento da História (história e memória se mesclam e se fundem), confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade.

Dessa forma, uma historiografia (um pesquisador, um grupo, um fato, etc.) sobre a memória pode produzir outras memórias e esquecimentos, e, por sua vez, memórias e esquecimentos podem construir identidades coletivas e individuais. Ademais, segundo a compreensão do conceito de memória apresentado por Pollak, enquanto representações de um momento histórico e de lutas para fixar uma visão/posição, a memória é “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (POLLAK, 1992, p. 204). Mas qual a relação da memória com a presença do memorial em Santa Helena?

O memorial busca revificar, ou seja, trazer a tona um processo histórico que está imerso no presente. Como num movimento de vai e vem, quer visitar um acontecimento de tempos idos, e desta forma, fazer a intersecção entre passado, presente e futuro, pois a(s) memória(s) são dinâmicas e podem ser reivindicadas a qualquer momento.

No caso do Memorial Coluna Prestes, o município de Santa Helena se apropria e trás a tona o que nos diz Le Goff, ou seja, “busca constituir uma memória coletiva, pois é através da recordação e da tradição que ocorre a manifestação da memória” (LE GOFF, 2013, p. 435).

6 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A MARCHA DE PRESTES E A PASSAGEM POR SANTA HELENA EM 14 DE ABRIL DE 1925

A Coluna Prestes, originalmente chamada de Coluna Miguel Costa Prestes, foi um movimento que durante 25 meses percorreu cerca de 25 mil quilômetros e obteve

várias vitórias contra as forças legalistas, mas não teve sucesso em sua tentativa de sublevar as populações do interior contra o presidente Artur Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926 a Coluna entrou na Bolívia e se dissolveu no início do ano seguinte.

O movimento revolucionário teve início na cidade de Alegrete (sul do Rio Grande do Sul). A Coluna Prestes, como ficou conhecida, foi um movimento político militar brasileiro que se deu entre os anos de 1925 e 1927, estando ligado diretamente ao surgimento do Tenentismo, que foi uma corrente de pensamento que, em linhas gerais, tinha por características a insatisfação com a República Velha, a exigência do voto secreto, fim da exploração dos mais pobres pelos coronéis, acabar com a falta de democracia, acabar com as fraudes eleitorais, instituir o ensino fundamental a todos os brasileiros, acabar com a miséria e a desigualdade no país, etc. O movimento contou com líderes de diversas correntes políticas, mas em sua grande maioria, o movimento era composto por militares, a saber, oficiais subalternos, capitães e tenentes de classe média. O nome mais expoente desse movimento foi o Capitão Luiz Carlos Prestes, alcançando uma tremenda popularidade, sendo conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”.

A coluna Prestes teve origem após o fracasso da Revolução Paulista de 1924, sendo que em Agosto deste mesmo ano os sobreviventes desse movimento se refugiaram no Oeste do Paraná. É nessa região que se reúne ao grupo o Capitão do exército Luiz Carlos Prestes, quem no Rio Grande do Sul havia formado um grupo armado para apoiar o levante de São Paulo. Como a revolta não logrou êxito no Rio Grande do Sul, os “insurgentes” se dirigiram a Região Oeste do Paraná. A coluna contava com cerca de 1500 soldados, participantes da Revolução Paulista (dirigidos por Miguel Costa), sendo que os gaúchos se uniram em torno do nome de Prestes. Mesmo com a oposição do governo federal a Prestes, e sua inferioridade numérica, Prestes se negou a submeter-se e direcionou seus seguidores em direção ao norte, cruzando o estado de Santa Catarina, em direção ao Oeste do Paraná.

Essa primeira ação tinha como objetivo engrossar as fileiras da coluna paulista, que se encontrava na mesma região. No mês de abril de 1925, os militares gaúchos concluíram seu plano após sofrer várias perdas nos confrontos com as tropas oficiais, e logo após rumaram a Santa Helena, objetivando em caso de necessidade, chegar a Guaíra, tendo como possível rota de fuga o país do Paraguai. Posteriormente, atravessaram um trecho do território paraguaio, entrando novamente no Brasil, no Mato Grosso do Sul. Um fator que ajudou no caráter legendário da Marcha de Prestes foi a sua duração e a extensão percorrida, cerca de 25.000 quilômetros num período de dois anos (Figura 7), atravessando treze Estados brasileiros.

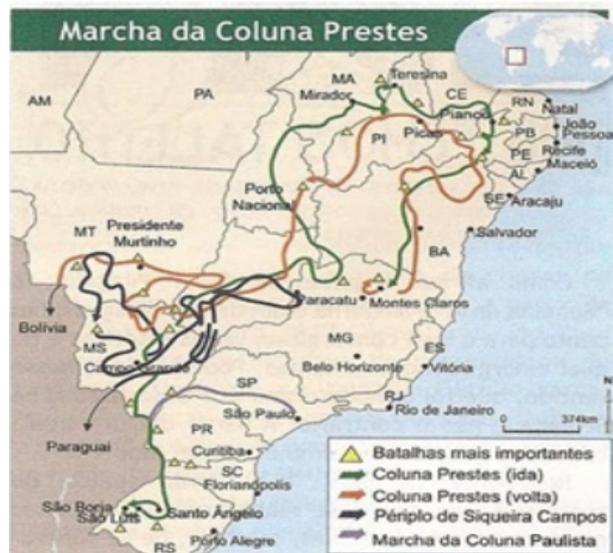


Figura 7 - Mapa da marcha da Coluna Prestes e batalhas.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna>

No período em que atravessou várias cidades do país, tentou mobilizar as populações locais a se voltarem contra a opressão política das oligarquias. No entanto, a ausência de um projeto político mais claro impossibilitou a formação de um movimento suficientemente forte para derrubar as autoridades estabelecidas.

Em fevereiro e março de 1927, Prestes e seus seguidores, já em pequeno número, cruzaram a fronteira rumo ao exílio, ao carecerem de forças (soldados e logística militar) para continuarem a luta armada. Com o passar do tempo, vários “insurgentes” regressaram ao Brasil, alguns aderindo ao movimento de Getúlio Vargas em 1930, outros, a exemplo de Prestes, se filiaram ao movimento comunista brasileiro.

Mas qual a relação desse movimento revolucionário com o município de Santa Helena e com o povo santa-helenense? É na passagem da Coluna Prestes por Santa Helena, em 14 de Abril de 1925, em suas andanças e combates pela região, quando perseguidos pelas tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon, que os revolucionários de Prestes, em retirada, queimaram a ponte sobre o Rio São Francisco Falso, construída pela Companhia Domingos Barthe no início deste século, e que após este episódio ficou conhecida como Ponte Queimada, cujos vestígios são visíveis até o dia de hoje (Figura 8). É a partir da revivência desse fato (dessa marca) que o memorial pôde tomar corpo, ou seja, é a partir da elaboração da ideia e da construção do memorial que é possível fazer uma interseção entre passado, presente e futuro e o cidadão santa-helenense. Esse exercício de identificação através do memorial, trouxe a tona um aspecto histórico que se encontrava imerso no presente, e dessa forma, possibilita(ou) diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorram laços de identidade através da recuperação da memória em torno do Memorial Coluna Prestes.



Figura 8 – Resquícios da Ponte Queimada

Fonte:<http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9>

7 | O MONUMENTO E A MEMÓRIA EM DISPUTA: O MONUMENTO COMO DOCUMENTO

A palavra monumento, deriva do latim *monere* (“advertir”, “lembrar”), que quer dizer, aquilo que remete a lembrança de algo. Conforme Choay (2001, p.31), “o monumento, acrescido do adjetivo histórico, nasce em Roma, em 1420, configurando-se como obras arquitetônicas remanescentes de épocas passadas”. Por esse motivo, o monumento histórico converte-se em um tema importante, sendo a partir daí elaborado com mais abrangência o conceito de patrimônio cultural e, dessa forma, segundo aponta Santiago (2007), pode se dizer que essa compreensão

“Inicia-se por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado. A princípio, chamadas de antiguidades, e depois de monumentos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceitua a história como uma disciplina. Esse sentido, mais tarde, desembocaria na visão de patrimônio histórico, e, nas últimas décadas do século XX, na noção mais abrangente de patrimônio cultural” (SANTIAGO, 2007, p.4).

De acordo com a asserção acima, a respeito do entrelaçamento entre memória, história, monumento e patrimônio cultural, é possível inferir que os objetos “guardados” pelo homem e presentes nos espaços públicos, bibliotecas e museus possuem as relações de produção da sociedade que os criou. Assim sendo, os monumentos possuem significados sociais, pois revelam uma história, e a igual modo que os documentos, são frutos de escolhas e intenção de quem os elabora, sendo assim, constituem-se em territorializações produzidas e levadas a cabo pelo povo, reproduzindo assim, um ponto de vista parcial da história.

Partindo da concepção de que existe um jogo de interesses entre os atores sociais e, ao mesmo tempo, existem muitas memórias em constante disputa na sociedade, é natural que nessa disputa, os grupos busquem se apropriar seletivamente daqueles

elementos de memória presentes na sociedade que podem construir ou favorecer (de acordo a interesses) uma versão hegemônica para este mesmo grupo.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da construção do monumento no município de Santa Helena é uma questão relevante, em primeiro plano, pelo que foi exposto no transcórre deste ensaio, em que pode ser verificado que os monumentos possuem marcadamente caráter político e podem ser objetos de disputas entre grupos distintos e, em segundo plano, porque uma vez submetidos a interpretações contrastantes, revelam a sua natureza política. Outra questão que torna o estudo importante para ser analisado (e/ou reinterpretado) é a razão histórica, pois essa busca pelo passado pode revelar como as identidades individuais e coletivas são formadas, e nesse sentido, as memórias podem definir padrões identitários de uma sociedade.

Através deste estudo pode-se evidenciar o trabalho de reivindicação da memória, que se traduziu na representação por meio da construção e do projeto idealizador em torno de um monumento que buscou fazer a conexão entre passado e presente e, se essa asserção pode ser reconhecida como uma verdade é apta para compreender o contexto social, político e econômico que envolveu o processo da construção do memorial em Santa Helena, evidenciando esse movimento na busca da construção social de uma memória. É prematuro definir que existe uma memória coletiva santa-helenense associada ao Memorial Coluna Prestes, pois o sentido de patrimônio cultural dado ao monumento indica que sua criação é uma invenção, porém, é inegável que a experiência vivenciada na ritualização pode trazer a tona diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorra laços de identidade em torno do Memorial Coluna Prestes. Outro fator a ser destacado, é que quando o município de Santa Helena seleciona esse fato histórico, também seleciona aquilo que será considerado história, a saber, aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Ciente da limitação deste recorte, dada à amplitude e multiplicidade da temática que envolve o tema, acredita-se que este artigo pode contribuir para que interessados possam abordar esses lugares de memória no ensino de história e geografia, sobretudo porque auxilia na compreensão e, ao mesmo tempo, promove uma aproximação entre geografia física e geografia humana, superando a velha dicotomia, pois é crucial que se analise os determinantes políticos, culturais e econômicos que produzem as transformações espaciais e as rupturas na paisagem enquanto expressão de um momento da materialidade do espaço geográfico organizado por uma sociedade.

Embora o estudo esteja circunscrito nos limites e possibilidades impostas a um artigo e, principalmente, no que tange aos desafios teóricos e práticos, o mesmo tangencia alguns aspectos conceituais importantes. Nesse sentido, acredita-se que o presente artigo serve de abertura para estudos futuros e possibilita uma reflexão

sobre o que se convencionou chamar de “direito à memória”. Certamente, fazem-se necessários novos e maiores estudos sobre a temática, mas as análises aqui realizadas possibilitaram responder o objetivo proposto para o estudo. Ainda que o raciocínio do trabalho tivesse por função conduzir o leitor à aceitação dessa “verdade”, há uma pergunta que fica sem resposta e que este estudo não pôde dar conta, a saber; se é possível estender ou ampliar a mesma explicação a eventos semelhantes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORGES, V. P. **Tenentismo e a revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012, 219p.

CHARTIER, R. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CURY, Mauro J. F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpretações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguazu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Mauro José Ferreira Cury. – 2010. (Tese de Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Setor Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. 234f.

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. Rev.latin-am. enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

FERNANDES, S. S. **A verdade e a história**. *Revista DaCultura*. 2011. nº 21. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/24_3e0h.pdf - Acesso em: 15/03/2016.

LANGARO, J. F. **Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná/** Jiani Fernando Langaro. - Uberlândia, 2005. 280f

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... (et al) – 7ª Ed.; Revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

NORA, P. **Entre história e memória. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História, nº. 29, 1995.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (et al) - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTIAGO, R. P. **Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São

Paulo, São Carlos.

SOUZA, Edson Belo C. de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: Revista Terr@ Plural, v.3, n.1, 2009.

VIVIANI, F. C. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922/1932)**. Fabrícia Carla Viviani. – São Carlos - SP: UFSCAR, 2009. 200 f.

TODOROV, T. **Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre El siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paran%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paran%C3%A1)) - Acesso em: 15 Out. 2015.

Fonte: <http://www.focosh.com.br/v2/materias.php?id=10901> - Acesso em: 21 Out. 2015.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 21 Out. 2015.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 03 Jan. 2015.

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=412350> - Acesso em: 03 Jan. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> - Acesso em: 03 Jan. 2016.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 12 Jan. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> - Acesso em: 13 Jan. 2016.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 22 Fev. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9> - Acesso em: 12 Jan. 2016.

ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS

Kristian Oliveira de Queiroz

Universidade do Estado do Amazonas

Tefé/Amazonas

RESUMO: Este artigo busca analisar a centralidade urbana a partir dos elementos espaciais disponíveis em uma cidade com limitados meios de produção e potencialidades intrínsecas. A cidade de Tefé, maior centro urbano da região do Médio Solimões no estado do Amazonas é a área de estudo para esta pesquisa. O estudo das centralidades institucional (subdividida em institucional administrativa e infraestruturas institucionais), comercial e demográfica permitiu discernir a amplitude territorial de atuação das relações e, por conseguinte, a circunscrição regional formada pelas atividades pertinentes aos elementos espaciais de Tefé. A metodologia deste estudo fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, entrevistas e no trabalho de campo para o levantamento de dados primários e secundários assim como o uso de informações institucionais. Concluiu-se que as funcionalidades da centralidade de Tefé a configuram como um centro de serviços, comércio e assistência institucional às populações deste subespaço amazônida. A sua potencialidade intrínseca econômica está baseada nos elementos espaciais que geram

os fluxos associados a esta centralidade no Solimões.

PALAVRAS-CHAVE: Centralidade; elementos espaciais; Amazônia; Tefé.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the urban center from the spatial elements available in a city with limited means of production and intrinsic **potentialities**. The city of Tefé, the largest urban center in the Middle Solimões region in the state of Amazonas is the area of study for this research. The study of institutional centralities (subdivided into administrative institutional and institutional infrastructure), commercial and demographic allowed discern the territorial scope of action of the relationship and therefore the regional constituency formed by the activities related to spatial elements of Tefé. The methodology of this study was based on the bibliographic review, interviews and field work for the survey of primary and secondary data as well as the use of institutional information. It was concluded that the functionality of the centrality of the Tefé configured as a center for services, trade and institutional assistance to the people of this subspace Amazonian. Its intrinsic economic potentialities is based on spatial elements that generate the flows associated with this centrality in the Solimões.

KEYWORDS: Centrality; spatial elements; Amazon; Tefé.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a centralidade urbana a partir dos elementos espaciais disponíveis em uma cidade com restritos meios de produção e deficiências na manutenção e uso de suas potencialidades intrínsecas, o que prejudica a autonomia econômica e social de suas populações. Nestes centros urbanos evidencia-se que os elementos que estruturam o espaço se configuram como meios de sobrevivência.

Estes elementos espaciais são delimitados por Santos (2012 [1985], p.16): as instituições, as infraestruturas, as firmas, o meio ecológico e os homens. O autor comenta que “os homens podem ser tomados como firmas ou como instituições, da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições” (SANTOS, 2012 [1985], p.16). Isto se deve à redutibilidade e intercambialidade das funções de cada elemento que aumenta com o desenvolvimento histórico, o respectivo geógrafo cita um bom exemplo:

O caso das transnacionais ou das grandes corporações, que não apenas se impõem regras internas de funcionamento como intervém na criação de normas sociais a um nível de amplitude maior que o da sua ação direta, e até se tornam concorrentes das instituições e, mesmo, do Estado. A fixação do preço das mercadorias pelos monopólios dá-lhes uma atribuição que é própria das entidades de direito público, na medida em que interferem na economia de cada cidadão e de cada família, e mesmo de outras firmas, competindo com o Estado na arrecadação da poupança. É certo, porém, que, no momento atual, as funções das firmas e das instituições de alguma forma se entrelaçam e confundem, na medida em que as firmas, direta ou indiretamente, também produzem normas, e as instituições são, como o Estado, produtoras de bens e de serviços (SANTOS, 2012 [1985], p.16).

Por conseguinte, grande parte das cidades da Amazônia possui limitadas potencialidades intrínsecas, definida por Costa (2008, p.243) como “recursos naturais, posição na rede de fluxos, infraestrutura e outras, bem como as migrações de capitais produtivos”; muitas destas cidades dependem dos repasses governamentais de origem fiscal. No seio desta “floresta urbanizada” se encontram populações organizadas em comunidades tradicionais, cidades pequenas, médias e mesmo metrópoles nacionais como Manaus. Algumas na fronteira e outras na borda territorial exercendo suas funções econômicas e políticas durante séculos.

Esta pesquisa trabalhou com a hipótese de que Tefé, o maior centro urbano da região do Médio Solimões no Amazonas (MENEZES, 2009; IBGE, 2013), teria sua potencialidade intrínseca que permite sua autonomia política e econômica estruturada nos movimentos que alicerçam a sua centralidade e na localização estratégica da cidade. Suas características de cidade polarizada ligada às funcionalidades organizadas e estruturadas a setores em torno da administração, dos transportes e do comércio, somadas a sua posição geográfica vantajosa na rede de transportes e comunicação lhe providenciaria esta condição.

A partir da delimitação de Santos (2012 [1985]) sobre os elementos que compõem a estrutura do espaço este trabalho propõe uma leitura das potencialidades intrínsecas e parte dos meios de produção de Tefé no Amazonas. A insuficiência das atividades

agrícolas e da pecuária desta cidade, assim como a ausência de bens de capital que poderiam ser representados por uma grande fábrica ou indústrias propicia ao maior centro urbano do Médio Solimões no Amazonas um condicionante atinente a uma modernização incompleta e crônica, sem os aportes da industrialização e de seus agentes de crescimento demográfico e econômico.

Para este estudo os homens e o meio ecológico produzem uma relação redutível e intercambiável, pois os homens dependem do meio ecológico em um estado-floresta como o Amazonas (QUEIROZ, 2012). Nesta região, muitas vezes o meio ecológico é mais importante do que os próprios homens quando da formulação de projetos vinculados à sociedade civil e da iniciativa de programas governamentais para o desenvolvimento dos povos e das cidades na floresta.

Esta modernização seletiva, e por isso incompleta, advinda também de um desenvolvimento desigual e combinado atribui a determinadas porções do território um maior aporte de infraestruturas que providenciam às entidades privadas maior eficácia no exercer de suas atividades. Desta forma, para subespaços com infraestruturas restritas o esforço para modernizar-se é maior. Persistem formas-conteúdo obsoletas e deficientes frente à modernização atual que abrigam fragmentos de uma divisão territorial do trabalho pretérita (QUEIROZ, 2015). Tefé se configura como uma cidade regional em um subespaço onde coexistem estas diferentes temporalidades de uma divisão territorial do trabalho que converge para com o que Santos (2008 [1994]) chama de “Dialética do território”, o confronto dialogado entre o velho e novo, o local e o global, as verticalidades e as horizontalidades (SILVEIRA, 1999, p.400).

Desta forma, entender os fluxos tefeenses a partir de sua centralidade é entender suas potencialidades intrínsecas e os elementos que compõem o seu respectivo subespaço. Estes fluxos são fundamentais para a circulação regional. Por conseguinte, Tefé atua como um importante eixo integrador e irradiador de relações nesta fração amazônica. De acordo com a delimitação das Regiões de Influência das Cidades (REGIC/2007) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008), as cidades inseridas na amplitude de relações de influência de Tefé – classificadas como Centro Sub Regional B subordinada a Manaus, constituída por uma população de 61.453 habitantes de acordo com o Censo 2010 do IBGE – são: Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Jutai, Tonantins, Maraã e Japurá (Figura 1).

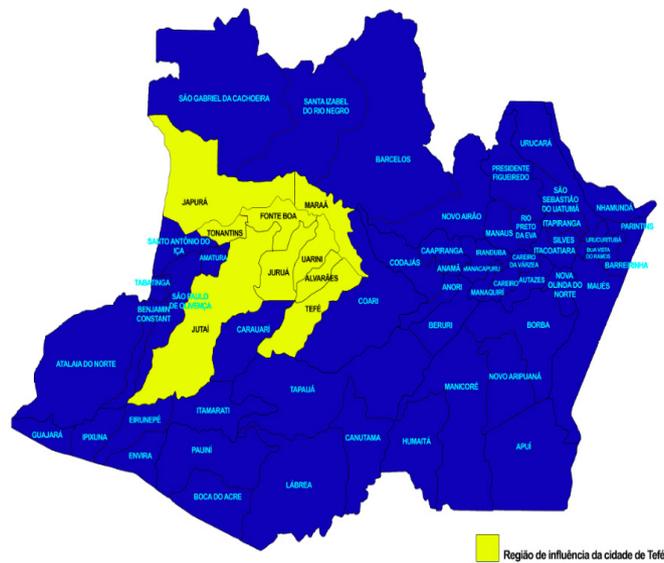


Figura 1 – Região de Influência da cidade de Tefé no estado do Amazonas
 Fonte: QUEIROZ, 2015.

2 | CENTRALIDADE PERIFÉRICA: O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS

As instituições, firmas, as infraestruturas e os homens produzem em Tefé a vida que movimenta o espaço, a inércia dinâmica (SANTOS, 2008 (2002), p.45) que promove a partir de pontos fixos (elementos) a movimentação e os fluxos que irão configurar o comportamento e as funções destes elementos como um sistema vivo; onde as ações e reações são partes do todo e, nesta totalidade, estas partes se sincronizam. A vida que anima o espaço e o espaço que promove a vida são produtos de uma mesma força, única e crucial.

Sendo assim, este estudo dividiu as funcionalidades da centralidade de Tefé em 3 categorias: primeiramente a centralidade institucional que se subdividirá em institucional administrativa e infraestruturas institucionais; posteriormente a centralidade comercial e por último a centralidade demográfica. A análise destas funcionalidades será realizada com o objetivo de entender a amplitude territorial destes fluxos e a circunscrição regional formada pelas atividades pertinentes aos elementos espaciais de Tefé, assim como compreender o vínculo destes fluxos com suas respectivas potencialidades intrínsecas que lhe permitem autonomia econômica e relevância na gestão territorial neste subespaço.

2.1 Centralidade Institucional

O explorador francês Paul Marcoy (2001, [1869]) em 1847 já comentava sobre a singularidade da então vila de Ega, atual Tefé, antes mesmo de ser elevada a cidade em 1855 (QUEIROZ, 2015). Ega já contava com autoridades, instituições e responsabilidades territoriais que extrapolavam sua real capacidade de gestão de suas respectivas funções. Pode-se evidenciar que até os dias de hoje esta realidade

ainda permanece.

Em seu processo histórico Tefé ganhou importância vinculada à sua localização estratégica, ou seja, sua posição e seu sítio foram valorizados pelo Estado em função deste utilizá-lo para uma melhor acessibilidade ao interior do Amazonas diminuindo os deslocamentos a partir da capital Manaus, estabelecendo instituições estatais que proveriam o atendimento a toda região do Médio e Alto Solimões.

Apesar da região de influência de Tefé contar com 9 municípios territorialmente imensos, é necessário refletir sobre uma regionalização a partir das atividades que compõem a gerência administrativa institucional territorial tefeense nesta fração da formação socioespacial. Neste sentido, cabe ressaltar que determinadas instituições possuem responsabilidades administrativas com o número de municípios maior que da região do Médio Solimões e da região de influência de Tefé, providenciando uma área de responsabilidade institucional maior que as dimensões territoriais do estado de São Paulo, por exemplo. Para exemplificar estas dimensões territoriais, apenas o município de Jutai (com 69.551.829 km²), que está inserido na Região de Influência de Tefé é maior que o estado do Rio de Janeiro (com 43.696,1 km²). A região de influência de Tefé chega a ser maior que países como a Holanda, Portugal e Bélgica juntos.

A discussão da centralidade institucional tefeense requer pensar em dimensões regionais e nacionais, por este motivo torna-se relevante a leitura deste subespaço brasileiro envolvido em distâncias e dimensões que ultrajam sua real capacidade de gestão. Com este objetivo este estudo analisa a centralidade institucional dividindo-a em centralidade institucional administrativa e centralidade de infraestruturas e serviços institucionais.

2.1.1 Centralidade Institucional Administrativa

Segundo Santos (2008 [1981], p.74) as funções administrativas compreendem a função política; da administração pública e privada e a função militar. Cidades com função de liderança no mundo subdesenvolvido se apresentam como administrativas aglomerando instituições e repartições públicas que atraem outras funções como a comercial, as funções bancárias e de serviços.

Neste sentido, a Igreja católica foi a primeira instituição a possuir relevância em suas atividades para com o desenvolvimento do município de Tefé. A Prefeitura Apostólica antecessora da atual Prelazia de Tefé iniciou os trabalhos no início do século XX. Esta Prelazia promoveu os subsídios políticos e estruturais para viabilizar a criação de instituições civis e estatais sensibilizando a população para a busca por educação e cidadania. Ressalta-se o trabalho do Bispo Dom Joaquim de Lange que arduamente propiciou a organização necessária para o estabelecimento de programas de educação e organização comunitária e institucional na região a partir de Tefé. A Prelazia de Tefé atende a 10 municípios vizinhos e centraliza em Tefé a gestão administrativa para a operacionalização de suas atividades, exercendo com 41

funcionários as tomadas de decisão neste vasto território católico amazônida com sede em Tefé, movimentando mais de 700 mil reais anuais para executar estas atividades (QUEIROZ, 2015) (Quadro 1).

Instituições	Jurisdição Territorial	Funcionários
Exército	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Carauari, Coari, Tonantins, Benjamin Constant	800
Prelazia	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari, Itamarati	41
Marinha	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari	10
PM	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	191
Receita Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Eirunepé, Coari, Itamarati, Carauari	04
Justiça Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tapauá, Carauari.	31
Ministério Público Federal	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Coari, Carauari, Tapauá.	14
Justiça do Trabalho	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	09
Cartório Eleitoral	Tefé, Uarini	03
IBGE	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Japurá, Maraã, Jutai	03
SESAI/DSEI/CASAI	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Itamarati, Envira, Ipixuna, Eirunepé, Coari, Carauari.	31
FUNAI	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Japurá, Maraã.	04
ICMbio	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Iça	18
INSS	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Itamarati	12
DETRAN	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	03
Correios	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	15
Polícia Civil	Tefé, Alvarães, Uarini, Japurá, Maraã	09
SEFAZ	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	04

Quadro 1 :Centralidade institucional administrativa de Tefé – 2013

Fonte: QUEIROZ, 2015.

Outra importante instituição sediada em Tefé e que gera fluxos administrativos e operacionais significativos para a centralidade tefeense é o Exército Brasileiro (EB) que sedia a 16ª Brigada de Infantaria de Selva. Esta Brigada abrange responsabilidades territoriais gigantescas que envolvem 14 municípios amazônidas. Com 800 homens e seus 2400 familiares influenciam diretamente na economia de Tefé, movimentam anualmente em torno de 3 milhões de reais no município (QUEIROZ, 2015).

Outras instituições federais compõem a relevância institucional administrativa em Tefé. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) possui em sua estrutura

organizacional e hierárquica o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e a Casa de Saúde do Índio (CASAI). Essa secretaria federal possui uma importante centralização de atividades na cidade e conta para suas atividades com os serviços de outras empresas. Sua área de abrangência operacional constitui-se de 14 municípios movimentando cerca de 1,3 milhões de reais anuais (QUEIROZ, 2015). A Justiça Federal representada pela Subseção Judiciária de Tefé mantém em sua centralidade operacional 10 municípios e movimentam anualmente em torno de 210 mil reais na cidade. O Ministério Público Federal (MPF) / Procuradoria da República em Tefé abrange em sua jurisdição territorial 11 municípios, conta com 14 funcionários. A Justiça do Trabalho representada pela Vara do Trabalho possui uma responsabilidade territorial regional sediada em Tefé com 9 municípios, movimentando em torno de 730 mil reais anuais. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) possui gerência de várias unidades de conservação localizadas no Amazonas em Tefé tanto federais como também estaduais que operam no respectivo prédio da Instituição (QUEIROZ, 2015).

A Receita Federal em Tefé realiza atividades sobre a jurisdição territorial de 12 municípios amazônidas, inclusive alguns distantes da área de influência de Tefé como Eirunepé e Itamarati e alguns bem mais complexos como Coari e Carauari, pois suas atividades petrolíferas promovem maiores ações e trabalhos fiscais de firmas e pessoas advindas destas respectivas cidades.

Instituições sediadas em Tefé que compreendem em suas atividades administrativas uma área de ação regional que coincide com os 9 municípios constituintes da região de influência de Tefé (Figura 1) são: a Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ); Correios; DETRAN; IBGE e a Polícia Militar.

Instituições como a Polícia Civil, Capitania dos Portos (Marinha), Cartório Eleitoral e a FUNAI exercem suas respectivas responsabilidades territoriais pertinentes à centralidade institucional tefeense em números menores a 9 municípios. Porém, estas instituições não perdem sua importância para a gestão e uso do território assim como para a centralidade de Tefé.

2.1.2 Centralidade de Infraestruturas e Serviços Institucionais

Santos (2008 [2002], p.67) discute que a partir da repartição das infraestruturas no espaço nacional e pela escolha daquelas que beneficiam um determinado setor da produção e da população a instância política acaba por decidir a localização das empresas, das instituições e dos homens segundo características específicas. Assim, a localização das infraestruturas no território depende da vontade político-institucional em vigor. Neste sentido, Tefé possui singularidades como a sua posição e as condições históricas favoráveis para a instalação destas infraestruturas pertinentes às atividades de instituições estatais (Quadro 2).

Instituições	Cidades inseridas nos fluxos	Funcionários
Telecomunicações (Oi)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tonantins, Carauari, Coari, Beruri, Itamarati, Ipixuna, Eirunepé, Envira, Guajará, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga.	4
Aeroporto (Infraero/ Bombeiros)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari, Eirunepé, São Paulo de Olivença, São Gabriel da Cachoeira, Coari.	37
Entrepasto Fluvial	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Benjamin Constant, Tonantins, Carauari, Tabatinga, Santo Antônio do Iça, Coari, Anori, Codajás, Manaus.	19
Hospitais	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Carauari, Tonantins, Coari, Manaus.	206
Mamirauá	Tefé, Maraã, Manaus, estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Paraná. Países como Portugal, Reino Unido, Estados Unidos, entre outros.	242
UEA	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Benjamin Constant, Tonantins, Tabatinga, Santo Antônio do Iça, Apuí, Coari, Tapauá, Itamarati, Caapiranga, Anamã, Manaus. Cidades de estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Sant Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Pará, Distrito Federal, Alagoas, Roraima, Ceará, Bahia, Espanha e Cuba.	101
Cursos Técnicos (SENAC, CETAM, particulares)	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Manaus, estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e São Paulo.	50
Banco do Brasil	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	22
CAIXA	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai	17
Bradesco	Tefé, Alvarães, Uarini, Juruá, Japurá, Maraã.	19
Banco da Amazônia	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutai, Tonantins, Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, Tabatinga	8

Quadro 2: Centralidade de Infraestruturas Institucionais de Tefé

Fonte: QUEIROZ, 2015.

Seu passado permitiu a construção de uma importância política e social por intermédio do trabalho humano realizado no território usado. O produto deste trabalho humano vinculado a um planejamento estatal são infraestruturas que permitem a uma cidade inserida na maior selva do mundo exercer funcionalidades de âmbito regional, nacional e global. Suas infraestruturas representadas pelo o aeroporto, o entreposto fluvial, o centro de telecomunicações, a universidade e os hospitais, oferecem serviços não apenas à população tefeense, mas à todas as cidades circunvizinhas, à capital Manaus e de fora do estado do Amazonas que necessitem do uso destas infraestruturas aeroportuárias e de telecomunicações civis e militares (Figura 2).



Figura 2 – Principais agentes da centralidade de infraestruturas em Tefé

Fonte: QUEIROZ, 2015.

Mesmo que limitada, a técnica inerente à manutenção das atividades complexas destas infraestruturas institucionais permite uma densidade e uma presença com desempenho deficiente de instrumentos do meio técnico-científico-informacional em Tefé.

No entanto, muitos equipamentos proporcionam uma valorização do território vinculada à presença de infraestruturas pertencentes às instituições militares. É o caso da Força Aérea Brasileira (FAB) que gere dois grandes radares estratégicos para apoiar a defesa e o controle do espaço aéreo de toda a Amazônia trabalhando em parceria com países como Colômbia e Venezuela. Esta base em Tefé chama-se Destacamento de Controle do Espaço Aéreo (DCTEA-TF) e faz parte do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV) sediada em Manaus (QUEIROZ, 2015).

O Hospital Regional de Tefé, os quatro bancos sediados na cidade, as escolas, a Universidade do Estado do Amazonas, a base das telecomunicações de 21 municípios, etc. Permitem um significativo fluxo de pessoas, serviços e mercadorias para Tefé, fortalecendo seu papel de integração regional nesta fração territorial a partir de suas infraestruturas.

2.2 Centralidade Comercial

As firmas correspondem a um dos elementos espaciais que neste estudo são representados pelo comércio em toda sua gama de serviços e ofertas de bens e mercadorias. Para compreender melhor a organização comercial e a dinâmica econômica de Tefé propõe-se dividir o respectivo comércio em atacadista, varejista e ambulante. Desta forma, analisa-se:

I. Comércio Atacadista: vinculado ao entreposto comercial que difunde as mercadorias e bens para Tefé e as cidades circunvizinhas. As empresas que compram de fornecedores externos à região e ao país são beneficiadas pela atuação dos bancos que financiam suas negociações. Material de construção, alimentos, bebidas, vestuário e veículos são os principais produtos adquiridos e distribuídos para as empresas de cidades da região do Médio Solimões a partir de Tefé.

II. Comércio Varejista: vinculado às lojas do Mercado Municipal de Tefé e ao comércio em geral. A economia varejista em Tefé se caracteriza pela acessibilidade de algumas firmas à modernização e a falta desta para outras, geralmente direcionado aos mais pobres.

III. Comércio ambulante: dos prestanistas, *paraditas* e camelôs: deste ponto em suas conotações econômicas e espaciais, interpreta-se a realidade de boa parte da economia amazônica. As empresas promovem modelos de vendas que apropriam consumidores modestos pertinentes às massas salariais mais baixas. Em Tefé esta parcela é representada pela maioria da população ativa e inativa bem como funcionários públicos, pessoal administrativo de empresas privadas e de pequenos comerciantes de reduzidas rendas, que explica o dinamismo do circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008 [1979]).

A sobrevivência é a base do consumo em lugares pobres. Uma forma de vender os excedentes de produções agrícolas e de pesca em Tefé são os mercados temporários que funcionam apenas alguns dias da semana em determinado local e no período noturno. Santos (2011 [1979], p.93) descreve situação análoga em seu estudo em Lima quando trata das *paraditas* ou “lugares provisórios de aglomeração de pequenos comerciantes à espera de que sejam reunidos os meios necessários para construir um *mercadillo*”. Estes *mercadillos* são mercados menores construídos pelos próprios interessados. Em Tefé encontram-se várias *paraditas* que atendem a uma clientela pequena mais suficiente para mantê-los trabalhando todas as semanas.

O espaço de fluxos estabelecido a partir das atividades da centralidade de Tefé se concretiza por intermédio da manutenção das instituições pelo Estado e da circulação monetária de suas remessas salariais estatais à população tefeense assalariada propiciando a força do comércio, base desta centralidade no Médio Solimões. Soma-se a isto, a necessidade de aquisição de bens e mercadorias pelas populações das cidades circunvizinhas e pertencentes à sua região de influência.

Desta forma, há certo dinamismo territorial e uma especialização do lugar advindo da funcionalidade da centralidade comercial tefeense existente a partir de uma configuração urbana limitada. Ressalta-se que as cidades são processos (BECKER, 2013, p.21) e se definem pelas suas relações e não pelo seu tamanho ou extensão, são espaços relacionais que providenciam a continuidade das atividades econômicas, políticas e culturais de uma sociedade (TRINDADE JR, 2011). Desta forma, Tefé, em sua centralidade, é portadora de uma funcionalidade comercial útil à sobrevivência

das cidades de sua região (Quadro 3).

Uma divisão territorial do trabalho assim como uma divisão espacial do consumo é estabelecida. Isto decorre em razão da “macrocefalia espacial” determinada por Manaus, sede do Pólo Industrial de Manaus (PIM), onde se produz grande parte da produção nacional de bens duráveis e eletroeletrônicos a qual exporta para os municípios do interior do Amazonas que tenham “acesso” a estes bens e mercadorias.

Empresas	Cidades inseridas nos fluxos	Movimentação anual (Reais)
Frigorífico Frigopeixe	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí, Carauari, Coari, Manaus, São Paulo, Goiânia, Brasília, Belém.	3.6 milhões
Deusdeth – Importadora Luany e J F Lopes Ltda	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí.	5 milhões
Cometa Motocenter	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí, Carauari, Eirunepé, Envira.	13.2 milhões
Indústrias de Cerâmicas	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã.	2 milhões
Flutuante Takafaz	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí.	3 milhões
Colônia dos pescadores Z4	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Parintins, Belém e Manaus.	Não informado
Mercado Municipal de Tefé	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí, Manaus, estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo.	Não informado
Amazonaves	Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre e Amapá.	Não informado
Navios comerciais e balsas de carga	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutaí, Coari, Codajás, Manaus.	18 milhões

Quadro 3: Centralidade Comercial

Fonte: QUEIROZ, 2015.

Esta situação suscetibiliza uma fragmentação territorial neste subespaço. Para as cidades interioranas como Tefé, as importações de produtos e mercadorias são fundamentais, sua produção é baseada na capacidade de suas populações consumirem gerando circulação e autonomia econômica. Para uma melhor discussão cita-se Arroyo (2006, p.74) quando alega que “com a difusão dos transportes e das comunicações, e conforme avança a expansão capitalista, criam-se as condições para que os lugares se especializem, sem a necessidade de produzir tudo para sua reprodução”.

Em 2013, 2703 empresas constituíam atividades diversas em Tefé, destas, 2404 finalizaram o ano em plena atividade e 299 tiveram seus Alvarás de funcionamento cancelados (QUEIROZ, 2015). Entre as firmas em funcionamento destaca-se: lojas de materiais de construção, mercearias; papelarias; lojas de vestuário, sapatarias, brinquedos; distribuidoras de bebidas; restaurantes; lojas de móveis e/ou eletrodomésticos, artigos domésticos; bares; padarias; confeitarias e similares;

pensões e hotéis, locadoras de veículos e filmes, etc. Cabe ressaltar que os serviços privados (como profissionais liberais, escolas particulares, etc.) podem ser incluídos nas atividades que envolvem a centralidade comercial em Tefé.

Evidencia-se que a maior firma de Tefé, a “Cometa Motocenter”, vende veículos e atua como uma indústria-serviço, ou seja, “oficinas de conserto de veículos, suscetíveis a transformar-se em oficinas metalúrgicas, chegando até alimentar indústrias modernas com dificuldades de prover peças sobressalentes” (SANTOS, 2008 [2002], p.66). Estas entidades comerciais suprem peças e serviços aos clientes de corporações mundiais, no caso da “Cometa Motocenter” em Tefé atende a veículos das empresas Honda e Hyundai. Esta empresa possui 54 funcionários e movimenta anualmente 13.2 milhões de reais a partir de Tefé. Muitos mecânicos são enviados a São Paulo e Manaus para cursos de especialização de suas atividades. Esta se configura como uma intercambiação das funcionalidades advindas de elementos espaciais, pois favorecem socialmente estes funcionários.

A centralidade comercial tefeense é secular (QUEIROZ, 2015) e continua a exercer importante papel nas amarras das atividades e relações advindas dos fluxos que compõem o espaço econômico e social na região do Médio Solimões. A valorização do território no passado foi decorrente à posição e ao sítio de Tefé que permitiu um comércio significativo nos rincões amazônicos. No entanto, a organização das estruturas geográficas, isto é da população, das infraestruturas, das instituições, das atividades em concomitância com as estruturas sociais e políticas resultantes da imposição do presente sobre o passado; assim como das influências locais, nacionais e internacionais na região do Solimões não se harmonizam propiciando uma rede de relações comerciais inseridas em contextos precários e carentes de uma estrutura técnica contemporânea.

2.3 Centralidade demográfica

As funcionalidades da centralidade demográfica se entrelaçam às outras analisadas anteriormente neste estudo (centralidades institucionais e a comercial); no entanto, possui elementos próprios que proporcionam uma dinâmica atrelada à circulação regional. Ressalta-se que o nó de rede representado por Tefé na região se contextualiza pelos objetos geográficos estabelecidos e ativados pela circulação, bem como pela energia advinda do movimento demográfico originado pelas necessidades básicas dos homens presentes neste respectivo lugar.

Santos (2012 [1985], p.16) afirma que “os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na qualidade de candidatos a isso”. A presença de jovens, desempregados, crianças e aposentados, ou seja, de pessoas em um lugar, que mesmo não participando diretamente da produção proporcionam a demanda de certo tipo de trabalho para outros, classificam o homem como um elemento na caracterização de um dado espaço (SANTOS, 2012 [1985], p.16/17). Esta demanda produzida pelo indivíduo é contemplada em parte pela centralidade

comercial, na produção e uso de bens, serviços e ideias e em parte pela centralidade institucional, com a deliberação de normas e legitimações inerentes às instituições.

Sob outro enfoque, a população de um município proporciona benefícios proporcionais a seu tamanho, provenientes do Estado, como por exemplo, no caso do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), onde o repasse monetário do Governo Federal depende do tamanho da população do município. Um mercado consumidor atraente para empresas e pessoas ainda se configura como o principal motivo que permite fluxos demográficos para a cidade, providenciando o estabelecimento de firmas diversas que podem atender a toda a região. Tefé se caracteriza como uma cidade que possui em suas funcionalidades qualitativas pertinentes às centralidades humana, comercial, infraestrutural e institucional um benéfico instrumento para servir às necessidades e atividades da população de toda a região em que está inserida.

A sociedade tefeense e as comunidades de sua zona rural revigoram os eventos sociais e religiosos desenvolvidos e mantidos pelas instituições e grupos sociais tradicionais que ainda mantêm os costumes e as tradições das festas que atraem pessoas de diversos lugares da região para Tefé. Isto permite promover fluxos centrípetos anualmente regulares, no entanto com tempo de duração esporádica.

Exemplos são as festas tradicionais como da Padroeira Santa Tereza e a Festa da Castanha em Tefé, nos meses de outubro e setembro respectivamente, que produzem fluxos de pessoas baseados em atividades culturais, comerciais e institucionais. No período destas festividades, comerciantes (marreteiros) de outras cidades se estabelecem temporariamente em Tefé com barracas que movimentam o comércio a partir de motivações religiosas e culturais. Fluxos de pessoas movidas pela fé e pelo lucro que estruturam uma circulação demográfica e constroem uma identidade regional baseadas nas ações das instituições religiosas, firmas e pessoas.

Os fluxos que compreendem a centralidade humana em Tefé ainda são importantes para a manutenção e irradiação da cultura assim como das relações sociais que emanam uma consuetudinarietà singular frente os padrões de comportamentos sociais de uma sociedade cada vez mais padronizada aos modelos mundiais vinculada a uma globalização inexorável.

A centralidade humana em Tefé também se constitui de fluxos negativos, principalmente vinculados à urbanização e às consequências sociais de exclusão e violência que este processo gera. Como centro urbano regional Tefé possui problemas com excessos de veículos e problemas no trânsito, poluição sonora relevante (QUEIROZ, 2009) e a violência urbana advinda principalmente do tráfico e uso de drogas. A Polícia Militar e o Exército são os grandes agentes na tentativa de mitigação destes problemas; pois Tefé é sede de operações destas duas instituições na região, muitas agindo em parceira com as polícias e os exércitos de países vizinhos amigos como Colômbia e Peru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se a centralidade urbana a partir dos elementos espaciais de uma cidade com escassos meios de produção e carentes potencialidades intrínsecas utilizáveis para a sua respectiva autonomia econômica e social. O caso de Tefé no Amazonas permitiu compreender a relevância da circulação e das relações extra-urbanas para a economia regional de espaços opacos da formação socioespacial brasileira.

Validou-se a ideia que Tefé e, concomitantemente, sua região, se beneficia das funcionalidades advindas dos fluxos empreendidos, pois Tefé preside esta região de forma a polarizar, embora de maneira incompleta, as relações neste subespaço do Médio Solimões. O estudo das centralidades institucional, subdividida em institucional administrativa e infraestruturas institucionais, comercial e demográfica permitiu discernir a amplitude destas relações que estabelecem fluxos e a circunscrição regional formada pelas atividades pertinentes aos elementos espaciais de Tefé.

Isto revelou que a verdadeira influência de Tefé sob os âmbitos institucionais e administrativos alcança cidades de outras subregiões do estado do Amazonas. A partir da síntese das centralidades discutidas neste artigo é possível compreender a amplitude de relações com cidades, estados e países que foram identificados nesta pesquisa, exibindo a trama de distintos espaços que os agentes dos elementos espaciais presentes em Tefé realizam (Quadro 4).

Unidades Territoriais	Fluxos da Centralidade de Tefé	Quantidade
Cidades	Tefé, Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Juruá, Japurá, Maraã, Jutáí, Carauari, Itamarati, Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Amaturá, Coari, Tonantins, Benjamin Constant, Eirunepé, Tapauá, Ipixuna, Beruri, Ipixuna, Envira, Guajará, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Tabatinga, Manaus, Santo Antônio do Iça, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo, Goiânia, Brasília, Belém, Porto Alegre.	37
Estados	Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Amapá, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Ceará, Maranhão, Paraná.	19
Países	Portugal, Holanda, Estados Unidos, Alemanha, Peru, Colômbia, Espanha, Reino Unido, Irlanda, Moçambique, Togo, Cabo Verde, Angola, Haiti.	14

Quadro 4: Fluxos estabelecidos pela centralidade tefeense identificados neste estudo

Fonte: QUEIROZ, 2015.

As relações que estabelecem os fluxos que compõem a centralidade tefeense configuram-se como suas potencialidades intrínsecas mais relevantes para economia e autonomia da cidade. Uma particularidade do lugar, vinculada ao seu papel dinamizador na circulação na rede de transportes e comunicação do Médio Solimões, foi configurada, agindo como entroncamento comercial e exercendo uma polarização às cidades adaptadas a sobreviver com o escasso, com o distante, ao limitado e ao precário.

Conclui-se que as funcionalidades da centralidade de Tefé a configuram como um centro de serviços, comércio e assistência institucional às populações deste subespaço amazônida. A sua potencialidade intrínseca está baseada nos fluxos associados a esta centralidade na região do Médio Solimões.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (orgs). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão popular, 2006.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

COSTA, Wanderley Messias da. Ordenamento territorial e Amazônia: vinte anos de experiência de zoneamento ecológico e econômico. In: BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emílio F.; ALVES, Diógenes S. (ogrs.). **Amazônia: natureza e sociedade em transformação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007/IBGE**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Atlas do Censo 2010**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Divisão Urbano Regional**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001 [1869].

MENEZES, Maria Lucia Pires. Cidades e modalidades de controle do espaço e do território na Amazônia Ocidental brasileira. In: ARÁGON, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia no cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **A poluição sonora ocasionada em pontos críticos no município de Tefé**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2009.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Entre motores e velas – os racionamentos e interrupções de energia elétrica no Amazonas**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientação da Professora. Doutora. Maria Mónica Arroyo. São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Educ, 1994.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. Coleção Milton Santos. 11. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1994].

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [2002].

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1985].

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999.

TRINDADE JR, Saint-Clair da. Cidades médias na Amazônia Oriental – das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, Vol. 13, nº 2, Nov. 2011.

FORMAS DE ACESSO À TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.

Ângela Carine Felix de Oliveira Matos

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

Gilmar Oliveira da Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

Elane Bastos de Souza

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA

RESUMO: As formas de acesso a terra têm sido alvo de intensos debates decorrentes dos conflitos pelo território, no qual os indivíduos mantêm uma relação de pertencimento, identidade e produção. A presente pesquisa busca compreender as formas de acesso à terra de Feira de Santana (BA) localizada no território de identidade Portal do Sertão: em uma perspectiva de análise de território, e com isso se faz necessário fazer uma análise de seu contexto histórico e dos elementos: políticos, econômicos e culturais que contribuíram para o acesso a terra. Esta pesquisa foi desenvolvida através do método de abordagem dialética, e utilizando como meio de investigação pode-se classificar como bibliográfica, tendo em vista que foi construída através de dados primários e secundários e de campo em virtude da aplicação de entrevistas no local onde o artigo está sendo

desenvolvido. De acordo com a pesquisa realizada nas comunidades tradicionais e acampamentos em Feira de Santana (BA), fica evidente a necessidade de serem reconhecidos para que tenha o acesso a terra e possa contar com os auxílios de políticas sociais públicas para que possa ver a desenvolver mais atividades socioeconômicas em seu espaço de vivência.

PALAVRA CHAVE: Território. Comunidade Tradicional. Acesso a terra.

ABSTRACT: The forms of access to land have been the subject of intense debate as a result of conflicts over territory, in which individuals maintain a relation of belonging, identity and production. The present research seeks to understand the land access forms of Feira de Santana (BA) located in the identity territory Portal do Sertão: from a perspective of territory analysis, and with that it is necessary to analyze the historical context and the elements: political, economic and cultural that contributed to the access to land. This research was developed through the method of dialectic approach, and using as a means of investigation can be classified as bibliographic, considering that it was constructed through primary and secondary data and field because of the application of interviews in the place where the article It is being developed. According to the survey carried out in the traditional communities and

camps in Feira de Santana (BA), it is evident the need to be recognized so that it has access to land and can count on the aid of public social policies so that it can see to develop more socioeconomic activities in their living space.

KEYWORD: Territory. Traditional Community. Access to land.

1 | INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as formas de acesso à terra tem sido foco de diversas análises e pauta de intensos debates sobre tudo a partir dos acampamentos, assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas. Estas últimas são definidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como: povos étnicos, predominantemente formados por população negra, que se auto-reconhecem pelas suas relações com a terra, familiares, ancestrais, hábitos culturais e entre outros.

O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar a partir da perspectiva do território as formas de acesso à terra existente na área rural de Feira de Santana (BA), utilizando o banco de dados projeto Geografar; assim como avaliar o tipo de relação que estes grupos estabelecem com a terra. Desta forma é de suma importância conhecer as formas de acesso a terra em Feira de Santana (BA), possibilitando entender como se desenvolvem as relações sociais estabelecidas que configurem a apropriação e a organização do espaço rural a partir das múltiplas perspectivas de território.

2 | REFLETINDO SOBRE AS FORMAS DE ACESSO À TERRA A PARTIR DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território tem sido analisado a partir de diversas áreas de conhecimento tais como as Ciências Políticas, a Sociologia, a Antropologia e a Geografia. Para esta última, este conceito tem sido o centro dos estudos agrários, incluindo as formas de acesso à terra.

Para Raffestin (1993), o território se constrói a partir de um espaço onde se executou um trabalho, ou seja, o território é produto e meio de produção, onde tem relações de poder, Raffestin indica a seguinte definição “(...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993[1980], p.144).

Nessa perspectiva o território se estabelece a partir das relações de poder que se desenvolvem em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, em particular, por meio das relações de trabalho. Nesse sentido em acampamentos, comunidades tradicionais e acampamentos rurais, o que determina a identidade dos acampados é as relações de trabalho com a terra, o que lhe atribui uma identidade camponesa, e o que traz a essa peculiaridade é a

territorialidade, pois reflete na multidimensionalidade do vivido como representações dos tipos de usos do território.

Na perspectiva de Rogério Haesbaert o território é analisado a partir de três dimensões. São elas:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundidas, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: priorizar a dimensão e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação /valorização simbólica de um grupo ao seu espaço.
- econômica (muita vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classe sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2011. p.40)

Dessa forma, observa-se que o território é visto como um espaço em que se concentram relações de poder pelos agentes que se apropriam do mesmo. Além disso, evidenciamos a presença de limites que são definidos por intermédio da identidade construída pelos indivíduos em um dado espaço. Assim, a apropriação do território é um fato genuinamente social. Com isso observa-se que a territorialidade está diretamente ligada à vertente da dimensão cultural do território, levando em conta as percepções que temos do poder exercido por um indivíduo ou grupo de pessoas em um determinado espaço geográfico em suas múltiplas escalas temporais.

De acordo com Marcelo José Lopes de Souza, “O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.” (SOUZA, 2000, p.78). Dessa forma observa-se que a perda de poder pelos seus donos e via de regras os entes administrativos (União, Estados e Municípios) direciona aos conflitos verificados no território, sobretudo nos espaços agrários em que muitas comunidades e acampamentos sofrem para tomar posse do território, que pode desencadear em conflito. Pelo viés da Geografia iremos utilizar do conceito de território, para explicar o processo de apropriação historicamente desenvolvido pelas comunidades tradicionais.

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Feira de Santana BA, cujas coordenadas geográficas são 12°16'01”S 38° 58'01” O e altitude de 232m, região típica do semiárido baiano. Foi utilizada na construção dessa pesquisa uma fundamentação teórica baseada em autores que trabalham com conceito de Território e posteriormente uma pesquisa bibliográfica (acervo na biblioteca, sites e informações secundárias) sobre as formas de acesso a terra no município de Feira de Santana (BA).

3.1 Área de estudo:

Para o processo de elaboração do presente trabalho opta-se como área de estudo o município de Feira de Santana BA conforme a figura que segue.

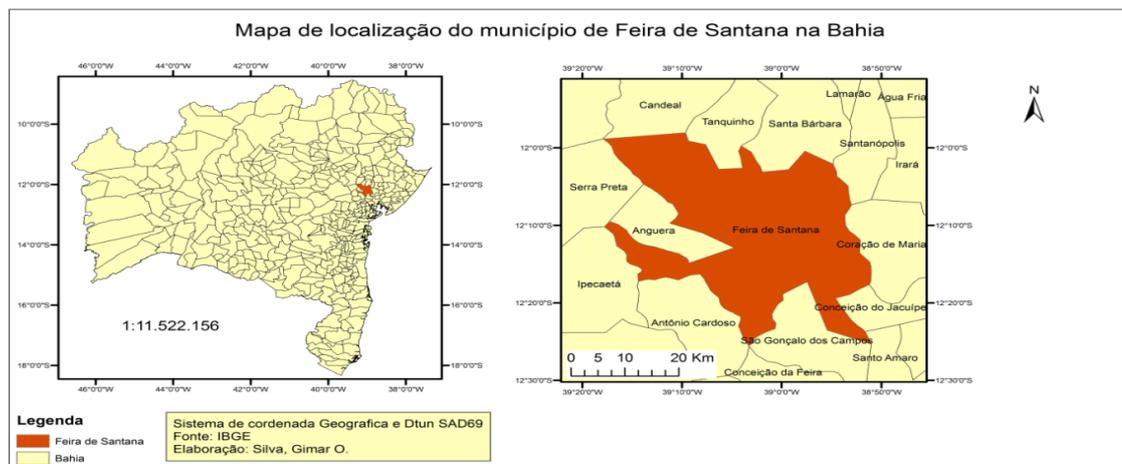
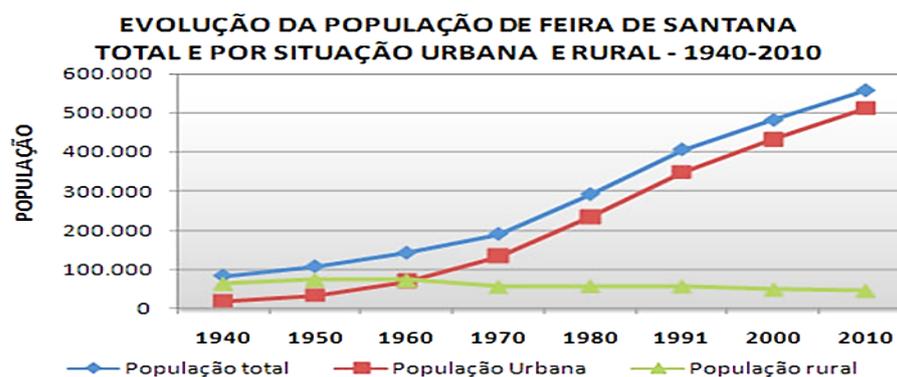


Figura 01- Mapa de localização do município de Feira de Santana na Bahia.

Fonte: Elaborado por Silva, (2017).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE (2014), Feira de Santana atualmente é uma metrópole regional e sede da maior região metropolitana do interior nordestino. Se localizada no Estado da Bahia a 108 km de sua capital Salvador, Feira está dentro do polígono das secas, excluindo apenas a área do distrito de Humildes na direção N.N.O da capital. As coordenadas geográficas são $12^{\circ}16'01''S$ $38^{\circ}58'01''O$, a sua área territorial (2015), abrange 1337,993 km², com densidade demográfica (2010) de 416,03 hab./km², sendo a segunda maior população do estado com 622,639 habitantes em 2016. Pode-se observar no gráfico 01 'Evolução da população de Feira de Santana total e por situação urbana e rural – 1940-2010', Feira de Santana até a década de 1940 possuía um economia fortemente baseada no setor agropecuário, responsável pela formação de seu núcleo urbano original. Porém com a chegada do capital industrial a partir da década de 1970, houve um grande fluxo migratório da zona rural em direção à zona urbana (êxodo-rural). Com isso as áreas que eram eminentemente rurais passaram a ser parte do tecido urbano.



Feira de Santana possui um clima seco a sub-úmido e semiárido, a temperatura média de 28,2°C e a média mínima de 19,6°C. Pluviosidade média anual máxima de 1.595 mm e a mínima de 444 mm. A vegetação está relacionada com as chuvas de outono e inverno, que dá um aspecto de cerrado à medida que se aproxima do centro da cidade. Outro tipo de vegetação predominante é a caatinga, de solo raso, marcante no norte e oeste. Também conta com a vegetação xenófila (de região seca) com arbustos espinhosos (mandacaru, xique-xique, palma e outros cactáceos) e de gramíneas ralas que acumulam água e têm raízes profundas. O solo contém argila, caulim, areias, arenitos, granulitos e minerais. Destes elementos são explorados apenas areia, argila e rochas para construção e são transformados no setor industrial em várias espécies de britas e demais tipos de pedras. O relevo corresponde ao pediplano sertanejo, tabuleiros interioranos e pré-litorâneos, cortados pelos rios Jacuípe, Subaé e do Cavaco, que servem às bacias hidrográficas Paraguaçu ou Subaé.

Em Feira de Santana se abatem secas calamitosas, esse fenômeno é previsível nesta região do país, devido principalmente à sua posição geográfica, como também aos diversos sistemas de circulação atmosférica. O relevo, a latitude e a continentalidade são outros fatores que agem sobre essa região e influenciam neste tipo de clima. A seca afeta principalmente as atividades agropecuárias, trazendo grandes dificuldades para moradores do Nordeste. A seca afeta em primeiro lugar as pessoas com menos condições financeiras. Os principais efeitos sociais causados pela seca são: perda de ocupação produtiva, redução de renda e diminuição do consumo.

Desde agosto de 2016 o município de Feira de Santana está em situação de emergência por conta da seca. Com o reconhecimento da situação de emergência, o gestor do município pode solicitar apoio do governo federal para ações de socorros, assistência à população e restabelecimento de serviços essenciais.

3.2 Método de abordagem:

O que diz a respeito do método de abordagem foi utilizado o método dialético, a escolha deste método se deu a partir de que ele não se limita a apenas questões ideológicas, conforme Antônio Carlos Gil (2008. p.14), “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”.

3.3 Métodos de procedimento:

Pode-se, ainda, considerar que a pesquisa constitui-se como:

Um estudo de caso, sendo que ele “é caracterizado pelo estudo profundo e

exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”, Gil (2008), uma vez que circunscreveu a analisar a percepção dos agentes envolvidos no projeto;

Funcionalista uma vez que esse método é interpretativo e suas conclusões são baseadas na interpretação do estilo de vida de uma sociedade;

Estruturalistas sendo que esse método dispõe de um modelo para analisar a realidade concreta dos diferentes fenômenos. Exemplo: estudo das relações sociais e a posição que estas determinam para os indivíduos e os grupos.

3.4 Tipos da pesquisa:

De acordo com a classificação metodológica proposta por Gil (2008), a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos meios de investigação, como: i) bibliográfica – tendo em vista que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e ii) de campo- em virtude da aplicação de entrevista no local onde o artigo está sendo desenvolvido, obtendo-se de dados diretamente junto com as comunidades tradicionais de Feira de Santana. As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Fez-se necessário a aplicação de entrevista focalizada (o que significa?) junto a grupos específicos de pessoas como: profissionais que atuam nas comunidades por considerar que esses indivíduos diante da posição que ocupam têm experiências e conhecimento sobre tema do artigo.

4 | UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DE FEIRA DE SANTANA (BA) E O RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil algumas mudanças foram evidenciadas com a Lei de Terras em 1850 estabelecendo a compra da terra enquanto critério de aquisição, favorecendo neste momento histórico transformações significativas principalmente no setor socioeconômico. Fica evidente que as formas de acesso a terra têm sido alvo de grande debate sobre os conflitos pelo território, pelo qual os grupos sociais mantêm uma relação de pertencimento, identidade e produção.

Segundo o instituto de Manejo e certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), a malha fundiária do Brasil utiliza 20 categorias de suporte, no qual estão as áreas protegidas em diferentes escalas, desde a nacional à regional, as bases tanto de assentamento do INCRA e os polígonos do cadastro ambiental rural, que de acordo com o órgão equivalem 80% do território brasileiro. A estrutura fundiária da Bahia têm apenas 7% de suas áreas protegidas, 87% de terras privadas, 3% de assentamentos, outras modalidades 4% e área do estado é de 56 M ha. Autor e data?

De acordo com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão-CEDDHC do Estado do Paraíba (2017), a terra é um direito fundamental do homem. Para o homem garantir a vida, ele precisa da terra. A sobrevivência do

homem depende do modo como este trata a terra e dela tira seu sustento. Para isso desde os primórdios da humanidade, o homem luta pelo acesso à terra. No Brasil, as lutas e os movimentos sociais que buscam conquistar o direito a terra ainda enfrentam muita violência social e institucional. Daí a necessidade de mecanismos de proteção e defesa no tocante a questão agrária no país, a exemplo do Estatuto da Terra e da Constituição federal.

De acordo com os dados do projeto de pesquisa GEOGRAFAR (2015), o município de Feira de Santana tem como formas de acesso a terra: as comunidades quilombolas e acampamentos sem terra. Em 2010 foram identificadas as seguintes comunidades Negras Rurais e Quilombolas: Candeal, Lagoa do Negro, Lagoa Salgada, Lagoa Grande, Matinha e Roçado, sendo que a Lagoa grande e a Matinha possuem certificação junto a Fundação Cultural Palmares. Também foram identificados Acampamentos de trabalhadores Rurais Sem Terras. São eles: a Terra Prometida com 67 famílias acampadas e o acampamento Estrela Vive com 80 famílias acampadas.

A comunidade tradicional quilombola da Matinha dos Pretos localiza-se na zona rural do município de Feira de Santana, próximo ao Distrito de Maria Quitéria. A Matinha era tida como um povoado e que pertencia a esse Distrito no ano de 2008. Segundo Souza (2010), os negros que chegaram ao município de Feira de Santana vinham do Recôncavo baiano e se estalavam nas fazendas próximas ao Distrito de Maria Quitéria. Entre elas pode ser destacada a fazenda Candeal, em que formou o Povoado de Matinha dos Pretos. Essa fazenda em questão pertencia ao Antônio Alves que, além de possuir as terras, também tinha uma quantidade de escravos significativos, estes se rebelaram com a situação que viviam e colocaram cobras nas bolsas das senhoras¹, por conta disso ficou conhecida como Matinha dos Pretos.

No ano de 2014, a comunidade da Matinha dos Pretos teve seu reconhecimento como Comunidade Quilombola. Esse certificado foi emitido pela Fundação Cultural dos Palmares, ligada ao Ministério da Cultura. Para conseguir esse documento, primeiro a comunidade teve que se declarar como quilombola, depois através de associações e a integração com o poder público, foi realizado o pedido ao Ministério da Cultura. Este documento oficial além de garantir o reconhecimento à comunidade tradicional quilombola, serve para a luta por direitos historicamente negados e para valorizar suas atividades produtivas, além de possibilitar o acesso a várias políticas públicas que podem mudar a realidade destes povos.

A Comunidade Lagoa Grande está localizada no Distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana (BA), que tem o seu nome atribuído a uma lagoa que fica em suas proximidades, quanto à origem quilombola, certo fazendeiro que se havia apoderado das terras da Lagoa Grande visto que elas serem terras devolutas ou da Igreja Católica do São José (por volta do ano de 1900) solicitou-lhes que viessem da Matinha dos Pretos três irmãos, dentre eles Luís pereira dos Santos para tomar conta daquelas terras, para virarem cuidadores da propriedade rural, e ali se instalaram e formaram suas famílias.

A comunidade foi reconhecida no ano de 2007 pela Fundação Palmares, como Comunidade Quilombola. Ela possui uma população em torno de 400 famílias que vivem da agricultura, principalmente, da venda dos produtos derivados da mandioca o que caracteriza fortemente a identidade cultural da comunidade, e também da participação do Grupo Sabores do Quilombo que produz e comercializam alimentos na cantina do módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O Remanescente da Comunidade Quilombola Candeal está localizado no Distrito de Candeal na cidade de Feira de Santana, foi nomeada assim por conta de uma fazenda que se chamava Candeal, que pertencia ao Tenente-Coronel Antonio Alves, em que concentrava aproximadamente 25 escravos, os descendentes deste povo teve a posse da terra com o preço de sangue, pois muitos foram mortos ou presos, em 1967 tiveram acesso à terra de maneira judicial, atualmente a comunidade luta pelo seu reconhecimento de comunidade quilombola.

Com a realização da pesquisa de campo no acampamento Estrela Vive (imagem 01), foi possível observar alguns elementos preponderantes para a temática da pesquisa. Os pesquisadores realizaram uma entrevista com uma das líderes do acampamento, sobre a qual chegaram as seguintes informações. O acampamento Estrela Vive fica localizado na zona rural de Feira de Santana (BA), conhecido como Fazenda Mocó, situado próximo ao bairro Campo do Gado. As terras ocupadas pelo Acampamento são terras devolutas da empresa estatal EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) A ocupação iniciou em maio de 2009, no início era constituído por 150 famílias acampadas, mas atualmente, por conta da estiagem prologada que fere a região de Feira de Santana (BA), conta somente com 80 famílias.

Segundo o relato de uma das líderes do acampamento, no início da ocupação não houve nenhum conflito ou represarias (agressões, uso exagerado do poder executivo e entre outros), porém vale ressaltar todavia o que os trâmites para que o acampamento seja considerado um assentamento estão em andamento. Porém há uma resistência do governo de Estado que se nega a passar o direito de posse da terra para as famílias residentes no mesmo, alegando possuir interesse nas terras para o curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.



Imagem 01 - Acampamento Estrela

Fonte: Elaborado por Silva, (2017).

As mudanças climáticas vêm causando prejuízo econômico e social para o globo em geral. Em Feira de Santana em especial vêm secando os principais rios e seus afluentes e aliado com as ações antrópicas estão causando um dano ao sertanejo e agravando ainda mais a situação dessa região, a exemplo do Acampamento Estrela Vive que no início era constituído por 150 famílias acampadas, mas atualmente, por conta desta estiagem prologada que fere a região conta somente com 80 famílias.

Os impactos econômicos também são muito grandes, a agricultura, a perda da produção agrícola, redução dos rebanhos, na indústria, no comércio, entre outras. Os principais impactos econômicos causados pela seca são: perda da produção agrícola, redução dos rebanhos, decréscimo da produção pecuária, desemprego da mão-de-obra no campo, redução das vendas e diminuição dos lucros. Em relação à produção agrícola no Acampamento Estrela Vive, eles são agricultores familiares e sua produção se direciona ao auto sustento da cultura de: feijão, milho e entre outras, na qual forneciam para o centro de abastecimento em Feira de Santana, mas por conta do longo período de estiagem o cultivo ficar exclusivamente restrito para subsistência das famílias residentes no local, para ajuda na renda familiar nesse período de escassez eles fazem biscoitos caseiros do tipo sequilhos e arranjos artesanais de flores para serem comercializados. As famílias vêm lutando constantemente para permanecer no campo e viver no campo, pois eles são lavradores e dependem da terra para sobreviver.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos evidenciados observa-se que tanto para os Acampamentos quanto para os Quilombolas identificados na cidade de Feira de Santana (BA) se

manterem no território, é necessário que esses grupos sociais tenham o acesso garantindo a terra, para que essas famílias possam contar com políticas públicas sociais, que auxiliem as famílias a desenvolver suas atividades socioeconômicas e conviver com os indivíduos que compartilham sua cultura agrícola.

O acesso a políticas sociais é uma das formas de garantir às famílias principalmente nos longos períodos de estiagem, melhorias que facilitem sua permanência em seu local sem ter que deixá-lo. Os recursos tecnológicos como: sistema de tratamento de água e irrigações por gotejamento são uma das maneiras que, através das políticas públicas, possibilitam a convivência com a escassez de água em período de seca, trabalhando, plantando para culturas, para poder manter a vida das famílias no acampamento e comunidade, pois a maioria destes vive e produz através da agricultura. O fortalecimento desses grupos sociais é a garantia de uma sociedade melhor e justa, pois enquanto os mesmos existirem, estarão “gritando” pelos povos excluídos, que necessitam apenas de pouco para sobreviverem.

A pesquisa de campo no Acampamento Estrela Vive foi um momento de aproximar o conhecimento científico e a história de 80 famílias que querem ter a certificação de assentamento dessas famílias que clamam por um futuro melhor para os futuros cidadãos da comunidade. Querem não precisar sair da terra para terem um futuro melhor, mas se faz necessário que a sociedade de modo geral conheça o anseio do povo e pressionando os governos de ambas as esferas para que possam garantir o direito ao acesso a terra e a dignidade dos trabalhadores do campo, conforme evidenciado na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA VIRTUAL, Consuelo Pondé Governo da Bahia. **Sabores do Quilombo da Comunidade de Comunidade de Lagoa Grande**. Disponível em: <www.bvconsuelooponde.ba.gov.br/conteudo/conteudo.php?conteudo=152> Acesso em 31 de Maio de 2017

CEDDHC. **Cartilha Cidadania para Todos, direito a terra**. Disponível em: <http://www.cdifs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=222>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

CDL DE FEIRA DE SANTANA, **publicações**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/creddhc/bdados/cartilha7.htm>>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da), 1958 - **mutiterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**/Rogério Haesbaert. -6° ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

Grupo de pesquisa Geografar, **Bancos de Dados**. Disponível em: <<http://geografar.ufba.br/tabela-comunidades-negras-rurais-quilombolas-indetificadas-na-ba>>. Acesso em 22 de Abril de 2017

Grupo de pesquisa Geografar, **Bancos de Dados**. Disponível em: <<http://geografar.urba.br/tabela-estado-da-bahia-acampamentos-de-trabalhadores-rurais-se>>. Acesso em 22 de Abril de 2017

MENDONÇA, Livia Carvalho. **Escrevendo Escrita de Remanescente quilombolas no domínio**

escolar e na vida cotidiana uma abordagem dialógica. Faculdade de Letras PUC.2014.

PINTO, Luís Fernandes Guedes. **A Busca pela Sustentabilidade do Campo – 10 anos de Certificação Agrícola no Brasil.** Piracicaba – SP. Imaflora. 2012.132p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. França. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Elane Bastos. **A comunidade Negra Rural do Povoado de Matinha dos Pretos (BA): Uma perspectiva geográfica.** Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): Geografia: conceitos e temas.-2º ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Railma dos Santos. **História e Memória da Escravidão e Pós Emancipação nas Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Matinha dos Pretos e Fazenda Candeal.** Florianópolis-SC. 2015.

IBGE, **Cidades.** Disponível em:<<http://www.cidadesibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&comum=Ils%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acesso em 22 de Abril de 2017.

REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA

Fernanda Dalonso

Universidade da Região de Joinville
Joinville – Santa Catarina

Mariluci Neis Carelli

Universidade da Região de Joinville
Joinville – Santa Catarina

RESUMO: O principal objetivo deste trabalho foi discutir representações dos conselheiros da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca sobre a articulação entre cultura e natureza na gestão deste lugar, norteado pela problemática de analisar de que maneira o debate de proteção da paisagem cultural em uma APA pode ser articulado e em que medida os planos de gestão da paisagem cultural podem ser incorporados aos planos de manejo advindos da APA. Para isso, buscou-se o entendimento teórico-científico sobre representações sociais, paisagem cultural, questões acerca da proteção ambiental brasileira e da gestão da paisagem cultural da APA Serra Dona Francisca. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento de documentos, leis, fontes bibliográficas e a aplicação de um questionário com todos os conselheiros atuantes em 2015 do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, através de formulário elaborado com a ferramenta *Google Docs*. A gestão da paisagem cultural

impõe desafios de alta complexidade, e por isso, uma abordagem interdisciplinar é capaz de aprofundar as diversas áreas de interface, muito relevante em função da gestão em uma Unidade de Conservação de uso sustentável, como é o caso da APA Serra Dona Francisca.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Representações. Paisagem cultural.

ABSTRACT: The main purpose of this paper was discuss representations of the counselors of the Environmental Protection Area (APA) Serra Dona Francisca over the interaction between culture and nature in the management of this place, oriented by a problematic of analyzing in which way the debate of protection of the cultural landscape in an APA can be articulated and to what extent the management plans of the cultural landscape can be incorporated to the management plans coming from the APA. Thereunto, the theoretical-scientific comprehension about social representations, cultural landscape, issues related to Brazilian environmental protection and about management of the cultural landscape of the APA Serra Dona Francisca. The methodological procedures adopted were the survey of documents, laws, bibliographical sources and the application of a questionnaire to all the counselors acting in 2015 from de Management Council of the Environmental Protection Area Serra Dona

Francisca, through the form prepared with the *Google Docs* tool. The management of the cultural landscape presents challenges of high complexity, and, that is why, an interdisciplinary approach is able to deepen the different interface areas, very relevant due to the management in a Conservation Unit of sustainable use, as it is the case of the APA Serra Dona Francisca.

KEYWORDS: Cultural heritage. Representations. Cultural landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), pelo projeto “A Gestão da Paisagem Cultural da Serra Dona Francisca: possibilidades e limites”. Foi apresentado em 2016 no evento científico “V Workshop Catarinense de Indicação Geográfica e IV Mostra de Produtos Tradicionais” em Joinville, Santa Catarina, Brasil.

A pesquisa cujo tema é “A Gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca” tem como objetivo geral analisar os limites e possibilidades da gestão da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental na região rural de Joinville, a partir de um marco legal instituído em 2013 que é Plano de Manejo da Serra Dona Francisca. Busca responder a seguinte problemática: em que medida pode-se articular o debate de proteção da paisagem cultural em uma Área de Proteção Ambiental? Analisa de que maneira o debate de proteção da paisagem cultural em uma APA pode ser articulado e em que medida os planos de gestão da paisagem cultural podem ser incorporados aos planos de manejo advindos da APA.

As APAs apresentam, sobretudo, uma visão conservacionista ao permitirem que as populações residentes permaneçam no território, representando, assim, um avanço para visões estritamente preservacionistas e que influenciaram a criação das primeiras UCs no país (FRANCO, DRUMMOND, 2009).

Por se tratar de uma região extensa, a área referenciada na pesquisa limita-se à região Dona Francisca, que constitui segundo o documento oficial (PLANO DE MANEJO, 2013) as Estradas: Mildau, Guilherme, Da tromba; Do Pico, Antonio Fleith, João Fleith, Rio da Prata, Do Issac, Quiriri, Anaburgo e Loteamento Rio Lindo.

A zona rural da Serra Dona Francisca e adjacências representam parte do conjunto de regiões que possuem remanescentes culturais (materiais e imateriais) do processo de imigração no sul do Brasil, caracterizado pelas paisagens rurais contempladas por bens arquitetônicos e manifestações da cultura por meio de seus modos de vida. Na região delimitada como Dona Francisca, mencionada anteriormente, estão localizados três bens arquitetônicos protegidos pelo Tombamento Federal por meio do IPHAN, conforme apresentado na Figura 1: a Casa Wally Krüger, localizada na Rodovia SC 418; a Casa Alvino Fleith, na Estrada do Pico; e Casa Otto Schwisky, na Estrada Quiriri.



Figura 1 – Croqui da Região Dona Francisca e localização dos bens patrimoniais materiais

Fonte: Elaborado pelas autoras. Imagem concedida por MACHADO; MACHADO, 2016.

Hartog (2006) ao comentar sobre a patrimonialização do meio ambiente cita a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 em que “O texto parece não deixar nada fora de sua perspectiva: o patrimônio mundial, ele é cultural e natural. Por que uma Convenção internacional? Porque, o preâmbulo parte desta constatação, o patrimônio universal é cada vez mais ameaçado de destruição” (HARTOG, 2006, p. 271). Permite-se fazer uma pausa na discussão e destacar que nesta convenção ainda se mantinha a classificação separada de patrimônio cultural e natural, no entanto, em 1992 na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada no Novo México, nos EUA, a nova categoria de paisagem cultural passa a ter seu primeiro instrumento legal internacional que vai reconhecer a interação entre natureza, cultura e maneiras tradicionais de viver (CASTRIOTA, 2009)

As representações sociais refletem a maneira como as pessoas pensam e agem, ou seja, cada pessoa tem uma representação que orienta suas posturas. A partir da análise das representações sociais é possível discutir de que forma os sujeitos da pesquisa articulam cultura e natureza na gestão da APA Serra Dona Francisca e como dão sentido, relacionam e entendem sua conservação e proteção.

Os sujeitos desta pesquisa formam um grupo social institucionalizado, os conselheiros da APA Serra Dona Francisca atuantes em 2015 foram instituídos e oficializados através do poder público, via Decreto Municipal. Considera-se que foram escolhidos porque interagem com a realidade social em questão, seja por motivos profissionais, pelo conhecimento científico ou por serem os agentes praticantes deste lugar. Segundo Moscovici (2009, p.154) “os homens agem e interagem, pela codificação

da conduta interindividual e intergrupal, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social”.

Ainda para o autor Moscovici (2009) os processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento de um grupo devem ter a busca de sua origem no contexto social. Desta forma, entende-se como importante fazer uma breve contextualização da área pesquisada neste artigo, que está localizada na porção rural de Joinville.

O município de Joinville (Santa Catarina, Brasil) teve parte de sua ocupação pela colonização germânica, originada de um dote recebido pelo príncipe François Ferdinand Philipe de Orléans (filho do rei da França) quando se casou com a princesa Francisca Carolina (filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil) em meados do século XIX. Devido à revolução que ocorria em 1848, na França, o Pai de François, o Rei Luiz Felipe, fora destronado e exilado. Fato que levou a família, que passava por uma crise financeira, a vender parte das terras à Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Entre 1851 e 1897, a Sociedade Colonizadora enviou para a cidade cerca de 28 mil imigrantes europeus, na continuidade do processo predominou a vinda de colonos germânicos (AZEVEDO, 2006).

A Serra Dona Francisca foi fundamental para a consolidação da colonização, ligando o litoral ao planalto, a estrada permitia escoar a produção de erva-mate pelo Porto de São Francisco do Sul (Santa Catarina, Brasil), permitindo também novos núcleos coloniais acima da Serra (GREIN, 2012).

Atualmente compreende grande parte da porção rural de Joinville, desta forma as atividades agrícolas do município estão localizadas nesta área que também é delimitada para a conservação ambiental, sendo Área de Proteção Ambiental, pois esta região engloba os mananciais dos rios Cubatão e Piraí que são as principais fontes de captação das águas do abastecimento público da cidade.

A Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca foi criada pelo Decreto Municipal nº 8.055 de 1997, entre seus objetivos de proteção dos recursos naturais, está a melhoria da qualidade de vida das populações residentes e preservação de culturas e tradições locais. Teve seu Plano de Manejo aprovado pelo Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013, que estabelece como órgão gestor executor da unidade a FUNDEMA (Fundação Municipal do Meio Ambiente)¹, juntamente com o seu conselho gestor composto por 32 entidades, sendo 16 governamentais e 16 da sociedade civil. A função do conselho gestor é auxiliar o órgão ambiental municipal na gestão da APA, implantação do plano de manejo, fiscalização e captação de recursos.

Sendo a APA Serra Dona Francisca uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, umas das questões que atravessa as discussões sobre as atribuições de seu conselho gestor é a articulação entre natureza e cultura. Para Eagleton (2005) a palavra cultura, etimologicamente, é derivada do conceito de natureza, este desdobramento semântico também de certa forma representa as mudanças da própria

1. Atual SEMA (Secretaria do Meio Ambiente de Joinville)

humanidade, seguindo do rural ao urbano.

As atribuições do conselho gestor estão descritas no regimento interno da APA Serra Dona Francisca, dentre seus objetivos está a proteção dos recursos naturais com seu uso racional, na busca da conservação da natureza e das necessidades humanas, com ações amplas e integradas. Em seu plano de Manejo também são identificados projetos e subprojetos que articulam cultura e natureza na gestão deste território.

2 | METODOLOGIA

Os fenômenos de representações sociais estão nas instituições, nas comunicações em massa, nos pensamentos individuais, ou seja, estão espalhados e presentes nas numerosas instâncias da interação social (SÁ, 1998).

Quando os fenômenos são transformados em objeto de pesquisa, pela teoria das representações sociais, simplificamos e tornamos tais fenômenos inteligíveis, ou seja, compreensíveis através da teoria. Neste sentido, de acordo com seu pressuposto teórico (SÁ, 1998) a representação social é sempre de um sujeito (alguém) e de alguma coisa (o objeto).

Após a identificação do sujeito (conselho gestor da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca) e do objeto (cultura e natureza na gestão deste lugar), foi escolhido como método para a coleta de dados um questionário. Foram elaboradas perguntas relativas a esta problemática, porém, vale destacar novamente que este artigo é um recorte de uma pesquisa, desta forma, foram realizadas 21 perguntas mistas (abertas e fechadas) sendo 2 com foco na problemática cultura e natureza, as quais serão especificamente apresentadas neste artigo.

O questionário foi elaborado com a ferramenta de formulários do *Google Docs* e enviado através da secretária do conselho para um grupo de *e-mails*, contatando simultaneamente todos os representantes das 32 entidades que compõe o conselho (16 governamentais e 16 não governamentais).

Para tratamento das fontes foi escolhido articular os dados coletados com a análise qualitativa e quantitativa. Para Sá (1998) as opções de metodologias na teoria das representações sociais são amplas e a prática articulada de abordagem é comum, ou seja, combinar perspectivas teóricas a métodos que são mais apropriados.

Uma das preocupações durante a coleta foi a fase da “própria coleta”, em que as perguntas foram elaboradas de modo a fazer com que os sujeitos produzissem respostas de forma a fornecer subsídios para as representações, gerando assim possibilidades de análise.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos questionários enviados para os representantes das 32 entidades (governamentais e não governamentais) que compõem o conselho Gestor, foram obtidos 16 formulários respondidos. Houve um equilíbrio no número de representantes “governamentais” e “não governamentais” que responderam ao formulário, sendo os “não governamentais” representantes de 56% das respostas e os “governamentais” 44%.

Quando questionados sobre as atribuições do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, todas as respostas (apresentadas no Gráfico 1) apontaram para uma visão conservacionista em que se prevê o uso racional considerando ações amplas e integradas de questões da conservação dos recursos naturais com as necessidades humanas. Não houve respostas de visão predominantemente preservacionistas com ênfase na proteção integral. Esta questão é muito específica da condição de ser uma Área de Uso Sustentável, o que se nota é o entendimento geral dos sujeitos da pesquisa de que se trata de uma área em que sua conservação depende também da conservação humana, ou seja, da população local.

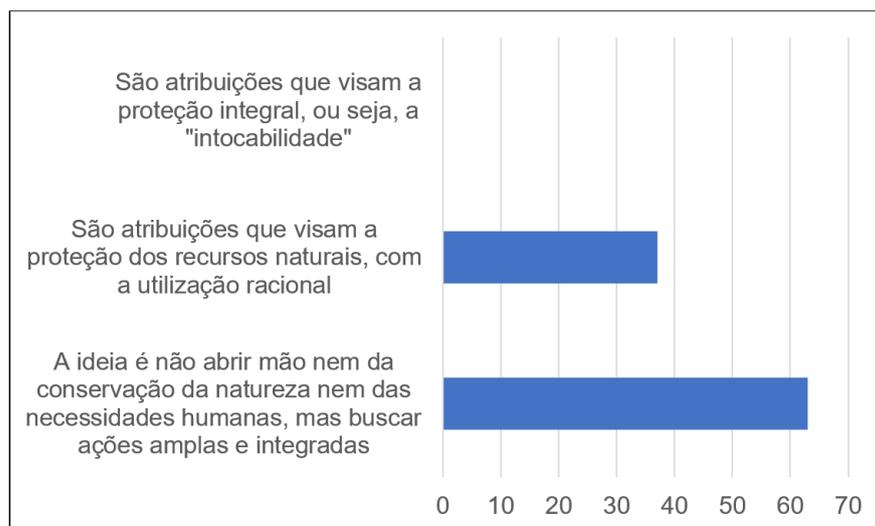


Gráfico 1 – Respostas dos conselheiros ao pensar sobre as atribuições do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca.

Fonte: Autoras, 2015.

Numa análise mais específica das representações sobre as atribuições do conselho gestor da APA Serra Dona Francisca, observa-se que nas respostas escolhidas pelos sujeitos da pesquisa, mesmo que ambas sejam representantes de uma visão conservacionista, há diferença entre elas. Uma resposta enfatiza que além da conservação da natureza não se pode desconsiderar as “necessidades humanas” e finaliza com palavras “visão ampla e integrada”. A outra resposta apresenta também a ideia de “conservar recursos naturais” e fala na “utilização racional”. Os representantes de instituições “governamentais” equilibraram suas respostas. Os representantes de

instituições “não governamentais” tenderam para a resposta que apresentava as considerações “necessidades humanas” e “visão ampla e integrada” nas atribuições do conselho, alcançando 67% das respostas.

Sugere-se refletir que esta diferença deva estar associada à contextualização dos sujeitos da pesquisa, sendo que as pessoas que representam as instituições “não governamentais” são os representantes da sociedade civil, seu papel como conselheiros está associado à população local, ou seja, às necessidades humanas do lugar.

Observa-se no Gráfico 2 que 62% dos sujeitos da pesquisa entendem que as decisões e ações do conselho derivam de questões tanto culturais quanto naturais de maneira equilibrada, demonstrando que há o pensamento de uma articulação equilibrada entre cultura e natureza na gestão.

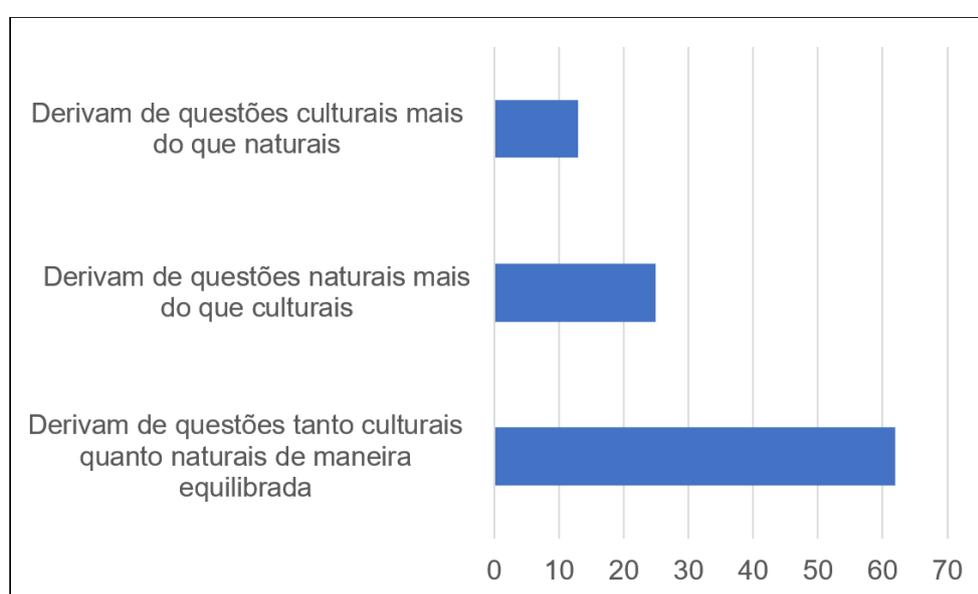


Gráfico 2 – Respostas dos conselheiros ao pensarem sobre as decisões e ações do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca.

Fonte: Autoras, 2015.

Quando se observa as respostas com o perfil dos grupos dos “representantes governamentais” e “não governamentais” é possível notar que há uma análise diferenciada das representações dos conselheiros,

Os conselheiros de maneira geral apresentam suas representações sobre a articulação natureza e cultura na gestão da APA Serra Dona Francisca numa visão conservacionista, em que a importância da preservação não ignora questões humanas e culturais. Os representantes da sociedade civil apontam com maior ênfase estes aspectos integradores, o que demonstra a importância de sua participação na gestão do lugar, para que os aspectos culturais sejam tão valorizados quanto os aspectos naturais.

Dentro do conselho gestor observou-se que há duas representações sociais: dos “representantes governamentais” e “não governamentais”. Desta forma, são dois grupos

sociais que formam outro grupo maior, o conselho gestor. Assim, quando optamos por analisar as respostas separadamente temos maior chance de compreender melhor suas representações sociais, dada à devida importância da contextualização destes grupos.

4 | CONCLUSÃO

Como um estudo parcial de pesquisa, entende-se que ainda são necessárias novas investigações visando estabelecer o debate de proteção da paisagem cultural na Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca.

Um das questões norteadoras na discussão da paisagem cultural são os aspectos integradores entre natureza e cultura, tanto em seu conceito quanto em sua gestão. A participação e representação da sociedade civil na gestão de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável é condição fundamental para que seja uma gestão de modo a valorizar também os aspectos culturais da preservação, a gestão da paisagem cultural traz como condição prévia para a chancela da paisagem cultural brasileira o pacto de gestão entre entidades governamentais e não governamentais (representantes da sociedade civil).

Há uma crescente evidência de fortes ligações entre a paisagem cultural do patrimônio mundial e as áreas protegidas (Phillips 2003; Rössler & Mitchell 2005; Rössler 2006 apud Finke, 2013). Tais ligações foram estudadas por Finke (2013) em uma pesquisa publicada pela *UICN, Linking Landscapes. Exploring the relationships between World Heritage cultural landscapes and IUCN protected areas*. Os princípios da gestão das áreas protegidas encontram similaridade entre paisagem cultural enquanto patrimônio porque compartilham e consideram requisitos de proteção e gestão.

Desta forma as discussões parciais deste artigo abriram possibilidades de análise para a problemática e objetivo geral da pesquisa de dissertação de mestrado do projeto “A Gestão da Paisagem Cultural da Serra Dona Francisca: possibilidades e limites”, ao apontar possibilidades de debate de proteção da paisagem cultural em uma área de proteção ambiental, haja vista que a articulação entre natureza e cultura nas representações dos conselheiros sobre a gestão deste lugar enfatizam em grande parte as duas frentes de proteção: natureza e cultura.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Natália Tavares. Proteção ambiental e ruralidade: agricultores familiares em áreas naturais protegidas no município de Joinville. 2006. 197f. **Dissertação** (Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição. Ampliada. São Paulo: Hucitec: Nupaunb - USP/CEC, 2008.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O Cuidado da Natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a Experiência Conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Revista Textos de História**, p. 59-84, 2009.

FINKE, G. **Linking Landscapes**. Exploring the relationships between World Heritage cultural landscapes and IUCN protected areas. Gland, Switzerland: IUCN, 2013.

GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. Joinville: Editora Univille, 2012.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In: As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOINVILLE. **Decreto-Lei nº 8055, de 15 de março de 1997**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca, no município de Joinville, e dá outras providências. Joinville: Prefeitura Municipal, 1997. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/decreto/1997/805/8055/decreto-n-8055-1997-dispoe-sobre-a-criacao-da-area-de-protecao-ambiental-serra-dona-francisca-no-municipio-de-joinville-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

JOINVILLE. **Decreto-Lei nº 20.451, de 17 de abril de 2013**. Aprova o plano de manejo da área de proteção ambiental Serra Dona Francisca. Joinville: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura-e-camara/4620/leis-de-joinville.html>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

JOVCHELOVITCH, Sandra. A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa. *In: _____ Representações Sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Anderson Rodrigo Rosa; MACHADO, Marcel Henrique Rosa. **Anderson Rodrigo Rosa Machado; Marcel Henrique Rosa Machado**: inédito. Joinville, 2012. Imagem desenvolvida pelos profissionais de *Design* concedida a Fernanda Dalonso.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA

Janes Terezinha Lavoratti

Universidade Federal do Oeste da Bahia

jlavoratti@ufob.edu.br

Marciel Todão da Silva

Universidade Federal do Oeste da Bahia

marcieltodao@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo, uma análise do processo de busca pela moradia, um programa de governo e sua relação com as políticas públicas de habitação popular por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, fazendo uma avaliação de sua aplicação na implantação do conjunto habitacional Nair Barreto na cidade Xique-Xique no estado da Bahia. O município, no ano de 2010 foi contemplado com este programa de governo, com um conjunto habitacional de 60 casas, que foi implantado em uma área para além da periferia da cidade, em um loteamento denominado Nair Barreto, à margem esquerda da Rodovia BA 052. Esta análise contempla os principais aspectos que delineiam a discussão, não só do direito à moradia, mas do direito à cidade, as políticas públicas de habitação e a especulação fundiária que passa a existir no entorno, sem beneficiar os moradores contemplados no programa. Quanto à metodologia, foi realizada revisão bibliográfica, atividades de campo, questionários aos moradores do conjunto habitacional e

apuração de dados. Os resultados apresentam um perfil dos moradores, com suas principais características, as mesmas que deram subsídio para compreender sua real condição, com relação à escolaridade, renda, infraestrutura urbana, prestação de serviços públicos e inclusão social. Através dos depoimentos dos moradores e da experiência vivida pode-se dizer que a falta do Plano Diretor na cidade e a desarticulação entre a política habitacional do programa habitacional e as demais políticas urbanas, dificultam a provisão de casas destinadas à população de baixa renda. Essas moradias edificadas em área distante do centro urbano, com mobilidade precária, entre outros fatores, representam ineficácia na aplicação do programa, o sentimento do não pertencimento à cidade e a exclusão social.

PALAVRAS CHAVES: habitação popular; programas de governo; especulação fundiária; infraestrutura.

INTRODUÇÃO

O espaço é alvo de disputas, conflitos e jogos de interesses entre os diversos grupos e agentes que promovem a reprodução da vida e do capital. A valorização imobiliária das áreas periféricas e centrais da cidade é uma das principais formas do capital se reproduzir

através da transformação do espaço em mercadoria, ou seja, a propriedade da terra como renda fundiária.

Neste contexto, pode-se considerar o que diz Silva Júnior (2007), que especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir o lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço da valia.

Um dos problemas do acesso à moradia está relacionado à especulação e isso se deve a imposição dos interesses por parte do mercado imobiliário e um índice elevado de pessoas sem casas, tanto no Brasil como em outras partes do mundo.

Com áreas urbanas se estendendo mais depressa do que as necessidades da população, tem-se a desigualdade social do capitalismo, o que provoca uma concentração de terrenos na mão de investidores que veem a terra como mercadoria.

No intuito de minimizar o déficit habitacional o governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estima a distribuição de um milhão de moradias financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de acordo com a composição do déficit de cada unidade da federação.

Na cidade de Xique-Xique, o Programa Minha Casa Minha Vida foi implantado em 2010, num bairro periférico denominado de Nair Barreto, cujo conjunto habitacional leva o mesmo nome, carente de infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra em seu entorno, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa.

A fim de promover uma discussão que não deixasse lacunas, foram trabalhados temas que abrangem a discussão e fossem o alicerce para compreender e analisar as informações e resultados alcançados. Para iniciar foi realizada uma discussão sobre o direito à cidade, ponto importante quando se pensa analisar, o direito à moradia não simplesmente a ter uma casa, mas pertencer à cidade, tanto nos aspectos sociais como de infraestrutura.

Portanto, o objetivo deste trabalho é a realização de uma análise da implantação das políticas públicas de habitação popular do Programa Minha Casa, Minha Vida e sua relação com o processo de especulação fundiária e o direito de pertencer à cidade, tendo como estudo de caso o conjunto habitacional Nair Barreto, na cidade de Xique-Xique-BA.

O estudo realizado na cidade de Xique-Xique/BA, adota o método dialético como forma de análise, o qual se configura como embate entre a tese (o fenômeno existe), a antítese (ele é negado) e a síntese (resulta num novo fenômeno). Nesse sentido, a cidade é considerada como objeto de análise na sua totalidade, para se conhecer a realidade do Programa Minha Casa Minha Vida e a situação do conjunto habitacional Nair Barreto.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica, A segunda etapa foi à atividade de campo e questionários aos moradores do conjunto habitacional Nair Barreto com

Figura 1. Localização do município de Xique – Xique/BA

Fonte: elaboração própria

O porto é responsável pelo desenvolvimento econômico do município, onde surgiu a primeira feira ao ar livre, que comercializa o pescado, produtos agrícolas vindos das ilhas próximas do município como feijão, mandioca, batata doce, farinha, tapioca e outros. Esta feira também recebe produtos dos brejos que ficam à margem esquerda do rio, pertencente ao município de Barra do Rio Grande, mas por estar mais próximo de Xique-xique, os produtos como a cachaça, garapa, rapadura, manga, limão, poupa do buriti, coco e outros. Ogado bovino, ovino, suíno, equino e aves, também ali são negociados.

Importante destaque para o município é o Baixio de Irecê um dos projetos incluídos no Programa Mais Irrigação, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e executado pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), com uma área estimada de 59.375 ha, que tem como objetivo desenvolver a fruticultura, devido ao semiárido que possui amplitude térmica intensa.

Segundo a CODEVASF (2015), o objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento da região semiárida através da agricultura irrigada, dentro da sustentabilidade ambiental, incorporando esta área ao processo produtivo, o que elevaria a produtividade das safras agrícolas, gerando renda, aumento da oferta de alimentos e propiciando empregos diretos e indiretos, cuja imagem do projeto se pode ver na Figura 2, a seguir:



Figura 2. Baixio de Irecê

Fonte: CODEVASF (2015)

O projeto envolve parcialmente os Municípios de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Sento Sé. O acesso à área do projeto dá-se principalmente através da Rodovia BA-052, que liga Xique-Xique a Feira de Santana, interligando-se então à malha viária nacional.

No que se refere à habitação em Xique-Xique, o que vem ocorrendo com frequência na cidade é a ocupação ilegal de áreas inapropriadas para habitação como se pode ver na Figura 3. Moradores têm construído moradias no entorno da lagoa do bairro Ponta da Ilha, que captura resíduos de esgoto. Além do mau cheiro que esses moradores se submetem diariamente, em períodos de chuva a lagoa chega a

transbordar invadindo as casas. Percebe-se assim, a falta de políticas habitacionais para a população de baixa renda e a pouca possibilidade de acesso ao solo urbano.

Para Maricato (2000), há uma flexibilização na aplicação da lei, que permite ocupações ilegais como forma de “acomodar” os pobres nas cidades, ou seja, a ilegalidade foi e ainda é parte do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro.



Figura 3. Moradias irregulares na margem da lagoa da Ponta da Ilha

Foto: Silva, M.T

Como exemplo disso temos o que se apresenta na Figura 4, os barracos de madeira construídos no porto da cidade próximo do cais, cujos moradores foram retirados do local e derrubaram seus barracos, mais depois de um período retornaram e refizeram seus barracos, pela falta de melhor opção. Essas famílias sem-teto estão correndo grande risco de despejo, porque ocuparam uma área que recebe grande quantidade de visitantes da cidade, que querem conhecer o Rio São Francisco e a Prefeitura precisa esconder este quadro.



Figura 4. Barracos de madeira no porto de Xique-xique/BA

Foto: Silva, M.T.

Diante deste quadro, surgiu a inquietação sobre como estariam os planos e programas de governo, com relação à moradia na cidade de Xique-Xique, uma vez que a chegada de pessoas provenientes da área rural, acontece no cotidiano e nem sempre possuem meios de se instalarem com dignidade, recorrendo às favelas ou espaços vazios.

Neste contexto, é preciso considerar que além da precariedade na aplicação dos planos e programas de governo, existe a valorização imobiliária das áreas periféricas além das áreas centrais da cidade, como forma do capital se reproduzir através da

transformação do espaço em mercadoria, ou seja, a propriedade da terra como renda fundiária, que os novos agregados do espaço urbano, não têm condições de competir.

O Conjunto habitacional Nair Barreto

Com o objetivo de traçar um perfil dos moradores do conjunto habitacional Nair Barreto, através da pesquisa, foi possível verificar características quanto a origem e possíveis fatores que contribuíram para a chegada dos moradores. É necessário compreender estes aspectos, pois segundo Santos (1997), no nosso entorno, sempre há alguém que não é natural daquele local, ou seja, quem está fora do seu local de nascimento é considerado um migrante. A movimentação da população sobre o espaço seria a definição mais simples, assim a procedência dos moradores do conjunto habitacional, em sua maioria 90% são procedentes da área rural e 10%, já residiam na periferia da cidade ou das cidades vizinhas.

Xique-Xique desde sua origem sempre foi um local de destino de migrantes a procura de melhores condições de vida. Isso se deve a sua localização geográfica às margens do rio São Francisco, que atrai muitos pescadores e também comerciantes.

O que mais influenciou esta migração foi o fator climático, ou seja, a falta de chuva nos últimos anos, impossibilitando a permanência no campo e a sobrevivência na produção de alimentos. Mas, outros motivos também são importantes, conforme os relatos dos moradores nas entrevistas: *“vim com meus pais devido à enchente de 1979”, “a enchente da barragem de Sobradinho”, “dificuldades da região e a procura de novas melhoras”, e “aqui a água é doce, lá a água era de poço”*. A escola, melhoras na qualidade de vida e a infraestrutura da cidade, são fatores que também influenciaram.

Assim, como afirma Singer (1976), as populações migrantes em quase sua totalidade são provenientes de áreas em processo de estagnação, seja econômica ou social (problemas estruturais). A falta de condições básicas como água, trabalho, habitação, escola, entre outras privações são motivações para a saída dessas áreas com destino para outras que possam satisfazer tais necessidades.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos 28 chefes de família entrevistados, 82% tem somente o ensino fundamental, 11% tem o ensino médio e 7% não é alfabetizado.

Constatou-se que apenas 5% das famílias do programa tem uma renda de um a dois salários mínimo e também se percebe que esse valor acima de um salário mínimo está concentrado nas famílias que dispõem de benefícios sociais.

Isso pode estar relacionado com um dos itens das diretrizes gerais que exigem uma reserva no mínimo de 3% das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, atendimento a pessoas com deficiências. Sendo assim, o sistema previdenciário é uma fonte de renda muito importante, na maioria das vezes se torna determinante na manutenção das casas ou até mesmo para a permanência na cidade.

Porém, cerca de 95% dos moradores vivem com uma renda abaixo de um salário mínimo e a renda está ligada à prestação de serviço informal, como babá, diarista,

chapa (descarregador de caminhão), nem todos os dias conseguem trabalho. Outros desenvolvem o serviço como carpinteiro, pescador, e reciclagem no lixão que fica próximo do conjunto habitacional. Dos 95% acima citados, a renda familiar é menor que um salário mínimo e 89% recebem algum tipo de auxílio do Governo. Alguns moradores durante a entrevista declararam que a única renda na casa é da Bolsa Família.

Deixar de pagar aluguel ou apenas ter um lugar para morar já fazia parte dos sonhos desses moradores, pois quase 50% dos entrevistados moravam pagando aluguel antes de mudar para as residências que foram sorteadas. O segundo maior percentual está relacionado aos que moravam com os pais ou tinha casa na zona rural, ou casas cedidas por parentes.

Sendo a conquista da casa própria, um passo importante para a família, muitos trabalham em prol da realização deste sonho por muitos anos e outros só conseguem realizar esse sonho devido às políticas públicas de habitação. Como foi o caso dos beneficiados do conjunto habitacional Nair Barreto, que sob a alegação de que as casas poderiam ser invadidas por outras pessoas, tomaram posse do imóvel antes de ser concluído, mesmo sendo esta medida irregular, segundo a Portaria nº 547, (2011), que dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Os moradores ainda tiveram que passar aproximadamente um ano sem água e energia em suas casas, além de problemas no piso e nas paredes.

Quando foi perguntado aos moradores: *Quais foram as maiores dificuldades encontradas ao chegar à localidade?* As respostas, foram estas que se apresentam textualizadas abaixo:

“Sem iluminação à noite fica muito perigoso ir ao mercado”, “falta de transporte, segurança, muito mato ao entorno das casas”, “falta de serviço pra trabalhar, atualmente trabalho no Lixão”, “não tem assistência na saúde, distante dos hospitais”, “longe da cidade, violência, falta de asfalto, e ter passado o Réveillon no escuro chorando”, “Medo e insegurança”, “as escolas são longe e já houve vários roubos no local: celular, bicicleta”, “sem graça, ta ruim(ninguém pode sair a noite, todo mundo fecha as portas”, “falta de iluminação na localidade como em todo e não somente do local”.

Segundo a Portaria 547, sobre as atribuições designadas pelo Ministério das Cidades, estabelece as regras e condições gerais de execução do programa, respeitados os requisitos previstos no art. 6º do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que são:

Capítulo II - Art. 6º Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU deverão ser respeitados os seguintes requisitos, observada a regulamentação do Ministério das Cidades:

III - infraestrutura básica que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica e que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais; e

IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de

ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público.

No conjunto habitacional Nair Barreto, apesar do isolamento como se pode ver marcado em amarelo dentro do contorno azul da Figura 5, e do descaso do poder público com essas residências sem condições mínimas para morar, como a falta de infraestrutura, saneamento, segurança e outros, muitos permanecem nas casas por considerar sua única possibilidade de ter uma moradia.



Figura 5. Espaço do conjunto habitacional Nair Barreto

Fonte: Adaptado do Google Earth (2015)

Nota-se estas manifestações dos moradores ao analisar suas respostas à pergunta: Quais são os pontos positivos em relação à nova moradia e ao local? *“Ter uma casa para morar, sair do aluguel”, “Gostou ou não gostou tem que morá é da gente”, “Ter ganhado a casa, morá no que é da gente”, “Não pagar aluguel”, “Tudo negativo”*.

Mas nem todos se submeteram às condições que lhes foram impostas. Um processo de exclusão e humilhação, um sentimento de não pertencimento à cidade. Diante disso preferiram voltar para onde estavam em casas de parentes, aluguel e outros, segundo depoimentos dos que ficaram.

Mesmo com muitas pessoas inscritas no Programa Minha Casa, Minha Vida, na espera de um novo conjunto habitacional para serem sorteadas, no conjunto habitacional Nair Barreto, mais de 50% das casas estão vazias após três anos da entrega das residências.

Além da existência de um grande percentual de casas abandonadas nesse conjunto habitacional, existem outros tipos de irregularidades, como: casas vendidas, alugadas e emprestadas. É estabelecido ao beneficiado do programa, que a venda é proibida, assim como aluguel ou empréstimo. E caso o proprietário queira se desfazer do bem, ele não poderá voltar a participar do benefício do programa. A venda do imóvel é irregular por fazer parte de um programa de casas populares do programa “Minha Casa, Minha Vida”, onde a venda ou qualquer tipo de comercialização são proibidas.

Na resposta dada pelos moradores à pergunta: *“gosta de morar no conjunto habitacional Nair Barreto? Percebe-se que existem opiniões diferentes: “Não tem jeito*

para morar em outro local”, “Porque é minha, por pior que seja não pago aluguel”. “perto do serviço” (lixão), “Por que tem a oportunidade de trabalhar e colocar os filhos na escola”. “Melhor que no centro, distante de barulho”, “Bons vizinhos, lugarzinho bom de morar”.

Estas opiniões nos dão uma ideia de que apesar das dificuldades, as pessoas se submetem, para poder ter uma moradia, mesmo desprovidos de aparelhamento público para se bem estar, pois com a descontinuidade da rede urbana até o conjunto habitacional, se apresentam várias carências como esgotamento sanitário, pavimentação das ruas, telefones públicos, transporte público para os estudantes, posto de saúde, praça e área de lazer. Situações que agravam ainda mais as condições de precariedade deste empreendimento. A rede de energia chegou depois de um ano da ocupação das casas, mas não existe iluminação pública, ficando o entorno, no escuro.

Por estarem distantes do centro além da falta de serviços públicos também lhe falta serviços privados como mercado, padarias, açougues e outros. Na falta desses serviços aliados à necessidade de melhoria da renda familiar, alguns moradores fizeram pequenas modificações nas residências para prestar alguns serviços, conforme se apresenta na Figura 6, a seguir:



Figura 6 . Mercadinho e bar em casas do PMCMV

Foto: Silva, M. T.

Na construção do conjunto habitacional Nair Barreto, que permitiria o acesso à casa própria, a habitação popular pelo poder público, fica claro que se levou em consideração a economia de recursos por meio da aquisição de terrenos longe da cidade, desprovidos de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços essenciais, que ademais de todos os problemas antes mencionados, contribui para o agravamento do processo de periferização e especulação fundiária das áreas ociosas. Descumprindo assim, as recomendações estabelecidas pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e institui que em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:

I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos

vinculados ao programa;

II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;

III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei no 10.257 [Estatuto da Cidade], de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.”

Vale ressaltar, que o Programa Minha Casa, Minha Vida tem como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil. E, que segundo o Censo do IBGE (2010) de amostra por domicílio, a cidade de Xique-Xique tem 11.598 domicílios particulares permanentes. Sendo 1.385 alugados, 769 cedidos, em outra condição 169 e um déficit habitacional de 2.323 domicílios em todo o município.

Além do Programa ter disponibilizado somente 60 casas para o município o que é uma quantidade ínfima levando em consideração o déficit habitacional, dessas, apenas 28 estão ocupadas, diante das dificuldades que se apresentam.

Apesar de haver áreas desocupadas e da abertura de novos loteamentos na cidade, ainda persiste a lógica da escassez de terra, o que faz com que os valores dos terrenos, mesmo localizados mais distantes do centro, se tornem caros, acessíveis apenas a uma pequena parte da população, por conta do processo de valorização que essas áreas passam a ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações obtidas e baseando-se na legislação, construir conjuntos habitacionais é um interesse social e com um Plano Diretor eficiente, em algumas cidades, principalmente as do interior, é possível implantar em áreas centrais ou na periferia, nas bordas da cidade, contanto que haja disponibilidade de espaço. Para isto, é preciso aliar política urbana, habitacional com programas voltados à regularização fundiária e à ocupação de áreas centrais e vazios urbanos. Utilizando todo o potencial investido na infraestrutura urbana já existente para evitar desarticulações viárias, terrenos baldios inseguros, evitar o uso especulativo da terra e promover a utilização adequada dos espaços da cidade, de acordo com suas demandas. Fazendo cumprir a função social da propriedade e promovendo uma urbanização mais eficiente.

Portanto a provisão habitacional não se resume a soluções quantitativas, é necessário possibilitar uma boa localização para os mais pobres na cidade. A conquista da habitação ultrapassa o acesso à moradia e abrange outros direitos como, o deslocamento na cidade e viver em condições dignas.

Diante das observações e dos diversos efeitos negativos encontrados na construção do PMCMV para além de um bairro periférico, considera-se que o poder público municipal precisa atender as reivindicações da população do conjunto Nair

Barreto que tem sofrido com a falta de infraestrutura urbana, transporte escolar, serviços públicos, qualificação profissional, emprego e o lazer.

Todas essas reivindicações evidenciam, portanto, que a luta por habitação não se restringe a ter uma casa. São lutas pela possibilidade de se viver na cidade de forma digna, o que significa que além de ter uma casa, ter condições de viver com dignidade, realizar os projetos de futuros e pertencer à cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit **habitacional no Brasil: municípios selecionados e microrregiões geográficas**. Disponível em: www.cidades.gov.br/download/pdf/plano_nacional_de_habitacao.pdf

BONDUKI, Nabil. **Do projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Revista, Teoria e Debate. Nacional: pp. 8 -14, maio/jun. 2009.

CODEVASF-Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Baixio de Irecê**. Disponível em: www.codevasf.gov.br.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros, 2010, 2015. www.ibge.gov.br

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Regina Beca. **Migração no Brasil**. São Paulo, Editora Scipione. 1997.

SEDUR. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br>> Acesso em 22 de março de 2015.

SINGER, P.I. **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo**, in Moura, H.A. de (Coord). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNBIETENE, pp, 211-244, 1980.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG

Aline Fernanda Cardoso

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO- UNIMONTES- Montes Claros/ MG

Valéria Aparecida Moreira Costa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO- UNIMONTES- Montes Claros/ MG

Iara Soares de França

Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO e em Sociedade, Ambiente e Território/PPGSAT – UFMG/UNIMONTES - Montes Claros/ MG

RESUMO: A dinâmica urbana assume frequentemente novos contornos resultantes da reprodução social e capitalista, que se materializam na cidade. Há inúmeros critérios para definir as cidades, seja a partir da demografia, urbanização, fatores econômicos, centralidade e uso do solo, dentre outros. Nesse sentido, o presente trabalho procura compreender a dinâmica urbana nas pequenas cidades, especificamente no município de Guaraciama - MG, evidenciando a formação da cidade, as estruturas urbanas, a distribuição de oportunidades econômicas e as relações sociais do lugar. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e documental

junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, e pesquisa *in loco* com registros iconográficos da cidade. Ao analisar o espaço urbano de Guaraciama, nota-se que, assim como os demais municípios com menos de 5 mil habitantes, que dependem ativamente dos repasses de verbas, especialmente dos impostos federais e do capital gerado em municípios maiores e mais dinâmicos, tem-se o desequilíbrio das finanças locais, o déficit de execução orçamentária e déficit financeiro, caracterizando-se um com um baixo desenvolvimento urbano.

PALAVRAS CHAVE: Espaço urbano; Dinâmica urbana; Cidades pequenas; Guaraciama.

ABSTRACT: The urban dynamic often assumes new contours derivated from capitalist social reproduction that materialize in the city. There are countless criteria to define the cities, be from demography, urbanization, economic factors, centrality and the use of the soil, among other. In this sense, this presente work seeks to understand the urban dynamic in the small cities, specifically in the Municipality of Guaraciama – MG, showing the formation of the city, the urban structures, the economic oportunities' distribution and the social relations of the place. The methodology used consisted in a literature and documental review from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE, research “*in loco*” with iconographic records of the city. To analyze the urban space of Guaraciama, note that, just like other municipalities with fewer than 5000 inhabitants, who depend on transfers of funds actively, especially of the federal taxes and capital raised in larger and more dynamic municipalities, the imbalance of local finances, the budgetary deficit and the financial deficit, with low urban development.

KEYWORDS: Urban space; Urban dynamic, Small cities; Guaraciama.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente, o conceito de cidade associa-se a concentração populacional e a existência de um ambiente de trocas de mercadorias, portanto um ambiente de fluxos e de escalas variadas. Já o processo de urbanização é definido como um fenômeno de crescimento e desenvolvimento das cidades a partir da nova população resultante do êxodo rural. Desta forma, para ambos os aspectos demográficos são determinantes, porém, para analisar a complexidade atual das cidades e as dinâmicas urbanas, estes não são suficientes (CORRÊA, 1989).

Para isto, o espaço deve ser refletido como mercadoria e produto das relações sociais, pois “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, em decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1997, p. 49).

As cidades se desenvolvem como espaço socializado e também urbanizado. Como assinala Corrêa (2000), o espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas, um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, feitos por agentes que produzem e consomem espaço. Um local que pode ser refletido a partir da percepção que seus habitantes exprimem das heranças do modo de produção a partir do qual foram construídas. Já que a formação das cidades está intimamente ligada à forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas.

Já para Gottieneer apud Silva (2007), o espaço urbano é a materialização do desenvolvimento contínuo do sistema capitalista. Assim, a morfologia espacial urbana esta dialeticamente relacionada com as mudanças estruturais na organização social. Isso permite considerar a extrema importância do estudo e análise da forma urbana, e seu crescimento para a compreensão do espaço e a cidade. Desta forma, a cidade não pode ser lida de imediato, somente das aparências do urbano, formas e estrutura, mas é importante decifrá-la a partir da complexidade de suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Tendo em vista o sistema capitalista atuante nas diversas formas de segregação, pois o urbano nada mais é que o reflexo da sociedade.

Nesse sentido, o presente trabalho procura compreender a dinâmica urbana nas cidades pequenas, especificamente no município de Guaraciama- MG, evidenciando a formação da cidade, a concentração de estruturas urbanas, a distribuição de

oportunidades econômicas e as relações sociais do lugar.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Para isso, a metodologia usada consistiu na análise bibliográfica sobre Produção do espaço urbano, Urbanização, Urbanização brasileira, Cidades pequenas, Interações espaciais; levantamento de dados estatísticos, demográficos e econômicos do município junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; além de visita *in loco* para registros iconográficos e confirmação dos dados obtidos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como citado anteriormente o conceito de urbanização e cidade era definido somente por aspectos demográficos, já que este se deu a partir do êxodo rural, gerando oportunidades de empregos advindos da revolução industrial, fomentando a migração campo- cidade que devido à alta densidade populacional não se pode abstrair de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos que anteriormente era dispensado na vida no campo (LUFT, 2010). O que exprime industrialização e urbanização terem aparecido sempre associadas. É na cidade, o berço para a acumulação de capital que oferece condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, formando assim a divisão social do trabalho e evidentemente as classes sociais.

Portanto, a compreensão da urbanização a partir do desenvolvimento industrial é entender o próprio desenvolvimento do capitalismo e a sociedade contemporânea, como aponta Sposito (1989, p.50):

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas, sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades.

As cidades não devem ser compreendidas como produtos estáticos, elas produzem-se e se reproduzem. Ao tratar da urbanização é necessário considerar a materialização das questões sociais, na perspectiva de compreender as relações e transformações entre o espaço de uma sociedade e o contexto de formação.

Em países desenvolvidos a urbanização e a formação das cidades são processos dinâmicos e estruturados, garantem boa infraestrutura e planejamento urbano que atenda a demanda de migração e o conseqüente desenvolvimento. Já aquelas solidificadas nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que teve a urbanização como um processo recente, a partir da segunda metade do século XX na década de 1930, transformou-se rapidamente de um país rural e agrícola para um país urbano. Assim, grande parte da população passou a morar em cidades grandes, que até então de acordo com resultados do censo demográfico de 1940, apenas

31,2% da população brasileira na época, que era de 41.236.315 habitantes, residia em áreas urbanas, em sua maioria no eixo Rio - São Paulo, vivendo nas duas grandes metrópoles e o restante se encontrava em cidades menores e no campo (IBGE, 1940).

O processo de urbanização e industrialização que houve no Brasil é fruto de políticas de desenvolvimento do Estado que trouxe como consequência o acúmulo de população em determinadas regiões do país. De acordo com Maricato; Tanaka (2006) durante séculos a urbanização esteve concentrada no litoral brasileiro, devido ao processo de colonização do Brasil, especialmente nas Regiões Sul e Sudeste. Porém, este teve sinais de mudanças no crescimento das cidades e na migração para o Centro- Oeste e Norte.

Para Matos, (2000) tal mudança no cenário nacional ocorreu a partir da expansão da malha viária e a instalação do setor automotivo no Brasil no Governo Juscelino Kubitschek, além da modernização agrícola que acarretou na descentralização da indústria na Região Sudeste e a expansão do agronegócio e da exploração de minérios e madeira. Nesse sentido, é possível identificar o dinamismo da urbanização no Brasil resultante das altas taxas de crescimento vegetativo da própria população urbana e da impressionante contribuição das migrações campo-cidade.

Além da modernização industrial, e as políticas públicas federais, ambas favoreceram diretamente nas aglomerações urbanas e expansão da rede urbana, formando um processo consistente de interiorização do desenvolvimento das cidades. Desta forma, há explicação evidente na evolução do grau de urbanização no país entre 1940 e 1996 de 31,2% da população residindo em domicílios urbanos, em 1940 para 44,7% em 1960; 67,6% em 1980; 75,6% em 1991 e 78,4% em 1996. Ao analisar a tabela 1 verifica-se que o maior grau de urbanização e população urbana se deu nos anos de 2000 e 2010.

Período	População Total	População Urbana	Grau de Urbanização
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	69.930.293	31.214.700	44,64
1970	93.139.037	52.084.984	55,92
1980	119.502.716	80.436.419	67,31
1991	146.825.475	110.990.990	75,59
2000	169.544.443	137.697.439	81,22
2010	190.755.799	160.925.792	84,36

TABELA 01: População e Urbanização no Brasil

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Assinala-se que entre os anos de 1960 e 1980, houve a migração de quase 43 milhões de pessoas para as áreas urbanas. Trata-se de um grande deslocamento populacional, em um pequeno espaço de tempo, o que bem qualifica as grandes transformações pelas quais passava a sociedade brasileira (BRITO, 2006).

A distribuição da população urbana é desigual no Brasil, com maior concentração nas cidades grandes, que possuem mais de 100.000 habitantes. De acordo com IBGE em 1940 e 1950, mais de 60% da população urbana residia em cidades menores do que 100.000 habitantes, principalmente naquelas menores do que 20.000 habitantes. Já no ano de 1970, com o processo acelerado de urbanização, mais da metade da população residia em cidades com mais de 100.000 habitantes, sendo que dentre essas, 34% em cidades maiores do que 500.000 mil consideradas cidades médias. As cidades pequenas segundo Camarano e Beltrão (2000), representavam em 1970 14% da população total urbana brasileira, em 1980 totalizaram 2971 municípios, sendo 74,43% com menos de 20.000 habitantes.

Entretanto, independente do tamanho das cidades e sua população, as mesmas não existem isoladamente, sem troca de informações, bens e serviços com outras cidades. Todas elas estão ligadas no interior de uma rede urbana, ambas unidas de acordo com a centralidade exercida pela mesma em determinada região, estabelecendo-se as cidades pequenas, médias e grandes que constituem a hierarquia urbana.

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro ou até de outros países (SOUZA, 2003, p.25)

França aponta que “as interações econômicas e espaciais entre as cidades levam a configuração de espaços cada vez mais interconectados, onde as economias de centros urbanos menores dependem de centros médios e grandes, formando um sistema urbano complexo e dinâmico (FRANÇA, 2007 p. 44)”. Portanto, a centralidade exercida por uma determinada cidade, ou seja, a oferta de bens e serviços determina o seu papel na rede urbana.

Um exemplo do exposto acima é o papel que desempenha cidade média de Montes Claros no Norte de Minas o único município com mais de 100.000 habitantes. Em contrapartida dos 89 municípios nortemineiros, onde 69 possuem população inferior a 10.000 habitantes. Este centro urbano exerce papel importante, não apenas pelas representações demográficas, mas também pela oferta de serviços, tanto na área de educação, de saúde, ou mesmo para transações comerciais, caracterizando seu papel de centralidade regional.

De acordo com Magalhães (2009), o processo histórico de formação do município de Montes Claros ocorreu de forma involuntária a partir da acomodação de bandeiras paulistas na região, no século XVII, até a década de 1970 sua base econômica era

apoiada na agropecuária tendo o rio São Francisco e seus principais afluentes como elemento para o escoamento da produção regional.

A partir de 1963, a região foi incorporada à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, pois possuía características econômicas e sociais típicas do nordeste Brasileiro, sua atuação promoveu mudanças na economia regional a partir da instalação de parques industriais e projetos agropecuários, se destacando os municípios Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma e Bocaiúva (MAGALHÃES, 2009).

Neste período a população atingia cerca de 27,6% vivendo nas cidades, em 2000 aumentou para 64,53%, sendo válido ressaltar que tais valores foram diferentes entre os municípios, representando distintos níveis de urbanização. No caso de Montes Claros em função da localização privilegiada contando com o acesso a rodovias como a BR-135, BR-365, MGT-308, MGT-251 e MGT-135, possui fluxo de pessoas e mercadorias em grande escala, o que propiciou a expansão urbana e o desenvolvimento da cidade. O grau de urbanização da passou de 40,66%, em 1960, para 73,10%, em 1970, e chegou a 87,60%, em 1980 (Censo, IBGE). Logo, consolidou-se como referência para os demais municípios vizinhos, como aponta Pereira (2007, p. 277):

Montes Claros surge como um centro regional que comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de funções. Abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas, informação, interagindo com a capital estadual (que a polariza) e com municípios vizinhos.

Desta forma, Montes Claros passou a ser vista como centralidade na região, onde tem exercido autonomia e influência em relações econômicas, políticas e sociais sobre as demais cidades pequenas, causando certa dependência até mesmo em municípios que também receberam incentivos fiscais da SUDENE. Como exemplo, o município de Bocaiúva que além de constituir uma das microrregiões do norte de Minas, mantém relação direta com Guaraciama por fazer parte da mesma. Guaraciama por sua vez também interage com Montes Claros, caracterizando o dinamismo entre as cidades na rede urbana.

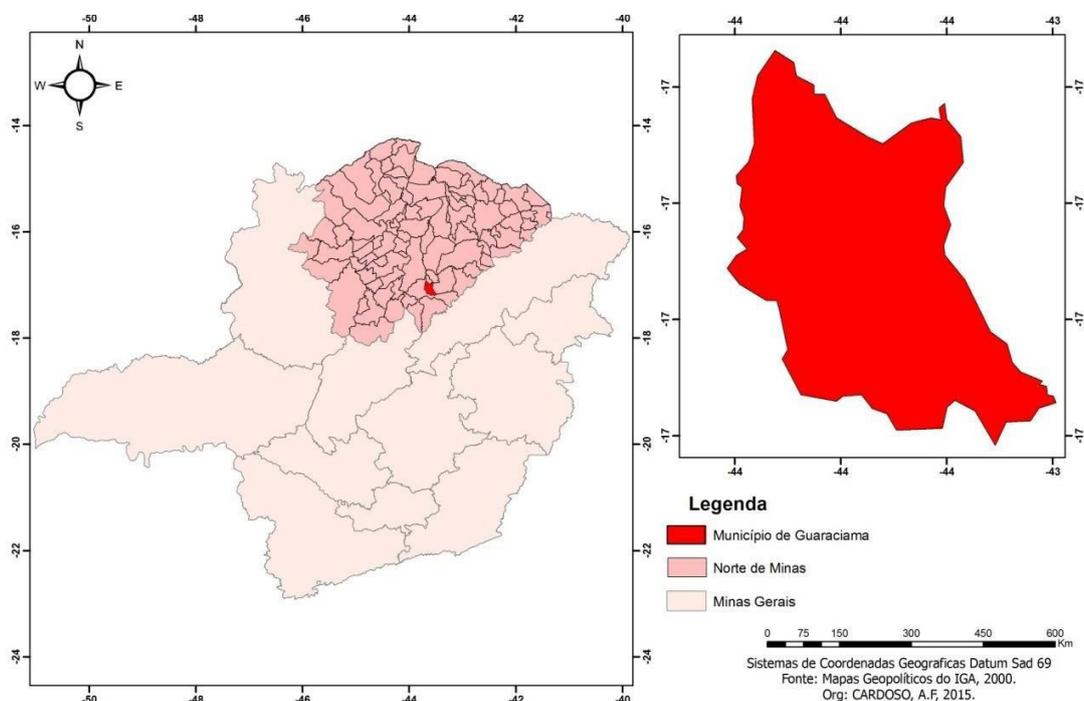
Tanto Bocaiúva quanto Guaraciama são consideradas cidades pequenas, apesar de apresentar diferenças demográficas. Milton Santos (1979) ao tratar de rede urbana denomina as pequenas cidades como cidade local sendo de extrema importância para as vilas e as zonas rurais do município. Mesmo possuindo um nível urbano elementar, pois apresentam atividades econômicas de pouca expressão, sem muitas opções de emprego à população local, exceto àquelas ligadas ao setor agropecuário nas zonas rurais do município e a pequena faixa comércio e administração pública, além de poucas ou nenhuma estruturas física e social que compõe uma cidade (prédios, parques... etc.). Tais atividades influenciam diretamente na consolidação das cidades, na configuração espacial exercidas pelas modificações feitas pelo homem na natureza, o que produz a sociedade. Como afirma Corrêa (2000, p. 53):

O estudo da produção do espaço urbano corresponde a análise da própria sociedade, ou seja, a organização espacial é a própria sociedade espacializada, o espaço geográfico reflete e traduz o processo de produção da sociedade a partir das relações sociais e econômicas estabelecidas historicamente.

Portanto, pode se compreender que as estruturas físicas de uma cidade são mais que estruturas estáticas, são os símbolos do modo de vida de uma população, ambos construídos de acordo com o estágio de desenvolvimento de cada sociedade, ou seja, com as necessidades de cada época o que remota a origem de cada cidade.

Um fator de extrema importância para a origem das cidades são as relações de trabalho da população, Medeiros (2005) assinala que em um primeiro momento estas contribuíram para o povoamento rural, com predomínio de atividades de subsistências até fazendas de grande porte, que em sua maioria construíam pequenas capelas dedicadas aos Santos de devoção marcando o povoamento destas regiões.

Nesse sentido, a cidade de Guaraciama localizado na Mesorregião Norte do estado de Minas Gerais (Mapa 1) entre as coordenadas geográficas de Latitude: 16° 59' 51" Sul e Longitude: 43° 41' 0" Oeste, originou-se com o nome Taiobas datando-se em 1905, em terras doadas pelos fazendeiros João Veloso e Vicente Figueiredo, fazendo parte do distrito de Bocaiuva/MG. Logo após, o povoado passou a ser chamado de Santa Clara em homenagem à santa devota da população, atualmente o padroeiro da cidade é São João Batista ao qual se destina a tradicional festa junina da cidade. Entretanto, em dezembro de 1995, desmembrou-se de Bocaiuva, criando o município de Guaraciama que em indígena significa "terra do sol" (IBGE, 2010).



Mapa 1: Localização do município de Guaraciama no Norte de Minas Gerais. Fonte: CARDOSO, A. F, 2015

Desta forma, a religiosidade foi fator que impulsionou à formação da cidade e a organização espacial da mesma, o traçado das ruas, a localização dos setores

de serviços de comércio e saúde, como aponta Medeiros (2005 p. 30) “A partir da religiosidade que se desenvolveram as cidades e com elas uma divisão espacial e social do trabalho [...], e através do trabalho que realiza para construir a existência, cria sua própria organização espacial”. Ou seja, a estrutura urbana de Guaraciama é o produto da sua forma de ocupação e as relações de trabalho do lugar. A área central da cidade impulsionou o crescimento urbano da cidade, mesmo que este não seja tão acentuado (Figura 2).



Figura 2: Malha Urbana de Guaraciama – MG. Fonte: Google Maps.

As formas da cidade se deram a partir da igreja, o núcleo central da cidade, e da praça (Foto 1) local destinado à sociabilidade e lazer da população, áreas que a partir das quais houve expansão na malha urbana para a periferia da cidade. No entorno da praça e a Avenida Maria José de Figueiredo (Foto 2) localiza-se a pequena faixa de comércio da cidade, caracterizado por poucos e pequenos estabelecimentos, com restrita variedade. Também neste mesmo local que se encontram as instituições de ensino da cidade oferecendo 1º e 2º graus chegando registrar a taxa de alfabetização de 80,70 de acordo com o IBGE (2010) e os locais de prestação de serviços como agências bancárias e do correios. Desta forma, o fluxo de pessoas e de mercadorias se destina basicamente para esta região da cidade, principalmente no horário comercial, onde a população se encaminha para o trabalho e os estudantes para as escolas, tendo em vista os alunos da área urbana e os das zonas rurais que devido à chegada dos ônibus escolares que transportam os alunos e as demais pessoas que necessitam se deslocar do campo para a cidade.



Foto 1: Praça São João Batista.

Autor: CARDOSO, A. F, 2016.

Os órgãos administrativos da cidade como a prefeitura estão situados na mesma avenida ou em cruzamentos próximos a ela, a exemplo da Câmara de vereadores, o que exprime o tráfego ainda maior de pessoas. Como assinala Corrêa (1989) na área central não se tem o foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. É nela que se concentram as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada.



Foto 2: Avenida Maria José de Figueiredo.

Autor: CARDOSO, A. F, 2016

É possível identificar que os diferentes usos dos solos são na realidade a organização espacial da cidade, estes que reproduzem o espaço urbano nos seus diversos locais. Há áreas como maiores fluxos de pessoas e serviços, e locais destinados à moradia sendo notório que não existem grandes diferenças nos padrões residenciais da população, somente algumas moradias com até três andares, com residentes que possui algum tipo de comércio ou serviço especializado.

No que se refere ao setor de serviços, a mesma oferece o básico, como no setor de saúde, a cidade conta com a Unidade Básica de Saúde Santa Clara, que presta atendimentos à população. Porém, os casos com diagnóstico mais graves são encaminhados para Bocaiúva e em sua maioria para Montes Claros, já que 50% dos municípios norte mineiros restringe a atenção básica ou básica ampliada. Assim, se destaca a posição de Montes Claros na regionalização da saúde estadual, classificado como macro pólo regional pela variedade e oferta de serviços de maior complexidade.

Atualmente, Guaraciama não possui serviço de Saneamento Básico o que propicia a criação de ambientes insalubres e afeta diretamente as condições de vida da população, visto que a qualidade água e destino adequado de esgoto e lixo podem ocasionar a proliferação e propagação de diversas doenças.

Já a oferta de emprego na cidade fica destinada aos serviços públicos oferecidos pela prefeitura ligados à área de educação, saúde, limpeza e conservação das estruturas públicas, além da receita dos aposentados. As demais vagas estão distribuídas na área de comércio sendo ambas evidentemente pequenas devido à população que totalizava em 2010, 4.718 pessoas residentes em uma área de 390, 263 km², e em 2017 segundo estimativas do IBGE passaram para 5.001 habitantes (IBGE, 2018).

De acordo com o último censo (2010), a população se divide em 2.378 homens e 2.340 mulheres. Desse total, 3.025 habitantes vivem na cidade e 1.693 no campo chegando a registrar uma taxa média anual de 0,54%, enquanto no Brasil foi de 1,17% de crescimento populacional no período de 2000 a 2010 (IBGE).

Desta maneira, a economia de Guaraciama segue a tendência dos demais pequenos municípios que tiveram sua emancipação em 1995 em um contexto pós - regime militar, onde se intensificou as emancipações no Brasil. É interessante ressaltar que de acordo com dados do IBGE, 94,5% dos 1.405 municípios instalados entre os anos de 1984 e 2000 têm menos de 20 mil habitantes e entre os 1.018 municípios instalados entre 1991 e 2000, destes apenas 40 possuíam mais de 20 mil habitantes.

Os motivos para a emancipação dos municípios variam desde as características de cada lugar (Localização, população, urbanização, dentre outros) à alegação do descaso dos municípios de origem. A criação de novos distritos administrativos deveria garantir a existência de recursos para a manutenção da cidade e seu crescimento, entretanto deve-se levar em consideração que, a execução desses serviços deve ser subsidiada de acordo com o número de habitantes.

Desta forma, Gasparini e Miranda (2006) mostraram que existe maior carência de serviços públicos nos municípios entre 5 mil e 10 mil habitantes, com tendência a quedas maiores a partir desse ponto. Tal déficit de serviços acontece de forma nítida nos municípios com até 20 mil habitantes, e em menor grau entre 20 mil e 50 mil habitantes. Além disso, é justamente nos municípios com até 20 mil habitantes que também se encontram as maiores ineficiências dos gastos. Já os municípios com até 50 mil habitantes dispõem de recursos suficientes, para colocar as cidades em uma situação de melhor cobertura de serviços públicos.

Portanto, o grau de desenvolvimento de uma cidade está intimamente ligado com os recursos disponibilizados pela mesma para investimentos tanto no perímetro urbano como rural, ou seja, a partir do que o município dispõe para a população irá impedir a evasão de pessoas para outras cidades em busca de uma melhor qualidade de vida. Como assinala Moreira:

No Brasil, a mobilidade se manifesta nos pequenos municípios, tanto com a migração de pessoas que saem do município em direção aos grandes centros, quanto os que saem da zona rural em direção as pequenas cidades. Esse último, em menor escala, mais representativo num contexto de um país que, devido ao intenso processo de urbanização que vem passando, com o decorrer dos anos, tem a maior parte da sua população vivendo nas cidades. (MOREIRA, S\D p.8)

Vê-se que a mobilidade está presente principalmente nos pequenos municípios, por não conter infraestrutura suficiente para conter a população, principalmente os municípios recém-emancipados, por possuírem dependência direta com o município de origem e também em razão de fatores que podem ser explicados a partir da realidade vivida de boa parte da população da região do norte de Minas. Apesar do IDH-M de Guaraciama em 2010 ter sido 0,677, classificado como Médio IDH, a mesma não apresenta feições suficientes para promover um bom desenvolvimento urbano capaz de impedir a mobilidade de sua população para os grandes e médios centros urbanos, apesar de registrar um crescimento na taxa de urbanização do município que passou de 53,84% para 64,12% no período de 2000 a 2010.

Outro fator que explicaria o atual cenário da cidade é a indissociação do campo e cidade, baseada na separação espacial entre atividades urbanas e não urbanas sendo elementares para caracterizar um núcleo populacional enquanto urbano. Assim, as cidades urbanas seriam aqueles centros que apresentem uma complexidade de atividades urbanas capazes de garantir um crescimento auto-sustentado e domínio territorial, o contrário do que é notável nas pequenas cidades, com a grande dependência dos municípios mais próximos. Como cita Medeiros (2005, p.43):

Todavia, são pequenas cidades onde é notória a presença de hábitos rurais no seu tecido urbano. Como por exemplo, temos pequenas granjas, currais para a criação de gado nos arredores da cidade, pocilgas, carroças puxadas por animais, criação de aves que geralmente perambulam nas ruas dos bairros mais periféricos da cidade. Nestas cidades uma intensa articulação entre espaços urbanos e rurais. Tais cidades oferecem, ainda, uma diversidade de bens e serviços inexistente no campo.

E em relação às cidades nortemineiras Pereira (2006, p. 35) assevera:

Além da convivência com a seca periódica, a baixa produção econômica, as cidades nortemineiras [...], enfrentam problemas como a falta de adequada infraestrutura urbana, o desemprego, a migração sazonal, a política do assistencialismo, as drogas, a dificuldade de acesso (péssimas condições das estradas), a falta de saneamento, a pobreza que se amplia a cada dia, dentre outros.

Portanto é nítido tanto na fala de Medeiros (2005) quanto em Pereira (2006) o predomínio de cidades com atividades voltadas para o campo pela falta de infraestrutura urbana, o que dificulta estabilidade populacional, além de tornarem

idades com o desequilíbrio das finanças locais, o déficit de execução orçamentária e déficit financeiro, caracterizando-se com baixo desenvolvimento urbano. Porém, apesar da pouca quantidade de atividade ou infraestruturas produtivas capazes de gerar renda a população, a mesma apresenta possibilidades de integrar-se ao sistema econômico do país, seja pela mão de obra barata ou pelo mercado consumidor, o que reafirma que as cidades se interagem entre si, mesmo com diferentes fluxos e escalas, como é o caso de Guaraciama.

Por fim, ilustrando o viver em pequenas cidades é imprescindível ressaltar as relações da população com a produção da identidade com o lugar, as memórias do vivido, as manifestações culturais, as práticas familiares construídas através do tempo, passada de geração em geração. Guaraciama segue a tendência de sua origem: as festas juninas, as fogueiras na frente de todas as residências, as prosas da vizinhança, a solidariedade de seus habitantes juntamente com o amor pela religiosidade, mediante a festa do padroeiro da cidade, justificada pela chegada e partida dos seus filhos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a dinâmica urbana de Guaraciama, nota-se a importância do estudo destes pequenos centros urbanos quer seja pela organização espacial das cidades como pelo papel que as mesmas representam na rede urbana. É nítido o grau constante de dependência, tendência dos municípios com menos de 10.000 habitantes mantendo a falta de infraestrutura urbana, caracterizando uma cidade com atividades típicas rurais, chegando a registrar em 2013 43% do PIB- Produto Interno Bruto ao setor de Agropecuária.

Desta forma, a população que não se mantém nesse setor, vê-se obrigado a buscar nos maiores centros urbanos, oportunidade para uma melhor qualidade de vida, já que tanto pra empregabilidade quanto qualificação não existe instituições no município ou com baixa oferta. O que provoca a mobilidade de habitantes, acarretando em um baixo desenvolvimento urbano aliado ao desequilíbrio das finanças locais e consequentemente déficit financeiro.

Nesse sentido, esse artigo procurou compreender a dinâmica urbana de Guaraciama, onde se verificou que as formas da cidade se deram a partir da igreja, o núcleo central da cidade, local que propiciou a expansão na malha urbana, sendo a área com maior fluxo de pessoas e serviços, devido à proximidade da praça e a Avenida Maria José de Figueiredo onde se localiza a pequena faixa de comércio da cidade e as instituições de prestação de serviços básicos população.

Já a oferta de emprego cidade fica destinada aos serviços públicos oferecidos pela prefeitura ligados à área de educação, saúde, limpeza e conservação das estruturas públicas, além da receita dos aposentados. As demais vagas estão distribuídas na área de comércio sendo ambas evidentemente pequenas.

Desta maneira, a economia de Guaraciama segue a tendência dos demais pequenos municípios que tiveram sua emancipação em 1995, com grau de desenvolvimento baixo. Apesar do IDH-M de Guaraciama em 2010 ter sido 0,677, classificado como Médio IDH, a mesma não apresenta feições suficientes para promover um bom desenvolvimento urbano capaz de impedir a mobilidade de sua população. Aliado a indissociação campo-cidade, não apresenta uma complexidade de atividades urbanas capazes de garantir um crescimento auto-sustentado.

Porém, apesar da pouca quantidade de atividade ou infraestruturas produtivas capazes de gerar renda a população, a mesma apresenta possibilidades de integrar-se ao sistema econômico do país, através mão de obra barata ou pelo mercado consumidor por meio das redes urbanas.

Portanto, vê-se a importância o estudo das cidades pequenas e seu papel na rede urbana. Pois, conhecendo a dinâmica urbana, aliado a produção da identidade e as manifestações culturais dos centros urbanos, poderão ser auxílio na criação de políticas públicas que realmente se adequam a realidade urbana destas cidades. Propiciando uma melhor qualidade de vida para a população.

REFERÊNCIAS

BRITO, Fausto. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. In: Revista de Estudos Avançados. Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017> > Acesso: 24 de Agosto de 2016.

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Texto para discussão nº 766, IPEA. Rio de Janeiro: novembro de 2000, 21 p. Disponível em:< www.ipea.gov.br> Acesso: 16/06/2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

FRANÇA. Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado em Geografia pelo Programa de Pós- graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU. 2007.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. **Análise da equidade e da eficiência das ações municipais – uma avaliação usando Análise de Envoltória de Dados (DEA)**. Ipea, 2006 (Relatório de Pesquisa, n. 3).

Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2000-2010**. Disponível em: <WWW.ibge.com.br > Acesso: 15 de Julho de 2016

LUFT, Deise Beatriz. **A indústria e sua influência no processo de segregação socioespacial em Itapetinga/Ba**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre – RS. Disponível em: < [file:///C:/Users/DEISE/Downloads/download \(539\).PDF](file:///C:/Users/DEISE/Downloads/download%20(539).PDF)> Acesso em: 28 de Agosto de 2016.

MAGALHÃES, Sandra Célia Muniz. (2005). **A expansão urbana de Montes Claros e suas implicações na ocorrência de doenças de veiculação hídrica**. Dissertação (Mestrado em Geografia) PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARICATO, Erminia; TANAKA, Giselle. **O planejamento urbano e a questão fundiária**. Revista

Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, vol. 38, N° 227, p. 16-23, jun. 2006.

MATOS, Ralfo. **Aglomeraciones urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil**. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 2000. Caxambu-G. Anais. Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), pp. 1-22.

MEDEIROS, Maria Suely da Silva. **A produção do espaço urbano nas pequenas cidades do Seridó Potiguar**. Dissertação de mestrado em Geografia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005. Disponível em:< <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/MariaSSM.pdf>> Acesso: 11-05- 2016.

MOREIRA, Silmara Oliveira. **A Mobilidade em uma pequena cidade Baiana: Um estudo sobre Belo Campo- BA**. S/D. Disponível em:< <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2n.pdf> > Acesso: 26 de Agosto de 2016.

PEREIRA, Anete Marília **A geografia e a questão regional num contexto de novas configurações territoriais**. In: Revista Cerrados v. 4, n. 1, (2006). Montes Claros : Ed: Unimontes, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

SILVA, Gilson Santos. **Negros com renda média no bairro Pituba**. Dissertação de mestrado em análise Regional e Urbano da Universidade de Salvador- UNIFACS, 2007. Disponível em: < http://tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=203>.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO

Pedro José de Oliveira Machado

Departamento de Geociências – UFJF

Juiz de Fora/MG

RESUMO: Esse artigo apresenta um estudo sobre as principais características demográficas do município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata mineira, tendo como recorte temporal o período de 1850 a 1920, momento em que a cultura cafeeira forma a base econômica da cidade e região, resultando em amplo processo migratório e grande crescimento demográfico. O estudo se fundamenta na análise e interpretação apenas de dados oficiais, obtidos a partir dos recenseamentos realizados no período analisado, ou seja, os censos de 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 e 1920, todos ocorridos após a emancipação político-administrativa do município, em 1850. Os principais resultados traçam considerações ligadas ao crescimento da população local, sua composição por sexo, concentração e taxa de urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Demografia; Cafeicultura; Recenseamentos; Juiz de Fora.

ABSTRACT: This article presents a study about the main demographic characteristics of Juiz de Fora, located in the Zona da Mata, Minas Gerais, Brazil. The time period is from 1850 to 1920, when the coffee culture forms the

economic base of the city and region, resulting in a large migratory process and great population growth. The study is based on the analysis and interpretation of only official data obtained from the censuses carried out during the period analyzed, the censuses of 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 and 1920, all of which occurred after the political-administrative emancipation of the municipality in 1850. The main results are related to the growth of the local population, its composition by sex, concentration and rate of urbanization.

KEYWORDS: Demography; Coffee cultivation; Censuses; Juiz de Fora;

1 | INTRODUÇÃO

No período que compreende a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século seguinte, Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata mineira, experimentou um expressivo surto de desenvolvimento econômico, o que a singularizou no plano estadual e nacional, como um dos centros de maior crescimento e de mais acentuada marcha demográfica. Em 50 anos o município passou da condição de recém-criado – emancipado de Barbacena – em 1850, para a condição de mais rico, desenvolvido e populoso do Estado de Minas, em 1900.

Tudo isso, direta ou indiretamente, decorrente da cultura cafeeira que adentrou Minas Gerais, vinda do vale do Paraíba fluminense, no início do século XIX, a partir das áreas de divisa (atuais municípios de Simão Pereira, Chiador, Rio Preto etc.), daí se expandindo para a parte sul da Zona da Mata.

A produção cafeeira regional começa a se destacar no período de 1847/1848, quando o Estado registra uma exportação de 745.381 arrobas, das quais 743.707 tinham como procedência a Zona da Mata, e de Juiz de Fora, em particular, procediam 183.895 arrobas (GIROLETTI, 1988, p.31). Já por volta de 1855/1856 “o município se apresentava como o principal produtor da rubiácea mineira” (GUIMARÃES, 2006, p.44). A importância do café se mantém crescente, de tal forma que esse produto “entre 1870 e 1930 ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela significativa maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920” (PIRES, 2009, p. 28/29). Essa situação se prolonga até a depressão econômica de 1929, quando o produto (e a região) perde importância.

Enquanto se manteve como atividade econômica principal, a cafeicultura trouxe vários impactos e consequências para a organização territorial regional, especialmente com a consolidação de uma posição de centralidade econômica de Juiz de Fora. É aí, no ambiente urbano do vasto município, que é investida grande parte dos muitos recursos produzidos pela cultura cafeeira, o que vai firmar as bases para um forte processo de urbanização e industrialização. São grandes os investimentos desse período: em transportes (Estrada União & Indústria, Ferrovia D. Pedro II, sistema de bondes urbanos de Juiz de Fora, elétricos a partir de 1906); em infraestrutura (abertura de ruas, ampliação da construção civil, hospital, abastecimento público de água); no desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços (lojas, hotéis, profissionais liberais); no sistema de educação e cultura (escolas, teatros, revistas, jornais); na rede bancária (criação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, ambos com sede em Juiz de Fora); nos sistemas de telefonia e telégrafo; nas indústrias diversas (com destaque para o ramo têxtil). Tudo isso impulsionado por um sistema gerador próprio, fruto do pioneirismo da instalação da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, inaugurada em 5 de setembro de 1889.

Outro importante efeito dessa situação de expansão econômica foi o destacado crescimento demográfico da região e, sobretudo, do município, em larga medida decorrente do intenso processo migratório, responsável pelo rápido e expressivo aumento de sua população. Entre os anos de 1855 e 1920 a população municipal cresce 325,18%, tornando Juiz de Fora, na virada do século, o município mais populoso do Estado e em 1920, o 11º do país.

Era o reflexo do que ocorria com Minas Gerais de maneira geral. A sequência de ciclos econômicos, primeiro ouro e diamantes e depois o café, foi responsável por colocar o Estado, durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX,

como o mais populoso do país, centro receptor de um constante e expressivo fluxo migratório. O que se observa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, foi o deslocamento da centralidade econômica, que se transfere da decadente região mineradora, para a Zona da Mata, cafeeicultora, consolidando Juiz de Fora como seu principal core.

Contudo, essa importante dinâmica demográfica local/regional não tem sido objeto de estudos específicos, mesmo se constituindo numa questão merecedora de grande aprofundamento, uma vez que se relaciona direta e/ou indiretamente com outras várias estruturas regionais, ligadas à economia, às forças políticas e à constituição territorial. Em relação aos trabalhos existentes podem ser elencados dois problemas recorrentes: 1) a utilização de dados decorrentes de fontes não oficiais (como os censos, sobretudo) ou, noutros casos, sem que seja feita referência à respectiva fonte; e 2) a utilização de dados demográficos sem que se faça a necessária correlação com a respectiva base territorial, ou seja, o dado demográfico, muitas vezes, é apresentado para 'Juiz de Fora', de maneira geral, sem especificar, com exatidão, a qual unidade territorial se refere, se ao município, à cidade, à paróquia ou ao distrito sede, o que no século XIX, especialmente no período imperial, faz enorme diferença. Isso tem levado a dúvidas e/ou incorretas interpretações de muitos fatos relacionados à evolução e à dinâmica demográfica local. Essa é, inclusive, uma das preocupações do presente estudo, que se dedica a investigar a dinâmica demográfica local utilizando somente dados demográficos oficiais, sempre buscando relacionar tais informações aos seus respectivos recortes territoriais.

2 | METODOLOGIA, OBJETIVOS E BASE DE DADOS

O estudo demográfico de Juiz de Fora pode ser dividido, assim como o de outros municípios do sul da Zona da Mata Mineira, de maneira geral, em 3 fases principais, todas direta ou indiretamente influenciadas pelo café, seja por sua ausência, por seu desenvolvimento, seja por seu declínio.

A primeira fase compreende um grande lapso de tempo, se estendendo desde a abertura do Caminho Novo, no início do século XVIII, até a década de 1840. É a fase do povoamento inicial que vai se caracterizar pela baixa densidade de ocupação local e mesmo de toda Zona da Mata. Nesse momento se estabelece uma ocupação linear, que acompanhava o traçado do Caminho Novo e que se caracterizava pela existência de pequenas povoações, de aspecto rude e tosco – como era o caso de Juiz de Fora, então Morro da Boiada, localizado à margem esquerda do Rio Paraibuna.

Nessa fase Juiz de Fora não reunia suficiente consolidação econômica, urbana ou demográfica capaz de fazê-la presente entre as principais localidades da província. Longe disso. Embora existam registros do topônimo 'Juiz de Fora' que datam do início do século XVIII (SANTIAGO, 1979, p.20; 1985, p.23; LESSA, 1985, p.26), tratava-se, na verdade, de uma acanhada povoação. Valverde (1958, p.27), por exemplo,

assinala que por volta de 1820, “Juiz de Fora era então um centro tão diminuto que apenas é citado de passagem, mais para explicar seu curioso nome que por outro motivo”. Sendo assim, pode-se concluir que entre a ocupação inicial e a consolidação desse processo, que só vai ocorrer a partir da década de 1840, passou-se quase um século e meio. Essa fase se caracteriza pelo pequeno quantitativo demográfico, pelo baixo crescimento e pela tipologia rural.

A segunda fase se estende de 1850, ano que marca a criação do município de Santo Antônio do Paraibuna (que mais tarde receberá o nome de Juiz de Fora), emancipado de Barbacena, e se prolonga até 1929, quando ocorre a grande depressão econômica no país. Esse período vai consolidar outro estágio da evolução demográfica local, sobretudo pela influência do café, que embora tenha penetrado o Estado de Minas no início do século XIX, somente agora vai viver seu momento de maior expansão. Aqui, economia cafeeira e demografia vão manter estreita relação.

A partir da década de 1840 dois acontecimentos vão redefinir a história de Juiz de Fora e também de seu comportamento demográfico. Um desses fatores determinantes foi obviamente, o desenvolvimento e consolidação da cultura cafeeira, que criou uma abastada classe de barões, com crescente poder econômico e político. O café passou a dar sustentação à economia regional, e, ao mesmo tempo, destinou a Juiz de Fora o papel de centralidade dessa economia. Isso vai levar a um forte e contínuo processo de migração, que tinha como foco a frutífera Zona da Mata mineira. Outro fator determinante, que ocorre de maneira paralela é a implantação da Estrada Nova do Paraibuna, acontecimento fundamental para a consolidação da centralidade econômica de Juiz de Fora. A nova estrada, aberta por Halfeld, a partir de 1836, que se constitui na maior intervenção regional depois do Caminho Novo, foi responsável por originar e consolidar seu processo de urbanização, a partir da abertura de sua principal via estruturadora – a atual Avenida Barão do Rio Branco – e por trasladar a povoação para a margem direita do Rio Paraibuna, “trocando a geomorfologia dos morros pela da planície” (MACHADO; SANTOS, 2017, p.74).

Lastreada pela crescente cultura do café e, indiretamente favorecida pelo declínio da atividade aurífera na região central da Província, a economia local se expande e demograficamente ocorre um salto significativo. Em 1855, segundo dados do chamado “Mapa Aproximado da População do Município da Vila de Santo Antônio do Parahybuna”, o município, então formado por 5 freguesias, contava 27.792 habitantes. No recenseamento de 1920 sua população alcançava 118.166 habitantes, o que equivale a um crescimento demográfico de 325,18% no período.

A terceira fase de sua evolução demográfica ocorre a partir da crise de 1929, quando o café e a economia regional entram em declínio. A partir de desse momento vão se observar características demográficas bem diferentes daquelas presentes nos períodos anteriores, algumas das quais existentes até os dias atuais. A crise da economia cafeeira leva a um forte êxodo a partir da área rural do município e uma expressiva migração a partir das cidades menores da região que também se dedicavam

ao cultivo do café. Em ambos os casos o processo migratório ocorre em direção a Juiz de Fora, centro urbano que concentrou as diversas atividades infraestruturais viabilizadas pela cultura cafeeira. Passa a ocorrer uma expressiva concentração da população regional em Juiz de Fora, assim como da população do município no distrito sede, atingindo percentuais sempre crescentes até os dias atuais.

O objetivo dessa pesquisa se concentra exatamente em estudar as principais características da evolução demográfica do município de Juiz de Fora, tendo como recorte temporal o período de 1850 a 1920, momento em que a cultura cafeeira encontra-se no seu auge, formando a base do desenvolvimento econômico da cidade e região, constituindo também o período de máxima efervescência demográfica local.

O estudo se baseia na análise e interpretação apenas dos dados demográficos oficiais, disponibilizados pelos recenseamentos realizados dentro do período analisado, ou seja, 1855, 1872, 1890, 1900, 1907 e 1920 (apresentados a seguir), todos, portanto, ocorridos após a emancipação político-administrativa do município, em 1850.

2.1 “CENSO” de 1855

Existe um dado muito importante para o estudo da dinâmica demográfica de Juiz de Fora, datado de 1855. Foi uma espécie de recenseamento realizado na Província de Minas Gerais e cujos resultados podem ser observados no intitulado “Mapa Aproximado da População do Município da Vila de Santo Antônio do Parahybuna”. Nessa época o município já gozava de autonomia político-administrativa, tendo como sede a Vila de Santo Antônio do Paraibuna.

O município, de acordo com esse censo, se encontrava dividido administrativamente em 5 freguesias e 9 distritos, da seguinte forma: Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna (composta por um distrito); Freguesia de Simão Pereira (composta por um distrito); Freguesia de São Francisco (contendo os distritos de São Francisco, São José e Rosário); Freguesia de Rio Preto (formada pelos distritos de Rio Preto, Santa Bárbara e Jacutinga) e Freguesia de Chapéu d’Uvas (formada apenas pelo distrito de igual nome).

De acordo com os dados desse “censo”, o município somava 27.792 habitantes. Considerando-se somente a Freguesia de Santo Antônio do Paraibuna (formada apenas pelo distrito da Vila), tinha-se uma população de 6.466 habitantes (sendo 2.401 brasileiros, 40 estrangeiros e 4.025 escravos, esses últimos representando, portanto, 62,24% da população da freguesia), conforme dados apresentados na Tabela 1. É possível observar que a população cativa também representava a maior parte da população do município, 59,11%, o que se deve, sobretudo, à destacada produção cafeeira que dominava a economia local e que se apoiava no trabalho escravo para seu desenvolvimento. Segundo Fazolatto (2007, p. 27) a população branca era ainda mais reduzida, “já que entre os cidadãos livres estavam incluídos os pardos e escravos alforriados”.

Freguesias	Brasileiros	Estrangeiros	Escravos	Total
S. Antônio do Paraibuna	2.401	40	4.025	6.466
Simão Pereira	1.585	20	3.920	5.525
São Francisco	3.497	42	4.087	7.626
Rio Preto	2.261	70	3.391	5.722
Chapéu D'Uvas	1.432	16	1.005	2.453
Soma	11.176	188	16.428	27.792

Tabela 1 – População do Município de Santo Antônio do Paraibuna, por freguesias, em 1855

2.2 Recenseamento de 1872

Nesse ano ocorre o chamado Censo Geral do Império, o primeiro recenseamento em escala nacional. Também foi o primeiro (e único no plano nacional) a incluir dados referentes ao número de escravos, já que o próximo censo vai acontecer em 1890, após a abolição de 1888. Além do quantitativo demográfico, por paróquia, esse censo pesquisou dados referentes à cor, sexo, condição (livres e escravos), estado civil, nacionalidade, instrução, defeitos físicos, ocupação e religião (com apenas duas opções: católicos ou acatólicos).

Por ser o primeiro recenseamento nacional, envolvendo um trabalho enorme, o censo de 1872 apresentou vários problemas. Muitas paróquias na província de Minas Gerais não foram recenseadas, incluindo a de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, que fazia parte do município de Juiz de Fora, o que se torna um inconveniente ao estudo demográfico local.

O município de Juiz de Fora figura nesse censo demográfico constituído por 5 Paróquias (Santo Antônio do Juiz de Fora, Nossa Senhora da Assumpção de Chapéu D'Uvas, São José do Rio Preto, São Francisco de Paula do Monte Verde e Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara), apresentando uma população total de 38.336 habitantes, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Contudo devem ser feitas as seguintes importantes observações sobre os resultados desse recenseamento para o município: 1) como já mencionado, não estão incluídos os dados demográficos referentes à Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, por não ter sido recenseada. Como se tratava de uma importante área produtora de café, por certo isso afetou o resultado final do censo para o conjunto do município. De acordo com Guimarães (2006, p.45), por exemplo, essa paróquia “detinha número considerável de mancipios – aproximadamente 5.000 escravizados”. Essa situação, por si só, continua a autora, “já aponta que o quantitativo de cativos de Juiz de Fora era maior do que o contido no censo”; 2) outro problema atribuído ao recenseamento de 1872, em Juiz de Fora, é apontado por Oliveira (1991, p.50/51) que afirma que tal censo teria omitido “o número de estrangeiros alemães, colocando a presença portuguesa, na Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna, superior a das outras nacionalidades”.

Com isso pode-se concluir que o dado demográfico apontado para a população total do município de Juiz de Fora, em 1872, está subestimado, bem como os dados

sobre sua população escravizada. Mesmo assim, com seus 38.336 habitantes, o município já aparecia como o 16º mais populoso entre os 72 existentes na Província de Minas Gerais.

Paróquias	População	Livres	Escravos
Santo Antônio do Juiz de Fora	18.775	11.604	7.171
Nossa Senhora da Assumpção do Chapéu d'Uvas	6.415	4.831	1.584
São José do Rio Preto	9.142	5.039	4.103
São Francisco de Paula do Monte Verde	4.004	2.494	1.510
Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara (*)	---	---	---
Totais (**)	38.336	23.968	14.368

Tabela 2 – População do Município de Juiz de Fora, por paróquias, em 1872

Fonte: Diretoria Geral de Estatística (1876, p. 1.027-1.038);

(*) A Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara não foi recenseada;

(**) Não inclui os dados da Paróquia de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara.

2.3 Recenseamento de 1890

Em 1890, quando se realizou o segundo recenseamento geral do país (o primeiro após a proclamação da República), os Estados (antigas Províncias) e também os municípios (antigos Termos) apresentavam uma constituição político-administrativa diferente. A alteração territorial republicana mais importante decorreu do abandono da unidade eclesiástica da Paróquia (ou freguesia), amplamente utilizada no período imperial, passando a divisão territorial a ser fundamentada nos Distritos. Em Minas Gerais, a Lei Estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, que tratava da “organização municipal”, regulamentou a questão em seus primeiros artigos. De acordo com seu Artigo 1º “o distrito é a base da organização do Estado de Minas Gerais”, sendo o mesmo conceituado no § 1º como “a circunscrição territorial que tem administração própria, em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse”. O Município, por essa mesma lei foi definido como “a reunião de distritos, formando outra circunscrição administrativa, com direitos, interesses e obrigações distintas (...)”.

Contudo, na prática, os resultados do censo de 1890 acabaram mesclando tendências da nova era republicana com resquícios do período imperial. Como era recente o novo modelo de estruturação territorial, a divisão censitária ainda incorporou as Paróquias como unidades, como se pode observar na Tabela 3, onde os resultados são apresentados segundo aquelas unidades tradicionais.

Esse recenseamento também apresentou problemas. Os trabalhos de apuração dos resultados, por exemplo, ocorreram com grande morosidade, seja porque na época não eram ainda de aplicação corrente equipamentos mecânicos, seja em razão dos acontecimentos políticos observados nos primeiros anos do regime republicano

(IBGE, 2003, p.15). Outro problema desse recenseamento foi a tardia divulgação de seus resultados, que somente vai acontecer em 1898.

O censo de 1890 mostrou uma grande evolução demográfica de Juiz de Fora. Nesse ano, com 74.136 habitantes, o município era, demograficamente, maior que São Paulo, que somava 64.934. Entre os 117 municípios de Minas Gerais, já figurava como o terceiro mais populoso (atrás de Sabará, com 77.754 habitantes e Serro, com outros 75.270), sendo o oitavo do país. Se em 1872 concentrava 1,88% da população do Estado, esse índice atingia agora 2,33%.

Graças ao dinamismo econômico proporcionado pela cultura cafeeira, que continuava atraindo muitos migrantes, havia ultrapassado Barbacena, de quem havia se emancipado, e que contou 57.850 habitantes. Também havia ultrapassado a capital, Ouro Preto, que somou 59.249 habitantes. Outros vários municípios da Zona da Mata, lócus da produção cafeeira, apresentaram grande população nesse censo, destacando-se Muriaé (50.189 habitantes); Viçosa (46.413 habitantes); Ponte Nova (41.103 habitantes); Mar de Espanha (41.046 habitantes); Pomba (38.176 habitantes) e Leopoldina (35.531 habitantes).

O município de Juiz de Fora estava à época, administrativamente dividido em 13 distritos, que se agrupavam em 10 paróquias, como apresentado na Tabela 3.

Distritos	Paróquias	População
Juiz de Fora	Santo Antônio do Juiz de Fora	22.586
Sarandy	Nossa Senhora do Livramento do Sarandy	5.929
São Pedro de Alcântara	Nossa Senhora da Glória, em São Pedro de Alcântara	5.399
Mathias Barbosa		
Chapéu d'Uvas	N. Senhora da Assumpção do Chapéu d'Uvas	9.301
São F. de Paula do Monte Verde	São Francisco de Paula do Monte Verde	4.359
Nossa Senhora do Rosário	Nossa Senhora do Rosário	2.051
Rio Preto	São José do Rio Preto	13.255
Porto das Flores		
Chácara		
Água Limpa	São Sebastião de Chácara	3.245
Sant'Anna do Deserto	Sant'Anna do Deserto	3.553
Vargem Grande	Sant'Anna da Vargem Grande	4.458
Total (Município)		74.136

Tabela 3 – População do Município de Juiz de Fora, por unidades político-administrativas, em 1890

Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (1898, p.55)

2.4 Recenseamento de 1900

O recenseamento geral de 1900 foi também marcado pela ocorrência de alguns problemas. Em Minas Gerais, por exemplo, como explicado na Sinopse do Censo

(Diretoria Geral de Estatística, 1905, p.VI), receberam-se os boletins coletados em 509 distritos, faltando informações de outros 205. As populações distritais em falta foram em parte calculadas pelas taxas de crescimento obtidas para os respectivos municípios, confirmados sempre esses resultados pelos elementos fornecidos pelo Registro Civil. “A comparação das populações assim obtidas e das recenseadas, com as correspondentes em 1890 forneceu a taxa com que foram calculadas as demais populações distritais”.

Em São Paulo, dos 171 municípios do Estado, 44 não enviaram boletins de recenseamento (Diretoria Geral de Estatística, 1905, p.IX). Os resultados das apurações na cidade do Rio de Janeiro, publicados em janeiro de 1901, suscitaram protesto geral, pela deficiência dos dados, sendo nomeada uma comissão para estudar a matéria. O parecer dessa comissão teve como conseqüência o cancelamento dos resultados do censo de 1900, na parte referente ao Distrito Federal, que impôs a necessidade de se proceder a um novo inquérito na área territorial da capital da República (IBGE, 2003, p.16).

Em 1900, o município de Juiz de Fora se tornou, demograficamente, o mais populoso entre os 124 que formavam Minas Gerais, com seus 91.119 habitantes, concentrando 2,38% da população do Estado. Nesse censo a nova capital, Belo Horizonte, recentemente inaugurada, contou 13.472 habitantes. Além disso, se tornou o sexto município do país em população, atrás de 5 capitais (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém).

Outro problema desse recenseamento se liga à forma de divulgação dos seus resultados. Só foram publicadas informações referentes à população total do município e à sua constituição por sexo. Os importantes dados por distritos e demais variáveis pesquisadas são, ainda hoje, de difícil obtenção. Para a cidade de Juiz de Fora, sede do município, por exemplo, só existe um dado demográfico conseguido a partir de uma notícia veiculada num jornal local da época. O *Pharol*, em sua edição nº 23, ano XXXV, de terça feira, 5 de fevereiro de 1901, página 1, trazia uma informação sobre o recenseamento realizado no ano anterior. Segundo o jornal o distrito da cidade de Juiz de Fora, contava em 1900, com 18.055 habitantes, 9.067 homens e 8.988 mulheres. Assim, em 1900, o distrito-sede abrigava 19,81% da população total do município.

2.5 CENSO Municipal de 1907

Nesse ano ocorre em Juiz de Fora um censo municipal, o que exemplifica, em grande medida, o poder econômico do município, lastreado pela cultura cafeeira e, ao mesmo tempo, o poder da Câmara Municipal (à época sob a administração de Duarte de Abreu) que realizou tal feito.

Mesmo que não fosse essa a intenção, a efetivação desse recenseamento, ocorrido entre 30 de junho e 01 de julho de 1907, com trabalhos executados pelo Sr. Antônio Machado Sobrinho, se tornou muito importante para os estudos demográficos

locais, pois seus dados suprimam, parcialmente, a falta daqueles do Censo de 1910, que não foi realizado.

Levando-se em conta apenas o resultado final desse censo pode-se observar que a população municipal reduziu se comparada ao censo anterior. Mas há que se considerar que esse era um censo municipal, com metodologia diferente e que o censo de 1900, como já dito, apresentou-se problemático.

No censo de 1907 a divisão político-administrativa do município apontava a presença de 13 distritos, como mostrado na Tabela 4.

Distritos	Homens	Mulheres	Total
Distrito da cidade de Juiz de Fora	13.774	14.779	28.553
Mathias Barbosa	3.366	2.822	6.188
Água Limpa	3.220	2.756	5.976
São Francisco de Paula	3.046	2.880	5.926
Paula Lima	2.833	2.611	5.444
Vargem Grande	2.767	2.625	5.392
São Pedro de Alcântara	2.576	2.689	5.265
Sarandy	2.684	2.487	5.171
Sant'Anna do Deserto	2.451	2.358	4.809
Chácara	2.355	2.129	4.484
São José do Rio Preto	1.824	1.627	3.451
Rosário	1.628	1.502	3.130
Porto das Flores	839	820	1.659
Totais	43.363	42.085	85.448

Tabela 4 – População do Município de Juiz de Fora, por distritos, em 1907

Fonte: Abreu (1907, p.58-59).

2.6 Recenseamento de 1920

O censo de 1920, como os anteriores, tem resultados muito contestados. Silva e Barbosa (2006, p.31), por exemplo, afirmam que “o censo de 1920 foi considerado deficiente, com uma aparente superestimação de cerca de 10%”.

Nesse censo Juiz de Fora ainda tem posição de destaque. Seus 118.166 habitantes deixavam o município em 3º lugar entre os 178 do Estado, atrás de Teófilo Otoni, com 163.199 habitantes e Caratinga, com 137.017, mas ainda à frente da capital, Belo Horizonte, com 55.563 habitantes. Pelos dados desse censo o município de Juiz de Fora concentrava 2% da população do Estado.

No país, Juiz de Fora ocupava a 11ª posição entre os municípios de maior população, depois das citadas cidades mineiras e de: Rio de Janeiro (Distrito Federal), com 1.157.873 habitantes; São Paulo, com 579.033; Recife, com 238.843; Belém, com 236.402; Salvador, com 233.422; Porto Alegre, com 179.273; Campos/RJ, com 175.850 e Rio Preto/SP, com 126.796. Do ponto de vista demográfico ocupava posição expressiva já que existiam no Brasil apenas 13 municípios com população superior a 100 mil habitantes, sendo 4 no Estado de São Paulo (além dos citados, Campinas e Santos) e 3 em Minas Gerais.

Em 1920 Juiz de Fora tinha seu município dividido administrativamente em 13 distritos, como apresentado na Tabela 5.

Distritos	Área (km ²)	População
Juiz de Fora	399,08	51.392
Mathias Barbosa	143,07	6.793
Chácara	100,40	6.807
São José do Rio Preto	128,00	4.167
São Francisco de Paula	441,75	6.916
Rosário	210,83	4.437
São Pedro de Alcântara	87,85	6.119
Vargem Grande	225,89	5.120
Sarandy	82,83	4.534
Porto das Flores	130,52	1.678
Água Limpa	148,09	5.570
Paula Lima	233,42	7.229
Sant'Anna do Deserto	133,03	7.404
Município	2.464,76	118.166

Tabela 5 – População e área do Município de Juiz de Fora, por distritos, em 1920

Fontes: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1926, p. 427); Mapa “Município de Juiz de Fora”, da Comissão Mineira do Centenário (1924);

3 | PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, NO PERÍODO 1850/1920

Torna-se possível reconhecer e destacar algumas importantes características do processo de evolução demográfica do município de Juiz de Fora, no período de 1850 a 1920, tendo por base os resultados dos censos demográficos oficiais realizados nesse período.

1) O expressivo crescimento demográfico do município – desde sua emancipação, em 1850, o crescimento demográfico do município de Juiz de Fora seguiu o ritmo ditado pela economia cafeeira. Enquanto essa atividade se expandia ocorria paralelamente um grande afluxo migratório, que se destinava diretamente à cultura cafeeira, para atuar como mão de obra nas áreas rurais, ou indiretamente, em direção à cidade, onde os recursos gerados por essa atividade econômica estavam sendo aplicados em atividades tipicamente urbanas. A Tabela 6 apresenta a evolução da população do município de Juiz de Fora entre 1855 e 1920, utilizando dados demográficos dos censos oficiais realizados no período. Também é possível observar a posição que o município ocupava no Estado, segundo o número de habitantes.

Censos	População total do município	Crescimento no período (%)	Posição no Estado de Minas Gerais
1855	27.792	---	---
1872	38.336	37,93	16º
1890	74.136	90,89	3º

1900	91.119	22,91	1º
1920	118.166	29,68	3º

Tabela 6 – Dados demográficos do Município de Juiz de Fora (1850/1920)

2) Composição da população municipal, segundo o sexo: os dados sobre essa característica da população do município de Juiz de Fora espelham muito bem a influência da cultura cafeeira. Enquanto o café representou a base da economia local, entre 1855 e 1920, a população masculina foi maior que a feminina. Esse fato se torna ainda mais nítido quando se considera os dados dos censos de 1855 e 1872, observando-se especificamente a sensível diferença entre a população escrava masculina (grande maioria) e a população escrava feminina. Tão logo ocorre a crise econômica de 1929 e o café deixa de ser o principal produto econômico, a situação se inverte. Pode-se imaginar que isso esteja ligado ao processo migratório, que teve a direção alterada quando a cultura cafeeira perde importância. Assim, enquanto o café se estabeleceu como atividade econômica majoritária o fluxo migratório acompanhava a lógica de uma atividade realizada, em sua maior parte, por homens. Quando o café perde importância e deixa de formar a base da economia local, o processo emigratório atinge muito mais a população masculina e os dados apresentam tendência inversa, o que se observa a partir do censo de 1940 (Tabela 7).

Censos	População total	Homens	Mulheres
1855	27.792	16.215 (10.700 escravos)	11.577 (5.728 escravas)
1872	38.336	21.877 (8.156 escravos)	16.459 (6.212 escravas)
1890	74.136	40.355	33.781
1900	91.119	49.149	41.970
1907	85.448	43.363	42.085
1920	118.166	60.239	57.927
1940	104.172	51.203	52.969
1950	126.989	61.876	65.113
1960	181.389	88.153	93.236
1970	238.510	114.562	123.948
1980	307.816	148.368	159.448
1991	385.734	184.282	201.452
2000	456.796	217.411	239.385
2010	516.247	244.024	272.223

Tabela 7 – População do Município de Juiz de Fora, por sexo, no período 1855/2010

3) Concentração demográfica na sede do município – Essa é outra característica que sofreu grande transformação com o fim do ciclo do café. Entre 1850 e 1920 o que se observa é que a população de Juiz de Fora, embora sempre crescente, se mantinha relativamente dividida pela vasta área municipal. Como o café era a principal

atividade econômica e ele era produzido em muitas povoações do município, também a população se mantinha dispersa, sem que houvesse expressiva concentração na sede, como se pode ver pelos dados da Tabela 8. Mesmo nos censos que apresentam Juiz de Fora como um dos municípios mais populosos do país, internamente a realidade era outra, ou seja, embora o município tivesse expressiva população, sua sede não abrigava – diferente de hoje – a maior parte dos seus habitantes.

Essa situação se altera sobremaneira após a crise de 1929, pois a decadência da cultura cafeeira significou a derrocada da economia de quase todos os municípios da região, bem como (e, sobretudo) das áreas rurais do próprio município de Juiz de Fora. A população dessas áreas migrou para Juiz de Fora, e especificamente, para a sede urbana do município, que sempre ocupou uma posição de centralidade, tanto da economia, quanto da infraestrutura. Essa situação, com o tempo, tendeu a se intensificar, de modo que a partir do censo de 1940 se observa o progressivo aumento da concentração da população do município no distrito-sede.

A decadência do café implicou num esvaziamento econômico e demográfico, grande e duradouro para muitas localidades. Vários dos antigos distritos de Juiz de Fora, que viveram a prosperidade proporcionada pela cafeicultura, hoje, mesmo na condição de municípios autônomos, ainda não conseguiram recuperação. Santana do Deserto, por exemplo, chegou a ter em 1920, 7.404 habitantes, quase o dobro do efetivo demográfico registrado no censo de 2010 (3.860 moradores). Chácara, município emancipado de Juiz de Fora contava, em 1920, 6.807 habitantes, enquanto em 2010, apenas 2.792.

Censos	População total	População da sede	% de concentração na sede
1855	27.792	6.466	14,57
1872	38.336	18.775	48,97 (*)
1890	74.136	22.586	30,47%
1900	91.119	18.055 (**)	19,81%
1907	85.448	28.553	33,41
1920	118.166	51.392	43,49
1940	104.172	81.325	78,07
1950	126.989	102.901	81,03
1960	169.440	156.290	92,24
1970	238.510	230.207	96,52
1980	307.816	301.545	97,96
1991	385.734	379.973	98,50
2000	456.796	451.722	98,89
2010	516.247	509.203	98,63

Tabela 8 - Concentração da população do Município na sede, no período 1855/2010

(*) Lembramos que em 1872 não foi recenseada a Paróquia de N. S. da Glória de São Pedro de Alcântara, que compunha o município, e por disso, o percentual de concentração na sede está superestimado; (**) Segundo dados do Jornal O Pharol, de 05 de fevereiro de 1901, p.1;

A concentração da maioria da população municipal no distrito-sede acabou

se revelando, na prática, sinônimo de urbanização. A atual taxa de urbanização de Juiz de Fora, de acordo com os dados do censo de 2010 é de 98,86%, ou seja, dos 516.247 habitantes do município, 510.378 se localizam na área urbana, número muito parecido com o dos que habitam o distrito-sede. Essa concentração do processo urbano na sede do município é conseqüência de uma especialização criada pela elite cafeeira, que elegeu Juiz de Fora como sede de suas moradias e investimentos. A economia cafeeira estabeleceu papéis bem definidos para a área rural do vasto município, a quem cabia a produção de bens primários, especialmente o café e para o núcleo urbano, que dará origem à cidade propriamente dita, foi investida boa parte dos capitais oriundos da cafeicultura, em atividades marcadamente urbanas, como o comércio, a prestação de serviços e a construção civil.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das pretensões desse trabalho é promover a divulgação dos dados demográficos do município, que têm sido pouco e/ou subutilizados pelos pesquisadores da história e geografia local/regional, em muitos casos, por desconhecer sua existência. Eles são extremamente oportunos para o estudo consorciado com outros vários temas, como economia, urbanismo, construção territorial, entre outros. Também é de seu escopo estimular outras e mais detalhadas pesquisas, capazes de elucidar novas questões e aprofundar as considerações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Duarte de. **Mensagens apresentadas à Câmara Municipal de Juiz de Fora por seu Presidente Dr. Duarte de Abreu – triênio 1905 a 1907**. Juiz de Fora: Tipografia do Correio de Minas, 1907.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil em 1872. Minas Gerais (Segunda Parte)**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1876.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado**. Juiz de Fora: Panorama Editora, 2007.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Metodologia do censo Demográfico 2000. Série Relatórios metodológicos – N° 25**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora:

UFJF, 1985.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; SANTOS, Flávio Augusto Sousa. Evolução Político-administrativa do Município de Juiz de Fora/MG. **Anais do V Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF**, p. 73-87, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume IV, 1ª parte. População: população do Brasil por Estados, municípios e distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1926

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (Diretoria Geral de Estatística). **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854 – 1920)**. Niterói/RJ: UFF, 1991. (Dissertação de Mestrado em História).

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2009.

SANTIAGO, Sinval Batista. Juiz de Fora à luz da história e dos documentos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Ano VIII, n. 8, p.17-36, 1979.

SANTIAGO, Sinval Batista. Primeiro documento oficial dando a este lugar o nome de Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Ano IX, n. 9, p.23-24, 1985.

SILVA, Nelson do Valle; BARBOSA, Maria Lígia de O. População e estatísticas vitais. In: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 29/57.

VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Separata da **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XX, n.1, 1958.

TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR

Guilherme Ferrari Oliveira

Graduado em Geografia, Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Rodrigo Aparecido Mendonça

Graduado em Geografia, Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

Vanessa Maria Ludka

Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná) Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR

RESUMO: O presente artigo busca analisar por meio de aporte teórico o espaço sagrado do Santuário Católico de Bom Jesus da Cana Verde, localizado no município de Siqueira Campos – PR. Além do espaço sagrado discute-se o espaço geográfico e o espaço pelo viés do turismo além dos elementos turísticos que compõem este Santuário, demonstrando assim a realidade local do turismo religioso. O Santuário Bom Jesus da Cana Verde é destino para fiéis de várias partes da região do já mencionado município, movimentando um grande número de fiéis durante os festejos do Padroeiro do Santuário. O aporte teórico para a discussão realizar-se-á com autores como Bertrand (2004); Cruz (2001) e Santos (1988).

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Religião. Espaço Simbólico

ABSTRACT: This article aims to analyze through theoretical contribution, the sacred space of the “Santuário Católico de Bom Jesus da Cana Verde”, located on the Municipality of Siqueira Campos-PR. In addition to the sacred space is to discuss the geographic space and the space from the perspective of tourism beyond the tourist elements that make up this sanctuary demonstrating the local reality of religious tourism. This Sanctuary is the destination for believers from various parts of the municipality region, moving a large number of believers in the Patron of the Sanctuary festivals. The theoretical contribution to the discussion was held with authors such as Bertrand (2004); Cruz (2001) and Santos (1988).

KEYWORDS : Tourism. Religion. Symbolic space

INTRODUÇÃO

Considerando o turismo, como uma prática social, e se tomarmos o turismo religioso como base, temos aí, intrínsecos e inúmeros aspectos da prática social, tendo em vista a motivação específica relacionada com o turismo religioso. É nesse sentido, que o presente artigo buscará a compreensão do turismo religioso no Santuário Católico Bom Jesus da Cana Verde.

O Santuário Bom Jesus da Cana Verde situado no município de Siqueira Campos – PR (Figura 1) torna-se um atrativo turístico para fiéis católicos com a tradicional festa do Bom Jesus da Cana Verde. Com 18.454 habitantes (IBGE 2010) o município recebe inúmeros visitantes da Diocese de Jacarezinho e de outras localidades na tradicional festa do Bom Jesus da Cana Verde.

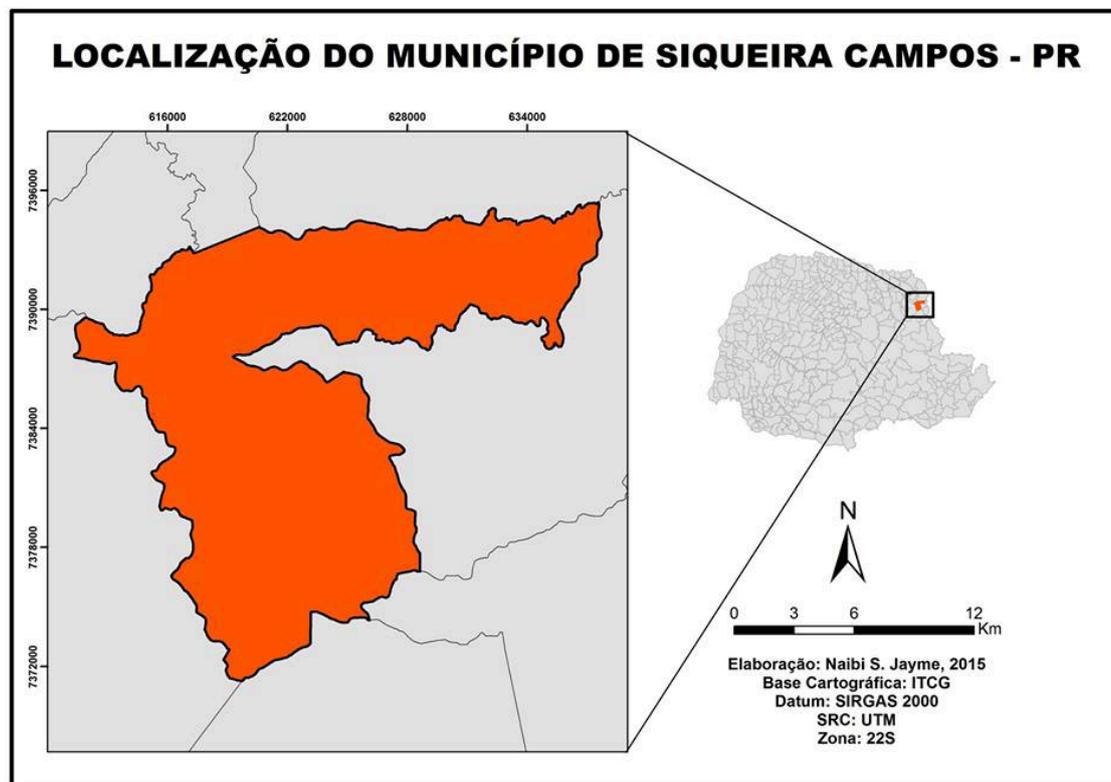


Figura 1 - Mapa do Município de Siqueira Campos - PR

Fonte: ITCG

Segundo a OMT, “(...) o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino (...)” (CRUZ, 2001, p.4).

Se tomarmos por base apenas o turismo religioso, inerentes apenas no conceito de turismo acima citado, e segundo Andrade (2000) o turismo religioso sendo (...) O conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões, denomina-se turismo religioso.

É nessa perspectiva que se apresentará este ensaio, que foi pautado em dados bibliográficos e que propõe um estudo de caso do Santuário Bom Jesus da Cana verde em Siqueira Campos – PR o qual nos mostrará a realidade do Turismo Religioso como um grande potencial para esse município.

É importante destacar que o turismo religioso vem se tornando uma área bastante visada, visto a importância da religiosidade para as pessoas. É nesse sentido que a pesquisa sobre o Santuário Bom Jesus da Cana Verde que por muitos é desconhecido

se torna importante, buscando compreender os fatores condicionantes a propiciar o turismo religioso no já mencionado Santuário.

Realizar-se-á inicialmente a discussão acerca do conceito geográfico do espaço e espaço simbólico, correlacionando com o turismo e sua ligação com a religião. Posteriormente, far-se-á o estudo de caso, o qual busca a compreensão dos aspectos turísticos do referido Santuário a fim de demonstrar a realidade local do turismo religioso no já referido município.

1 | O ESPAÇO SAGRADO E O TURISMO RELIGIOSO NO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE.

Antes de ingressar nas discussões a cerca do Turismo e do Turismo religioso far-se-á inicialmente uma breve contextualização do conceito geográfico Espaço e também de sua ramificação – O Espaço Sagrado.

O Espaço, considerando uma dentre tantas perspectivas dentro da Geografia, pode ser considerado o local onde a vida transcorre, onde os processos sociais ao interagirem com o meio evidenciam toda a dinâmica existente para afirmação e existência do espaço.

Santos (2006, P.63) afirma que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas com quadro único no qual a história se dá”. Portanto pode-se considerar o espaço a base material para as inter-relações da sociedade com a natureza, e ainda não sendo estático, mas sim, dinâmico.

Nesse sentido da percepção do espaço, Milton Santos afirma que:

(...) O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e com condição de “viver bem” (2006, p. 55).

Nessa concepção de espaço apontada por Milton Santos, pode-se observar a importância das atividades nele (espaço) realizadas. No que se refere ao exercício das crenças compreende-se aí a formação de um espaço sagrado.

Para Eliade (1992), o sagrado é aquele que opõe-se ao considerado profano. Porém ressalva que “os modos de ser sagrado e profano dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmos”. Se considerarmos apenas o ser humano religioso, há tanto o espaço repleto de significados, qualitativo, quanto o espaço considerado amorfo. Ainda na concepção de Eliade (1992) “todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente”. Portanto para o ser humano religioso o espaço considerado sagrado difere do entorno e dos demais lugares, obtendo assim forte significado, e onde se expressa completamente a atitude religiosa e ser mais diversificados ritos.

Croatto (2001) assemelha-se ao conceito apresentado por Eliade(1999) ao destacar que “o lugar sagrado é um espaço ‘recortado’ dentro do grande espaço cósmico ou telúrico”. Assim sendo esse espaço acima citado, torna-se uma exemplificação do mundo onde a existência acontece, e dentro desse espaço, o templo tende a se tornar o centro e a valorização do mundo.

Ainda segundo Eliade (1992), sobre a relação que o ser humano religioso apresenta em relação ao espaço sagrado:

(...) visto que o homem religioso só consegue viver numa atmosfera impregnada do sagrado, é preciso que tenhamos em conta, uma quantidade de técnicas destinadas a consagrarem-lhe o espaço. (...) o sagrado é o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida e fecundidade.

Portanto o espaço sagrado torna-se um local de convivência do amor por parte dos fiéis que nele se encontram. O indivíduo que nele “habita” entra em contato com sua fé como afirma Rosendahl:

O espaço sagrado é um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio de símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. É o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas. (1996, P. 30)

Pode-se afirmar, portanto, que é no espaço que ocorrem as mais variadas formas de turismo. Assim, faz-se necessária uma discussão sobre turismo e considerando suas inúmeras definições destaca-se a utilizada pela OMT – Organização Mundial do Turismo, como coloca Cruz (2001, p.4):

Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta.

Para Cruz (2001) pode-se abstrair da definição dessa organização que todo tipo de viagem é considerado turismo, independente da motivação desse deslocamento para um determinado local.

Definir o conceito de turismo para Cruz (2001) facilita na orientação dos trabalhos para organismos oficiais. Cruz (2001) afirma que, com essa dimensão de turismo apontada pela OMT sugere que viagem e turismo sejam sinônimos, portanto:

(...) o cidadão que viaja para tratar de sua saúde, por exemplo, ainda que não tenha qualquer momento de lazer em seu destino, será abarcado pelas estatísticas de turismo da mesma forma que o indivíduo que, em férias, viaja por meio de um pacote turístico e passa por todo o tempo de sua permanência no destino usufruindo de uma gama de infraestruturas e serviços de lazer disponíveis no lugar visitado (CRUZ 2001, p. 4-5).

Portando, pode-se afirmar que o fluxo de pessoas, ou seja, esse movimento entre um lugar e outro pode ser considerado turismo, ainda que a pessoa esteja em

busca de outros serviços que não sejam de lazer. Cruz (2001) afirma que o turismo é, portanto antes de tudo uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território tendo o espaço geográfico seu objeto de consumo.

Cruz (2001) aponta que o turismo de lazer se apropria dos espaços e os reorganiza, essa apropriação segundo a autora faz com que seja necessária uma distinção entre uma e outra modalidade.

Dentre as mais variadas formas de turismo que existem dentro de suas inúmeras definições há de se destacar neste artigo o turismo religioso, visto que as discussões apresentadas a diante serão sobre um Santuário Católico. Nesse sentido Beltrão (2001) apresenta coloca e o Turismo Religioso como aquele que:

Consiste na prática de questões inerentes à fé e à visitação a lugares ditos sagrados. Diversos lugares no mundo essa prática turística é bastante comum e que já se encontra no contexto social e econômico (P. 49).

Paralelamente ao que diz Beltrão, Seabra (2007) nos apresenta o Turismo Religioso como:

(...) aquele organizado industrialmente para receber turista e, na maioria das vezes, é empregado como sinônimo de peregrinação. Consiste numa versão moderna de comercialização massificada da fé, cuja estrutura inclui os serviços de operadoras encarregadas do emissivo e receptivo, meios de hospedagem, restaurantes, entretenimentos diversos, oferta de roteiros alternativos e produção de suvenires. (P.55)

Deste modo podemos compreender o Turismo Religioso alinhado as questões da fé dos fiéis, que peregrinam em direção a cidades como Aparecida do Norte – SP como afirma o próprio Seabra (2007).

No Brasil segundo dados do Ministério do Turismo, MTur (2013) são movimentados cerca de 15 (quinze) bilhões de reais em cidades como: Nova Trento – SC, Aparecida do Norte -SP, Trindade - GO, Santa Cruz - PA e Bragança – PA.

Em paralelo ao que diz o Ministério do Turismo, surge o Santuário de Bom Jesus da Cana Verde, em Siqueira Campos – PR, que por muitos é desconhecido, mas que atrai fiéis de varias partes, insurgindo assim um novo espaço para o Turismo Religioso na região Sul do Brasil.

Desse modo o turismo religioso implica por sua grande geração de fluxos de pessoas e de capital em um investimento para que os turistas sejam bem atendidos em suas necessidades básicas. Com essa gama de locais turísticos religiosos a Igreja Católica como afirma Andrade (2000, p.80) se tornou a pioneira em organização hoteleira mundial, e a necessidade humana fez com que esse ramo turístico se tornasse um dos mais lucrativos dos comércios de serviços.

A partir dessas análises de Espaço, turismo e turismo religioso é necessário a busca por uma realidade do Norte Pioneiro do Paraná, o qual apresentar-se-á a cidade de Siqueira Campos – PR e o Santuário Bom Jesus da Cana Verde o qual demonstrará a realidade local.

2 | O SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – UMA ANÁLISE DAGEOGRAFIA DO TURISMO.

O Santuário Bom Jesus da Cana Verde localiza-se no município de Siqueira Campos–PR localiza-se na parte alta da cidade e ocupa uma área de aproximadamente 28 mil metros quadrados (Figura 02).



Figura 2 -Santuário Bom Jesus da Cana Verde

Fonte:http://www.rotadorosario.com.br/programacao_mostra.php?id=52. acesso em: 04 de Nov. 2014

A festa em consagração a imagem de Bom Jesus da Cana Verde, acontece na cidade de Siqueira Campos, desde 1934, repete-se anualmente em meados de julho, e têm seu ápice, no dia do padroeiro, 06 de agosto, tendo assim aproximadamente 10 dias de festa religiosa. Porém todo dia 06 de cada mês há celebrações no santuário, referente a imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde.

A imagem do Bom Jesus (Figura 3) encontra-se na Igreja Matriz do município e possui diversas histórias acerca de sua origem. A mais aceita dá conta de que um escravo que no início do século passado ao ter fugido de um fazendeiro de Carlópolis, e temendo a punição esculpiu a imagem do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, a qual ficou na referida fazenda, e o dono doou certa quantia de terras ao santo, que posteriormente após seu falecimento foi cobrado pela diocese de Jacarezinho e a imagem enviada a igreja de Siqueira Campos por haver ali melhor capacidade para receberromeiros (Tanno, 2013).



Figura 3 - Imagem do Bom Jesus da Cana Verde

Fonte: <http://www.npd diario.com/noticia/9243/festa-do-bom-jesus-recebe-100-mil--romeiros>.
acesso em: 04 de Nov. 2014

Há outra versão, que da conta que nas terras do município de Carlópolis veio morar um senhor que trouxe consigo a imagem, e indo morar na divisa de Siqueira Campos, prometendo doar a Carlópolis a imagem. Porém a imagem acabou sendo levada a Siqueira Campos, ali permanecendo até hoje. Após a constatação de vários milagres atribuídos ao Santo, bem como o aumento no fluxo de romeiros, a festa foi ganhando notoriedade sendo uma das mais importantes festas religiosas do norte pioneiro paranaense (Tanno, 2013). Estima-se que o Santuário receba cerca de 100 mil peregrinos nos dez dias de festas, lembrando que a população do município, segundo (IBGE 2010) são de aproximadamente 18.000 mil habitantes, pode-se constatar a importância e magnitude da mesma para a economia do município.

As festividades religiosas são sempre marcadas com muita fé pelos romeiros e moradores da cidade. A missa e procissão (Figura 4) são acompanhadas por um grande número de fiéis, demonstrando a fé das pessoas no Santo da Cana Verde.



Figura 4 - Procissão com a Imagem do Bom Jesus da Cana Verde

Fonte: <http://www.npd diario.com/noticia/9243/festa-do-bom-jesus-recebe-100-mil--romeiros>. acesso em: 04 de Nov. 2014

O Santuário é importante ponto de peregrinação, no contexto regional, e faz parte do itinerário religioso da Rota do Rosário, o que acaba contribuindo para atração de religiosos e adeptos do turismo religioso, vindos das mais variadas regiões do país, mas principalmente da arquidiocese de Jacarezinho e região.

Os peregrinos realizam viagens por motivação religiosa e, no caso específico da festa de Bom Jesus da Cana Verde, além da religiosidade, há também o enfoque gastronômico, visto que são servidos além do tradicional churrasco, diversos produtos alimentícios, nos arredores do Santuário, onde os romeiros ao adquirirem as porções das referidas refeições, se assentam no gramado do bosque que situa-se na parte superior do local, utilizando cobertores e lençóis como forro ou assento, contribuindo para esfera de lazer e confraternização.

Há também uma importante exploração comercial, que se realiza nas ruas no entorno do Santuário, um grande comércio popular a céu aberto, onde pode-se adquirir, além de souvenirs religiosos, produtos eletrônicos, brinquedos, roupas, filmes etc... Contribuindo ainda mais para a economia do município e servindo como mais um atrativo aos visitantes que visitam a cidade. As tendas montadas (Figura 5) visam garantir uma melhor receptividade aos romeiros, buscando assim uma melhora na infraestrutura do lugar que recebe um grande número de pessoas durante os festejos religiosos.



Figura 5–Tendas para a realização da Festa

Fonte:SIMÕES,C. Disponível em <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=762181493840243&set=pcb.762181610506898&type=1&theater>> acesso em 04 de Nov. 2014

É necessário destacar que a festa acontece num período específico do ano, e como tem apenas 10 dias, nesse período de tempo conseguem chegar a um número expressivo de visitantes conforme já mencionado.

Devido ao grande fluxo de pessoas que passam pela cidade gera-se uma demanda grande de serviços não somente na área religiosa, haja vista que os romeiros necessitam de outros tipos de serviços como: locais para descanso, farmácias, comércios entre outros que são oferecidos pelo município, o que demonstra a importância da festa religiosa para outros setores de Siqueira Campos – PR.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi aqui explanado, pode-se observar que o turismo é uma prática social e sua ocorrência nem sempre está ligada ao ato de estar praticando o lazer. Sua ocorrência se afirma no espaço de modo a ser nele seus principais e efetivos acontecimentos.

O Espaço sagrado torna-se uma vertente do espaço enquanto conceito, uma vez que as pessoas utilizam-se dele para reafirmar sua fé e suas crenças em uma divindade superior.

No caso do estudado podemos observar que a fé é muito mais latente nas pessoas por conta das histórias que envolvem a imagem e o santuário do Bom Jesus da Cana Verde em Siqueira Campos. Muitas pessoas partem para essa pequena cidade do norte pioneiro do Paraná com sua fé na bagagem, em busca de milagres ou de fazer agradecimentos.

É inerente a discussão levantar hipóteses que possam modificar e ampliar o turismo referente ao Santuário Bom Jesus da Cana Verde. Uma possível inserção

em uma rota de fé diferente da singela Rota do Rosário alçaria o já mencionado santuário a uma realidade diferente, transformando-o e apresentando-o a muitas pessoas que o desconhecem, desenvolvendo assim melhores condições aos romeiros e movimentando a economia local.

A verdade é que no momento em que estão já se dirigindo a essa localidade praticam o turismo, de modo a sair das suas casas e buscar um espaço sagrado praticam, portanto o turismo religioso movimenta a cidade nas principais datas com muitos turistas e fiéis que vão festejar o santo da Cana Verde.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. TURISMO fundamentos e dimensões. 8º Ed, 2000 Ed. Ática.

BELTRÃO, Otto di. Turismo: a indústria do século 21. Osasco: Ed. Novo Século, 2001.

BURMANN, Claudir. **Espaço e espaço sagrado: um olhar a partir de uma comunidade luterana.** FL60-68. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola Superior de Teologia – EST. Disponível em:<<http://www.3.est.edu.br/needp>> acesso em 04 de Nov de 2014

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução a fenomenologia da religião.** São Paulo. Paulinas. 2001. P. 341

CRUZ, Arizza Rita de Cássia. Introdução à geografia do turismo. – 2. Ed. São Paulo: Roca, 2003.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo. Martins Fontes. 1999. P.20-59

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412660>> acesso em 03 de Nov. 2014

Mtur. Ministério do Turismo. – disponível em < <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>> Acesso em 05 de Nov. 2014.

Mtur. **MINISTERIO DO TURISMO.** Turismo Rural. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/rural.html>.acesso em 05 de Nov. 2014

NP Diário. Festa do Bom Jesus recebe 100 mil romeiros. Disponível em: <<http://www.npdiaario.com/noticia/9243/festa-do-bom-jesus-recebe-100-mil--romeiros>> Acesso em 05 de Nov. 2014.

OTTO, Rudolf. **O sagrado.** São Leopoldo: Sinodal/EST; Petropólis: Vozes, 2007, pag. 38-45

ROSENDAHL Zeny, CORRÊA Lobato Roberto. Espaço e Cultura. – Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008. p. 296.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, e tempo – razão e emoção.**4. ed, 2. Reimpr - São Paulo: EDUSP, 2006.

TANNO, Janete Leiko. **A festa do Senhor Bom Jesus da Cana Verde em Siqueira Campos-PR: turismo religioso, sociabilidade e lazer (1934-2011).** Santuários, Fiestas Patronales, Peregrinaciones y Turismo Religioso. Disponível em:<<http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1281/jesus-cana-verde.html>>. acesso em 04 de Nov de 2014

SOBRE A ORGANIZADORA

INGRID APARECIDA GOMES Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Atualmente é Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora colaboradora na UEPG, lecionando para os cursos de Geografia, Engenharia Civil, Agronomia, Biologia e Química Tecnológica. Também atuou como docente no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), lecionando para os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Participou de projetos de pesquisas nestas duas instituições e orientou diversos trabalhos de conclusão de curso. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Geoprocessamento, Geotecnologia, Geologia, Topografia e Hidrologia.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

